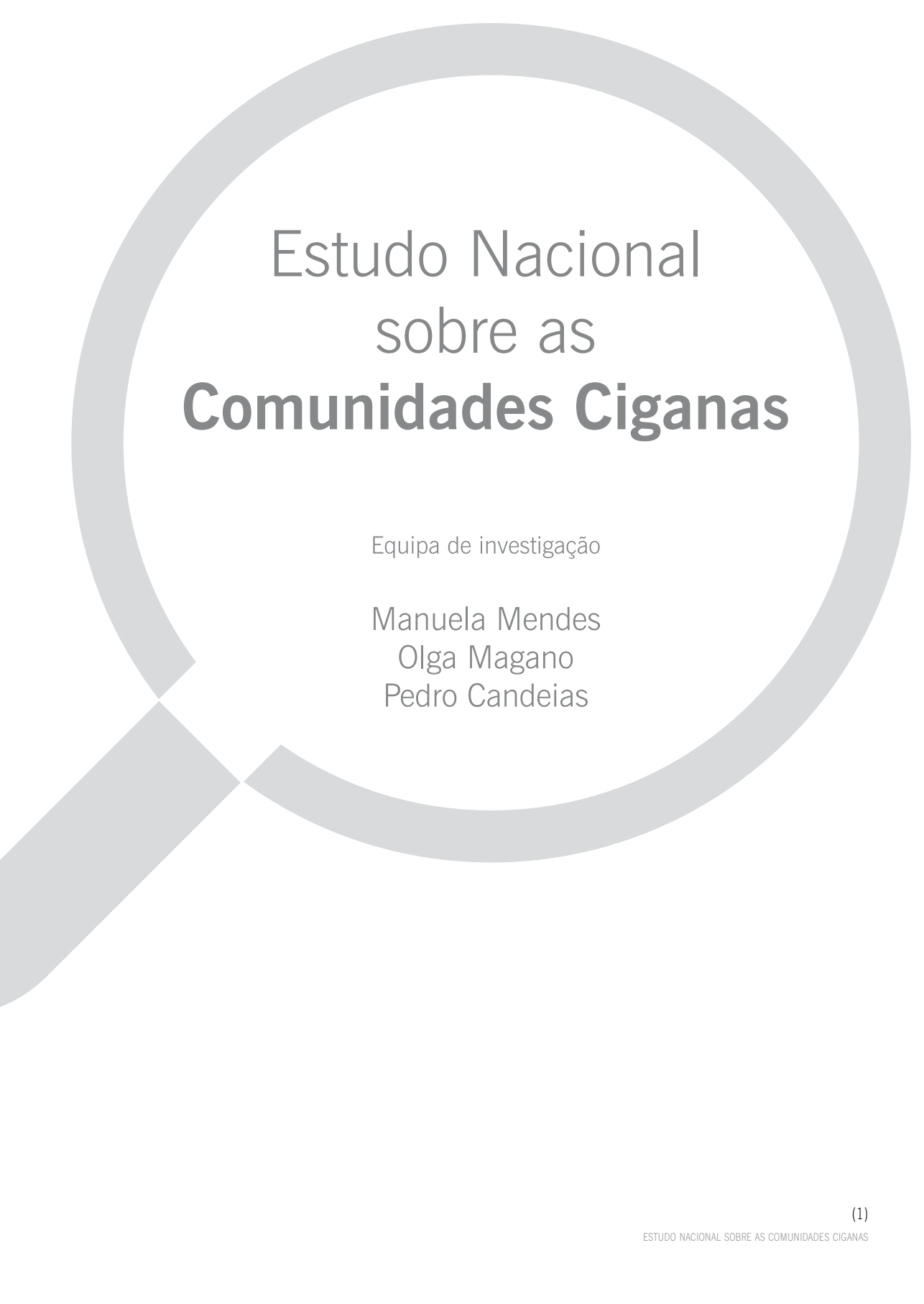


Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas

Equipa de investigação

Manuela Mendes
Olga Magano
Pedro Candeias



Estudo Nacional sobre as **Comunidades Ciganas**

Equipa de investigação

Manuela Mendes
Olga Magano
Pedro Candeias

Biblioteca Nacional de Portugal - Catalogação na Publicação

MENDES, Manuela, e outros
Estudo nacional sobre as comunidades ciganas / Manuela Mendes,
Olga Magano, Pedro Candeias. – (Estudos OBCIG ; 1)
ISBN 978-989-685-064-7
I - MAGANO, Olga Maria dos Santos, 1965-
II - CANDEIAS, Pedro
CDU 316

TÍTULO

ESTUDO NACIONAL SOBRE AS COMUNIDADES CIGANAS
OBSERVATÓRIO DAS COMUNIDADES CIGANAS

AUTORES

Manuela Mendes
Olga Magano
Pedro Candeias

EDIÇÃO

ACM, I.P.

Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP)

RUA ÁLVARO COUTINHO, N.º14, 1150-025 LISBOA

acm@acm.gov.pt

WWW.ACM.GOV.PT

DESIGN

BUILDING FACTORY

jv@jorgevicente.com

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

ORGAL

Organização Gráfica e Publicidade de Orlando & Ca., Lda.

TIRAGEM

2500 EXEMPLARES

ISBN

978-989-685-064-7

DEPÓSITO LEGAL

PRIMEIRA EDIÇÃO

LISBOA, DEZEMBRO 2014

Índice

9	AGRADECIMENTOS
10	INTRODUÇÃO
12	I. DO NÃO RECONHECIMENTO À QUESTÃO CIGANA
23	II. ROTEIROS DE INVESTIGAÇÃO
33	III. POLÍTICAS PÚBLICAS, PROGRAMAS E PROJETOS
33	1. PRINCIPAIS POLÍTICAS E MEDIDAS PÚBLICAS DESDE 1974
40	2. PROGRAMAS E PROJETOS QUE PODEM ABRANGER PESSOAS CIGANAS
51	IV. OLHARES INSTITUCIONAIS SOBRE A INTERVENÇÃO COM E PARA AS PESSOAS CIGANAS
52	1. ELEMENTOS DE CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS ENTREVISTADOS
55	2. A AÇÃO DAS INSTITUIÇÕES: PRINCIPAIS SERVIÇOS E PROJETOS DIRIGIDOS ÀS PESSOAS CIGANAS
70	3. ADEÇÃO DE PESSOAS CIGANAS A PROJETOS OU SERVIÇOS DESENVOLVIDOS
77	4. EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO AO FUTURO E DESAFIOS À INTERVENÇÃO COM OS CIGANOS
80	5. PERSPETIVAS SOBRE A SITUAÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS CIGANAS
83	6. ALOJAMENTO E APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS
92	7. EDUCAÇÃO E NOVAS ABORDAGENS – A IMPORTÂNCIA DAS NOVAS TECNOLOGIAS COMO FATOR MOBILIZADOR
103	8. CONDIÇÕES DE SAÚDE
107	9. EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, RENDIMENTOS E ACESSO A PRESTAÇÕES SOCIAIS
114	10. SOCIABILIDADES E RELAÇÕES INTERPESSOAIS: A LÍNGUA CIGANA E NOVAS FORMAS DE RELIGIOSIDADE
121	11. DISCRIMINAÇÃO, RACISMO E PRECONCEITOS
127	12. PERPETIVAS SOBRE AS DIFICULDADES E FACILIDADES DE INTEGRAÇÃO DAS PESSOAS CIGANAS
140	V. OLHARES CRUZADOS: DAS AUTARQUIAS E DOS PERITOS
140	1. RETRATOS MUNICIPAIS: NÚMEROS, LOCALIZAÇÃO E TIPO DE HABITAT
151	2. PONTOS DE VISTA DOS PERITOS: PROXIMIDADE E CONHECIMENTO
151	QUEM SÃO OS PERITOS?
152	LOCALIZAÇÃO E CARATERIZAÇÃO DOS BAIRROS E NÚCLEOS RESIDENCIAIS
164	VI. RETRATOS PLURAIS: PESSOAS E FAMÍLIAS CIGANAS
164	NOTAS PRELIMINARES
168	1. CARACTERIZAÇÃO DOS AGREGADOS FAMILIARES

178	2. CARACTERIZAÇÃO DOS INDIVÍDUOS INQUIRIDOS
185	3. INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO
185	3.1. AGREGADOS FAMILIARES
188	3.2. INDIVÍDUOS
193	4. ALOJAMENTO E CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE
200	5. CONDIÇÕES DE SAÚDE E NUTRIÇÃO
205	6. EDUCAÇÃO
207	7. PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA
210	8. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, ATITUDES E RELAÇÕES COM A POPULAÇÃO MAIORITÁRIA
217	9. CULTURA E TRADIÇÃO
222	NOTAS SÍNTESE
226	VII. PERFIS DAS “COMUNIDADES CIGANAS” EM PORTUGAL
226	1. A ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIAS MÚLTIPLAS
228	2. A CRIAÇÃO DE GRUPOS
230	3. CARATERIZAÇÃO DOS GRUPOS
247	4. VALIDAÇÃO DOS PERFIS ATRAVÉS DO MÉTODO DE DELPHI
266	CONCLUSÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES
280	BIBLIOGRAFIA
289	ANEXOS



Lista de tabelas

53	Tabela 1: Idades dos entrevistados
56	Tabela 2: Tipo de instituição e áreas de intervenção e/ou de projetos
142	Tabela 3: Municípios que declaram não ter ciganos no seu território
143	Tabela 4: “Comunidades” e núcleos residenciais identificados por distrito
147	Tabela 5: Top 10 concelhos com maior número absoluto de ciganos e 10 concelhos com maior número relativo de ciganos
149	Tabela 6: Correlações entre proporção de ciganos e características dos municípios
165	Tabela 7: Distribuição dos inquéritos às pessoas ciganas, por distrito
169	Tabela 8: Estatísticas sobre a idade dos elementos dos agregados familiares, em N ^o de anos
179	Tabela 9: Estatísticas sobre a idade dos indivíduos
188	Tabela 10: Tempo de desemprego e tempo à procura do 1 ^o emprego, nos agregados (n, %)
192	Tabela 11: Situação dos indivíduos na profissão, por sexo, %
192	Tabela 12: Razões para não procurar emprego (%)
195	Tabela 13: Infraestruturas e problemas da habitação (%)
199	Tabela 14: Disponibilidade de equipamentos ou serviços (%)
200	Tabela 15: Problemas e carências na zona de residência (%)
201	Tabela 16: Frequência do consumo de alimentos e bebidas (%)
203	Tabela 17: Apoios e/ou prestações sociais através de quem e de que tipo (%)
204	Tabela 18: Doenças ou problemas de saúde nos agregados familiares (%)
205	Tabela 19: Principais razões que justificam o não cumprimento da escolaridade obrigatória por parte dos seus filhos/as ou netos/as a cargo (%)
210	Tabela 20: Religião e frequência da participação nos cultos (n e %)
213	Tabela 21: Análise fatorial dos grupos que não deseja como vizinho
219	Tabela 22: Níveis de concordância dos indivíduos com situações socioculturais (%)
227	Tabela 23: Medidas descritivas das variáveis no modelo
229	Tabela 24: Medidas das variáveis do modelo por cluster
230	Tabela 25: Sexo e estado civil por cluster
231	Tabela 26: Concentração dos clusters em municípios
231	Tabela 27: Posição no mercado de trabalho por cluster
232	Tabela 28: Características de ascendência e conjugais por cluster
233	Tabela 29: Tipos de habitação e equipamentos por cluster
235	Tabela 30: Planeamento familiar e saúde por clusters
236	Tabela 31: Apoios sociais por cluster
236	Tabela 32: Relações com a escola por cluster
237	Tabela 33: Opiniões face à escola por cluster
238	Tabela 34: Participação associativa por cluster
238	Tabela 35: Religião e frequência do culto por cluster
239	Tabela 36: Relações com exogrupo por cluster
240	Tabela 37: Grupos que não gostaria de ter como vizinho por cluster
241	Tabela 38: Perceção de discriminação e contextos de discriminação
243	Tabela 39: Autoavaliação do nível de vida e comparação intergeracional por cluster
248	Tabela 40: Funções dos peritos consultados no método Delphi

Lista de figuras

31	Figura 1: Principais objetivos e fases das metodologias
32	Figura 2: Identificação dos membros da equipa e das instituições parceiras
143	Figura 3: Tipos de respostas no inquérito aos municípios
145	Figura 4: Número de pessoas por distrito
146	Figura 5: População cigana por grupos de concelhos
150	Figura 6: Número de ciganos reportados pelos municípios
152	Figura 7: Situação profissional (%)
153	Figura 8: Distribuição geográfica dos bairros e núcleos residenciais, por NUTS II (%)
154	Figura 9: Distribuição geográfica dos bairros ou comunidades ciganas, por concelho (%)
155	Figura 10: Dimensão das comunidades (média e desvio-padrão)
156	Figura 11: Antiguidade da residência das comunidades (média e desvio-padrão)
157	Figura 12: Tipos predominantes de famílias, por concelho (%)
158	Figura 13: Principais meios de vida, por concelho (%)
159	Figura 14: Atividades profissionais predominantes, por concelho (%)
160	Figura 15: Tipos de habitação, por concelho (%)
161	Figura 16: Regime de propriedade da habitação, por concelho (%)
162	Figura 17: Níveis de escolaridade, por concelho (%)
163	Figura 18: Religião predominante, por concelho (%)
167	Figura 19: Número de inquéritos aplicados por concelho
168	Figura 20: Distribuição dos membros do agregado por género
169	Figura 21: Pirâmide etária dos agregados familiares
170	Figura 22: Composição do agregado familiar quanto ao grau de parentesco para com o respondente
171	Figura 23: Estado civil dos membros do agregado familiar
172	Figura 24: Níveis de ensino dos elementos do agregado familiar
173	Figura 25: Distribuição dos níveis de ensino dos elementos agregados familiares por sexo
174	Figura 26: Níveis de ensino dos membros do agregado familiar por escalões etários
175	Figura 27: Fontes de rendimento dos membros dos agregados familiares
176	Figura 28: Condição perante a atividade económica dos membros do agregado familiar
176	Figura 29: Condição perante a atividade económica dos membros do agregado familiar, por sexo
177	Figura 30: Situação na profissão dos membros do agregado familiar
178	Figura 31: Local de trabalho ou de estudo dos membros do agregado familiar
178	Figura 32: distribuição dos inquiridos por sexo
179	Figura 33: Estado civil dos inquiridos
180	Figura 34: Idade ao casamento
181	Figura 35: Modalidade de casamento
181	Figura 36: Etnia do cônjuge dos inquiridos
182	Figura 37: Ascendência do inquirido
183	Figura 38: Número de filhos no agregado familiar
183	Figura 39: Idade em que os inquiridos tiveram o primeiro filho
184	Figura 40: Nível de escolaridade dos indivíduos
185	Figura 41: Níveis de escolaridade por região



186	Figura 42: Fontes de rendimento dos agregados familiares, por sexo
187	Figura 43: Condição perante a atividade económica dos elementos dos agregados familiares, por sexo
189	Figura 44: Principais fontes de rendimento dos indivíduos, por escalões etários
190	Figura 45: Principais fontes de rendimento por níveis de escolaridade
191	Figura 46: Condição dos indivíduos perante a atividade económica, por sexo
194	Figura 47: Principais tipos de alojamento por região
196	Figura 48: Infraestruturas e problemas na habitação por região
196	Figura 49: Histograma número de anos de residência na habitação
197	Figura 50: Regime de propriedade por região
198	Figura 51: Valores médios mensais gastos com a manutenção da casa (%)
201	Figura 52: Frequência no recurso a serviços de saúde
207	Figura 53: Principais razões para as pessoas do agregado familiar terem regressado à escola
208	Figura 54: Participação em diferentes tipos de associações ou atividades voluntárias (%)
209	Figura 55: Quem melhor defende os interesses dos ciganos
211	Figura 56: Tipo de relações mantidas com pessoas não ciganas
211	Figura 57: Média de relações com não ciganos por nível de escolaridade
212	Figura 58: Grupos que não gostaria de ter como vizinho
214	Figura 59: Percepção de discriminação por nível de escolaridade
215	Figura 60: Contextos de discriminação social
216	Figura 61: Autoavaliação do nível de vida por grau de escolaridade
216	Figura 62: Comparação intergeracional por escalões etários
217	Figura 63: Comparação intergeracional por região
218	Figura 64: Uso de Caló diariamente por escalão etário
220	Figura 65: Nível de concordância face a caraterísticas sócio culturais
221	Figura 66: Costumes e aspetos da cultura cigana a manter
226	Figura 67: Variáveis e dimensões (medidas de discriminação)
227	Figura 68: Projeção de categorias
234	Figura 69: Equipamentos e serviços por cluster
235	Figura 70: Problemas de saúde por cluster
240	Figura 71: Relações com exogrupo por cluster
241	Figura 72: Grupos que não gostaria de ter como vizinho por cluster
242	Figura 73: Contextos de discriminação por cluster
243	Figura 74: Autoavaliação no nível de vida por cluster
244	Figura 75: Comparação intergeracional por cluster
245	Figura 76: Costumes e aspetos da cultura cigana a manter por cluster



Agradecimentos

Para um trabalho desta envergadura, a nível nacional, foi necessário mobilizar um grande número de colaboradores, de apoios institucionais locais de autarquias, de instituições e de responsáveis de projectos, de pessoas que nos cederam o seu tempo para a realização de entrevistas, de autarquias e peritos que responderam ao nosso pedido de inquéritos on-line e as pessoas ciganas que responderam ao inquérito e todos os que nos ajudaram no processo de inquirição seja através da aplicação do inquérito (coordenadores de aplicação do inquérito e inquiridores) seja através da mediação de pessoas de respeito e do apoio pessoal prestado nos territórios.

A todas as pessoas que connosco colaboraram os nossos profundos agradecimentos pessoais e institucionais.

Às nossas instituições Universidade Aberta – CEMRI (Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais) e o ISCTE-IUL / CIES (Centro de Investigação e Estudos em Sociologia) agradecemos o acolhimento institucional e a colaboração empenhada nas várias fases do Estudo Nacional.

Ao Alto Comissariado para as Migrações é devido o agradecimento pela abertura do concurso público para a realização deste estudo e de termos sido a equipa seleccionada para esta concretização. Apesar de nem sempre ter sido um percurso fácil, foi, sem dúvida, um trabalho muito gratificante sobretudo pelo contacto direto com a realidade social das pessoas e famílias ciganas residentes em Portugal.

Este Estudo beneficiou ainda da conjugação de esforços e de dinâmicas de trabalho partilhados por alguns membros desta equipa no âmbito do projeto de investigação com o título *Factores-chave para o sucesso e continuidade dos percursos escolares dos ciganos: indivíduos, famílias e políticas públicas* e a referência PTDC/IVC-PEC/4909/2012, Fundação de Ciência e Tecnologia/MCTES, sobretudo numa etapa inicial do trabalho.

O Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas foi coordenado pelo CEMRI-Uab (Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais, da Universidade Aberta) e pelo CIES-IUL (Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, do Instituto Universitário de Lisboa)¹, e financiado pelo ACIDI (Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, atual ACM – Alto Comissariado para as Migrações).

O presente relatório tem como objetivo apresentar os resultados decorrentes da investigação realizada entre janeiro e agosto do ano 2014, tendo-se mobilizado para o efeito uma diversidade de instrumentos metodológicos: entrevistas em profundidade, análise bibliográfica; análise documental; inquérito via e-mail, inquérito online Lime Survey, inquérito presencial; análise SWOT e método de Delphi.

Este documento está assim organizado em sete capítulos: no primeiro capítulo é feita uma breve apresentação do estado da arte sobre os estudos ciganos realizados sobretudo em Portugal, tendo-se colocado em diálogo conceitos e perspetivas de abordagem relativamente diversas, mas que podem ser compatibilizadas e que configuram o enquadramento teórico deste estudo; no segundo capítulo apresentam-se os percursos teóricos e metodológicos percorridos na investigação e que estruturaram os processos de recolha e tratamento de dados; num terceiro capítulo apresentam-se as medidas, políticas, programas e projectos que direta ou indirectamente têm abrangido pessoas ciganas em Portugal e que de certo modo têm tido um contributo importante na melhoria das suas condições de vida; no quarto capítulo são apresentados os olhares institucionais sobre a intervenção com

¹ O estudo contou com os seguintes colaboradores: Ana Rita Costa; Ana Melro; Alexandra Queiroz; Elisa Alves, Jorge Ferreira; Liliana Moreira, Rosário Rosa e Sérgio Estevinha.

e para as pessoas ciganas tendo como suporte os principais resultados de 30 entrevistas em profundidade realizadas a atores socioinstitucionais que intervêm de forma próxima junto das pessoas e famílias ciganas, localizadas em diferentes distritos de Portugal continental, com base nesta informação foi possível esboçar uma primeira aproximação aos perfis sociais e quadros de vida em que se movem as pessoas ciganas residentes em Portugal; no quinto capítulo discutem-se os principais resultados obtidos através da aplicação de um inquérito via email e que foi enviado a todas as autarquias de Portugal Continental. Através deste instrumento técnico foi possível obter uma estimativa de pessoas ciganas residentes em Portugal e também dados muito relevantes sobre a localização dos principais núcleos de residência das pessoas ciganas; aqui, também se dão a conhecer as evidências empíricas derivadas do inquérito aplicado a peritos, investigadores, técnicos e mediadores; no sexto capítulo são apresentados e discutidos os resultados do inquérito por questionário aplicado a 1599 pessoas ciganas residentes em território nacional, o que nos permitiu aceder às características sociodemográficas, bem como, às condições sociais e económicas em que vivem estas famílias e deste modo traçar alguns perfis, temática que aparece devidamente desenvolvida no sétimo capítulo através da análise de *clusters* e validação de perfis (método de Delphi). A terminar, sintetizam-se as conclusões do Estudo, assim como, os resultados derivados de uma análise SWOT que sistematiza os resultados obtidos nos vários níveis de informação e que servem de suporte à formulação de um conjunto de recomendações.

I. Do não reconhecimento à questão cigana

Estima-se que no mundo existam 12 milhões de ciganos (Moutouh, 2000) e que 2/3 destes vivam na Europa. As maiores comunidades concentram-se em países da Europa Central, como a Roménia (1 milhão e 800 mil - 2 milhões e 500 mil), ex-Jugoslávia (entre 690 mil e 1 milhão), Bulgária (700-800 mil), Hungria (550-600 mil), Eslováquia (480-500 mil) e República Checa (250-300 mil) (Moutouh, 2000). Apesar de os ciganos estarem radicados em Portugal há mais de 5 séculos, foram no passado e continuam, no presente, em muitas circunstâncias e/ou contextos, a serem mal vistos e alvo de discriminação, racismo e desigualdade social. São vítimas de um estigma ou atributo depreciativo. De acordo com Goffman (1988 [1963]) pessoas nesta situação tendem a reunir-se em pequenos grupos sociais e são, de um modo geral, considerados incapazes de usar as oportunidades disponíveis para o progresso nos vários caminhos aprovados pela sociedade. Ao longo da história das sociedades são construídas barreiras sociais, estereótipos e representações sociais sobre os “outros” diferentes de “nós” que podem assumir diversas designações. Os indivíduos classificados como “o outro” fazem, ao longo da sua vida, um percurso mais penoso para atingir os mesmos objetivos que outros indivíduos a quem não sejam imputados estereótipos nem representações sociais negativas.

Ora, os ciganos permanecem ainda como um grupo não (re)conhecido pela sociedade portuguesa maioritária. Não são reconhecidos nem como uma minoria nacional, nem como uma minoria étnica, assumindo-se, então, os ciganos como cidadãos nacionais, sem direitos, garantias ou proteção de caráter especial. Na verdade, a inexistência de reconhecimento dos ciganos, ou até o seu incorreto conhecimento, refletem-se em imagens limitativas, deformadas, de inferiorização e desprezo, afetando e restringindo negativamente a vida destas pessoas, o que se configura como mais uma forma de opressão (Taylor, 1988) sobre os ciganos.

As estimativas sobre a dimensão da população cigana portuguesa divergem consoante os procedimentos técnico-metodológicos mobilizados pelas diferentes fontes. Assim, e fazendo aqui um breve recenseamento de algumas das fontes nacionais e internacionais, cujos quantitativos estão longe de serem consensuais: Nunes (1996: 423), no seu estudo realizado na década de 70 do século passado, refere a existência de pouco mais de 20 mil ciganos em Portugal; o *European Roma Rights Center*, o *Centre de Recherches Tsiganes et Unicef*, em 1998 (OCDE, s.d.), apontam um valor que se situa entre os 90 - 100 mil ciganos portugueses; a *ERRC/Númena* (2007) estabelece um limiar entre os 50 e os 60 mil; o *SOS Racismo* (2001) realizou um inquérito por questionário junto das Câmaras Municipais avançando com um quantitativo de 21.831 pessoas ciganas; Castro (2004) através de 2 inquéritos aplicados a mediadores institucionais, tais como as Câmaras Municipais e a Guarda Nacional Republicana, combinados com alguns resultados do estudo do SOS Racismo sugere um efetivo na ordem dos 34 mil e de 40 568 em 2012 e, por fim, a *Estratégia Nacional para a Integração dos Ciganos em Portugal* (ACIDI, 2013) avança com um limiar entre os 40 e os 60 mil.

Pese embora desde a década de 90 do século XX, se registar um incremento no número e qualidade dos estudos sobre ciganos em Portugal (Costa, 2006; e Sousa, 2004 e 2010; Mendes, 1997 e 2007; Nicolau, 2011; Magano, 1999 e 2010; Casanova, 2009; Castro, 2004; 2012; Lopes, 2008; Blanes, 2006; Brinca, 2009; Bastos, Correia e Rodrigues, 2007; Bastos, 2012; Brazzabeni, 2012; Montenegro, 2012; Gomes, 2013), têm prevalecido os estudos qualitativos e micro localizados em bairros e áreas geográficas bem delimitadas, denotando-se, por um lado, uma lacuna em termos de estudos longitudinais e uma falta de dados estatísticos sobre as características e condições de vida dos ciganos portugueses.

Estes estudos mais recentes têm procurado produzir novos olhares sobre os ciganos. No entanto, este esforço de conhecimento e de desocultação de realidades desconhecidas, informais e não reconhecidas, nem sempre têm problematizado e desconstruído conceitos e abordagens que estão na base da reprodução de uma imagem estereotipada e construída dos ciganos portugueses, não contribuindo para uma mudança efetiva no modo como se entende e intervém junto dos ciganos portugueses.

Embora, hoje em dia, a maior parte dos ciganos residentes em território nacional esteja sedentarizada, a representação socialmente difundida é a de que ser cigano é ser nómada, livre de todos os compromissos e laços, excetuando os de sangue (Mendes, 1997 e 2007). Contudo, os que mantêm alguma forma de itinerância são casos forçados pela não possibilidade de fixação territorial (Castro, 2007). Alguns dos estudos demonstram claramente a heterogeneidade cultural dos ciganos portugueses e as suas diferentes formas de inserção social e espacial (Mendes, 2007; Sousa, 2010; Magano, 2010; Nicolau, 2010). Sobressaem diferenciações entre quem vive a vida de cigano e outros que vivem como os “senhores”, havendo várias *nuances* em termos de estilos de vida (Magano, 2010), o que indicia a existência de perfis de pessoas e famílias ciganas plurais e complexos, intersetando múltiplas dimensões.

Todavia, persistem, em relação aos ciganos, sentimentos e práticas de racismo e discriminação que se traduzem em desigualdades sociais no acesso aos principais direitos de cidadania (Conselho da Europa, 2012). Apesar de medidas de política social para promover a integração social (por exemplo, realojamentos habitacionais, escolaridade obrigatória, rendimento social de inserção) e do interesse manifestado pelo poder político (Comissão Parlamentar de Ética Sociedade e Cultura, 2009) o facto é que os ciganos continuam a ser globalmente acusados de não se quererem integrar, caracterizados por um anacronismo social (Lopes, 2008), estagnados socialmente e a viver em micro sociedades, regendo-se por regras e leis próprias (Lopez e Fresnillo, 1995). As imagens negativas têm feito com que seja a minoria mais rejeitada (Silva e Pinto, 2004). No plano das *práticas socioculturais*, o modo de vida de alguns ciganos contrasta social e culturalmente face à maioria, na medida em que, manifestam um modo de vida designado de “convivialidade” (Mendes, 2007) ou por fazer “vida de cigano” (Magano, 2010). Vivem o presente de forma intensa junto com outros

ciganos, quase sempre em família, usam a língua portuguesa, e, por vezes, *o caló*²; na sua maioria são católicos e evangélicos (hoje, pensa-se que sejam os predominantes) (Blanes, 2006) e com várias subdivisões evangélicas (Rodrigues, 2013). Para os que fazem “vida de cigano”, as redes de sociabilidade são fortemente intra étnicas, é manifesta uma preferência por uniões endogâmicas e uma sobrevalorização defensiva do seu quadro de valores e práticas socioculturais, que se demarcam das que caracterizam a população não cigana e a adoção de comportamentos marcados por alguma exuberância e por consumos ostentatórios (em alguns segmentos do grupo cigano). No *exercício da cidadania*, parece prevalecer um sentimento de relativa marginalidade face ao Estado e exercício de uma cidadania passiva entre os ciganos (Mendes, 2007). De facto, a ausência de participação de cidadania é uma das fragilidades apontada para a não reivindicação histórica de direitos sociais e de melhoria de condições de vida (Bastos, Correia e Rodrigues, 2007). Sabemos que a socialização por via da escolarização promove a aprendizagem dos direitos de cidadania e das competências sociais que ajudam a interpretar os símbolos sociais, alargando o conhecimento sobre os outros, mas os ciganos continuam a apresentar baixas taxas de alfabetização e altas taxas de abandono escolar. Por exemplo, num estudo feito no concelho de Bragança o total de alunos a frequentar o 1º ciclo em 2005/2006 era de 53 crianças ciganas, com elevadas taxas de insucesso (45%) e abandono escolar (15%) (Nicolau, 2010).

Nos últimos anos, a par do discurso oficial sobre a integração social dos ciganos na Europa (Parlamento Europeu, 2011) e em Portugal (ACIDI, 2013), na prática, o que se verifica é que as medidas e políticas públicas não têm sido capazes de fazer face à situação de pobreza e exclusão social da população cigana, tendendo a persistir uma situação de desigualdade crónica (ERRC/Númena, 2007). Contudo, a questão da integração social dos ciganos assume uma centralidade inédita após a aprovação da resolução de 9 de Março de 2011, sendo que o Parlamento Europeu convidou a Comissão Europeia e o Conselho Europeu a adotar uma estratégia europeia para os ciganos. Assim, e com o intuito de garantir a existência de políticas eficazes nos Estados-Membros, o Conselho Europeu propôs a definição de estratégias nacionais de integração dos ciganos ou, no caso de já existirem, que estas fossem adaptadas para atingir os objetivos da UE em matéria de integração dos ciganos. Os objetivos da UE em matéria de integração dos ciganos assentam em quatro domínios fundamentais e que são também os eixos-chave que orientam a Estratégia Nacional: o acesso à educação, ao emprego, aos cuidados de saúde e à habitação, sem esquecer a necessidade de empoderamento social e o combate ao anti-ciganismo em contexto europeu.

Tendo em conta que em Portugal, nos últimos 30 anos, se desenvolveram alguns programas de política social sem contudo se conhecer os seus impactos, como o Rendimento Social de Inserção (ERRC/Númena, 2007); os programas de Educação Multicultural e In-

2 Por vezes, os ciganos usam expressões como *romanon*, *romanó*, falar “cigano”.



tercultural; os Territórios de Educação de Intervenção Prioritária, bem como, o Programa Novas Oportunidades e o Programa Escolhas, dirigidos à escolarização e formação profissional. Estes últimos programas referidos, ainda que os resultados sejam pouco conhecidos, têm contribuído para a elevação dos níveis de escolarização de algumas pessoas ciganas, nomeadamente mulheres (Magano, 2010, 2014; Magano e Mendes, 2014, Mendes e Magano, 2014).

Uma das dimensões mais importantes deste estudo passou por apreender os contornos da problemática associada aos processos de escolarização dos ciganos, temática controversa e que interfere nos modos de acesso ao emprego, formação e aos cuidados de saúde contribuindo para o perpetuamento da reprodução de situações crónicas de pobreza e exclusão social. Na educação persiste um claro desfasamento entre objetivos e regras da instituição escolar, com os seus conteúdos programáticos e regras sociais, por um lado e por outro, os valores ciganos e modos de vida das famílias ciganas (Montenegro, 1999; 2012). O êxito escolar da população cigana é muito inferior ao do resto da população, apesar de a situação divergir entre os Estados-Membros (Comissão Europeia, 2011) e detetam-se níveis de escolarização muito baixos e altas taxas de abandono (Cortesão *et al.*, 2005; Mendes, 2007; Nicolau, 2010). A baixa escolaridade atinge proporções mais preocupantes entre as mulheres, que na sua maioria não ultrapassam a barreira do 1º Ciclo do Ensino Básico (EB). O mesmo se constata num estudo sobre ciganos integrados em que as mulheres também apresentam níveis de escolaridade muito inferiores aos dos homens estudados (Magano, 2010). Apesar das reservas e até resistências face a uso deste conceito para refletir sobre a situação dos membros deste grupo, pensamos que o mesmo tem ainda potencialidades heurísticas interessantes e que convém relembrar.

A integração é aqui entendida como a incorporação de normas sociais e a participação na vida coletiva, sobretudo através das dimensões económica, social e simbólica, por via das instâncias de socialização (Schnapper, 2007), ou seja, consiste na aprendizagem social e não de qualquer aniquilamento cultural mas sim de pluralismo cultural. Em contexto da interação entre os “estabelecidos” e “os que chegam” (Elias e Scottson, 2000 [1965]) trata-se de uma adaptação mútua e em termos de *integração* reciprocamente respeitosa entre culturas diferentes que desenvolvem tensões, interagem e conflituam nas suas especificidades culturais; traduz um discurso em prol de uma política assente no reconhecimento das diferentes culturas ante a injustiça cultural e na confiança de que as raízes mais profundas da discriminação e da exclusão social e económica se localizam no racismo, no sexismo.

Neste sentido, na perspetiva de Gimenez (2008), a conceção de interculturalismo, surge como modelo de gestão da diversidade cultural que implica convivência, cidadania política e social. É colocada a ênfase na necessidade de compreender, cuidar, promover e regular adequadamente a interação sociocultural positiva como forma de abordagem, de comunicação, de aprendizagem e também de resolução de conflitos entre diferentes cul-

turas. Deste modo, uma abordagem pluralista deve ser culturalmente distinta no contexto do Estado e de nação democrática remetendo para uma participação multicultural, multilingue e multi-étnica. Os espaços e processos de interação nestes contextos são positivos, abertos e existem relações de confiança, reconhecimento mútuo, comunicação eficaz, diálogo e debate, permitindo a regulação pacífica dos conflitos, cooperação e convivência cultural com base em três princípios:

1) o princípio da cidadania, o que implica o reconhecimento pleno e constante busca de igualdade real e efetiva dos direitos, responsabilidades, oportunidades, e a luta constante contra o racismo e a discriminação;

2) o princípio do direito à diferença, o que implica o respeito à identidade e os direitos cada uma das cidades, grupos étnicos e expressões sócio-culturais;

3) o princípio da unidade na diversidade, consubstanciado na unidade nacional, não imposta mas construído por todos e que se assumiu voluntariamente (Giménez, 2008: 13-14).

Sendo a educação a base para as transformações sociais e culturais dos indivíduos (Vala *et al.*, 1999), indispensável a uma participação cidadã plena e para se operar uma mobilidade social ascendente, o acesso à escolarização é, antes de mais, uma questão de cidadania, sendo, por isso, fundamental perceber as razões de resiliência entre a instituição escolar, as crianças/jovens e as famílias ciganas.

Em contexto nacional são vários os estudos que denunciam a baixa escolarização e o abandono precoce da escola por parte dos ciganos (Mendes, 1997 e 2007; Nicolau, 2010). Um dos objetivos desta investigação é aferir as razões que justificam a persistência deste fenómeno, tendo em conta a imposição da escolarização obrigatória, por um lado, mas também por começar a ser sentida como uma necessidade das famílias ciganas para a integração ou por falta de alternativas ocupacionais que não impliquem o domínio dos códigos de leitura fornecidos pela instituição escolar e através do processo de escolarização. Desde os finais dos anos 80 do século passado que se registam melhorias assinaláveis ao nível da elevação das taxas globais de escolarização. De facto, um dos processos que mais estreitamente está associado aos trajetos de mobilidade social na sociedade portuguesa contemporânea diz respeito ao rápido aumento dos níveis de escolaridade (Almeida *et al.* in Reis (coord.), 1993) com papel determinante na dinâmica das sociedades modernas. De registar que em Portugal há cada vez mais mulheres ciganas que continuam a sua trajetória escolar através de programas de educação alternativos (Programa Novas Oportunidades; alfabetização de adultos, Programas Escolhas), e, por vezes, até o fazem com descrição e “às escondidas” da família e membros mais velhos da comunidade. É preciso conhecer os contextos e percursos de vida destes homens e mulheres e que repercussões têm esses projetos de vida (Velho, 1999) sobre as suas opções e a estrutura das relações familiares. Aceder a novos códigos de leitura permite aceder a múltiplos universos culturais e a uma pluralidade de re-



lações sociais, sendo expectável haver transformações e mudanças nos estilos de vida, nos valores sociais e culturais e nas relações de género, acompanhando a sociedade em geral.

A baixa escolarização e qualificação profissional interligam-se e condicionam fortemente outras dimensões da vida dos indivíduos, nomeadamente, a capacidade de aceder a um emprego no mercado de trabalho e de se relacionar e perceber o funcionamento das instituições. Na sequência de políticas sociais entendidas como ativas, desde meados da década de 1990 tem sido fundamental o encaminhamento de muitos cidadãos ciganos para medidas de educação de adultos (como o ensino recorrente e os cursos de alfabetização), de formação profissional e outras ações de formação e a frequência da escolaridade obrigatória para um grupo cada vez maior de crianças e jovens ciganos, constituindo um resultado inequívoco do papel que estas medidas têm tido nas dinâmicas de escolarização da população cigana, embora ainda não se conheça de forma alicerçada as suas consequências (Gomes, 2013). Ainda de acordo com Maria do Carmo Gomes (2013), a relação estabelecida entre as políticas sociais e as políticas de qualificação de adultos é um dos mais poderosos instrumentos de combate à pobreza de um modo duradouro, criando oportunidades de desenvolvimento individual autónomo e condições para a mobilidade social ascendente. O que poderá ser entendido como o *ciclo virtuoso* das políticas públicas, enquanto mecanismo ao serviço do desenvolvimento social e económico de um país e da melhoria do bem-estar e qualidade de vida das suas populações. Um dos desafios que se coloca a esta investigação passa pela garantia de continuidade e disseminação de resultados de estudos neste âmbito.

Entre os ciganos há uma diversidade de situações e protagonistas sociais, sendo em Portugal pouco conhecidas as diferenças interclassistas entre as elites ciganas, as classes médias e a classe popular (Gamella, 2013). Nessa análise que aqui se pretende empreender importa dar a conhecer estas diversidades e singularidades que têm sido evidenciadas nas pesquisas de Sousa (2010), evidenciando a existência de continuidades entre ciganos e não ciganos pouco debatidas pela bibliografia nacional e que são analisadas num quadro de intensas relações interétnicas entre ciganos e não ciganos. Para além de ciganos cujas famílias sempre foram integradas e alvo de maior aceitação, quer pelo seu estatuto socioeconómico elevado, quer pelo respeito que sempre mereceram, outros há que fizeram uma trajetória de mobilidade social ascendente, quase sempre tendo por base um percurso de qualificação escolar e profissional distintivo (Magano, 2010; Sousa, 2010). Contudo, esta pluralidade nem sempre é fácil de apreender e de perceber pela ofuscação gerada pela adoção de perspetivas interpretativas redutoras, lineares e deterministas sobre os ciganos portugueses.

A pluralidade de modos de vida existe e não radica apenas no tipo de atividade económica exercida ou na escolarização realizada, mas também na afirmação religiosa, nomeadamente com base na Igreja Evangélica de Filadélfia (Blanes, 2006; Rodrigues, 2013). Por exemplo, os ciganos evangélicos assumem uma mudança de postura, tanto em relação ao transcendente, como em relação ao seu comportamento quotidiano e relacionamento com

os outros ciganos (não evangélicos) e a sociedade envolvente. Ou seja, as mudanças são na relação com a sociedade dominante, mas também nas relações intra ciganos, entre ciganos evangélicos (bem comportados) e ciganos não evangélicos (ainda propensos a comportamentos desviantes), sendo importante no contexto do presente estudo conhecer estas transformações sociais. Segundo Rodrigues (2013), que também colabora neste estudo, para se ser um bom “evangélico” é preciso deixar de beber álcool, de fumar e de se drogar. Estas mudanças podem ter consequências importantes e positivas tanto para os indivíduos como para os grupos familiares, configurando-se como um dispositivo provavelmente mais eficaz enquanto difusor de práticas sociais do que muitos programas ou medidas sociais que, muitas vezes, são mal sucedidos ou geradores de efeitos perversos.

A relevância de algumas políticas sociais, a par da ação da Igreja e das organizações não-governamentais, têm contribuído de forma incontornável para o empoderamento e melhoria das condições de vida dos ciganos, não só em Portugal, mas também noutros países europeus. No entanto, também têm vindo a contribuir, ainda que não intencionalmente, para o abandono de modos de vida tradicionais ciganos, nomeadamente no que diz respeito ao impacto do Rendimento Social de Inserção sobre o modo de vida dos indivíduos e de famílias ciganas beneficiárias (Santos, 2013). Assim sendo, importa apreender de forma sistemática e aprofundada os efeitos da ação destes organismos na melhoria das condições de vida das pessoas e famílias ciganas em contexto nacional.

No domínio da saúde pública, persistem ainda alguns constrangimentos associados ao exercício do direito à saúde, bem como, algumas dificuldades no acesso a estes serviços (Vicente, 2013). Neste domínio, os estereótipos do pessoal hospitalar, como é o caso dos enfermeiros, tem sido um fenómeno estudado por João Fernandes (2013). Todavia, algumas mudanças estão a ocorrer neste domínio e ainda não são completamente compiladas e conhecidas. Por exemplo, a Associação para o Planeamento Familiar do Norte, com intervenção no Bairro da Biquinha, em Matosinhos, denunciam a maior adesão dos ciganos ao planeamento e vigilância da gravidez, à saúde materno infantil de cariz preventivo, com menor recorrência aos serviços de urgência e consequente assunção de comportamentos protetores e de uma postura de maior aceitação em relação ao adiar da primeira gravidez e ao número de filhos que pretendem ter (Allen, 2013; Teixeira, 2013).

Os ciganos continuam a ser referenciados pelos *media* e no discurso popular como um grupo “problemático” e gerador de conflitualidades, a viver nos interstícios ou “nas margens” da sociedade em contraste com o meio social envolvente, embora também eles sejam parte dessa mesma sociedade, talvez porque os ciganos vivenciam uma situação de “etnicidade forte” (Machado, 1992), na medida em que se demarcam do espaço envolvente pela condição social, características demográficas, concentração espacial, práticas socio-culturais e modos de vida, havendo ainda um desconhecimento e não reconhecimento das singularidades deste grupo (Mendes, 2007). A maior parte dos ciganos portugueses, inde-



pendentemente do seu estatuto socioeconómico, continua a rever-se e a reconhecer-se nesta designação e a reivindicar uma identidade comum e a partilhar certos traços culturais, como se pode aferir a partir dos estudos de Mendes (2007); Magano (2010) e Marques (2013). Nestes estudos constata-se que há, portanto, processos de identificação face a um conjunto de valores e normas culturais e simbólicas transversais, apesar da heterogeneidade entre grupos e indivíduos ciganos, que importa aferir na presente investigação. Mas perante os ciganos, a curiosidade e a surpresa de investigadores, técnicos e sociedade em geral refletem-se, por vezes, numa certa tendência para a exotização e folclorização, acentuando-se ora o seu primitivismo, genuidade, “pureza”, ora a sua assimilação e evolução (Mendes, 2007). Os preconceitos exacerbados para com este “coletivo” (Marques, 2013), estão bem enraizados nas atitudes e comportamentos por parte dos restantes portugueses relativamente aos ciganos. Como refere Marques (2013), mesmo as pesquisas que têm outros grupos como objeto de estudo acabam por afirmar que as principais vítimas do racismo em Portugal são as “coletividades” de ciganos portugueses espalhados um pouco por todo o país, e que estas serão, provavelmente, vítimas de um racismo mais virulento do que aquele que atinge outros grupos (Mendes, 2007), o que nos faz pressupor que efetivamente estamos perante uma questão sociológica em torno dos ciganos, entendida como “questão cigana”, e que passa pelo racismo, mas também por problemas ligados à participação cidadã desta “coletividade histórica”³ no conjunto mais largo da sociedade. Esta mesma situação é designada por Bastos, Correia e Rodrigues (2007) como “ciganofobia”, exercida quer por parte do Estado, quer pela sociedade civil, e que se reflete na recusa em enfrentar a questão como um problema histórico de discriminação dirigida à população cigana. Conhecer a discriminação percebida por parte dos ciganos e os modos de convivência com os não ciganos será uma das dimensões de análise a contemplar no estudo que aqui se propõe.

Nunca é por demais relembrar que os ciganos portugueses (e de outros países europeus) continuam a ser particularmente vulneráveis à pobreza e à exclusão, sendo considerado o grupo étnico mais pobre, com piores condições habitacionais, menos escolarizado e como o principal alvo de racismo e discriminação nas sociedades modernas. Num inquérito realizado em 2011 pela Agência para os Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA) em 11 países-membros, 80% dos ciganos inquiridos pertenciam a agregados familiares em risco de pobreza, sendo que os níveis mais elevados foram registados em Portugal (quase 100%), Itália e França. Em particular, no referente às condições de habitabilidade, nas habitações dos ciganos inquiridos viviam em média, mais de duas pessoas num quarto, cerca de

3 Referência de Marques a Dominique Schnapper que propõe a substituição de conceitos de “grupo étnico”, “etnia”, “raça” ou “grupo racial” pelo de “coletividade histórica” Pelo facto de este conceito permitir definir os grupos humanos ultrapassando quer as designações do senso comum que os “naturalizam”, quer os conceitos demasiado marcados pela história do pensamento anglo-saxónico (Marques, 2013: 111)

45% dos inquiridos viviam em habitações que não tinham pelo menos uma das seguintes instalações básicas: cozinha, casa de banho, chuveiro ou banheira no interior da habitação e eletricidade (FRA, 2012). Segundo a Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos, em Portugal, o número de ciganos a viverem em barracas e tendas ronda os 7.000, o que corresponde a 18% da população cigana, para um universo estimado de cerca de 40 mil pessoas (Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura, 2009)⁴.

Com a adoção da Diretiva 2000/43/CE (e a sua transposição) relativa à aplicação da igualdade de tratamento das pessoas independentemente da sua origem étnica e racial, a UE estabeleceu um importante instrumento jurídico para combater a discriminação étnica e racial no acesso a bens e serviços, como o alojamento (FRA, 2009). Recentemente (em 2011) foi tornada pública uma decisão histórica do Comité Europeu dos Direitos Sociais⁵ que concluiu, por unanimidade, que houve violação da Carta Social Europeia por parte do Estado português, nomeadamente no que toca à não discriminação dos ciganos no acesso a uma habitação adequada, no cumprimento do direito da família e à proteção social, jurídica e económica, além do direito à proteção contra a pobreza e exclusão social⁶. Apesar desta decisão, a hostilidade e a rejeição face aos ciganos continua a assumir configurações diversas de racismo⁷ e de anticiganismo (Bastos, org. 2012; SOS Racismo, 2001) que, por exemplo se manifestam na visibilidade da segregação social e étnica de que aqueles são alvo nas operações de realojamento que decorrem nas periferias e nos espaços suburbanos, mas também as elevadas taxas de detenção face ao número estimado de cidadãos ciganos (Moreira, 1999; Gomes, 2013). Relembre-se ainda as evidências empíricas reveladas pelas

4 Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura (2009), Subcomissão para a Igualdade de Oportunidades e Família, *Relatório das audições efetuadas sobre Portugueses Ciganos no âmbito do Ano Europeu para o Diálogo Intercultural*. Tais valores aproximam-se dos aventados num estudo do CET em que se estima que existam 6.516 ciganos a viverem em condições precárias de habitação sejam estas fixas ou móveis. (CET/ISCTE (2009), *Atas do Seminário Internacional – Ciganos, Território e Habitat*, ISCTE, 8 e 9 de Abril de 2008.

5 A Carta Social Europeia (1961 e 1991) contém disposições que se relacionam diretamente com a habitação. O Comité Europeu de Direitos Sociais (CEDS) é o órgão que supervisiona a aplicação da Carta Social Europeia por parte dos Estados signatários.

6 No documento que serviu de base à decisão do Comité, é referido um estudo de 2009 sobre as condições de habitação dos ciganos em Portugal, em que se estima que entre 16% a 31% da população cigana viva em condições precárias, enquanto os dados sobre o conjunto da população portuguesa aponta para 0,8% da população a viver nessas condições. Ver Céu Neves (2013).

7 Numa sondagem de opinião levada a cabo pela Universidade Católica e publicada na imprensa em 1995 é revelado que mais de 80% dos portugueses não se consideram racistas, mas o que mais surpreendeu os autores foram as atitudes de ressentimento manifestas face aos ciganos, geralmente associado às drogas e a atividades criminais, ver David Corkill, e M. Eaton "Multicultural insertions in a small economy: Portugal's immigrant communities" in M. Baldwin-Edwards e J. Arango (eds.) (1999), *Immigrants and the informal economy in Southern Europe*, London, Frank Cass Publishers, pp. 149-168.



scale of anti-gypsy hostility in Europe, ao mostrar que 48,9% dos portugueses dizem que não querem ter um cigano como vizinho (Vitale e Claps, 2010). Os ciganos continuam a experimentar uma dupla discriminação, por um lado, no setor privado do mercado de habitação quando procuram alojamento para arrendar ou comprar, e por outro, no acesso à habitação social (Mendes, 2007; FRA, 2009). Ainda hoje e como bem salientam Correia (2012), Castro (2013) e Neves (2013), os ciganos vivem na periferia das cidades, das aldeias e das localidades, em terrenos sem rentabilidade, junto a zonas industriais e de difícil acesso, a paredes-meias com lixeiras e animais, acantonados. Estão retirados da restante população, dos equipamentos públicos, nomeadamente, de escolas e dos centros de saúde, o que constitui mais um desincentivo à escolaridade e aos cuidados médicos.

Para os que são alvo de operações de realojamento, a mudança dos cenários habitados e a transição para os bairros de realojamento implicou, na ótica de alguns ciganos realojados na Área Metropolitana de Lisboa (AML) (Mendes, 2007), evidentes benefícios, mas também inconvenientes. Num estudo feito nas duas Áreas Metropolitanas, Pereira e Rebelo (2011) salientam que em Lisboa, o realojamento não foi globalmente vivido como uma mais-valia nas vidas destas pessoas, a insatisfação face às más acessibilidades e escassez de equipamentos de apoio à população determinaram o descontentamento e o desejo expresso de mobilidade. Em síntese, apontam-se a não dotação destes locais de equipamentos sociais, espaços comerciais (mercearias, talhos, peixarias, farmácias), a má qualidade dos materiais usados na construção, a vivência num apartamento num piso superior, o estranhamento da coabitação com “Outros” vizinhos (p.e. com africanos), as dificuldades em gerir a limpeza e manutenção de espaços públicos e semipúblicos, a elevada concentração de ciganos, a agudização da conflitualidade intra grupal, a vandalização do edificado e do espaço envolvente, o maior fechamento no espaço residencial, as relações de vizinhança mais distantes e superficiais e as dificuldades em mensalmente pagar a renda e outras despesas associadas à habitação. A justaposição espacial de populações heterogéneas não tende a produzir os efeitos de “nivelamento”, de contágio cultural e homogeneização de comportamentos, tal como foi previsto no início do século passado pela Escola de Chicago e pelos arquitetos e urbanistas do movimento moderno. Acresce a tudo isto, a perda de autonomia e de uma certa liberdade de movimentos, assumindo o significado de espaço e de lugar uma amplitude mais restrita, potenciando a interiorização de um sentimento de maior insegurança ontológica e contextual nos indivíduos. Entre as principais virtualidades do acesso a uma habitação, mesmo num bairro de realojamento, são aludidas a maior privacidade, o maior investimento pessoal e material em torno da casa e da vida familiar, a coabitação com “Outros” e as mais-valias em termos de conforto, higiene, limpeza e asseio. No contexto da presente investigação, importa perceber os principais impactos das políticas sociais no domínio da habitação sobre as trajetórias de vida e qualidade de vida das famílias ciganas, bem como, na promoção da convivência com outras pessoas e grupos sociais.

Ao que parece, e nas várias áreas aqui referenciadas (educação, formação e emprego, saúde e habitação), o universalismo das políticas sociais (dignidade igual a todos os cidadãos) não tem surtido os efeitos desejados na redução dos níveis de pobreza, exclusão, discriminação e racismo face aos ciganos. Assim sendo e neste domínio de análise, as ONG'S e os municípios em particular, desempenham um papel-chave na adoção de projetos e programas locais ajustados às diversidades e singularidades dos cidadãos, sendo indispensável, em nosso entender, a adoção de políticas de proximidade que reabilitem outras formas de envolvimento (nomeadamente, familiares) (Cefaï, 2009).

II. Roteiros de investigação

De uma forma sintética, as atividades de pesquisa desencadeadas no âmbito desta pesquisa organizam-se em torno de várias etapas⁸, a saber:

Primeira etapa: Pesquisa bibliográfica e consolidação do modelo de análise

Segunda etapa: Entrevistas a Ong's, serviços públicos, igrejas, mediadores, representantes ciganos e inquéritos a peritos

Terceira etapa: Levantamento e análise de medidas de política social e projetos de intervenção

Quarta etapa: Inquérito via email às autarquias

Quinta etapa: Inquérito por questionário online aos peritos

Sexta etapa: Inquérito por questionário às pessoas ciganas

Sétima etapa: Análise da informação

Oitava etapa: Método de Delphi para validação dos perfis

Objetivo 1:

Sendo que um dos objetivos preconizados no convite de apresentação da proposta de investigação implicava produzir “um retrato das comunidades ciganas”, foi nossa intenção analisar a situação social dos ciganos portugueses através da delimitação de um conjunto de dimensões e de indicadores que nos permitiram fazer uma cartografia dos perfis e da sua distribuição no território nacional, atendendo às suas características sócio-demográficas, padrões de inserção territorial, bem como, às suas condições de vida. Neste contexto de análise, pretendeu-se perceber numa perspectiva diacrónica e sincrónica a composição e dinâmica da população cigana em território nacional, o que implicou cruzar metodologias mais de carácter extensivo com recurso ao inquérito por questionário com metodologias intensivas (entrevistas, análise documental, método de Delphi).

A ausência de estimativas consensuais e fiáveis sobre a dimensão, composição e distribuição da população cigana portuguesa coloca constrangimentos adicionais à realização deste objetivo. Como foi referido na discussão do estado da arte e relembrando algumas fontes nacionais: a ERRC/Númena (2007) estabelece um limiar entre os 50 e os 60 mil ciganos portugueses; o SOS Racismo (2001) através de um estudo em que realizou um inquérito por questionário às Câmaras Municipais avança com um quantitativo da ordem das 21 831 pessoas ciganas; Castro (2004) através de 2 inquéritos aplicados a mediadores institucionais, tais como as Câmaras Municipais e a Guarda Nacional Republicana sugere um efetivo na ordem dos 34 mil; a Estratégia Nacional para a Integração dos Ciganos em Portugal

⁸ Em cada um dos capítulos referentes à análise de dados serão tecidas considerações de carácter técnico-metodológico mais aprofundadas sobre cada uma destas etapas de pesquisa.

(ACIDI, 2013) avança com um limiar entre os 40 e os 60 mil. Se recuarmos um pouco mais no tempo, são célebres dois estudos efetuados nos anos 80 e 90, que apesar do tempo transcorrido assumem ainda alguma pertinência, devido à sua extensividade, e também porque demonstram algumas preocupações de exaustividade e rigor: o efetuado em 1995 pelo Secretariado Diocesano da Pastoral dos Ciganos e o seu antecessor da responsabilidade do Programa de Promoção Social da Misericórdia de Lisboa, que data de 1988. O estudo que o Secretariado Diocesano da Pastoral dos Ciganos levou a efeito em 1995 revela que, na diocese de Lisboa (abarcando 21 concelhos), existiam 6043 indivíduos (1446 famílias ciganas), com uma ligeira preponderância dos homens (3 006) relativamente às mulheres (2887). As áreas com um maior número de residentes de etnia cigana eram Lisboa (com 2 332 indivíduos), Loures (1028) e Amadora (948 efectivos). Em complementaridade a este estudo, importa destacar alguns dos principais resultados da pesquisa que em 1988 o Programa de Promoção Social da Misericórdia de Lisboa levou a efeito sobre a população cigana do distrito de Lisboa, concluindo que aqui residiam cerca de 6000 ciganos. No Alentejo, o Centro Regional de Segurança Social realizou, em 1993, um estudo de caracterização demográfica, social e cultural das populações ciganas residentes na região (Amiguiño citado in ACIME, 1997). A maior parte dos ciganos concentrava-se principalmente nos concelhos do distrito de Beja (1158), seguindo-se Portalegre (916) e depois Évora (796), representando no seu conjunto 482 famílias e totalizando 2 873 indivíduos.

Atendendo aos resultados dos estudos mencionados na discussão teórica, sabe-se que os ciganos se distribuem de forma relativamente dispersa pelo território nacional, sendo possível, no entanto, evidenciar algumas zonas de maior aglomeração, como sejam os concelhos das duas Áreas Metropolitanas (na AM de Lisboa, 30,0% e na AM do Porto, 23,3%) e a região do Alentejo (20,0%). As maiores concentrações geográficas ocorrem nos distritos de Lisboa, de Setúbal e do Porto, aparecendo depois núcleos secundários, em alguns concelhos do Alentejo, Algarve, do Nordeste Transmontano e da Beira Baixa.

Não sendo possível dispor a priori de dados estatísticos que permitam quantificar e caracterizar a população cigana, dadas as proibições que recaem sobre os processos de recolha de informação em que se faça a identificação étnica dos cidadãos nacionais (“estatísticas étnicas”), na medida em que, tal procedimento contraria a lei fundamental e outros dispositivos legais, e dadas as limitações associadas à aplicação de metodologias mais extensivas, com recurso à técnica do inquérito por questionário à população cigana atestadas em estudos anteriores, importa refletir e justificar as opções técnicas e metodológicas adotadas no âmbito desta proposta de investigação.

Assim e tendo em conta o não fácil acesso a esta população, e supondo que grande parte da população cigana viva agrupada (*clustered*); neste caso, os inquéritos porta-a-porta não são viáveis, pois, implicariam custos elevados e os resultados circunscrever-se-iam a uma amostra de pequena dimensão e de qualidade discutível (Bjerkman e Huitfeldt, 2004 pp.26-27).



Posto isto, neste estudo e na aplicação do inquérito por questionário às pessoas ciganas utilizamos a *adaptive cluster sampling* (Thompson, 1997 p.294), técnica desenvolvida para inquirir populações de difícil acesso. Especificamente, operou-se da seguinte forma: numa primeira fase foram selecionadas aleatoriamente algumas zonas territoriais a inquirir (*clusters*), tendo em conta as informações que nos foram remetidas pelos municípios do continente e outras fontes. Num segundo momento procurou-se aprofundar o trabalho de campo naquelas zonas em que foram encontrados mais indivíduos pertencentes ao grupo alvo que se procurava, deixando de parte as zonas onde foram encontrados poucos sujeitos. Este método pode ser complementado com técnicas de amostragem *snowball* ou *network* (Thompson & Seber 1996 in Bjerkan & Huitfeldt, 2004 p.27). Os pontos iniciais de recolha de informação foram diversificados e na sua escolha tivemos em linha de conta as informações cruzadas das entrevistas aos agentes sócio-institucionais e dos inquéritos às autarquias, cuja taxa de resposta foi de 54%, assim como, estudos anteriores (SOS Racismo, 2001; Castro, 2004), acrescente-se que os *clusters* territoriais foram sendo cumpridos à medida que se vai esgotando o número de inquiridos. Apesar de pré-definidas as zonas de inquirição, de acordo com os maiores núcleos de concentração geográfica de população cigana e dada a localização dos investigadores que fazem parte desta equipa e também instituições parceiras (ver Figura 2): Trás os Montes e Minho, Área Metropolitana do Porto e Tâmega, Centro e Beira Interior, Área Metropolitana de Lisboa e Península de Setúbal, Alentejo (Alto, Baixo, Litoral e centro) e Algarve, o objetivo foi diversificar as zonas em análise (perfil urbano, rural e péri-urbano) aprofundando-se a recolha de informação nas zonas com maiores concentrações de população cigana.

Entre os principais critérios que tivemos em linha de conta de modo a obtermos uma adequada amostragem dos ciganos portugueses é de salientar: a necessidade de ser representativa da população cigana do país (em termos sociológicos e não tanto estatísticos); ter dimensão suficiente para que possam ser efetuadas análises robustas dos diversos sub-grupos dentro dessa população; permitir comparar a população cigana com a não-cigana (Bjerkan e Huitfeldt, 2004 p.26). A amostra contemplou uma certa diversidade interna, através da formação de quotas indicativas, atendendo a variáveis como o sexo, a idade, o *habitat* (rural/urbano), o estatuto social, a escolaridade e residência em zonas de elevada/reduzida concentração de população cigana, correspondendo a diferentes, perfis das comunidades ciganas em Portugal.

Os estudos internacionais de grande porte apontam que é impossível a quantificação/estimativa da população cigana, mesmo em países onde a etnia é declarada no recenseamento geral da população, uma vez que não é viável o cálculo rigoroso do erro associado a estas estimativas/amostragens. É recomendação da literatura que os dados dos inquéritos por questionário sejam combinados com informação qualitativa recolhida a partir das entrevistas a especialistas (Rughini, 2010 p.354). Assim sendo, em fase posterior e após a

recolha, tratamento e análise dos resultados do inquérito, utilizou-se o Método de Delphi para a validação dos perfis das pessoas e famílias ciganas aferidos por via da aplicação do inquérito por questionário às pessoas ciganas e agregados familiares. Na concretização desta tarefa, utilizarmos um painel de 18 peritos/experts (constituído p.e. por mediadores ciganos, técnicos e investigadores) que se pronunciaram sobre os resultados do inquérito por questionário às pessoas e agregados familiares, sendo que os participantes não se confrontaram frente a frente, garantindo-se o anonimato das respostas dadas pelos participantes e o uso de ferramentas estatísticas simples para identificar padrões de acordo/consenso de modo a se ajustar os perfis detetados e suas características.

Dadas as limitações das fontes nacionais e internacionais já citadas e a ausência de um quantitativo consensual sobre o número de ciganos em Portugal, com recurso ao *software Epi Info 7* foi calculada numa fase inicial a dimensão da amostra a inquirir. Tomando como dimensão máxima um universo de 60 000 indivíduos, para um grau de confiança de 80% e erro máximo de 5%, seria necessária uma amostra de 1500 sujeitos. Contudo, conseguiu-se ultrapassar a dimensão previamente estabelecida, tendo-se realizado 1599 inquéritos às pessoas ciganas.

Um dos problemas metodológicos subjacentes à inquirição de pessoas de etnia cigana refere-se ao modo de identificação, assim sendo, utilizamos como critério chave no processo de inquirição a autofiliação étnica (*ethnic self-affiliation*), em que a pessoa se identifica como cigano para si próprio (Ladányi e Szelényi, 2001 p.81).

As entrevistas aos actores sócio institucionais (Ong's, serviços públicos, igrejas, mediadores, representantes ciganos), permitiu mapear e caracterizar de forma preliminar a população a inquirir, nomeadamente se a população cigana vive em comunidades bem identificadas, se vivem em grupos de elevada dimensão, grupos pequenos ou isolados em zonas de residência essencialmente não-cigana (Rughini, 2010 p.360-361), constrangimentos e oportunidades de integração e algumas das suas características básicas que foram tidas em linha de conta na composição das quotas (com correspondência a perfis).

Na aplicação dos inquéritos presenciais às pessoas ciganas envolvemos entrevistadores não ciganos e alguns ciganos, sendo que estávamos bem cientes que a exequibilidade deste tipo de projeto de investigação dependia da natureza e clareza dos seus fins/propósitos, mas sobretudo do envolvimento dos membros do grupo minoritário na preparação e implementação do questionário (Bjerkkan e Huitfeldt, 2004 p.8). Um dos problemas recorrentes neste tipo de estudos é a desconfiança da população cigana para participar em inquéritos por questionário, tentamos garantir a cooperação de organizações/instituições/associações (ciganas e não ciganas) ativas nas áreas de inquirição e consolidar a rede de contatos que os membros da equipa de investigação detêm no terreno, fruto da sua experiência de investigação de há vários anos e em pesquisas anteriores. Também nos inquéritos aos peritos/experts e no método de Delphi foi possível contar com a colaboração de representantes das “comunidades ciganas”.



O inquérito às pessoas ciganas foi dirigido a um representante do agregado familiar (com idade igual ou superior a 16 anos) e contemplou um conjunto de questões que permitiram conhecer algumas características base do agregado familiar do inquirido (limitando-se um inquérito por agregado familiar); as restantes questões foram dirigidas ao respondente. Para além dos dados recolhidos em primeira mão junto dos inquiridos, foram produzidas notas etnográficas ou fichas preenchidas pelos inquiridores para que se possa obter informação de nível contextual, i.e. referente ao *habitat*, o que nos proporcionou uma perspetiva mais aprofundada sobre das condições de vida dos respondentes. Procuramos, ainda, utilizar indicadores comuns aos das estatísticas oficiais para que seja possível estabelecer comparações com as estatísticas oficiais, como é o caso dos inquéritos ao emprego e ao consumo das famílias (Milcher e Ivanov, 2004 p.11).

O inquérito por questionário às pessoas ciganas foi constituído pelos seguintes blocos temáticos de questões:

- a. De caracterização social e demográfica do indivíduo e do agregado familiar: dimensão e composição do agregado familiar, sexo, idade, estado civil, existência de casamentos endogâmicos e/ou exogâmicos, grau de escolaridade, profissão, situação na profissão, naturalidade, nacionalidade, tempo de residência no concelho/freguesia; concelho, bairro, local de trabalho e de estudo, principal meio de vida, condição perante o trabalho, situação de desemprego- tempo, razões, procura ativa de emprego; algumas despesas.
- b. Sobre o alojamento e condições de habitabilidade: tipo de habitação, nº de divisões, tempo de uso/aquisição da habitação e regime de propriedade, situação de legalidade, tempo de residência no alojamento, infra-estruturas básicas da habitação- acesso à eletricidade e água, instalações sanitárias e de banho, acesso a esgotos, existência de quintal e/ou jardim, problemas e carências do alojamento, principais equipamentos domésticos, despesas com o alojamento, localização da habitação e acessos a redes de transporte e a transportes públicos, proximidade face a serviços e equipamentos.
- c. Indicadores sobre saúde e nutrição: atitudes face ao sistema de saúde, acesso aos equipamentos de saúde, práticas alimentares, existência de doenças crónicas e/ou graves no agregado, planeamento familiar, conhecimento e uso de métodos contraceptivos, vacinação das crianças.
- d. Sobre educação e formação: atitudes face à escolarização e diferenças de género, acompanhamento e envolvimento dos pais/familiares nas atividades escolares; sucesso escolar; abandono escolar; assiduidade; apoio social escolar; projetos de retorno à escola ou ao sistema de formação profissional.

- e. Redes de solidariedade e acesso a apoios e prestações sociais: prestações e outros apoios – de quem, regularidade, tipos de apoio, quem fornece; auxílios na aquisição de vestuário, alimentação, medicamentos e outros bens.
- f. Participação social e política: pertença a associações, grupos informais, movimentos de cidadãos e partidos políticos, frequência de voto nas eleições; religião, participação em atos religiosos e importância; participação em atividades e projetos de intervenção.
- g. Sobre as representações e práticas no espaço habitado e na sociedade local: relações de vizinhança, existência de conflitos étnicos, abertura e aceitação face a relacionamentos com não ciganos; relações de convivalidade em contextos de interação pública, realização e participação em festas e eventos comunitários; avaliação das intervenções do Estado central e local; avaliação das relações forças policiais; discriminação percebida: tratamento igualitário ou desigual- em que domínios, episódios concretos e factuais de discriminação.
- h. Relativas a avaliações comparativas (situação sócio-económica) face aos portugueses em geral; avaliação comparativa com os países (anteriores).
- i. Tradições e atribuições identitárias: tradições que mais e menos aprecia; domínios em que se regista uma maior mudança; conhecimento e uso do romanó (romanon); práticas culturais, lideranças familiares, relações de género.

O tratamento dos dados destes inquéritos foi feito por via da utilização do software PASW (SPSS), utilizando-se a estatística descritiva, mas também técnicas de análise multivariada.

Objetivo 2:

Outro dos principais objetivos desta proposta passou por apresentar um conjunto de recomendações, não só dirigidas a decisores políticos e entidades públicas nacionais, regionais ou locais, mas também aos técnicos e organizações representativas das “comunidades ciganas”. Em ordem à concretização deste objetivo tentamos esboçar uma espécie de mapeamento e caracterização das medidas de política social, projetos e programas de intervenção de carácter local, nacional e comunitário que têm (e tiveram) como população-alvo - os ciganos.

Neste âmbito, fez-se (i) a compilação das principais medidas e políticas sociais adotadas pelas autoridades portuguesas nos últimos 30 anos a respeito da integração dos



ciganos, como por exemplo, o Rendimento Social de Inserção (RSI), as políticas de habitação social, programas ligados à Educação Multicultural e Intercultural, o programa Territórios de Educação de Intervenção Prioritária, o Programa Novas Oportunidades e o Programa Escolhas; (ii) foi possível evidenciar através das entrevistas aos atores sócio-institucionais e inquéritos aos peritos/ experts, tornar visível as “boas práticas” de instituições e projetos reveladoras de inovação social e catalisadoras de mudança e desencadeadas a nível local e nacional e os resultados/impactes nas pessoas e famílias ciganas, (iii) foi possível produzir uma visão global das principais intervenções/projetos e organizações nacionais em matéria de integração dos ciganos.

A concretização deste objetivo implicou a mobilização e articulação entre várias técnicas de recolha de informação, como a análise documental, a pesquisa bibliográfica, as entrevistas e os inquéritos a peritos/experts. A utilização conjunta e em complementaridade da entrevista, do inquérito e da análise de documentos permitiu, ainda, consolidar o modelo de análise e preparar o design do inquérito por questionário a aplicar às pessoas ciganas.

Com base nos resultados obtidos nestes vários níveis de recolha de informação foi possível fazer uma análise SWOT que permitiu resumir a informação trabalhada num quadro-síntese em que são perceptíveis os pontos fortes, os pontos fracos, as potencialidades e as ameaças em matéria de políticas sociais adotadas pelas autoridades portuguesas nos últimos anos a respeito da integração dos ciganos, bem como, sobre as práticas e efeitos dos projetos e programas de intervenção de carácter local, nacional e comunitário com incidência entre os ciganos portugueses. A operacionalização desta técnica possibilitou a obtenção de informação retrospectiva acerca dos fenómenos em análise, permitindo a sua contextualização e o conhecimento prévio de algumas dificuldades, carências e potencialidades associados aos processos de integração das pessoas ciganas.

Esta técnica aliada à realização de 30 entrevistas semi-estruturadas a representantes e trabalhadores de Ong's, serviços públicos, igrejas, mediadores, representantes ciganos e a alguns inquéritos a peritos (técnicos e investigadores), permitiu recobrir uma diversidade de contextos organizativos e de práticas de intervenção junto da população cigana portuguesa, localizadas em territórios também diversos. Na escolha destes informantes procurou-se atender a alguns critérios, como a diversidade dos sectores de intervenção (saúde, ensino, trabalho, habitação, etc.), a escala do âmbito de intervenção (de bairro, local, regional, nacional, internacional), a existência de projetos, ações ou serviços diretamente direcionados para ciganos, assim como a integração na organização de membros do grupo empírico como trabalhadores ou voluntários.

Em traços largos, o uso desta técnica permitiu obter informação sobre os principais obstáculos e dificuldades à sua ação, assim como, os impactos nos beneficiários (em termos

sincrónicos e diacrónicos, realçando estrangulamentos e virtualidades), assim como a avaliação das medidas de política social e intervenções de outros agentes sócio institucionais que intervêm junto das pessoas e famílias ciganas em domínios como a educação, a formação e emprego, a saúde e a habitação. Esta informação cruzada com os dados resultantes dos inquéritos a peritos/experts (29 respostas) disseminados pelo território nacional possibilitou uma aproximação mais precisa e territorializada aos perfis sociográficos das pessoas ciganas, às suas condições de vida, mas também às suas principais problemáticas, carências e dificuldades vivenciadas no contexto da sociedade portuguesa.

O uso destas técnicas, assim como, do método de Delphi concebido enquanto metodologia participada, que permite incorporar o conhecimento e a perspetiva dos vários atores (mediadores e outros representantes, técnicos, investigadores) foi acionado não só na validação dos perfis e constrangimentos e dificuldades à integração das pessoas e famílias ciganas nos domínios já referenciados, mas também na produção de recomendações sobre políticas, projetos e prioridades de atuação. No terminus do estudo foi possível identificar linhas de investigação futuras a desenvolver em estudos setoriais posteriores e uma reflexão crítica sobre os resultados da investigação efetuada.

Objectivo 3:

No que se refere à apresentação de uma metodologia que permita monitorizar a evolução de cada um dos perfis identificados a médio e longo prazos, a operacionalização deste último objetivo passa por disponibilizar uma base de dados (ao nível local e, por agregação, também ao nível nacional), que pode ser explorado de modos muito diversos pela comunidade científica e interventores sócio institucionais com intervenção junto da população cigana.

A título meramente indicativo, pensamos que é possível monitorizar os perfis identificados a médio e longo prazos (5-10 anos), mas para tal, seria de toda a conveniência criar um observatório que até poderia ter um carácter intermunicipal de recolha e actualização sistemática da informação empírica sobre as dinâmicas e lógicas evolutivas dos perfis das pessoas e famílias ciganas. Esta estrutura teria um carácter flexível e operacional, e poderia ser responsável pela administração de um pequeno questionário durante um ou dois meses por ano, nas instalações das diversas instituições que prestam apoio aos ciganos (serviços municipais e Ong's). O questionário poderia ser aplicado pelos técnicos, ou até por inquiridores ciganos e deveria ter um formato próximo do que será aplicado nesta pesquisa, mas com uma dimensão mais reduzida, poderia ainda comportar uma parte fixa, para permitir comparações longitudinais, e uma parte com perguntas adicionais que poderiam variar ao longo do tempo, consoante a pertinência dos temas a abordar, funcionando assim como uma espécie de painel.



Apresenta-se de seguida uma sistematização dos objetivos da pesquisa que foi realizada e a sua correlação com as fases da metodologia planeada.

Figura 1
Principais objetivos e fases das metodologias

Principais objetivos	i) Produzir um retrato das comunidades ciganas (perfis e constrangimentos) ii) Produzir recomendações com base nos constrangimentos e perfis iii) Apresentar uma metodologia que permita monitorizar a evolução de cada um dos perfis		
Objectivos específicos	Identificação de perfis Identificação de constrangimentos ao processo de integração Validação e ajuste de perfis e constrangimentos	Compilação das medidas e políticas sociais adotadas nos últimos anos a respeito integração dos ciganos Analisar e evidenciar as “boas práticas” de instituições e projetos Produzir uma visão global sobre as principais intervenções/projetos e organizações nacionais	Disponibilização da base de dados Criação de um observatório
Fases da metodologia	Entrevistas a ONG'S, serviços públicos e inquérito a peritos Análise bibliográfica Análise documental Inquérito por questionário ao indivíduo e agregado familiar Método de Delphi	Entrevistas a ONG'S, serviços públicos e inquérito a peritos e autarquias Análise bibliográfica Análise documental Análise SWOT Método de Delphi	Entrevistas a ONG'S, serviços públicos e inquérito a peritos/experts Análise bibliográfica Análise documental Análise SWOT Inquérito por questionário ao indivíduo e agregado familiar Método de Delphi

Por último, importa referir que esta investigação resulta de relações de parceria e de proximidade entre centros de investigação e investigadores com uma sólida experiência

em estudos sobre ciganos e temáticas que se intersejam nesta proposta (interculturalismo, multiculturalismo, políticas sociais, diversidade, metodologias qualitativas, metodologias quantitativas).

Figura 2
Identificação dos membros da equipa e das instituições parceira

Equipa de investigação	
Olga Magano	CEMRI-UAb, Delegação do Porto
Manuela Mendes	CIES-IUL e FAUL
Pedro Candeias	ISEG-UL
Outros investigadores/consultores	
Jorge Malheiros	CEG-UL
Lurdes Fernandes Nicolau	Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Cetrad/UTAD)
Donizete Rodrigues	Universidade da Beira Interior e Centro em Rede de Investigação em Antropologia
João Filipe Marques	Faculdade de Economia da Universidade do Algarve
Patricia Rego	Departamento de Geociências da Universidade de Évora

III. Políticas públicas, programas e projetos

Nesta análise importa destacar as principais medidas de política social, assim como as áreas com maior e menor cobertura por parte do Estado nas últimas três décadas. Dando cumprimento ao artigo 13º da Constituição da República Portuguesa, as medidas de política públicas são universais não existindo, por isso, medidas específicas de acordo com as origens sociais e culturais dos diferentes cidadãos. No entanto, inerentemente, com a condição de cidadãos portugueses, as pessoas ciganas podem delas usufruir e beneficiar. É o que acontece ao nível das políticas públicas de habitação, da saúde, da proteção e apoio social às famílias, da área da educação e do emprego e formação profissional. As medidas existentes são mais numerosas nas áreas da habitação, proteção e apoio social às famílias e educação e, ao invés, há domínios em que as medidas são mais gerais e escassas, como é o caso, por exemplo, das áreas do emprego e formação, da saúde e da justiça.

Em termos de respostas específicas, no âmbito do Alto Comissariado para as Migrações assistimos ao aparecimento do Projeto Mediadores Municipais com o objetivo de formar mediadores municipais ciganos que possam trabalhar localmente em articulação com os municípios, as instituições locais e as famílias ciganas e, mais recentemente, a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas em Portugal que é o primeiro instrumento político orientador em relação à integração das pessoas ciganas e ao reconhecimento dos seus direitos de cidadania.

Sem pretensões de exaustividade, esta análise visa recensar políticas, programas e projetos que parecem ter tido algum impacto em várias dimensões da vida das pessoas ciganas. Este capítulo subdivide-se em 2 secções, inicia-se com a análise das políticas e depois passa-se para o recenseamento de alguns programas e projetos.

1. Principais políticas e medidas públicas desde 1974

Saúde

Na área da saúde é de ressaltar a importância da consolidação do Serviço Nacional de Saúde (tendo por base os princípios como a universalidade e gratuidade no acesso aos serviços de prevenção, ambulatório, cuidados de reabilitação hospitalar) durante as décadas de 80 e 90 e mais recentemente com a criação do Plano Nacional de Saúde. Este Plano iniciou-se em 2012 e está prevista a sua duração até 2016 (<http://pns.dgs.pt/>). Tem como intuito maximizar os ganhos em saúde da população através do alinhamento e integração de esforços sustentados de todos os sectores da sociedade com foco no acesso, qualidade, políticas saudáveis e cidadania. No âmbito desta visão definiram-se vários Programas de

Saúde prioritários a desenvolver pela Direcção-Geral de Saúde⁹, como por exemplo, o Programa Nacional para a Infecção VIH/SIDA, o Programa Nacional para a Prevenção e Controlo do Tabagismo e o Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável, entre outros. A estruturação do sistema nacional de saúde é financiado pelo Estado português com a sua rede de centros de saúde e de hospitais abrangem toda a área do território português, portanto, as pessoas ciganas estão diretamente ligadas a estes serviços como utentes.

Educação e Formação

Após o 25 de Abril existiram diversas políticas educativas, no entanto, sem uma perspetiva global de transformação do sistema educativo (Benavente, 1990). Contudo, de salientar que a partir de 1974 a escolaridade obrigatória estabelecida era até ao 6.º ano, posteriormente foi prolongada até ao 9.º e recentemente alargou-se ao 12.º ano (Lei 82/2009 de 27 de agosto, Diário da República, 1.ª série, n.º 166). No entanto, todos os dados disponíveis apontam para altos níveis de analfabetismo e absentismo escolar dos ciganos portugueses mesmo em relação aos 6 anos de escolaridade o que faz prever tratar-se de uma tarefa difícil a concretização dos 12 anos de escolaridade (AA.VV, 2001a; Bastos, 1999).

A obrigatoriedade do ensino é aplicada a todos os cidadãos portugueses e no que diz respeito à educação e formação de adultos têm sido várias as medidas para combater o analfabetismo, o abandono e o insucesso escolar para além das políticas de educação também algumas medidas que visam o apoio económico das famílias dos alunos mais carenciados através da comparticipação na alimentação e na aquisição de materiais escolares como o SASE (Serviço de Ação Social Escolar) e Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior¹⁰.

Ao nível da educação de adultos e de aprendizagem ao longo da vida, surgem outras medidas como o Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC)¹¹, a Iniciativa Novas Oportunidades (que entretanto já terminou) e os Centros para a Qualificação e Ensino Profissional¹². Neste âmbito, é de destacar o já referido Sistema de RVCC, que surgiu em 2000, permitindo que todos os cidadãos maiores de 18

9 Informação mais completa disponível em <http://www.dgs.pt/programas-de-saude-prioritarios.aspx>.

10 Consultar em <http://www.sec-geral.mec.pt/index.php/educacao-e-ciencia-em-portugal/legislacao-e-regulamentacao-da-educacao/alunos/educacao-pre-escolar-ensino-basico-e-ensino-secundario/acao-social-escolar>.

11 http://portal.iefp.pt/portal/page?_pageid=177,138725&_dad=gov_portal_iefp&_schema=GOV_PORTAL_IEFP&id=3

12 <http://cqep.anqep.gov.pt/>



anos pudessem aceder ao reconhecimento, validação e certificação das suas competências (escolares, profissionais e outras) que poderiam ser adquiridas em diferentes situações de aprendizagem (no âmbito da sua vida pessoal, social e profissional). Este sistema possibilita a atribuição de uma qualificação formal, escolar ou profissional. Em 2007, alargou-se o sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências e passaram a operar unicamente nos Centros de Novas Oportunidades. Cursos de Especialização Tecnológica (CET), Cursos de formação pós-secundária que conferem o nível 5 de qualificação profissional.

Na educação destacam-se ainda as modalidades de ensino doméstico, ensino e itinerância e ensino à distância (ver na seção projetos), que têm ganho uma crescente adesão, estas foram criadas para garantir o cumprimento da escolaridade obrigatória por parte de todas as crianças e jovens. Segundo a legislação que enquadra o Ensino Doméstico ou o Ensino Individual, a sua opção é expressão da vontade do encarregado de educação, ou do próprio aluno quando maior de idade, que assume a escolha da pessoa responsável pela leção, devendo esta ter por referenciais os programas nacionais e, consoante a modalidade, ser detentora das habilitações exigíveis. No caso do Ensino Individual (ministrado por um professor diplomado), as habilitações são as exigidas para a docência do nível de ensino frequentado pelo aluno (Despacho n.º 32/77, de 21 de março e IGEC, 2013).

Através do Fundo Social Europeu foram desenvolvidas ações de formação em várias vertentes procurando-se dotar de competências para a inserção no mercado de trabalho.

Inserção Social

A assunção da existência de pobreza e exclusão social na União Europeia e em particular em Portugal, conduz à criação do Programa de Luta Contra a Pobreza¹³ (1º programa entre 1975-1980); 2º Programa de Luta Contra a Pobreza em 1985 e o 3º Programa de 1989 a 1993. Foram criados os Programas Nacionais de Luta Contra a Pobreza e programas sectoriais variados com o objetivo de apoiar as situações mais carenciadas, numa perspetiva de integração social (financiamento pelo II Quadro Comunitário de Apoio e de fundos nacionais). Em 1994 termina o Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza¹⁴.

13 Despacho n.º 122/MSSS/96, de 19 de Setembro. Resolução do Conselho de Ministros n.º 79/2003, D.R. de 11 de junho de 2003.

14 Informação sistematizada sobre o percurso de luta contra a erradicação da pobreza em Portugal pode ser consultado em http://www4.seg-social.pt/documents/10152/18931/Erradicacao_pobreza.

Outra medida importante foi a criação, em 1996, do Mercado Social de Emprego¹⁵ com o objetivo de promover o emprego, junto dos grupos que socialmente se encontram em situação de maior desfavorecimento ou vulnerabilidade, privilegiando medidas ativas capazes de quebrar os ciclos de pobreza e de fomentar a reintegração destas pessoas no mercado de trabalho, permitindo-lhes aceder a novas competências sociais e profissionais.

Neste domínio, é de evidenciar a implementação em 1996 de uma medida que procurou fazer face à carência socioeconómica e também assegurar a proteção social das pessoas e grupos sociais mais vulneráveis à pobreza e à exclusão social, e que ficou conhecida por Rendimento Mínimo Garantido (RMG) (Lei 19/96), designado desde 2003 por Rendimento Social de Inserção (RSI). Este é um apoio de que todas as famílias portuguesas podem beneficiar nomeadamente as famílias ciganas/pessoas ciganas e que se traduz numa prestação pecuniária dirigida aos indivíduos e famílias mais pobres, para que possam satisfazer as suas necessidades básicas, tendo por base a conceção da relevância dos mínimos sociais necessários para sobreviver com dignidade. É também um programa de inserção, para a promoção da integração social e profissional. Em 2012 verificaram-se mudanças na legislação que regula esta medida (Portaria 257/2012 de 27 de agosto, Diário da República, I série, nº 165), reforçando-se o carácter transitório do contrato, constitutivo de direitos e obrigações, emergindo uma nova perspetiva sobre os direitos ao exigir-se a procura ativa de emprego, a frequência de ações de formação profissional e de trabalho ao serviço da comunidade, enquanto formas de integração socioprofissional.

Digno de nota é também a criação em 1997 das Redes Sociais Locais, procurando-se desta forma incentivar o surgimento de redes de apoio integrado de âmbito local, cuja intervenção requer a realização de Diagnósticos Sociais participados, a implementação de Sistemas Locais de Informação e a realização de Planos de Desenvolvimento Social.

Em 2005, de acordo com as orientações comunitárias, surge o Plano Nacional para o Crescimento e o Emprego (2005 – 2008) – PNACE e neste documento é praticamente inexistente o Plano Nacional de Ação para a Inclusão. No entanto, em 2006, seguindo orientações do Conselho Europeu, Portugal elabora o Relatório Nacional para a Proteção Social e Inclusão Social, onde se encontra desenvolvido o Plano Nacional de Ação para a Inclusão 2006-2008 em que um dos principais objetivos é “Promover a coesão social e a igualdade de oportunidades para todos, através de políticas de inclusão social e sistemas de proteção social adequados, acessíveis, financeiramente viáveis, adaptáveis e eficientes (PNAI, 2006-2008: 8). Depois deste plano é elaborado o PNAI 2008-2010 em que pela primeira vez são contempladas as minorias étnicas e, entre elas, a etnia cigana, reconhecendo-se que “as minorias étnicas contam-se entre as categorias mais vulneráveis à exclusão social em Portugal” (PNAI, 2008:7).

15 http://portal.iefp.pt/portal/page?_pageid=277,145922&_dad=gov_portal_iefp&_schema=GOV_PORTAL_IEFP



“Os indivíduos pertencentes a minorias são regularmente expostos a uma inserção profissional precária, à imposição da cultura dominante, sem o respeito pela diferença, a processos de segregação e isolamento face a redes de apoio social, por razões várias que se prendem com dificuldades mútuas de adaptação sócio-cultural” (PNAI, 2008: 8).

Ou seja, reconhece-se que as pessoas ciganas têm dificuldades adicionais que se devem à segregação e a uma suposta “inadaptabilidade sociocultural das comunidades residentes, populações maioritárias e população de etnia cigana geradora de preconceitos e estereótipos que impedem os cidadãos de saírem da situação de vulnerabilidade, pobreza e exclusão nas quais se encontram” (PNAI, 2008: 9). O PNAI 2008-2010 caracteriza a etnia cigana como uma minoria tradicional em que cerca de 15% têm menos de 15 anos e 16% vive em condições precárias de habitação e conclui que ela se enquadra dentro dos grupos mais atingidos pela vulnerabilidade e pobreza. A constatação da situação de precariedade faz com que a etnia cigana seja enquadrada no eixo 2 do PNAI – Promoção da inclusão social (redução das desigualdades), tendo em vista favorecer a inclusão de grupos específicos. Entende-se que “As comunidades ciganas têm em Portugal um longo percurso de integração e vêm sendo abrangidas por muitas das medidas generalizadamente acessíveis” (PNAI, 2008: 28). No entanto, para além das medidas gerais, reconhece-se a necessidade de medidas adicionais, dirigidas para as comunidades ciganas, a serem impulsionadas com este PNAI e um mecanismo de acompanhamento das condições de inserção destas comunidades, com especial destaque para as áreas da educação, saúde, emprego e habitação a ser coordenado pelo ACIDI (PNAI, 2008: 28). Pretende-se melhorar as condições de vida nos territórios e *habitats* mais vulneráveis, normalmente onde se concentram múltiplos problemas sociais e económicos. Este é o primeiro instrumento político de governação formal que reconhece a territorialização da pobreza¹⁶, aspeto que deve conduzir à territorialização das intervenções tendo em conta que a situação de vulnerabilidade à pobreza e exclusão por parte dos portugueses ciganos faz com que padeçam de um défice crónico de cidadania (Bastos, Correia e Rodrigues, 2007).

Os vários PNAI tiveram pouca repercussão sobre os indivíduos de origem cigana. Aliás, no relatório elaborado pelo ERRC/ Númena sobre o impacto do PNAI é referido que esse instrumento pouco tem modificado o acesso dos ciganos aos serviços sociais como segurança social, habitação social, pensões do Estado e serviços de saúde públicos (ERRC/ NÚMENA, 2007). Através desse estudo apurou-se que 84,4% dos indivíduos ciganos estavam formalmente desempregados e 44,2 % não tinham qualquer forma de emprego remu-

16 Não houve elaboração de novo PNAI, portanto, não existe avaliação do impacto destas medidas nem sequência dessas políticas.

nerado. Ou seja, quer a longa dependência do Rendimento Social de Inserção (RSI) quer a dificuldade de inserção dos ciganos no mercado de trabalho são indicadores de que as medidas estabelecidas no PNAI não foram eficientes para a promoção da inclusão social dos beneficiários de origem cigana.

Dentro desta vertente de políticas, foi constituído o ACIME (Alto Comissariado para os Imigrantes e Minorias Étnicas), posteriormente designado ACIDI (Alto Comissariado para o Diálogo Intercultural) e atual Alto Comissariado para as Migrações - ACM)¹⁷.

O ACM é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa, e tem por missão colaborar na definição, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e setoriais em matéria de migrações, relevantes para a atração dos migrantes nos contextos nacional, internacional e lusófono, para a integração dos imigrantes e dos grupos étnicos, em particular as comunidades ciganas, e para a gestão e valorização da diversidade entre culturas, etnias e religiões. O ACM dispõe das receitas provenientes de dotações que lhe sejam atribuídas no Orçamento do Estado do ano a que respeitam. Ainda que se trate de um instituto público, a figura do Alto-Comissário equiparado a subsecretário de Estado manteve-se.

Com a entrada em vigor do decreto-lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro, o ACM veio dar continuidade à política de integração dos imigrantes e das minorias étnicas concretizada pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. (ACIDI). O ACIDI constituiu-se em 2007 e resultou da fusão do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), criado em 2002, da estrutura de apoio técnico à coordenação do Programa Escolhas, assim como, da Estrutura de Missão para o Diálogo com as Religiões e do Secretariado Entreculturas.

Recordamos também o Programa para a Igualdade e Inserção dos Ciganos, no âmbito do ACIME, que criou em 1996 um grupo de trabalho para a eliminação progressiva das situações de exclusão social e a promoção da inserção social dos ciganos na sociedade portuguesa e que produziu alguns relatórios de diagnóstico sobre a situação dos ciganos em Portugal.

Dentro da estrutura orgânica do ACM salientamos também o papel da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR), criada pela Lei n.º. 134/99, de 28 de agosto, com o objetivo de prevenir e proibir a discriminação racial sob todas as formas e sancionar a prática de atos que se traduzam na violação de quaisquer direitos fundamentais, ou na recusa ou condicionamento do exercício de quaisquer direitos económicos, sociais ou culturais, por quaisquer pessoas, em razão da sua pertença a determinada raça, cor, nacionalidade ou origem étnica. Este órgão especializado na luta contra a discriminação viu o seu papel reforçado com a entrada em vigor da Lei n.º. 18/2004, de 11 de maio, a qual

17 Para mais informações consultar a página do Alto Comissariado para as Migrações <http://www.acidi.gov.pt/>.



transpôs para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º. 2000/43/CE, do Conselho de 29 de junho, mais conhecida como “Diretiva Raça”. Desde o ano 2002, a CICDR integrou a estrutura do ACIME, atual ACM.

Também o Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas - GACI, criado em 2007 no âmbito do ACIDI tem procurado responder à necessidade de um apoio mais sistemático e eficiente às “comunidades ciganas”, passando desde então a desenvolver um conjunto de atividades em articulação com entidades responsáveis, nos domínios da educação, habitação, emprego e saúde, e indo assim ao encontro do que posteriormente viria também a ser definido como prioritário na ENICC. Foi o GACI, sob a égide do ACIDI, que lançou em abril de 2009 o Projeto-piloto Mediadores Municipais, que tem constituído desde então um marco, através da mediação e da resolução de conflitos, em que o mediador cigano assume um papel muito importante. Este Projeto Mediadores Municipais consiste num projeto em parceria com municípios e organizações da sociedade civil para colocação de mediadores ciganos nos serviços municipais¹⁸, financiado pelo POPH, medidas 6.8 e 9.6.8.

É importante destacar a ENICC, que teve o seu início em 2013 e está previsto que termine em 2020, após a aprovação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2013, de 27 de março. O Parlamento Europeu convidou a Comissão Europeia¹⁹ e o Conselho Europeu a adotar uma estratégia europeia para os ciganos, com o intuito de garantir a existência de políticas eficazes nos Estados-Membros, o Conselho Europeu propôs a definição de estratégias nacionais de integração dos ciganos ou, no caso de já existirem, que estas fossem adaptadas para atingir os objetivos da UE em matéria de integração dos ciganos. Os objetivos da UE em matéria de integração dos ciganos assentam em quatro domínios fundamentais e que são também os eixos-chave que orientam a Estratégia Nacional: o acesso à educação, ao emprego, aos cuidados de saúde e à habitação.

Em Portugal, o ACM é o instituto responsável pela coordenação da ENICC e o Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (CONCIG), que foi criado ao abrigo dessa Estratégia, tem a missão do seu acompanhamento e monitorização. Com a aprovação da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC), passamos a dispor de uma medida estratégica que prevê o desenvolvimento de políticas transversais a várias áreas como a educação, emprego e formação profissional, habitação, saúde e questões de género.

Ainda no domínio da inclusão social, e também dentro das atividades do ACM, há

18 http://www.acidi.gov.pt/?_pageId=1379&_previewPage=1.

19 A Comissão Europeia fez a comunicação “Um Quadro Europeu para as Estratégias Nacionais para a Integração dos Ciganos até 2020”, em 5 de abril de 2011, definindo as responsabilidades dos Estados Membros, prioridades das estratégias nacionais, mecanismos de monitorização e fundos (ACIDI, 2013).

que revelar a importância assumida pelo Programa Escolhas. Este é um programa público de âmbito nacional vocacionado para a promoção da inclusão social de crianças e jovens oriundas dos contextos socioeconómicos mais vulneráveis (Calado, 2014: 60). A primeira fase de implementação do Programa Escolhas durou até dezembro de 2003 e teve início em 2001 através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2001. Os seus objetivos iniciais consistiram na prevenção e inserção de jovens dos bairros mais vulneráveis ao crime nos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal. Atualmente encontra-se em curso a 5ª geração do Programa Escolhas 2013-2015 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2012), com a aprovação de 113 projetos, sendo que cerca de 85 abrangem crianças e jovens ciganos²⁰. Entre as ações a desenvolver destaca-se pelo seu impacto junto dos jovens e famílias ciganas a promoção da inclusão escolar e educação não formal, nomeadamente como um dos 5 eixos prioritários do Programa Escolhas (Calado, 2014: 73).

Há ainda outras medidas e políticas transversais a várias áreas como o caso do V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação (em vigor no período 2014-2017)²¹ e do V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (também no período 2014-2017)²², só para citar alguns exemplos e que podem ser importantes e aplicáveis a pessoas ciganas.

2. Programas e projetos que podem abranger pessoas ciganas

Em articulação com as políticas já referidas é possível identificar também um conjunto de programas que poderão abranger de forma direta ou indireta as pessoas e famílias ciganas e/ou outras minorias étnicas. Neste âmbito, ao nível do Instituto de Segurança Social podemos encontrar o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Social - Programa para a Inclusão e Desenvolvimento (PROGRIDE)²³, que visa, prioritariamente: i) promover a inclusão social em áreas marginalizadas e degradadas e combater o isolamento, a desertificação e a exclusão em zonas deprimidas, e ii) intervir junto de grupos confrontados com situações de exclusão, marginalidade e pobreza persistentes.

20 Mais informação sobre os vários programas Escolhas e o que se encontra em curso pode ser consultada em <http://www.programaescolhas.pt/>.

21 <http://www.portugal.gov.pt/media/1250629/V%20PNI%20Consulta%20publica.pdf>.

22 <http://www.portugal.gov.pt/media/1250632/V%20PNPCVDG%20Consulta%20publica.pdf>

23 Consultar em <http://www4.seg-social.pt/programa-para-a-inclusao-e-desenvolvimento-progride>.



Por sua vez, a Rede Social, também sob o patrocínio do Instituto de Segurança Social é um programa que incentiva os organismos públicos, designadamente os serviços descentralizados e autarquias locais, as instituições solidárias e outras entidades que trabalham na área da ação social, a conjugarem esforços para prevenir, atenuar ou erradicar situações de pobreza e exclusão e promover o desenvolvimento social local através de um trabalho em parceria. Estes dois programas (PROGRIDE e REDE SOCIAL) contam com o financiamento da Segurança Social e têm a tutela do respetivo Ministério.

Ao nível das Organizações Não Governamentais destacamos o papel desempenhado pela Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos (ONPC), sobretudo na cidade de Lisboa que depende da Conferência Episcopal Portuguesa, através da Comissão Episcopal da Pastoral Social e da Mobilidade Humana, e tem como missão “contribuir para o desenvolvimento espiritual e humano, cultural e social da população de etnia cigana em Portugal, através da sua inclusão na sociedade” (ONPC)²⁴.

Educação

Na área da educação surgiram diversos programas para os cidadãos em geral e, por conseguinte, também para os cidadãos ciganos, de modo a criarem-se condições que garantam a universalização da educação básica e promovam o sucesso educativo de todos, em particular das crianças e jovens que se encontrem em risco de exclusão social e escolar.

Após a integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia (atual União Europeia), e devido à elevada taxa de analfabetismo e abandono escolar, em 1987, é criado um programa oficial que afirma o insucesso escolar como um problema do sistema de ensino que exige uma intervenção urgente - o Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Escolar (PIPSE) que foi um programa que teve intervenção a nível nacional. De realçar ainda o caso do Programa Interministerial Educação Para Todos (PEPT), que foi criado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 29/91.

No domínio da interculturalidade, o Projeto de Educação Intercultural (criado pelo Despacho nº170/ME/93, de 6 de agosto) foi dinamizado em escolas do Ensino Básico situadas em zonas de residência de populações pertencentes a minorias étnicas e com elevada percentagem de insucesso escolar, abrangendo a população cigana. Implementou-se ainda, a partir de 1995, o Projeto Ir à Escola, que visava formar mediadores culturais ciganos e atingir os seguintes objetivos: fazer a “ponte” entre a escola e a família cigana; favorecer a integração de crianças ciganas na escola; fornecer o conhecimento da organização da socie-

24 http://www.portal.ecclesia.pt/onpc/index.php?option=com_content&view=article&id=1011&Itemid=19 consultado em 26 de Setembro 2014.

dade maioritária, divulgando as regras de funcionamento das instituições (escola, freguesia, segurança social, saúde) às famílias ciganas; criar junto das pessoas ciganas o exemplo de novas profissões.

Na área da educação existem ainda diversos programas aos quais podem aceder os cidadãos em geral e, por conseguinte, os cidadãos ciganos, em particular, embora saibamos que há uma espécie de desfasamento entre as propostas e a acessibilidade possível por parte de pessoas ciganas.

Sob tutela do Ministério da Educação e Ciência, existem os Percursos Curriculares Alternativos (PCA), os Planos de Recuperação, Acompanhamento e Desenvolvimento - que visam colmatar dificuldades de aprendizagem diagnosticadas e que ponham em risco o desenvolvimento das competências essenciais para a transição de ano, e o Programa Mais Sucesso Escolar (2009) que tem como objetivo apoiar o desenvolvimento de projetos de prevenção e combate ao insucesso escolar no ensino básico, em mais de uma centena de agrupamentos/escolas de todo o país, tendo como referência os modelos organizacionais Turma Mais e Fénix²⁵.

Ainda também sob a tutela do Ministério da Educação e Ciência, salientam-se medidas como os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO), conforme o Decreto-Lei nº 190/91, de 17 de maio – que intervêm nas várias tipologias de Escolas do Ensino Básico ao nível da relação escola/comunidade, do apoio psicopedagógico a alunos com dificuldades de integração e aprendizagem e da orientação escolar e profissional e neste âmbito salientam-se as Equipas do Ensino Especial – que apoiam alunos com necessidades educativas especiais, por exemplo, através de salas de apoio e apoio dentro da sala de aula; os Percursos Curriculares Alternativos (PCA); os Planos de Recuperação, Acompanhamento e Desenvolvimento - que visam colmatar dificuldades de aprendizagem diagnosticadas e que ponham em risco o desenvolvimento das competências essenciais para a transição de ano.

No âmbito do Programa para a Integração dos Jovens na Vida Ativa, surgiram os Cursos de Educação e Formação (CEF), através do Despacho Conjunto nº123/97, de 7 de julho, cujos objetivos são o cumprimento da escolaridade básica, associada a uma qualificação profissional de Nível II. Os Cursos de Educação e Formação (CEF) destinam-se a jovens, candidatos ao primeiro emprego ou a novo emprego, com idade igual ou superior a 15 anos e inferior a 23 anos, em risco de abandono escolar ou que já abandonaram a via regular de ensino, e detentores de habilitações escolares que variam entre o 6.º ano de escolaridade ou inferior e o ensino secundário. Estes cursos, muito frequentados por alunos de etnia cigana, tal como os PIEF que se apresentarão em seguida, são uma oportunidade para concluir a escolaridade obrigatória, através de um percurso flexível e ajustado aos interesses de cada

25 Mais informação sobre estes programas e projetos pode ser encontrada na página da Direção Geral de Educação – Programas e Projetos nas Escolas - Outros projetos da DCE <http://www.dgidec.min-edu.pt/outrosprojetos/index.php?s=directorio&pid=108>.



um, ou para poder prosseguir estudos ou formação que permitam uma entrada qualificada no mundo do trabalho, tendo em conta também as necessidades do mercado de emprego local.

O Programa de Apoio e Qualificação da Medida PIEF - Programa Integrado de Educação e Formação (PAQPIEF), que veio substituir em 2012 o anteriormente denominado PIEF, tem tutela conjunta do Ministério da Educação e Ciência e do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social e é financiado pelo Programa Operacional Potencial Humano (POPH) no âmbito dos “programas integrados de promoção do sucesso educativo”. Este Programa é uma medida de exceção, que se apresenta como solução quando tudo o mais falhou e tem como objetivos i) favorecer o cumprimento da escolaridade obrigatória a menores e a certificação escolar e profissional de menores a partir dos 15 anos, em situação de exploração de trabalho infantil, e ii) favorecer o cumprimento da escolaridade obrigatória associada a uma qualificação profissional relativamente a menores com idade igual ou superior a 16 anos que celebrem contratos de trabalho.

Entre os programas de oferta educativa para jovens contam-se ainda os Cursos de Aprendizagem e os Cursos Profissionais. No caso dos Cursos de Aprendizagem, trata-se de formação profissional inicial, em alternância, dirigida a jovens até aos 25 anos de idade e com o 9º ano de escolaridade no mínimo, que privilegia a sua inserção no mercado de trabalho e permite o prosseguimento de estudos. Os Cursos Profissionais são um dos percursos do nível secundário de educação, caracterizando-se pela ligação estreita à esfera profissional. A aprendizagem realizada nestes cursos valoriza o desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão, em articulação com o setor empresarial local.

A aposta no reforço da formação em contexto de trabalho consubstancia-se, também, na criação dos Cursos Vocacionais (CV): de ensino básico (Portaria n.º 292-A/2012, de 26 de setembro) e de nível secundário (Portaria n.º 276/2013, de 23 de agosto). Estes cursos compreendem o objetivo de conciliar a resposta ao abandono escolar precoce com a garantia de uma maior adequação da formação às necessidades das empresas, privilegiando a aquisição de conhecimentos em disciplinas estruturantes, como o português, a matemática e o inglês, e o primeiro contacto com diferentes atividades vocacionais ou a realização dos estágios de formação em contexto de empresa.

No que respeita a programas com ofertas educativas para adultos, identificaram-se os seguintes: o Programa de Formação em Competências Básicas²⁶, que visa a aquisição de competências básicas de leitura, escrita, cálculo e uso de tecnologias de informação e comunicação, tendo em vista o encaminhamento dos adultos para processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) de nível básico, ou a sua posterior integração em cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA); o processo de RVCC, que

26 <https://www.iefp.pt/programa-de-formacao-em-competencias-basicas>.

consiste na identificação e validação de competências adquiridas pelos adultos ao longo da vida, em contextos de aprendizagem formais, não formais e informais; os cursos EFA, que visam elevar os níveis de habilitação escolar e profissional da população adulta, através de uma oferta integrada de educação e formação que potencie as suas condições de empregabilidade e certifique as competências adquiridas ao longo da vida; e ainda o Ensino Recorrente, que se constitui como uma vertente da educação de adultos que, de uma forma organizada e segundo um plano de estudos, conduz à obtenção de um grau e à atribuição de um diploma ou certificado, equivalentes aos conferidos pelo ensino diurno, compreendendo as modalidades de Ensino Básico Recorrente e Ensino Secundário Recorrente. Nos processos de RVCC, nos cursos EFA e, sobretudo, nas formações em Competências Básicas encontram-se frequentemente alunos de etnia cigana.

Ainda na área da educação, embora sob tutela do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, há que assinalar a existência do Programa para a Inclusão e Cidadania (PIEC), criado em 2009 pela Resolução de Conselho de Ministros 79/2009²⁷, que foi antecedido pelo Programa para a Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PETI), a partir de 2004, e pelo Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PEETI), em vigor desde 1998. Este Plano teve como objetivos prioritários a prevenção e resolução de situações de trabalho infantil, o combate ao abandono escolar precoce e, consequentemente, a inserção também precoce no mundo do trabalho.

A finalizar, merece destaque neste domínio o Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP)²⁸, que é uma medida de promoção do sucesso educativo, de combate à indisciplina e ao abandono escolar, tutelada pelo Ministério da Educação e Ciência. Este Programa vai já na sua 3.ª edição, vigente desde 2012, tendo a 1.ª e a 2.ª edições vigorado, respetivamente, a partir dos anos de 1996 e 2006. São objetivos centrais do Programa TEIP3 i) melhorar a qualidade das aprendizagens traduzida no sucesso educativo dos alunos, ii) combater a indisciplina, o abandono escolar precoce e o absentismo, iii) criar condições para a orientação educativa e a transição qualificada da escola para a vida ativa, e iv) promover a articulação entre a escola, os parceiros sociais e as instituições de formação presentes no território educativo.

O Rendimento Social de Inserção²⁹ como contrapartida do benefício da medida por parte dos beneficiários implica a contratualização através de um Plano de Inserção e que, sempre que se justifiquem, envolve medidas de educação e formação e que podem ser medidas do Sistema Nacional de Qualificações (RVCC, Cursos EFA, Formação Modular

27 <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2009/09/17000/0584805850.pdf>.

28 <http://www.dgic.min-edu.pt/teip/>.

29 <http://www4.seg-social.pt/rendimento-social-de-insercao>.



de Programas de formação certificada em Competências Básicas) de modo a que permitiram a adaptação dos currículos, assim como, o desenvolvimento de estratégias de ensino e modelos para alunos adultos e, em particular, para contextos específicos das comunidades ciganas (Gomes, 2013).

Destacam-se entre as medidas para promover a inclusão social e o desenvolvimento (Formação para a Inclusão - Eixo POPH 6), políticas dirigidas à qualificação de adultos (desde 2001), que permitiram a inclusão dos grupos sociais mais desfavorecidos - o que pode ser visto como um movimento inclusivo (Gomes, 2013) e o Programa Novas Oportunidades que visou o desenvolvimento de outras formas de reinserção no sistema de ensino, pondo em prática programas adequados. Este programa foi em 2014 substituído pela Rede de Centros para a Qualificação e Ensino Profissional (CQEP) e a sua coordenação e gestão à Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, IP³⁰.

Como se pode constatar, em termos de educação e formação profissional são vários os programas e projetos que, pela sua natureza, mais ampla e informal, poderiam ser aplicados num esforço conjunto interministerial de aumentar a escolaridade e diminuir o abandono escolar. Contudo, apesar da existência formal destas possibilidades, continuam por avaliar a sua aplicabilidade e efeitos concretos destas políticas de educação, nomeadamente no prolongamento dos trajetos escolares das pessoas ciganas. Seria muito interessante verificar, por exemplo, a relação entre a implementação e receção do RSI, o sucesso destas medidas de política educativa e a elevação dos níveis de escolaridade das pessoas ciganas.

Neste domínio, identificou-se a Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica (UAVIDRE), resultante de uma parceria entre o ACIDI e a APAV. Identificou-se, também o Projeto ROMI, dirigido à formação de mulheres ciganas em desenvolvimento de competências, que decorreu entre 2011 e 2013 com financiamento a cargo do POPH, sendo tutelado nos concelhos de Paredes e Santo Tirso pela Rede Europeia Anti-Pobreza Portugal (EAPN), e em Lisboa pela Santa Casa da Misericórdia (SCML). Por fim, identificaram-se diversas ações que foram dinamizadas no nosso país para a qualificação de populações com mais baixos recursos, incluídas no Eixo 6 do POPH, Formação para a Inclusão.

Para além das políticas e programas enunciados, procedeu-se ao levantamento de alguns Projetos que também envolvem pessoas e famílias ciganas. O referido levantamento apontou também para áreas setoriais, de entre as quais destacamos a inclusão social, com o Projeto Escolas de Futuro (2006, Associação de Empresários para a Inclusão Social), e a Educação, com o Selo Escola Intercultural (2012, ACIDI/Ministério da Educação e Ciência), mas centrou-se especialmente em Projetos de caráter transversal.

Quanto ao projeto Ensino a Distância (Portaria n.º 85/2014 de 15 de abril (D. R. n.º

30 <http://www.anqep.gov.pt/default.aspx?access=1>

74, Série I de 2014-04-15) tem como objetivo garantir a escolaridade aos alunos que, por necessidade constante de deslocação de seus pais e encarregados de educação, devido à sua atividade profissional, nomeadamente a circense, a feirante e outras, não podem frequentar a sua escola com a regularidade desejável. Este projeto visa proporcionar condições para a aprendizagem de alunos filhos de profissionais itinerantes, dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, abrangendo também outras situações. O ensino a distância está sediado na Escola Secundária Fonseca Benevides, em Lisboa. (Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto; Portaria n.º 812/2010, de 26 de agosto).

Consta também como oferta educativa na Direção Geral da Educação, o Ensino para a itinerância (<http://www.dgidec.min-edu.pt/ensinoitinerancia/>) apresentada como “uma alternativa para os alunos cuja vida familiar obriga a viajar de terra em terra, sendo integrados em várias escolas no mesmo ano letivo ou ao longo do seu percurso escolar. Foi criada a Base de Dados dos Alunos Filhos de Profissionais Itinerantes (Circular n.º 1/2006, de 2 de janeiro, da então Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular), com o objetivo de garantir o direito à igualdade de oportunidades no acesso à escola, como forma de combater a exclusão social e o insucesso escolar”.

Formação e emprego

Na área do emprego e formação conseguimos também situar um conjunto de programas, regra geral tutelados pelo Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social e financiados pelo IEFP, que se propõem apoiar a inserção ou reinserção profissional de pessoas desempregadas, promover a sua empregabilidade e fomentar a sua contratação. Sem entrarmos em detalhes sobre cada um deles, temos então a Unidade de Inserção na Vida Activa (UNIVA) e, criados de 2009 em diante, os Gabinetes de Inserção Profissional (GIP)³¹, os Programas Ocupacionais e as Empresas de Inserção, cuja criação remonta respetivamente a 1992, 1985 e 1996; o Contrato Emprego-Inserção e o Contrato Emprego-Inserção +, o Programa Estágios Emprego (antecedido pelas Medidas Passaporte Emprego – Impulso Jovem e pelo Programa Estágios Profissionais), e ainda o Apoio à Contratação via Reembolso da Taxa Social Única (TSU) (antecedido pelo Apoio à Contratação de Desempregados com idade igual ou superior a 45 anos e pelo Apoio à Contratação via Reembolso da TSU – Impulso Jovem)³².

Neste âmbito, evidenciam-se os GIP, pelo tipo de apoio que prestam, e o Contrato

31 <https://www.iefp.pt/gabinetes-de-insercao-profissional>

32 Informação mais detalhada sobre cada um dos programas pode ser encontrada na página do IEFP – www.iefp.pt.



Emprego-Inserção +, pelos públicos que abrange. Assim, os GIP são estruturas de apoio ao emprego que, em estreita cooperação com os centros de emprego ou centros de emprego e formação profissional, suportam a atuação destes no desenvolvimento de atividades que contribuem para a inserção ou reinserção profissional de desempregados; o IEFEP celebra com as entidades promotoras um contrato por objetivos, com a duração de um ano, do qual constam as atividades a desenvolver pelo GIP e os objetivos a alcançar. O Contrato Emprego-Inserção+ visa apoiar a inserção profissional de desempregados beneficiários do Rendimento Social de Inserção, através da realização de atividades socialmente úteis, fomentando a proximidade dos mesmos ao mercado de trabalho; este programa prevê a realização de trabalho pelos desempregados subsidiados que satisfaça necessidades sociais ou coletivas temporárias, no âmbito de projetos promovidos por entidades coletivas públicas ou privadas sem fins lucrativos, durante um período máximo de doze meses.

Apoio social

Na área do apoio social existe igualmente um vasto conjunto de programas, financiados e geridos pela Segurança Social e tutelados pelo respetivo Ministério, que se encontram disponíveis para todos os cidadãos que neles se enquadrem. Num breve relance sobre as múltiplas respostas existentes neste domínio, pode dizer-se que as mesmas se dividem em i) Apoios Sociais e Programas, destinados a idosos, a adultos com deficiência e à família e comunidade em geral, e em ii) Programas de Apoio ao Desenvolvimento Social de diversas índoles, designadamente o Projeto Nascer Cidadão, o Programa Ser Criança, o Programa Sem Fronteiras, o Plano DOM – Desafios, Oportunidades e Mudanças, o Programa de Apoio Integrado a Idosos (PAII), o Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (PCHI), a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), o Programa Clique Solidário, os Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) e os Contratos Locais de Desenvolvimento Social Mais (CLDS+), o Programa de Cooperação para o Desenvolvimento da Qualidade e Segurança das Respostas Sociais, o Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PCAAC) e o Plano de Intervenção Imediata (PII)³³.

33 Na página do Instituto de Segurança Social, no separador Apoios Sociais e Programas (<http://www4.seg-social.pt/#>) é possível encontrar informação detalhada para cada um destes programas.

Habitação

Ao nível da Habitação identificámos essencialmente quatro Programas, a saber:

O PER (Programa Especial de Realojamento) estabelecido em 1993 com o objetivo de proceder à erradicação de barracas e respetivo realojamento das respetivas famílias nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.³⁴

A Iniciativa Bairros Críticos (extinta em 2011) consiste num programa nacional lançado em 2005 pela Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e Cidades, através do Instituto da Habitação e de Reabilitação Urbana (IHRU), que teve como objetivo o desenvolvimento de soluções de qualificação de territórios urbanos que apresentavam fatores de vulnerabilidade crítica, através de intervenções sócio territoriais integradas, incidindo nos territórios da Cova da Moura (Amadora), Vale da Amoreira (Moita) e Lagarteiro (Porto). Esta Iniciativa, desenhada inicialmente para vigorar durante dois anos, foi objeto de prorrogação estendendo-se até 2013 por Resolução do Conselho de Ministros.

Identificou-se também o Programa de Habitações a Custos Controlados (HCC), habitações estas que são construídas ou adquiridas com o apoio financeiro do Estado, através do IHRU³⁵, que concede benefícios fiscais e financeiros para a sua promoção, e destinam-se a habitação própria e permanente dos adquirentes ou a arrendamento. Podem promover habitações a custos controlados as Câmaras Municipais, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Cooperativas de Habitação e Empresas Privadas. Por fim, identificou-se o Programa de Financiamento para Acesso à Habitação (PROHABITA). Este programa tem como objetivo a resolução global de situações de grave carência habitacional de agregados familiares residentes no território nacional e pode ser concretizado através da celebração de Acordos de Colaboração entre os municípios ou Associações de Municípios e o IHRU. Consideram-se situações de grave carência habitacional os casos de agregados familiares que residem permanentemente em edificações, partes de edificações ou estruturas provisórias, caracterizadas por graves deficiências de solidez, segurança, salubridade ou sobrelotação, bem como as situações de necessidade de alojamento urgente, definitivo ou temporário, de agregados familiares sem local para habitar em virtude da destruição total ou parcial das suas habitações ou da demolição das estruturas provisórias em que residiam.

Na área da habitação, entre as várias intervenções habitacionais a nível nacional que contribuíram para o realojamento de famílias ciganas em conjunto com pessoas não ciganas, algumas iniciativas locais foram especificamente dirigidas a pessoas ciganas como

34 <http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/habitacao/programasapoio/per.html>

35 <http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/habitacao/index.html>



é o caso do Centro de Estágio Habitacional de Coimbra³⁶, criado em 2004 e financiado pela autarquia. Foi considerada como uma “boa prática” (Dias, Bruno, Farinha, Tiago e Silva, Elisa, 2009), como solução transitória, de “estágio”, para a passagem a um realojamento de longo prazo na cidade (Monteiro, 2009). Também na cidade de Santo Tirso foi desenvolvido um Projeto piloto para as famílias ciganas de acordo com as tradições – “relojamento étnico” (Santos, 2009).

Os principais programas, medidas e projetos nacionais evocados, independentemente da tutela ministerial a que respeitam e conjuntamente com os recursos nacionais públicos e privados, têm beneficiado do apoio de Fundos Estruturais.

De acordo com o princípio da coesão económica e social e tendo por base o Tratado da União Europeia, foram criados 4 instrumentos de cofinanciamento a que Portugal, à semelhança dos outros Estados-membros, se pode candidatar desde a sua adesão à União Europeia (em 1986): o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola - Secção Orientação (FEOGA-O) e o Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca (IFOP).

As contribuições financeiras dos Fundos Estruturais encontram-se consubstanciadas no Anterior Regulamento (1986-1988), Quadro Comunitário de Apoio (QCA) I (1989-1993), QCA II (1994-1999), QCA III (2000-2006), Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) (2007-2013) e PORTUGAL 2020 (2014-2020, distribuindo-se por diversos Programas Operacionais, em função das temáticas e dos objetivos delineados.

Embora tenham sido abandonadas pela política comunitária de coesão, é relevante assinalar a instituição das iniciativas comunitárias, designadamente entre 1994 e 2006, iniciativas comunitárias apoiadas pelos fundos estruturais, dirigidas a financiar ações e projetos de interesse para o conjunto da União, cuja gestão foi diretamente assegurada pela Comissão Europeia. As iniciativas comunitárias foram desenvolvidas em domínios e temáticas diferenciadas, designadamente:

- INTERREG, que apoiou através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional projetos de cooperação transfronteiriça entre regiões localizadas nas fronteiras interiores e exteriores da União;
- URBAN, financiando através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional áreas urbanas com dificuldades estruturais, como desemprego elevado, degradação física e ambiental, alojamento precário ou insuficiência de equipamentos coletivos;
- KONVER, focalizado na reconversão da indústria do armamento para a realização de atividades civis, também apoiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional;

36 http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=390&Itemid=191

- LEADER, dirigido ao financiamento pelo Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola – Secção orientação de estratégias de desenvolvimento rural promovidas por grupos de ação local;
- EQUAL, que apoiou através do Fundo Social Europeu projetos inovadores de âmbito transnacional de luta contra as discriminações e as incapacidades no mercado de trabalho (Mateus, 2013: 454).

IV. Olhares institucionais sobre a intervenção

Com o objetivo de obter um conhecimento preliminar e próximo sobre as “comunidades ciganas”³⁷ residentes em Portugal, realizou-se um mapeamento de instituições e projetos e contactaram-se diversos atores socio institucionais, designadamente, presidentes, diretores, coordenadores, e técnicos, bem como mediadores ciganos e não ciganos, que devido ao seu trabalho de intervenção territorial de proximidade conhecem e contactam com pessoas e famílias ciganas de forma recorrente. O objetivo passou por mapear e caracterizar de forma exploratória a população cigana residente nos vários locais para servir de ponto de partida indicativo para a aplicação de inquéritos em fase posterior desta pesquisa. Neste âmbito, foram realizadas 30 entrevistas em profundidade a responsáveis e técnicos de projetos, alguns deles ciganos, que exercem funções em Instituições Particulares de Solidariedade Social, Cooperativas, Associações sem fins Lucrativos e serviços públicos do poder local.

A metodologia adotada teve por base o critério da diversidade institucional e territorial para que fosse possível aceder a discursos diferenciados sobre a realidade social quotidiana de trabalho mas também sobre características e modos de vida das pessoas ciganas em Portugal. Com esse objetivo realizaram-se entrevistas nos concelhos das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto mas também em outros distritos de Portugal continental. Assim, foram realizadas entrevistas nos seguintes concelhos³⁸: Espinho, Amadora, Lisboa, Setúbal, Seixal, Sintra, Matosinhos, Maia, Porto, Tomar, Moura, Campo Maior, Covilhã, Vila Real de Santo António, Bragança, Évora, Almada, Vila Nova de Gaia, Santo Tirso, Oliveira do Bairro, Coimbra, Braga, Leiria, Peso da Régua, Viana do Castelo e Viseu. A realização das entrevistas seguiu um guião de entrevista³⁹ com alguns tópicos em que se visava a caracterização das instituições, dos projetos e das atividades de intervenção sobretudo no que se refere ao direcionamento para as pessoas ciganas. Pretendeu-se também obter informação sobre a caracterização dos ciganos residentes e ou utentes das instituições/ projetos e os objetivos subjacentes à intervenção em relação aos ciganos, condições de vida: saúde, segurança, justiça, educação e formação profissional, emprego, acesso a Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), acesso à segurança social, condições de habitabilidade, lazer, filiação religiosa, língua usada, adesão a associações e organizações de sociedade civil. Teve-se em consideração a conceção de família, a relação com os outros (sociabilidades), discrimina-

37 Em sentido antropológico e sociológico, falar da existência de “comunidade cigana” em Portugal, aponta para a estereotipia criada em torno de uma homogeneização de características e modos de vida, portanto, parece-nos uma designação um pouco forçada e mais simbólica do que real, na linha do que vem sendo discutido por alguns investigadores como Lopes (2006) e Bastos e outros (2007); Bereményi e Mírka (2012)

38 Consultar anexo 3, mapa de locais em que foram realizadas entrevistas.

39 Consultar anexo 2, guião de entrevista.

ção, racismo e preconceito. Procurou-se também ter em conta as formas como se processa a integração dos indivíduos ou famílias ciganas (se estão ou não integrados e como estão integrados; dificuldades e facilidades de integração); o conhecimento sobre medidas públicas para a integração dos ciganos e que serviços ou instituições apoiam as famílias ciganas territorialmente.

Em termos metodológicos foi possível cruzarmos a informação resultante das narrativas dos entrevistados com a caracterização sociodemográfica dos entrevistados em que foram consideradas as seguintes variáveis: sexo, idade, tempo de trabalho e cargo desempenhado na instituição, tipo de contrato, habilitações escolares e formação, experiência de trabalho prévia e local de residência.

Os principais resultados obtidos através da análise destas 30 entrevistas estão organizados em torno dos seguintes eixos de análise: caracterização sociodemográfica dos entrevistados; caracterização das instituições; caracterização dos ciganos segundo os entrevistados; perspetivas sobre as condições de vida das pessoas ciganas; perspetivas sobre a escolaridade e educação; perspetivas sobre emprego e formação profissional; sociabilidades; discriminação, racismo e preconceitos e perspetivas sobre a integração dos Ciganos.

1. Elementos de caracterização sociodemográfica dos entrevistados

No âmbito da realização deste estudo foram realizadas 30 entrevistas em profundidade tendo sido, no entanto, entrevistadas 33 pessoas, uma vez que em três entrevistas conversámos com dois atores institucionais em simultâneo. As pessoas entrevistadas são todas de nacionalidade portuguesa, na sua grande maioria, mulheres (24), com idades compreendidas entre os 20 e os 54 anos, e que ocupavam cargos diversos, assumindo maior expressão os técnicos ligados aos Projetos Escolhas, sobretudo no grupo etário entre os 30-34 anos (13 casos) conforme se pode visualizar na tabela que a seguir se apresenta.



Tabela 1
Idades dos entrevistados

Escalões etários	n
20-24	1
25-29	1
30-34	13
35-39	8
40-44	5
45-49	2
50-54	3
Total	33

A maior representatividade dos técnicos e outros profissionais ligados aos Projetos Escolhas entre os entrevistados deve-se ao facto de em Portugal neste momento praticamente não existirem outros programas de intervenção social ativos e do seu carater territorializado em vários locais do país. No que se refere à distribuição dos entrevistados por sexo, verifica-se que 24 são mulheres (72,7%) e 9 são homens (27,3%) refletindo que no campo de intervenção direta com as famílias ciganas se encontram mais mulheres do que homens.

A maioria dos entrevistados reside no mesmo concelho onde exerce a sua atividade profissional ou associativa e refere conhecer a população com quem trabalha há cinco ou mais anos (20 dos entrevistados), portanto, trata-se de um conjunto de profissionais que conhecem a “problemática” cigana. De referir que apenas 5 entrevistados referem trabalhar com aquela população há menos de 1 ano. Com exceção de uma responsável, de dois fundadores de associações ciganas, de um técnico de intervenção comunitária e de um presidente de associação, todos possuíam formação superior em Psicologia (7), Serviço Social (8), Sociologia (3), Antropologia (1), Educação Social (2), Educação de Infância (1), Ensino Básico (1), Ciências Políticas (1), Animação Sociocultural (1), Psicopedagogia (1), Educação Física e Animação Sociocultural (1). Ainda alguns entrevistados possuíam Mestrado em várias áreas, por exemplo, em Relações Interculturais, Design Urbano, Direito Internacional Público, Aconselhamento Genético, Ensino de Educação Física (5).

Vinte dos entrevistados trabalham a tempo inteiro nas respetivas instituições, 12 em funções de coordenação e oito em funções técnicas. Relativamente ao tempo de ligação à instituição em que trabalha ou em que exerce funções de coordenação ou de direção, o período temporal varia entre os 4 meses e os 21 anos.

No que se refere à experiência profissional em relação aos ciganos ou a outras minorias étnicas, treze dos entrevistados declararam ter experiência de trabalho com minorias étnicas antes de exercerem as atuais funções o que nos remete para alguma continuidade de trabalho por parte dos técnicos e instituições em determinados territórios nacionais socialmente desfavorecidos.

Quanto à participação em formações na área da imigração, interculturalidade, multiculturalismo, racismo, quase todos responderam afirmativamente, quer as temáticas estivessem englobadas em ações de cariz mais amplo, quer se tratassem de formações especificamente voltadas para a comunidade cigana e outras minorias étnicas. Surge como relevante o papel institucional desempenhado pelo ACIDI (atual ACM) ao nível da promoção de formação para os atores interventores e que certamente se relaciona diretamente com o facto de ser esta a entidade promotora do Programa Escolhas, sendo muitos entrevistados técnicos do Escolhas mas também porque a maior parte das vezes essas formações são extensíveis a técnicos de instituições parceiras.

Não fiz nenhuma formação específica, académica ou de pós graduação ou mestrado. (...) Agora desde que estou aqui no Escolhas já fiz muitas formações relacionadas com o tema. (...) Eu já participei em ações relacionadas com interculturalidade... (...) ao longo destes anos no Escolhas e com o ACIDI já fui fazendo algumas ações, sim. (Coordenador da instituição, 30-34 anos).

Olha, eu já fiz 200 ou 300, já perdi a conta a formações que eu tenho. Eu sou um ativista dos direitos humanos com diploma passado, tenho outro curso que é da ADVOGAT, que tirei na EPA que foi certificada pela European [Roma Rights] Center, que é a única instituição que trabalha a nível mundial com a comunidade cigana. (Presidente da Associação/Técnico no Projeto Escolhas, 30-34 anos).

A maior parte das ações de formação frequentadas foram-no com o intuito de valorização do *currículum*, mas também de se capacitarem profissionalmente de forma adequada, nomeadamente para o desempenho das suas funções e para o trabalho com o público-alvo. Para além disso, a participação efetiva em projetos específicos orientados para minorias étnicas permite-lhes ter acesso a várias ações de formação através de programas europeus ou nacionais.



2. A ação das instituições: principais serviços e projetos dirigidos às pessoas ciganas

As instituições em que os entrevistados exercem funções, sejam técnicas ou de direção são, na sua maioria, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) que atuam nas áreas da inclusão social de crianças e jovens, do apoio à infância e na área da família e comunidade. Para além destas áreas, a intervenção a nível da educação foi também identificada pelos entrevistados com cargos de coordenação como sendo central na sua esfera de atuação.

Quase todas as Instituições intervêm e estão sedeadas num mesmo município, ou seja, existe uma coincidência entre a domiciliação das instituições e a sua ação/ intervenção territorial. Por exemplo, (...) *a nossa grande área de intervenção é a cidade de Bragança no seu todo, mas em particular aqui toda a envolvente, todos os bairros anexos e vizinhos.* (Diretor de serviços, 40-44 anos). No entanto, algumas das instituições têm uma intervenção mais abrangente, por vezes são de âmbito nacional, tendo, portanto, experiências de intervenção pluri-situadas.

No processo de seleção dos entrevistados procurou-se abranger de forma mais ou menos representativa o território nacional, escolhendo-se também espaços institucionais diferenciados no que se refere à sua constituição jurídica, localizados em diferentes espaços geográficos, quer no litoral, quer no interior de Portugal continental, bem como em distritos de maior e de menor dimensão, com características e especificidades bastante diferentes. Na tabela seguinte encontra-se um breve resumo com alguns dados de caracterização das instituições.

Tabela 2
Tipo de instituição e áreas de intervenção e/ou de projetos

Tipo de Instituição	n
Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS)	16
Associação sem fins lucrativos	3
Cooperativa de Habitação e Construção Económica	1
Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD)	1
Organização Não Governamental (ONG), sem fins lucrativos	2
Organismo Público de Poder Local	5
Cooperativa de Solidariedade Social, sem fins lucrativos	1
Organismo Público de Ensino	1
Total	30
Tipo de Projetos ou áreas de intervenção*	n
Projeto Escolhas	3
Educação de infância e atividades de tempos Livres	3
Educação, formação, família e comunidades	4
Juventude, Família e Comunidades	9
Família e Comunidades	3
Saúde Sexual e Reprodutiva	1
Ação social, Família e Comunidade	1
Educação	1
Desenvolvimento local	1
Convívio, Comunidade	2
Coesão social	1
Inclusão social	1
Total	30

Como se pode verificar pela tabela acima apresentada as áreas de intervenção são maioritariamente na educação, família, juventude e comunidade, portanto, em áreas muito

* As áreas referidas são muito idênticas entre elas mas optou-se por usar a designação indicada pelos entrevistados.



direcionadas para a intervenção junto dos indivíduos e também das famílias, com forte incidência na escolarização e educação.

A maior parte das instituições referenciadas tem colaboradores, formais ou informais, com pertença a minorias étnicas, a que não será certamente alheio a forte representação de entrevistados ligados ao Projeto Escolhas, sendo essa diversidade muito importante para a ligação com os territórios de intervenção. No entanto, nem sempre é fácil conseguir a permanência destes colaboradores nos projetos, seja por razões de ordem administrativa e financeira, mas também por motivos de ordem pessoal. Um entrevistado refere que no passado tiveram Auxiliares de Ação Educativa de origem cigana mas elas acabaram por sair por motivo de casamento. *Tivemos Auxiliares de Ação Educativa, do Jardim-de-Infância, duas irmãs. E depois casaram, acabou!* (Responsável de Centro, 45-49 anos). Algumas pessoas ciganas são envolvidas em projetos de voluntariado de forma mais continuada.

(...) no âmbito do projeto Escolhas nós temos uma atividade que é o Banco de Voluntariado, onde os jovens fazem também voluntariado, e nesse âmbito sim, existem jovens ciganos que também incluem as ações de voluntariado. (Técnica do projeto Escolhas, 35-39 anos).

Por exemplo, nós estamos agora a organizar uma ação junto das redes sociais em que levamos dois voluntários [ciganos]. (...) [Os voluntários têm funções de levantamento de necessidades, quando estamos a desenhar projetos para candidaturas também os ouvimos, para aferirmos melhor as necessidades, porque por vezes temos perceções que não são as mais corretas. (Coordenador de Projeto, 38 anos).

Os motivos apontados para não terem mais colaboradores ciganos são, para além do casamento, as baixas qualificações escolares, de um modo geral, mais baixas do que as legalmente exigidas para as funções pretendidas no âmbito dos projetos. Por quase todos os entrevistados foi ainda referida a presença frequente de pessoas ciganas a realizar “Serviço Comunitário”, ou seja, por imposição de cumprimento de pena judicial, tendo sido, no entanto, destacados os efeitos positivos desta presença.

Pela análise dos discursos ficou clara a proximidade entre as ações desenvolvidas pelas instituições a alguns territórios uma vez que frequentemente indicaram toda a população cigana, mas também a não cigana, da área em que se inserem, como sendo seus utentes ou, no caso de alguns projetos, utilizando a terminologia do Programa Escolhas, como sendo “participantes indiretos”. Todos os entrevistados das diversas instituições referiram haver uma presença frequente de utentes ciganos nos seus espaços e revelaram a existência

de intervenção planeada também com o objetivo de envolver estas populações.

Na perspetiva da maior parte dos entrevistados, a população cigana representa metade ou mais de metade dos utentes que frequentam os espaços institucionais, algumas salientam mesmo que, por essa razão, são considerados, por vezes, muito direcionados “para os ciganos”, o que tem dificultado a abertura a outros grupos que também fazem parte da sua população-alvo, como fica patente no seguinte excerto:

O Projeto acaba por ser, acaba por viver muito da... para a comunidade (...). Eu acho que também pelo facto de termos só trabalhado com esta comunidade anteriormente somos um bocadinho vistos como um projeto para os ciganos, não é? E, portanto, condiciona um pouco a abertura para outra população (Coordenadora de Projeto Escolhas, 30-34 anos).

No caso dos projetos Escolhas visitados, foi referida pelos representantes uma oscilação do número de “participantes” entre os períodos letivo e não letivo, atingindo-se a frequência máxima destes espaços durante as férias escolares. Num período letivo normal, frequentam diariamente os projetos Escolhas contactados entre 20 a 30 utentes ciganos (crianças e jovens mas também, por vezes, adultos), sendo que muitos utilizam diversos serviços e participam em diferentes atividades. Apesar da população alvo ser os jovens, estes espaços são frequentados por pessoas ciganas de todas as idades. Foi ainda salientada a existência de uma grande procura informal, dentro e fora dos espaços institucionais, por parte da população cigana. Aliás, este é também um aspeto referido também por outras pessoas entrevistadas que não trabalham em projetos Escolhas. Ou seja, a permanência de técnicos/ projetos nos territórios acaba por despoletar outros contactos laterais e que estão relacionados com a necessidade de resolução de problemas ou esclarecimento de dúvidas sobre prestações sociais, o pedido de leitura de documentos e a sua interpretação, a colocação de questões ligadas à saúde e escola dos filhos, entre outras. As pessoas aproveitam estes técnicos presentes nos bairros para lhes pedir ajuda e muitas vezes servirem de intermediários com as instituições.

Sobretudo no apoio, na ligação às instituições: à Segurança Social, à Câmara, para os problemas com a habitação social, para resolver alguns problemas de gestão doméstica, para a conta da luz que não é paga.... (Técnica de projeto Escolhas, 35-39 anos).

Em relação aos projetos que intervêm na área da Educação de Infância e nas Atividades de Tempos Livres, é referida a importância da confiança e do conhecimento interpessoal para a permanência dos utentes ciganos ao longo do tempo, envolvendo várias ge-



rações, sendo assinalada a preferência em colocarem as crianças nos seus espaços, mesmo em casos em que existe oferta pública nas proximidades e apesar das dificuldades económicas que muitos atravessam o que nos remete para o “conforto” sentido de não terem de saírem do seu espaço mas também pode ser revelador dos receios de entrar nas instituições comuns a todos.

No caso de um dos espaços, localizado no município de Lisboa, mesmo com a abertura de uma resposta pré-escolar pública nas proximidades, muitos progenitores continuaram a optar por colocar os seus filhos naquela instituição sujeita a pagamento de uma mensalidade. É de referir que no bairro em que está localizada, 20% da população é cigana, contudo, hoje em dia os utentes desta instituição não se confinam aos moradores mais próximos, estando aberta à comunidade em geral mais alargada para além do bairro.

A variação do número de utentes que procura os serviços ou apoios oferecidos pelas instituições indiciam mudanças importantes, quer em termos de abertura, quer em termos de acesso a serviços por parte da população cigana que será importante explorar. No caso de um outro espaço, também localizado no município de Lisboa, que foi deslocado para o local em que se encontra atualmente, na sequência de um processo de realojamento da população com quem trabalha há 30 anos, são referidas como suas utentes as mesmas famílias ao longo de gerações o que por vezes dificulta receber novos utentes, ciganos e não ciganos, sobretudo por falta de vagas.

Quanto temos aqui 20%? [Educadora de Infância presente, comenta - Este ano talvez nem tanto (...) 10 a 15% (...) aqui temos tido normalmente os que cá estão já vêm para aí três gerações]. Pois, pois é um elo cá, exatamente (...). Têm um elo de ligação muito forte, afetivo, à instituição (Presidente de IPSS/ Técnica em Entidade do Poder local, 50-54 anos).

(...) A ligação que temos com as famílias é muito forte e é muito fácil depois lidar com eles. Isto é gente que começou há muitos anos a trabalhar e vão-se mantendo. (...) Uma das educadoras já está há vinte e tal anos. É quase pessoal que ficou enraizado a este tipo de famílias. (...) Aqui a maioria são ciganos (...). Nos outros centros já há uma mistura maior (...) Nós aqui, praticamente... e como já vínhamos com estas famílias todas, não tínhamos também vagas para mais não é? E...como casam hoje e nascem... nós aqui nunca temos falta de crianças. Temos uma grande lista de espera porque não temos mais vagas. Porque a autorização que nós temos aqui para o jardim-de-infância são 46 crianças. E para o ATL são 80. (Responsável de Centro, 50 a 54 anos).

Com base na informação que foi sendo referida durante as entrevistas exploratórias foi ainda possível traçar, para alguns concelhos, freguesias ou bairros uma estimativa da dimensão das “comunidades” residentes nas áreas de intervenção em que trabalham os entrevistados e que nos foi muito útil para delinear a aplicação do inquérito às pessoas ciganas. Por se tratar na maior parte dos casos de perceções, uns falaram em famílias residentes e outros em indivíduos abrangidos pela instituição ou projeto, essa informação não é muito aproximativa, uma vez que são ainda poucas as instituições que têm levantamentos e diagnósticos exaustivos e atualizados da população envolvente (ou alvo).

Algumas instituições apresentam um âmbito de abrangência alargado e diversificado, que vai desde a infância até à idade sénior, com várias valências, como a formação para crianças, jovens e adultos; lar; creche; ATL; Centros de Inclusão Digital; entre outras.

[É um] Centro de Inclusão Digital (...) também temos formação, (...) e também acolhe alugando espaços para outras formações e outras atividades (Técnica do projeto Escolhas, 35-39 anos).

Dividindo isto de acordo com as áreas da Segurança Social, na área da infância e juventude nós temos creche familiar, (...) temos jardim-de-infância, ATL, e um lar de infância e juventude (...). Depois na área de apoio à terceira idade, temos centro de convívio e centro de dia para idosos, apoio ao domicílio. Na área da família e comunidade, temos o refeitório social e a cantina social, neste momento, um centro de acolhimento temporário para passantes, (...) temos o centro comunitário que se desenvolve em cinco sobre postas: um ATL jovem (...), uma lavandaria pública (...), balneários públicos (...), o centro de armazenagem e distribuição de recursos, e um gabinete de atendimento (...). (Diretor de serviços, 40-44 anos).

As respostas oferecidas por algumas instituições permitem, na maior parte das vezes, a realização de atividades com públicos de diferentes idades (intergeracionais) e envolver diferentes grupos étnicos, o que contribui para a redução do sentimento de desconfiança entre grupos sociais.

O trabalho desenvolvido é quase sempre em parceria com organismos locais públicos, como as Juntas de Freguesia, as Câmaras Municipais ou as Escolas, importantes para a realização de atividades dentro da instituição, mas também fora, incluindo toda a comunidade (cigana e não cigana).

Apesar de os entrevistados estarem ligados a instituições com objetivos e áreas de intervenção diferentes e de, possivelmente, as “comunidades ciganas” com quem trabalham



também apresentarem necessidades diferentes, verificaram-se algumas regularidades ao nível dos serviços que são oferecidos em grande parte das instituições, ou seja, existe uma certa replicação de serviços e estratégias de abordagem. Também no que se refere ao nível das “comunidades ciganas” foram referenciadas necessidades muito aproximadas a que os serviços procuram responder, designadamente, com o apoio à leitura e interpretação de documentação escrita, marcação de consultas médicas, no contacto com outras instituições como, por exemplo, escolas, hospitais e centros de saúde, e na consulta da página da Segurança Social Direta para verificar questões relativas a Prestações Sociais como, por exemplo, o Rendimento Social de Inserção (RSI).

E. E em termos de serviços que eles venham pedir a vossa ajuda, recorrem mais a vocês por que razões?

R.1 A nível do RSI, pronto muitas vezes por via do RSI (Coordenadora de Centro Comunitário, 30-34 anos).

R.2 (...) Preenchimento de documentos, informações.... (...). No RSI (...) isso é central não é? Se vão receber, se cessou, se não sei quê.... (Coordenadora de Protocolo de RSI, 30-34 anos).

Para a Segurança Social é de mais... é todos os dias! Todos os meses, depois ficam com medo que não tenham, que não vão receber! Depois temos que ir ver no site da Segurança Social Direta e mostrar que sim, que vai receber este mês (Coordenadora de Projeto, 30-34 anos).

Ah (!) e o Atendimento Familiar. (...) E esse sim é muito procurado pelas, pelas mães, mais mães mas também pais, da comunidade cigana, que é basicamente nós tentamos apoiar no que eles precisarem. Olhe vou-lhe... vou-lhe dar todos os dias, ou quase todos dias, o que procuram mais que é a Segurança Social Direta, preenchimento de impressos porque muitos não sabem escrever ou ler, não sabem interpretar muitas vezes o correio e procuram-nos para isso mesmo agora com a Segurança Social Direta podem ver os Abonos os RSIs... se já saíram, se cortaram etc. Procuram-nos muito para isso! (Técnica de Projeto, 30-34 anos).

Todos os entrevistados referiram a existência (no presente ou num passado próximo, caso de uma Associação Cigana) de serviços e projetos, formais, não-formais e informais, para crianças e/ou jovens, o público-alvo principal de todas as instituições contactadas. Para além dos entrevistados que trabalham em Projetos Escolhas, os restantes entrevistados referiram ter respostas para esta população como creches, Jardim-de-Infância, Atividades de Tempos Livres (ATL), alguns tinham em funcionamento um Centro de Atividades

de Tempos Livres (CATL), mas também espaços para apoio aos estudos, para a realização de atividades, *ateliers*, atividades artísticas (dança, trabalhos manuais, música), entre outros.

Todos os entrevistados referiram igualmente a existência de projetos ou serviços destinados ao envolvimento, dos adultos, famílias e/ou “comunidade” em geral, salientando a importância desta oferta no caso das pessoas e famílias ciganas. Estes projetos e serviços passam pela dinamização de atividades, “atendimento familiar”, envolvimento de grupos/ associação de pais, cursos de alfabetização, atividades formativas, apoio a informal a todas as necessidades, *ateliers* para adultos, banco alimentar, apoio a iniciativas comunitárias, cedência de espaços, organização de passeios, entre outros.

(...) trabalhamos também com as famílias e com os adultos, para além das crianças, o nosso público-alvo digamos que é dos 6 aos 23 anos, mas nós trabalhamos com os encarregados de educação, com as famílias, com o intuito de aumentar a escolaridade, de tentar integrá-los também socialmente, nesse sentido temos uma formação em competências básicas. (Técnica do projeto Escolhas, 35-39 anos).

Temos um grande eixo que é o da integração escolar e/ou formativa e/ou profissional, ou seja, trabalhamos o projeto para que os jovens se integrem ao nível da escola. (...) e depois, com aqueles que são mais velhos, a integração formativa, perceber se eles estão integrados, se não estão a trabalhar, que cursos é que eles gostavam de fazer ou não. E aqueles que já têm curso e não estão interessados na vertente mais formativa, procurar emprego, ajudá-los em técnicas ativas de procura de emprego, de elaboração de currículos. (...) Depois outras tarefas do eixo central, que achamos que é um eixo transversal a todos é o desenvolvimento de competências sócio emocionais. (...) O 3º eixo é um eixo que tem mais a ver com o voluntariado e empreendedorismo. (...) E são atividades que contribuem ou para a capacitação dos jovens, ou para eles fazerem os próprios projetos ou para eles criarem uma própria marca. (...) Pronto, nós temos cerca de 37 atividades, elas dividem-se por estes 3 eixos principais. (Coordenador da instituição, 30-34 anos).

(...) Mas posso enumerar algumas que têm a ver com o apoio escolar, com o ateliê de dança, temos cursos certificados em TIC, temos modulares certificadas. (Coordenadora do Projeto Escolhas, 30-34 anos).

Nós temos a funcionar umas oficinas ocupacionais com cerca de 30 mulheres, de etnia cigana e sem ser, estão todas juntas, no âmbito das artes decorativas



e têm tido também algumas sessões de desenvolvimento social e essas oficinas permitem, com muito esforço, porque não é muito fácil, mas vamos insistindo e vamos tendo pequenos ganhos (...). O chegar a horas, a pontualidade, a assiduidade, se falta tem que mostrar um comprovativo (...). Mas é importante, porque se vão para uma formação, que não é muito fácil, porque não têm habilitações, (...) ou se vão para uma sessão de esclarecimento já sabem ouvir, e vão-nos dizendo e é um orgulho, porque vão-nos dizendo. (Técnica de Serviço Social, 40-44 anos).

Neste contexto, assume particular relevância as parcerias e a articulação entre as instituições e outras entidades, de forma a não haver sobreposição da intervenção realizada e a otimizar os recursos existentes. Destaca-se o facto de parcerias que inicialmente foram estabelecidas de forma informal, na atualidade já estarem mais formalizadas. Por exemplo, “O apoio escolar é o, é dos principais que nós temos aqui regular, portanto em que trabalhamos em parceria com a equipa do RSI...” (Coordenador de projeto, 35-39 anos).

Como o principal foco da maioria das instituições é a educação, isso implica que se aposte na promoção de atitudes positivas face à escola, ajudando as crianças e jovens a desenvolver práticas de estudo e de aprendizagem, servindo de ponte entre as famílias e a escola, favorecendo a prática do desporto como algo que poderá ajudar a obter um melhor desempenho escolar e a gostar de estudar. Pelos vários depoimentos confirma-se a força agregadora de atividades extra-curriculares como a dança e o desporto, sobretudo a prática do futebol.

Nós temos os objetivos de colmatar a nível do abandono e absentismo escolar. (...) Portanto, e também ainda um bocadinho de utilizar o tempo livre de forma, da melhor forma, para não descambarem (...). (Coordenadora do Projeto escolhas, 35-39 anos).

É um grupo [de flamenco] que já atuou a nível nacional, a nível internacional e inclusive alguns jovens já estão em academia a estudar flamenco e ensinam as crianças atualmente aqui (...) a partir daí o convívio permitiu também debater outros temas como o racismo, a discriminação ou a educação escolar, (...) O desporto também, (...) Nós tentamos reeducar um pouco a disciplina desportiva e tentar encaminhar novamente para os clubes ou é simplesmente mantê-los ocupados com práticas desportivas saudáveis. (Coordenador de projeto, 35-39 anos).

Não, só mesmo em termos do futebol. O futebol sim! Os adultos já participam bastante e os pais vêm ver os filhos a treinar. Embora não tenhamos uma equipa só de adultos ciganos, eles já participam imenso no futebol. (Coordenadora do Projeto Escolhas, 30-34 anos).

No que respeita a antiguidade do contato que estas instituições mantêm com o seu público-alvo, quase todas intervêm, quase sempre, junto das mesmas “comunidades ciganas” há pelo menos 10 anos e, em dois casos, já trabalham com as “mesmas famílias” há pelo menos 30 anos.

Nós tivemos em 2010 esse projeto de formação para públicos estratégicos, que tinha a ver com as comunidades ciganas, que era direcionado para os técnicos que trabalhavam com a comunidade cigana, que é de 2010, e desde 2007 que o projeto (...) trabalha com a comunidade cigana. Final de 2006. (Técnica do projeto Escolhas, 35-39 anos).

Veja-se o seguinte exemplo:

...O nosso Centro era mesmo dentro do bairro. Aquilo eram uns paióis como este que está aqui da GNR. E à entrada do bairro existia lá a casa dos oficiais, não sei o quê...e aquilo era muito grande, tinha muito boas instalações. E funcionava como o nosso centro. E então, na altura, eles tiveram de ceder mais ou menos o espaço que nós tínhamos lá. Isto aqui funciona com as duas valências, como ATL e como jardim-de-infância que é a seguir, só está separado pelas escadas, é tudo a mesma coisa. As instalações são mais ou menos iguais. E depois aí, a Câmara é que fez as obras (...)

E. Não (...) tinham também ATL e Jardim-de- Infância?

R.1 Tínhamos, tínhamos. Sempre tivemos! Mesmo nas barracas. (...) Era um trabalho que não tem nada a ver com o que fazemos agora, não é? Porque aquela gente não tinha nada, nem registos, boletins de vacinas, não havia nada... Foi um trabalho que foi feito a partir daí.

E. O que é que faziam?

R.1 Tentar contactar o Centro (...), tentámos que as crianças fossem todas vacinadas...tratar também da documentação das famílias. Depois, as crianças que já nasciam connosco e já eram registadas no devido tempo. Os que não estavam registados, pronto, teve que se começar por fazer o trabalho que havia por fazer. Portanto, começou-se por aí. E depois contactar a escola, fazer matrículas, enfim...todo este trabalho que agora já são eles que fazem mas na altura



não era. Fomos nós que fizemos, quem estava no terreno...que contactámos as escolas, os centros de saúde e conseguimos mobilizar aquela gente toda para que alguma coisa fosse feita. (...) E foi a partir daí que tudo depois começou a andar para a frente, não é?

E. E agora, o que é que fazem aqui?

R.1 Agora faz-se a mesma coisa. Pronto, quando nós fazíamos inicialmente, ainda hoje fazemos o contacto com as escolas (...). Com as escolas, com os centros de saúde. (...). Há uma boa relação até porque eu tenho sempre aí os cartões das vacinas que é para ir atualizando... as enfermeiras vão passando à terça e à quinta-feira que andam com a unidade móvel... Agora é tudo mais fácil, elas já têm a unidade móvel, vão pelo bairro e também já conhecem as famílias. E já estão sempre atentas às consultas das mães jovens, dos bebés... Pronto, já tudo é muito diferente! E também... são elas que já fazem isso. Em (...) ainda éramos nós que andávamos ali a incentivá-las. Em (...) já nós conseguíamos levá-las ao Centro de Saúde, fazê-las marcar as consultas para os bebés, algumas ainda eram acompanhadas mas... raras já. Elas próprias já iam. E hoje já vão! Pronto, neste aspeto já evoluíram assim um bocadinho. Na escola é que não! (Responsável de Centro, 50-54 anos).

No caso de os projetos/ instituições que estão há menos tempo, isso justifica-se por terem começado a trabalhar durante a 3ª Geração do Programa Escolhas, em 2007, ou porque iniciaram atividade ainda há menos tempo. Nos seus discursos, ficou patente a importância de uma continuidade entre o trabalho realizado no passado e no presente, bem como as mudanças ocorridas quer do lado da intervenção, quer também ao nível das próprias famílias ciganas com quem trabalham.

E. E desde quando é que a instituição começou a trabalhar com crianças, com famílias ciganas?

R. 2006. (...) temos o projeto financiado pelo Escolhas, que foi sendo renovado de três em três anos. (Coordenadora do Projeto Escolhas, 30-34 anos).

Reconhece-se a existência de “êxitos” conseguidos ao nível da saúde, sobretudo no que se refere à vacinação e ao acompanhamento nos cuidados perinatais. Mas, no que se refere à escolarização, a opinião é a de que as mudanças são ainda muito lentas e residuais.

No que se refere às atividades propostas pelas instituições elas inserem-se, sobretudo, na área da educação e da saúde, domínios considerados centrais por todos os entrevistados com cargos de responsável/coordenador. O emprego e a formação profissional tam-

bém são percebidos como prioritários, com exceção das IPSS de Lisboa cujo trabalho é mais dirigido ao público infantil. A limpeza e melhoramento dos espaços exteriores dos bairros onde habitam foi um dos aspetos que algumas pessoas entrevistadas referem ter sentido necessidade de intervir, quer para melhorar os espaços, quer no sentido da resolução de conflitos existentes. Veja-se alguns exemplos:

(...) responsabilização pelo espaço comum há... há muitos relatos de que isso se torna um pouquinho mais difícil pelo desmazelo e pela... a utilização do espaço é diferente dos ciganos e dos não ciganos o que às vezes traz alguns conflitos interpessoais, não é? Pronto aí também é um desafio para nós e há algumas atividades que costumamos fazer como a limpeza do bairro (Técnica de Projeto, 30-34 anos).

[Fazemos] sensibilização (...) Por exemplo, agora para o bairro, que está num estado de limpeza caótico, de vez em quando vamos com todos com os meninos apanhar o lixo (Coordenadora de Projeto, 30-34 anos).

Dentro do projeto de luta contra a pobreza, como eu disse, depois fizeram-se várias candidaturas a vários projetos e houve muitos deles que se desenvolveram mesmo com a população cigana. Nós fomos acreditados como entidade pelo Inofor, na altura IQF, para dar formação e fizemos cursos de formação profissional, desde 98 a 2002 que fomos acreditados e que fizemos muitos cursos. Desses cursos de formação profissional, nós tentávamos sempre ver áreas, como bar e mesa, jardinagem, cantonaria, cursos muito vocacionados, mecânicas, etc., que pudessem ser incluídas as populações desfavorecidas, donde a população cigana também participava. (Diretor de serviços, 40-44 anos).

Em termos de dificuldades sentidas foram apontadas entre outras, a dificuldade em desenvolver um trabalho de continuidade, em operacionalizar o planeamento das actividades que as instituições propõem e, em relação a algumas pessoas ciganas a dificuldade em cumprirem algumas regras de funcionamento dos espaços e também no que se refere a aspetos de ordem relacional nos espaços residenciais. No entender de uma entrevistada, os ciganos autoexcluem se e utilizam recorrentemente o argumento “é porque eu sou cigano” e “está a falar assim, porque eu sou cigano” para justificar as situações que não decorrem de acordo com as suas expectativas. Alude se, assim, à existência de práticas e discursos discriminatórios por parte dos ciganos em relação aos técnicos da instituição, em contraponto com uma visão que também é frequentemente veiculada de práticas discriminatórias por parte dos técnicos face aos ciganos.



Apresentam-se alguns extratos elucidativos sobre as dificuldades sentidas no dia-a-dia, seja por abandono da frequência dos espaços ou a intermitência de frequência, pela falta de outros equipamentos sociais ou comerciais nos territórios:

R. Claro que depois isto é um bocadinho também flutuante nestas comunidades e depois... é difícil nós..., portanto, temos aqui meninos, imaginemos, que têm catorze anos e amanhã vão casar pronto. (...) Deixam de vir! A gente ainda pode tentar, e tenta, falar com os pais, às vezes falamos com os maridos para que continuem a frequentar... mas não!

E. E vêm para aqui a que horas depois da escola?

R. Normalmente eles vêm..., os miúdos do 1º ciclo virão por volta das cinco e meia quando eles saem da escola. Os do 2º ciclo depois de saírem da escola. Nós abrimos às duas, da parte da tarde, e eles, antes das duas, já estão cá a quererem entrar para irem aos computadores e é mais o quererem entrar para não estar ali fora. Porque não é o querer entrar... Um problema que nós temos é que eles não querem entrar para irem para uma atividade... querem entrar para não estar ali fora... vir conversar para aqui... porque no bairro não existe nada, não é? Não existe um parque, não existe um café, não existe absolutamente nada. (...) E, às vezes, eles ficam furiosos. Eles batem ali à porta e ao vidro para entrar e eu... e eu percebo, não é? Às vezes é um desespero muito grande porque eles não têm mais nada se não for isto aqui. Eles querem entrar só pelo facto de estarem cá dentro é sempre melhor do que estar lá fora... (Coordenadora de Projeto, 30-34 anos).

Eles são um bocado irregulares, mas agora... Nós, no início, o trabalho que eu queria desenvolver com eles, era da parte da música, aqui onde eles têm mais interesse. Com instrumentos musicais. Só que essa parte havia fases em que eu era muito bem recebido, que eles estavam motivados, não sei quê. E depois havia outra parte que, de repente, sem motivo aparente, dispersavam. Por exemplo duas semanas ou um mês sem aparecerem e depois mais um mês ou dois meses, constantemente, e assim sucessivamente. Agora tenho trabalhado mais com os mais velhos,... (Técnico de Intervenção Comunitária, 25-29 anos).

Nós saímos para fazer visitas e vamos a pé porque é já ali é ali, ali. Portanto saímos a pé sempre. (...). E os outros Protocolos não conseguem fazer isto. (...) Tivemos que adotar esta estratégia que é, nós não somos fiscais e o nosso trabalho é fazer o acompanhamento às famílias e melhorar... claro que se houver alguma coisa óbvia, não ignoramos nem pouco mais ou menos. E cessamos

tantas prestações que muitas vezes... (...) são os vizinhos todos aqui à volta (risos). (...) Nós temos pessoas a viver por cima aqui... aqui em frente. Portanto eles sabem se nós vamos beber café, se nós estamos cá a almoçar, se nós...

É muito bom e muito interessante e muito útil mas por outro lado também (...) eu enquanto técnica de RSI tenho uma lei que tenho que cumprir e tenho objetivos (...) e isto de saber esta história de vida toda das pessoas também me deixa um bocadinho frustrada não é? Porque percebo outras coisas que até aqui não percebi e se tiver que fazer uma cessação ou se tiver que fazer... (Coordenadora de Protocolo de RSI, 30-34 anos).

E. (...) sente alguma dificuldade específica quando trabalha com a população cigana, sente alguma dificuldade maior do que com as outras pessoas?

R. É mais com as outras pessoas, é mais difícil do que com ciganos, não é?! [com os ciganos] temos uma relação já de confiança estabelecida, as coisas são mais fáceis, e basta estar com uma posição de abertura e tolerância... (Coordenadora do Projeto Escolhas, 30-34 anos).

Algumas atividades visam a resolução e prevenção de conflitos, reforçando-se assim o papel da instituição na mediação com as populações ciganas com quem trabalham, sobretudo através da identificação de interlocutores privilegiados, contribuindo desta forma para a resolução de problemas.

Para além disso, o papel de mediador é também apontado como importante para fazer a ponte, agilizar os contactos estabelecidos e facilitar o acesso aos serviços de saúde, de educação, habitação, e outros, muitas vezes por via da facilitação da comunicação (descodificação da linguagem e das informações formalmente veiculadas).

Nós, ultimamente, começámos a identificar isto, nós não tínhamos nome para isto (...) mas aquilo que nós chamamos de “diplomacia humanitária” (...) dar voz a quem não tem voz. (...) Esta comunidade não é ouvida, não tem assento na tomada de decisões, nós estamos lá enquanto instituição, (...) por via da instituição damos voz a esta população na tomada de decisão. (...) Então quando estava no bairro tinha a polícia a ligar-me para ir lá (...) sempre no papel de mediador ou então “olha, vamos fazer isto assim, o que achas que eles pensam sobre isto? “não sei, vamos ver, vamos falar com eles.” Nós não fazemos nada para eles, fazemos com eles! (Adjunto Executivo da Direção, 30-34 anos).



A medida de política social Rendimento Social de Inserção (RSI) é sublinhada por alguns entrevistados como tendo um poder coercivo na medida em que esta obriga ao cumprimento de certos requisitos e obrigações e, por isso, é admitida a necessidade de em determinadas ocasiões, haver uma preocupação com o comportamento das pessoas ciganas de modo a que elas não percam o apoio social, sendo por vezes encaminhados para outras prestações mais de carácter definitivo.

Nós temos muito aquela preocupação de falar, de falar com pessoas que são consideradas como (...) não são bem líderes mas que têm influência positiva junto de outros. Há dois ou três jovens e dois ou três familiares que nós identificámos como tal e tentamos sempre falar com essas pessoas para ver o que é que se passa, pronto. Depois em termos preventivos também costumamos ter algumas ações de sensibilização, atividades de expressão plástica relacionadas com a violência, com... com a agressividade, pela positiva também, de convívio, não é? De convívio pacífico, relacionamento interpessoal, temos as nossas festas que também promovem muito isso, não é? (Técnica de Projeto, 30-34 anos).

É uma coisa que aqui no bairro existe, muita gente nova com reforma por invalidez, porque o beneficiário do Rendimento Social de Inserção tem que dar contrapartidas, tem que frequentar formações, e havia essa grande dificuldade. (Técnica do projeto Escolhas, 35-39 anos).

Apesar das dificuldades referidas para desenvolver um trabalho de continuidade, as pessoas com quem conversámos, técnicos ou dirigentes de instituições foram unânimes em relação à participação dos ciganos, referindo a facilidade com que se obtém uma adesão satisfatória em atividades que sejam do seu interesse, o que constitui um indicador muito interessante a explorar porque de alguma forma contraria a representação que veicula a ideia do desinteresse pela participação que por vezes é referenciado pelos próprios técnicos ou dirigentes das instituições. As maiores dificuldades surgem no que diz respeito a conseguir manter os mesmos níveis de participação em todos os momentos das actividades, ou seja, assiste-se a uma certa irregularidade de persistência. No próximo ponto abordaremos, de forma breve, a adesão dos ciganos aos projetos e serviços desenvolvidos por estas instituições e pelas pessoas com quem conversámos.

Por último, analisa-se a forma como a “comunidade cigana” é envolvida nas e pelas instituições e não apenas nas atividades por estas promovidas, ou seja, de que forma são os ciganos integrados em atividades profissionais ou de voluntariado nas instituições que os acolhem como público-alvo. Conclui-se que em quase todas já houve, em alguma altura,

oportunidade de integrar profissionalmente indivíduos da comunidade cigana, sobretudo os mais jovens, quer como voluntários ou estagiários em atividades específicas, quer como mediadores.

(...) recebemos agora no estágio membros de etnia cigana que têm pelo menos o 9º ano concluído. Vão ser 3 pessoas, vão estagiar na associação. (Presidente da Associação/Técnico no Projeto Escolhas, 30-34 anos).

Neste momento também temos aqui um dinamizador comunitário que também é da comunidade cigana. (...) A trabalhar connosco, que também ajuda bastante na, na participação. (Coordenador de projeto, 35-39 anos).

E. *Voluntários ciganos?*

R. *Neste momento, zero. (...) Já [houve], na parte de jardinagem, mas eram projetos pontuais. Eles comiam aqui, lavavam aqui a roupa, tomavam aqui banho, e nós pedíamos-lhes colaboração. “Vocês têm que nos ajudar também aqui, vamos fazer isto”. Não eram muitos, pelo menos três que eu me recorde agora assim, de cabeça.* (Diretor de serviços, 40-44 anos).

E o que nós tentamos é ver o outro lado, não é? E aqui dentro eles sabem que existem regras, que podem participar em diferentes atividades, que podem atualmente, e é uma coisa que surge como nossa estratégia, é serem voluntários da Cruz Vermelha. E serem voluntários, isto, para eles, é quase um orgulho. Eles adoram ser identificados como da Cruz Vermelha e etc. Mas para serem voluntários, têm que ter alguns progressos a nível da escola. (Coordenadora do Projeto Escolhas, 35-39 anos).

3. Adesão de pessoas ciganas a projetos ou serviços desenvolvidos

A adesão de pessoas ciganas residentes dos territórios em que se desenvolvem os projectos ou onde há oferta de serviços institucionais, foi avaliada pelos entrevistados como positiva, apesar dos constrangimentos já referidos como por exemplo, alguns casos de apropriação espacial de modo ostensivo.

Mas nem todas as propostas geram adesão: ficou claro que a adesão a atividades que os entrevistados avaliam como “menos interessantes” para esta população continua aquém



do que desejam, referindo que os resultados chegam com “muito” trabalho e raramente são imediatos. Interessante é salientar que nos casos em que a adesão não foi de todo a esperada, não foram apresentadas diferenças entre ciganos e não ciganos, ou seja, não é algo que os entrevistados possam imputar às pessoas ciganas.

A dificuldade maior refere-se ao envolvimento dos ciganos em atividades mais próximas das desenvolvidas em contextos mais formais como, por exemplo, atividades relacionadas com a escola e com a aprendizagem formal ou outras atividades que requeiram “persistência”, planeamento e “cumprimento de regras”. Foi ainda referida uma diferente adesão em termos de género às atividades, tendo sido referido, numa circunstância, a maior dificuldade de envolvimento da população masculina menos jovem.

Às vezes é um desespero muito grande porque eles não têm mais nada se não for isto aqui. Eles querem entrar só pelo facto de estarem cá dentro, é sempre melhor do que estar lá fora, e querer que eles façam uma atividade sobretudo os maiorzinhos, os adolescentes, é muito difícil porque eles não têm interesse pela escola, absolutamente, portanto, a gente às vezes também quer fazer com eles alguns trabalhos de escola... não. Querem pintar desenhos de miúdos pequeninos e estarem ali a conversar porque depois não conseguem..., não conseguem organizar-se para fazer um jogo.

E. E são mais eles que vos procuram ou são mais vocês que os procuram?

R. As duas coisas! Nós não conseguimos de facto comprometê-los, é a nossa maior dificuldade..., é combinar coisas e eles cumprirem. Do género «vamos ter ensaios a tal dia tragam a»..., não. Eles resolvem ensaiar quando lhes apetece, quando estão disponíveis, quando querem, aí então tem de ser e nós tentamos também por uma questão de organização e também por uma questão de organização mental deles, não é? As coisas têm que ter regras e que ter os seus limites e o seu espaço onde poderá ser efetuada a atividade, portanto, temos que gerir isso e dizer que não pode ser. Eles não gostam mas é assim! Podemos ter uma atuação planeada se eles... podem nem sequer vir... marcam e não vêm ou não marcam e querem vir. (Coordenadora de Projeto, 30-34 anos).

Existe um interesse em participar e usufruir os recursos dos projectos mas para uso livre, sem a imposição de muitas regras de procedimentos disciplinares e de carácter escolar. Os espaços são apreciados e frequentados sobretudo pela vertente não pedagógica.

Se a gente fala de vir fazer trabalhos, afastam-se. Estão muito motivados neste momento, com a gravação de um CD, com a construção das caixas de música

(...) eles gostam muito. (...) Os homens não gostam muito de falar, nem de se envolver, [de] participarem. O papel dos homens acho que é um papel muito mais controlador. Mas muito mais distante. (...) Eles adoram fotografia! Adoram! Adoram deixarem-se fotografar. Eu recolhi muitas fotos ao longo desse tempo todo. (...) E eu fiz uma exposição de fotografias, ampliei as fotografias, montei um espaço muito giro. E elas envolveram-se muito e vieram e organizaram... Disse assim: «Então, eu monto o espaço mas vocês trazem o lanche para partilhar e tudo». E vieram e fizeram e montaram a mesa, desmontaram, limparam tudo depois. E eles tiveram muito... entravam, saíam. Um ou outro vinham e tocavam alguns instrumentos e tal. Custou para que eles assumissem que aquele espaço era deles. Mas elas já estavam donas daquilo! No Dia das Mães também as convidámos, que elas viessem! E vieram e fizeram colares, e pintaram as unhas com os seus filhos e junto com os outros também, não ciganos. E vinha outro e entrava, para ver o que é que elas estavam a fazer, controlando, até vendo se há outros homens no espaço. Pronto... já não gostam muito. Mas como era uma festa só de mulheres, olhavam... Os outros homens não podiam estar aí também saíam. Mas os rapazes que eram maridos das mais novas entram e ficam (Responsável de Instituição, 45-49 anos).

Também nos procuram só porque sim, só porque vêm cá e sentam-se e conversam e isto acontece muito também (...) três ciganas tiveram bebés, vêm mostrar os bebés e ficam aí à conversa do «ah...» portanto aquela conversa, aquela conversa banal, jogar conversa fora, também nos procuram muito nesse sentido e depois nas festas, que nós tentamos fazer festas regularmente, é mútuo. Nós procurámos, eu acho que nem, nem há necessidade de... se calhar dizemos mais aos pequenitos que vêm cá todos os dias e depois são envolvidos nestas atividades e dizemos «olha não te esqueças de avisar o teu pai a tua avó, não sei quê, para vir à festa no dia tal» e então depois lá vêm pronto. É mais assim! (Técnica de Projeto, 30-34 anos).

Também no projeto eu tenho atividades dirigidas só para a comunidade cigana. Por exemplo a construção das caixas carrot, tenho a carpintaria também... que não é só para a comunidade cigana, também eles participam muito. A comunidade cigana gosta muito de carpintaria. Temos expressão plástica, temos o apoio ao estudo... (Presidente da Associação/Técnico no Projeto Escolhas, 30-34 anos).



Com as atividades que o meu projeto promove, a participação deles é bastante positiva, em função das faixas etárias, não é, quanto mais novos mais participativos (...) e depois também tem que se procurar responder às necessidades, não é, se uma pessoa chega lá de paraquedas com uma ideia luminosa mas que não tem nada a ver com o território também é normal as pessoas não participem, não é só porque... (...) As atividades de mobilidade são muito mais os rapazes, as atividades de promoção de competências são muito mais as raparigas, as atividades em meio escolar é igual, quer uns quer outros. (Coordenadora do Projeto Escolhas, 30-34 anos).

(...) Portanto, sim, em princípio algumas coisas que não se consegue perceber muito bem porque é que as pessoas não participam, por exemplo nós estávamos a promover a ação de alfabetização em moldes muito informais, que foi montada a pedido deles, e não está a funcionar, as pessoas não vão, nada adere não querem ir, isso é um mistério, mas isto ... (...) todos nós temos as nossas próprias dinâmicas coletivas, pronto. Tudo bem! Mas em princípio sim, desde que as coisas vão ao encontro aos interesses das pessoas, as pessoas participam. (Coordenadora do Projeto Escolhas, 30-34 anos).

De uma forma geral, foi referido que há atividades que as pessoas ciganas não aderem de imediato, mas há outras que são muito participadas, existindo muitas vezes uma articulação entre atividades que têm adesão mais imediata com outras cuja adesão requer uma maior intervenção e também alguma tentativa de adequar segundo os gostos de homens e mulheres. Pelos discursos, é possível perceber que há um conjunto de actividades que atraem mais do que outras, fazendo-se uma aproximação por tentativas.

Apesar da dificuldade sentida no que se refere a envolver as crianças, jovens e adultos em articulação com o contexto escolar, foi referida uma experiência de sucesso no âmbito de um projeto que decorreu em várias escolas em que pessoas ciganas eram convidadas a estarem presentes na sala de aula e em que isso foi vivido de forma muito positiva pelos intervenientes.

Os miúdos (...) não estavam preparados mas estavam tão maravilhados, estavam tão maravilhados e eu ouvia os comentários «temos uma professora cigana na escola» e não faltavam à escola havia incentivo para lá irem porque agora uma cigana estava lá (Fundadora de Associação/Auxiliar de Ação Educativa cigana, 30-34 anos).

Eles não estão também habituados a frequentar instituições, poder entrar em instituições. (...) eles não estão habituados a ser chamados a participar em qualquer coisa, normalmente são excluídos. (Animadora no Projeto Escolhas, 30-34 anos).

Em termos de procura dos serviços ou projetos, verifica-se uma grande diversidade de reações atendendo à natureza e fins e objetivos da instituição, serviço ou projeto. Normalmente, os contactos são aproveitados para despoletar outras intervenções. Por exemplo, a nível da saúde, se por um lado as pessoas ciganas pedem auxílio na marcação de consultas, como a consulta de planeamento familiar, por outro lado, as próprias instituições também estão atentas a estas questões e procuram sensibilizar as “comunidades ciganas” com quem trabalham para a necessidade de serem adotados determinados cuidados de vigilância e prevenção. No caso específico da IPSS que se especializou no domínio da saúde sexual e reprodutiva, as pessoas ciganas procuram o acompanhamento que é prestado ao nível do planeamento familiar, nomeadamente na distribuição de contraceptivos; nas entidades que atuam no âmbito da ação social, família e comunidade, surge o pedido de apoio no que se refere ao recurso ao RSI, a outros apoios financeiros alternativos e ainda a bens alimentares que ajudem a enfrentar as carências do dia a dia. No caso das instituições que promovem o Programa Escolhas, o acesso a tecnologias da informação e comunicação adquire um papel fortemente mobilizador e também as atividades relacionadas com trabalhos manuais, desporto e atividades mais recreativas.

Eu penso que uma grande parte dos jovens e das crianças são de famílias vulneráveis e com fracos recursos económicos. E, portanto, sentimos que muitos deles não têm, por exemplo, computador em casa e o leque de conhecimento que têm é reduzido. Por isso, penso que esse será o principal objetivo de eles virem. É o pesquisar, o terem mais conhecimento e também por experimentarem uma ferramenta que muitas vezes não têm se não for aqui. (Coordenadora do Projeto Escolhas, 35-39 anos).

E. Ok. Quais são as atividades que eles mais gostam?

R.1 Jogos, espaço de internet, dança.

R.2 Sim, também as coisas muito práticas, as manualidades... (...) eles acham isso uma grande piada, em fazer coisas... (Animadora no projeto Escolhas, 30-34 anos).

R.1 Nós chegámos a ter miúdos de 18 anos a quererem pintar desenhos. (Técnica do Projeto Escolhas, 35-39 anos).



A dança sem dúvida alguma. [Risos.] A dança! Não, temos agora também as TIC e a “Escolha Livre” que é uma atividade em que eles podem estar no computador e podem aderir às novas tecnologias. Isso é o que eles gostam muito! Estão muito ligados a atividades desportivas, os mais jovens. Implementamos agora, dentro das atividades desportivas, semanalmente vamos realizar, realizamos uma atividade diferente para eles terem conhecimento e acesso a diferentes atividades desportivas, escalada, snowball, kartings, futebol. (Coordenadora do Projeto Escolhas, 30-34 anos).

Por vezes, os espaços das instituições tendem a ser encarados pelas famílias e pessoas ciganas como locais onde encontram uma resposta próxima e informal para a resolução de alguns problemas da sua vida quotidiana, ou seja, o âmbito da intervenção dos projetos vai quase sempre muito para além dos objetivos funcionais.

Eu acho que eles procuram em nós a resposta para tudo! Não vou especificar, porque é mesmo para tudo. Ou seja, a criança caiu, eles vêm cá! Alguém está com febre, o que é que eu faço? Recebi uma carta, o que é que eu faço? (...) Há uma confiança total e, no fundo, acabamos por apoiar, fazemos um bocadinho parte de todas as famílias, conhecemos todas as histórias (...) (Técnica de Associação, 35-39 anos).

Depende das situações e das necessidades. Já se criou uma dinâmica em que eles nos procuram para várias situações, desde tratar de seguros, coisas que são completamente periféricas ao nosso trabalho, mas acabamos por ser um bocadinho uma referência deles. Muitos não sabem ler nem escrever e damos esse tipo de apoio. Há outras situações em que temos atividades mais estruturadas, mais organizadas, e que não são continuadas no tempo. Se fizermos uma ação de sensibilização, nós podemos avisar no dia anterior mas temos que no próprio dia chamar, pelo menos fazer com que uma ou duas pessoas mobilizem as outras. Portanto, há uma interação. (Coordenador de Projetos de Associação, 35-39 anos).

É também salientada a relação de confiança entre os técnicos e as pessoas ciganas com a criação de vínculos aos técnicos, sendo fatores essenciais para um trabalho de proximidade. Uma das entrevistadas refere que no início da intervenção da entidade no bairro a

participação das famílias e pessoas ciganas era muito mais reduzida, os laços de confiança ainda não tinham sido construídos, salienta.

Neste momento o que está a acontecer é que eles já procuram. Porque eles já conhecem o projeto, já sabem que atividades é que são feitas. Sabem que há outros ciganos que estão a usufruir das atividades do projeto e já nos procuram. Anteriormente era feito ou através das escolas que faziam a divulgação do projeto ou encaminhavam um ou outro jovem de etnia cigana por causa de questões comportamentais ou também a própria Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (...) Temos assim, se calhar, estes dois grupos: os que chegam porque querem participar nas atividades lúdicas; e os que são encaminhados pelas entidades ou pela nossa equipa de ação social ou pelas entidades que estão no terreno e que nos encaminham os jovens para nós. (Coordenador da instituição, 30-34 anos).

As duas coisas, a uns somos nós que os procuramos mas a maior parte já nos procura, mas também isto deriva da relação que tivemos com eles no projeto de luta contra a pobreza. Daí virem de todas as pontas da cidade ter connosco, porque já nos identificam que somos pessoas que olhamos para eles de igual. (Diretor de serviços, 40-44 anos).

Como já estamos aqui há sete anos, há crianças que quando nasceram nós já estávamos cá. Os pais pedem a nossa colaboração para tudo, para tirar fotocópias, para preencher papéis, para o apoio escolar aos filhos, fazer os trabalhos de casa. (Coordenadora do Projeto Escolhas, 30-34 anos).

Na perspetiva de um entrevistado que é Coordenador de Projetos de uma Associação, a opinião da população cigana sobre os serviços ou projetos dinamizados é positiva, sendo influenciada pela existência de laços fortes com os técnicos, em que o vínculo não é propriamente ou meramente institucional. Por sua vez, a entrevistada, que é Coordenadora de um Centro Comunitário também menciona que a opinião da população cigana sobre os serviços ou projetos implementados é igualmente favorável, ainda que a relação positiva estabelecida entre a equipa técnica e a população cigana possa revestir-se de alguma instrumentalização em virtude das contrapartidas subjacentes.

A propósito das boas práticas ou experiências de sucesso que os entrevistados referenciaram tendo por base os serviços ou projetos colocados ao dispor da população cigana, parece-nos particularmente interessante o exemplo apresentado pelo entrevistado que é



Coordenador de Projetos de uma Associação, e que se traduz na ida de profissionais do Centro de Saúde ao bairro, numa lógica de proximidade e de estreitamento de laços de confiança, sendo assim possível promover a educação para a saúde. O coordenador e a técnica que trabalham na mesma instituição apontam como possível crítica à sinergia gerada com os profissionais de saúde, a criação de uma dependência que, podendo não ser positiva, pode apresentar vantagens evidentes no que respeita à adoção de comportamentos preventivos de saúde.

4. Expectativas em relação ao futuro e desafios à intervenção com os Ciganos

De um modo geral, os entrevistados estão pouco confiantes em relação a alterações no futuro do modo de vida das pessoas ciganas. Existe a percepção de que as crianças, os jovens e os adultos ciganos não possuem um projeto de vida próprio ou, se o tiverem, ele obedecerá às especificidades inerentes ao quadro de valores e ao ciclo de vida dentro do grupo cigano, ou seja, para a reprodução dos modos de vida e incapacidade de provocar a mudança. Esta é a principal razão avançada para explicar a falta de motivação da população cigana para participar em determinadas atividades. Ou seja, apesar do trabalho levado a cabo pelos projectos existe a percepção de que ele é uma pequena gota, sendo necessário um enquadramento de suporte muito mais estrutural. *“aqui o nosso grande objetivo é conseguirmos integrar socialmente, fazer, com que eles tenham uma perspetiva de futuro, porque a perspetiva que a maior parte das crianças tem é... eles não adquirem planos de futuro, eles não têm planos de profissão.* (Animadora no projeto Escolhas, 30-34 anos).

Para além das dificuldades do dia-a-dia apresentadas, as pessoas com quem conversámos referiram outras dificuldades que consideram transversais à intervenção com as “comunidades ciganas”. Mostraram-se bastante céticos em relação ao maior envolvimento das crianças e das famílias ciganas com o meio escolar, pese embora todos afirmem que a situação atual não se compara com a de alguns anos atrás, no entanto, parece que se assiste a uma certa “desresponsabilização” por parte das entidades oficiais que acabam por delegar nestas instituições de projectos locais/ territoriais a gestão dessas situações, muitas vezes, de forma isolada e desagregada de qualquer plano de intervenção globalizante.

Os representantes sócio institucionais alegam que para as mudanças verificadas muito contribuíram o trabalho em continuidade e em proximidade, no entanto, ele continua a ser claramente insuficiente perante as necessidades globais, ou seja, uma situação desigual permanente, deficitária em relação à sociedade em geral. De seguida, apresentamos alguns

depoimentos, que ilustram os desafios e as ambiguidades sentidas pelas pessoas com quem conversámos na intervenção com os ciganos, nomeadamente por uma entrevistada cigana:

Eu posso falar por experiência, tanta experiência, porque eu trabalhei e também fiz questão de estar com os pequeninos na ludoteca, que são os pequeninos, dos quatro aos seis, eu queria perceber como é que eles são educados, qual é a diferença, eu gostava de perceber por que é que há o absentismo. Depois de trabalhar com os ciganos quatro anos foi tão fácil perceber! Para o menino cigano, a educação dele enquanto pequenino é «vamos amá-lo e beijá-lo ao máximo porque é o nosso bebé, porque eles não sabem nada, eles não percebem nada, só percebem uma coisa, amor!» esta é a mentalidade dos ciganos. Não têm outra! A minha mãe, quando eu ralho com o meu filho e digo assim «vais-te sentar ali no sofá de castigo», a minha mãe, a minha mãe chora porque é isso que lhe dói. Porque a um cigano dar uma palmada não custa, agora sentá-lo de castigo é que não, é que é tão cruel, é tão cruel. A minha mãe, a minha mãe sofre horrores! Portanto há uma diferença muito grande, muito grande logo, muito pequeninos. (...) Mas o lado pedagógico, escolar, não lhes passa porque ao pai também não lhes passa. Quando eles entram na escola no primeiro ano há aquela euforia, porque a mochila, porque eles coitadinhos nunca viram aquilo, gostam, (...) as borrachas, canetas, tudo muito bem. Logo no primeiro dia, chegam a uma escola onde estão fechados, eles levam até aos dois anos com os pais, com uma tia, com as famílias, com os primos, com as irmãs mais velhas e depois vão para um sítio onde não conhecem ninguém. Um professor estranho, uma pessoa que está ali que eles não estão habituados, que ralha com eles, «ai és mesmo», que levam... eles são as crianças que mais provavelmente levam! (Fundadora de Associação/ Auxiliar de Ação Educativa cigana, 30-34 anos).

Mas a gente depois acaba no terreno aprendendo a ver que não há uma verdade única. Há a nossa verdade mas há [também] a verdade deles. E isso é um boca-do regulador da nossa intervenção (Responsável de Instituição, 45-49 anos).

No âmbito da nossa intervenção na escola (...) e também depois no bairro, a valorização da escola por parte da família é a grande dificuldade que sentimos. E também temos sentido, ao longo destes anos, que a predominância das igrejas, ou seja, a intervenção que é a pressão e o poder que as igrejas que frequentam têm depois nas opções tomadas também tem sido cada vez maior, e o que diz o ancião, a pessoa mais velha, já tem menos valor do que diz o pastor.



E depois aqui há muitas igrejas e quase cada grupo frequenta a sua igreja, com poucos fiéis, que são as igrejas evangélicas em que hoje maioritariamente os ciganos são crentes... (Técnica do Projeto Escolhas, 35-39 anos).

As grandes dificuldades que eu tenho sentido têm sido mais relacionadas com os progenitores dos alunos do que com os próprios alunos, há um afastamento dos encarregados de educação perante a escola. A importância que a maioria destes encarregados de educação dá à escola é muito relativa. Claro que temos que tentar combater e tentarmos aproximar estes encarregados de educação da escola, mas acho que o principal problema tem sido conseguirmos transmitir aos encarregados de educação a real importância da escola no futuro dos seus filhos. (...) Acho que este afastamento também se deve porque a escola não está preparada para trabalhar com estas minorias étnicas, a escola está preparada para trabalhar com a comunidade em geral, mas se calhar nunca teve o cuidado inicial de se preparar completamente e de tentar adquirir mais conhecimentos acerca desta cultura. (Mediador escolar, 35-39 anos).

Outro desafio que apresentamos de seguida, neste caso partilhado por duas técnicas com funções de coordenação, uma no âmbito do Protocolo de RSI e a de outra num Centro Comunitário, refletem algumas das ambiguidades inerentes ao próprio processo de intervenção:

O posicionamento tem que ser completamente, radicalmente diferente daquele que nós temos neste momento (...). Quando eu fiz acompanhamento, enquanto técnica de processos de RSI eu tinha um posicionamento, eu, enquanto professora de flamenco tenho outro! Completamente oposto! Não há nada que seja parecido, nada. (...) O meu papel é... Eu enquanto técnica tenho um papel, não é? Que é de técnica, de perceber as condições em que vivem a família, mas muito de técnica. Portanto, não de proximidade, de distanciamento! Ali é exatamente o oposto! De proximidade, de facilitadora, de «então a menina não vem, a tua mãe não te deixa mas tu queres vir, queres muito», «então eu vou lá a casa falar com a tua mãe e a gente arranja uma estratégia de... nem que eu te vá lá levar todos os dias» não... (coordenadora de um Centro Comunitário, 30-34 anos).

Este é o retrato possível das instituições e do trabalho realizado sob a perspectiva dos atores socio institucionais entrevistados. De seguida, analisa-se as representações destes atores, nomeadamente como caracterizam as pessoas e as famílias ciganas, as suas condições de vida, a sua situação face à educação, ao emprego e à formação profissional, bem como as suas sociabilidades, fenómenos como a discriminação, o racismo e o preconceito, sem esquecer o seu posicionamento face à “integração” dos ciganos.

5. Perspetivas sobre a situação social das famílias ciganas

Embora esteja directamente relacionado com a área de trabalho principal desenvolvido pela instituição, a população cigana que frequenta as instituições em que trabalham os entrevistados é muito jovem, compõe-se, sobretudo, por crianças, jovens adolescentes e jovens adultos.

Notam-se algumas diferenças de frequência por género, é o caso de instituições mais ligadas à saúde, em que as mulheres são as que mais aderem às atividades; enquanto nas que estão mais ligadas à educação, são os rapazes/homens. A partir dos 30 anos, a presença nos espaços é mais esporádica e mais orientada para a resolução de necessidades concretas ou para a participação em cursos ou outras atividades mais formalmente organizadas. As pessoas com quem conversámos referiram, na generalidade, conhecer bem as famílias que são “suas utentes”.

A morar aqui próximo do bairro e que frequentem a Associação, só temos uma família sénior. O resto das famílias são famílias até aos 40 anos e com todos os miúdos em idade escolar. Os jovens mais velhos têm 18, 19 anos. (Técnica do Projeto Escolhas, 35-39 anos).

Também declararam que a maioria dos ciganos residentes nos espaços de abrangência dos projectos é, efetivamente, de nacionalidade portuguesa, ainda que nos tenham referido a presença residual de alguns ciganos de nacionalidade espanhola e que reflecte a rede de parentesco com ciganos espanhóis. Curiosamente, não foi referida a presença de ciganos de outras nacionalidades, embora saibamos que em Portugal residem ciganos estrangeiros.

A maioria destas pessoas reside no concelho da área de abrangência das instituições há várias gerações e, mesmo quando vieram de fora, por via de processos de realojamento, normalmente, as pessoas provêm de outras zonas relativamente próximas, em muitos casos do mesmo concelho. Há portanto, uma história de vida enraizada nos territórios locais desmistificando a ideia de nomadismo, aliás, o que vem sempre demonstrado por autores como Correia (2007) e Castro (2012)



São todos daqui, só uma família atualmente, uma família nómada, que está a acampar perto, mas não costuma acontecer. Aliás, é uma coisa que é comum a todos os ciganos com que temos contactado, já há muitas gerações que não são nómadas. (Técnica do Projeto Escolhas, 35-39 anos).

No entanto, em alguns locais ainda se verifica alguma sazonalidade de deslocações familiares.

(...) Nós também temos aqui muitas famílias que são, digamos, flutuantes ou viajantes que, que durante o período de verão, isto é sazonal, aparece muito mais famílias que nós não conseguimos... Apesar de recebermos aqui crianças... (...) são da comunidade cigana mas que, durante o Verão esta zona, vem muitas famílias de outros locais (...) Do país para aqui, sobretudo do Alentejo. (Coordenador de projeto, 35-39 anos).

De acordo com a perceção dos entrevistados a maior parte das pessoas ciganas em idade ativa encontra-se formalmente desempregada. Todavia existirá um número não negligenciável de trabalhadores por conta própria, desenvolvendo a sua atividade como feirante e/ou vendedor ambulante que, de acordo com alguns testemunhos, evitam declarar os rendimentos obtidos por essa via, sobretudo temendo o corte do RSI. Porém, pelo retraimento de os negócios nas feiras com a crise económica muitos já desistiram dessa atividade. Há outros que estão em efectiva situação de desemprego ou desocupação. Em termos de trabalho por conta de outrem, verificaram-se alguns casos que se destacam desses cenários: são indicados casos de quem exerça atividade como auxiliar de ATL e empregado de café e de outros que já procuram formações que lhes permitam enveredar por uma profissão.

Muitos deles [jovens] ajudam os pais nas feiras e não tenho conhecimento, mesmo aqueles com quem trabalhei há mais tempo, que estejam noutra tipo de área. Estão todos a trabalhar nas feiras ou alguns estão desempregados e estão com o subsídio de desemprego. (Coordenador da instituição, 30-34 anos).

O insucesso e abandono escolares são fenómenos praticamente generalizados a partir do 2º ciclo, designadamente entre os indivíduos mais velhos que possuem no máximo o primeiro ciclo completo. Praticamente todas as crianças ciganas estão inseridas no 1º ciclo do ensino básico. Os rapazes permanecem mais tempo na escola face às raparigas, mas é pouco frequente passarem do 6º ano (2º ciclo do ensino básico). As raparigas sofrem

uma pressão maior para sair da escola porque as turmas são mistas e as famílias não gostam que, numa fase de início da adolescência, elas possam conviver com rapazes, sobretudo não ciganos e sem a supervisão de adultos, quer ciganos, como não ciganos de sua confiança. Estas observações são consonantes com os estudos disponíveis em Portugal e que atestam que as pessoas ciganas apresentam níveis de escolaridade obrigatória baixos e elevadas taxas de abandono (Bastos, Correia e Rodrigues, 2007; Mendes, 2007; Nicolau, 2010).

Todos eles têm muito fracasso escolar não é? Muitas dificuldades de aprendizagem, mas enquanto as meninas têm de sair por questões culturais os rapazes não têm que sair obrigatoriamente, muitas vezes saem por uma questão de fracasso, reprovações e acabam por... por abandonar. Pronto é o insucesso! (Coordenadora de um Centro Comunitário, 30-34 anos).-

Alias são poucos os que eu conheci, mesmo os miúdos são muito pacatos, no 1º ciclo há muitos que não passam do 2º, 3º ano, não chegam a concluir o 1º ciclo. (Técnica do Projeto Escolhas, 35-39 anos).

Não obstante esses relatos de abandono e insucesso escolar, começam a surgir situações que se destacam por serem singularidades sociais: “(...) *tenho 7 com o 3º ciclo do ensino básico. E tenho dois jovens a terminar mesmo o 3º ciclo. E as outras 6 ou 7 pessoas têm o 9º ano. Os resultados mais frequentes na comunidade é o 6º ano.* (Presidente da Associação/ Técnico no Projeto Escolhas, 30-34 anos). Assim, entre as gerações mais velhas são muito frequentes os casos de pessoas que não sabem ler e escrever, enquanto entre as pessoas mais novas já se encontram situação mais diversificadas com a existência de alguns casos de prolongamento escolar e já uma adesão significativa ao ensino pré-escolar.

No que toca à família, os casamentos ciganos e as uniões acontecem em idades muito precoces, quando comparados com as pessoas não ciganas. Segundo os nossos informadores privilegiados, os ciganos casam normalmente entre os 13 e os 15 anos. Há até quem tenha referido que antes os “casamentos” aconteciam mais tarde, entre os 15 e os 17 anos e que, na atualidade, estes acontecem em idades ainda mais precoces o que contraria em certa medida resultados que apontam para o aumento da idade do casamento (Mendes, 2007; Magano, 2014). Continua a ser dado grande valor ao “casamento cigano”, pese embora se comece a ouvir relatos sobre casos de uniões entre ciganos e não ciganos e de muitos jovens que já escolherem o seu companheiro, muitas das vezes pela via da “fuga”. A idade para o primeiro filho continua a ser muito cedo e foi-nos referido que em média as famílias



têm entre 3 a 4 filhos, sendo que se defende que para os ciganos quantos mais filhos melhor (Diretor de serviços, 40-44 anos).

É quase unânime a opinião de que as mulheres ciganas neste momento já recorrem, na generalidade, a métodos de controlo da natalidade.

É recente, é recente! [N]Estes últimos anos elas estão a casar as filhas. Porquê... uma criança cigana não pode namorar. Faz parte da sua cultura! Elas são “perdidinhas” praticamente à nascença. Elas vão crescendo sempre com o tal menino. Pode ser até o primo. A maior parte deles casam primos com primos direitos e por aí a fora. Depois quando chega a altura, por exemplo, agora dos 13 anos, os telemóveis e outras coisas, mas principalmente os telemóveis... há aqui uma coisa muito estranha porque eles querem-se contactar uns com os outros por telemóveis. E combinam-se! Imaginem que agora estou aqui eu e combino com o namorado «Olha, vamos até ali». Basta isso, já têm que os casar! Porque eles saíram juntos e não podem. Não acontece nada. Mas para eles, aquilo já ficou uma marca. (Responsável de Centro, 50-54 anos).

Piscam o olho e depois fogem! Estão dois, três dias quando voltam já são assumidos como casal perante eles, e então já não há necessidade depois do casamento, porque eles já são marido e mulher. (Animadora no Projeto Escolhas, 30-34 anos).

A tendência para a realização de casamentos precoces surge por vezes apontado como se trate de um traço cultural herdado, naturalizado: “É. Notamos mesmo entre as miúdas novas, porque... 12,13 anos, elas já estão sempre a falar nisso, isso é uma coisa que elas têm, é mesmo, está entranhado.” (Técnica do Projeto Escolhas, 35-39 anos).

6. Alojamento e apropriação dos espaços

Sobretudo por não disporem de outros espaços de habitação mas também por questões culturais de tradição cigana, os casais jovens acabam por ficar e permanecer durante mais tempo do que o desejado pelos próprios na casa dos pais (do rapaz: a rapariga deve ficar junto da sogra para aprender os “modos” da família do homem), acabando, desta

forma, por se constituírem famílias alargadas, coexistindo na mesma habitação várias gerações, sendo difícil conseguir nova habitação para os núcleos familiares entretanto constituídos. Entre as famílias ciganas ainda são raros os casos de famílias monoparentais.

Os pais, os filhos, os filhos casados, os netos... que faz confusão como é que conseguem viver todos numa casa... é tudo ao monte (...). Isto faz um bocado de confusão porque é assim: eles atribuíram a casa: é para este agregado. Mas depois para este agregado há um filho que casa. E quando casa fica a viver com os pais. A rapariga sai, vai para a casa dos sogros. O agregado vai aumentar ainda mais. Depois não há resposta para estes casais novos. Eles têm que ficar na casa dos pais. Depois vêm os filhos, não é? Isto é um problema que se arrasta. De maneira que temos aí muitas famílias assim. (Responsável de Centro, 50-54 anos).

Ao abordarmos a evolução e presença dos ciganos no concelho/freguesia, pelos discursos dos entrevistados é perceptível a propensão para o aumento do número de ciganos sem que a resposta habitacional acompanhe esse crescimento familiar. Este aumento parece não se dever à migração de pessoas e famílias que vêm de fora da “comunidade” ou bairro, mas ao facto de os ciganos continuarem a ter um considerável número de filhos, ou seja, continuam a contrariar as estatísticas no que se refere à natalidade, ainda que também entre os ciganos o número de filhos tenha diminuído significativamente nos últimos anos.

Aí sim porque eu acho que eles são das poucas, não são os únicos, mas se calhar a maior parte dos bebés são ciganos (...) as outras famílias já... já conseguem pensar um bocadinho antes de ter uma criança. Eles não, eles continuam a fazer filhos, digamos assim. Porque para eles, culturalmente, ter um filho é um bom sinal. (Coordenadora de Protocolo de RSI, 30-34 anos).

Mas predominantes são famílias com muitos filhos, com um núcleo familiar com pais e avós a viverem na mesma casa, e uma média de quatro filhos. Sim, talvez três, quatro filhos. Sim. (Técnica do Projeto Escolhas, 35-39 anos).

Através dos nomes das famílias que frequentam os espaços institucionais foi possível verificar alguma concentração das mesmas famílias em determinados bairros ou zonas de um bairro. A população cigana que os entrevistados conhecem reside praticamente toda em empreendimentos de habitação social construídos no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER), maioritariamente são compostos por habitação social, incluindo em



algumas situações casas pré-fabricadas. No entanto, foram mencionadas algumas situações de residentes em casas arrendadas no mercado convencional de habitação. Nos casos em que se trata de habitação social, verifica-se o pagamento de uma renda mensal às autarquias locais ou às respetivas empresas municipais de habitação.

Os entrevistados quase não fazem alusão a pessoas e famílias ainda caracterizadas pelo nomadismo, depreendendo-se que estes não serão a sua população alvo ou por desconhecerem casos nos espaços de intervenção. No entanto, constata-se que em Portugal subsistem ainda situações de nomadismo forçado (Bastos, Correia e Rodrigues, 2007; Correia, 2012; Brazzaben, 2013), assim como situações de pessoas e famílias que não tiveram acesso a uma habitação condigna, vivendo em acampamentos ou habitações sem condições de salubridade e sem acesso aos serviços públicos mais básicos (Comissão Parlamentar, 2009; Nicolau, 2010).

E. E eles quando convivem... os que não vivem em barracas, os que vivem em casas, normalmente aquilo é arrendado ou eles são proprietários?

R. Não, em princípio são proprietários. (...) E conseguem comprar uma casa, como dizia, uma casa velha, pequena e estragada, compram ou juntaram dinheiro e compram assim a pagante, é pagante que diz, de uma vez? (Coordenadora do Projeto Escolhas, 30-34 anos).

E. Os tipos de habitação em que residem? Em apartamentos?

R. Apartamentos, sim. Sobretudo apartamentos. Algumas pessoas em quintas, e sobretudo apartamentos. Apontamos só o caso de duas famílias que vivem em barracas. (Técnica do Projeto Escolhas, 35-39 anos).

E depois estão espalhados pela cidade, nalguns que conseguiram umas casinhas, uns apartamentos que nós conseguimos através do IGAPHE nos bairros de habitação social, mas não muitos. Também não se podia tirar de lá as outras pessoas para meter ciganos, como é lógico, não foram feitos para eles, não... (Diretor de serviços, 40-44 anos).

A maioria dos ciganos referenciados reside em bairros de habitação social com uma certa dimensão, sendo ainda comuns as situações em que há significativas concentrações de população cigana em edifícios, ruas ou conjuntos habitacionais construídos pelo Estado e que se prende com as políticas públicas de habitação social nas últimas décadas, e mais recentemente com a habitação social construída no âmbito do PER (Pereira e Rebelo, 2013).

Para além de técnicos que trabalham com estes núcleos residenciais foram ainda contactadas instituições que trabalhassem com ciganos a residir em casas abarracadas. Foram detetadas ainda situações habitacionais precárias e insalubres que se caracterizam por uma certa estabilidade e permanência no tempo (por exemplo, na cidade da Maia e em Pa-redes, entre outros), não obstante essa situação de incumprimento de condições básicas de vida são considerados como “integrados” pelos representantes das instituições, no sentido de não criarem problemas.

Alguns ciganos referenciados pelos entrevistados viveram outrora em acampamentos, casas abarracadas, e outras situações marcadas por uma forte precariedade sócio-habitacional. Mas, entretanto essas pessoas foram realojadas no âmbito do PER – Programa Especial de Realojamento que tem decorrido durante as últimas duas décadas. Contudo, continuam a subsistir no território separações segregativas entre a população cigana e a população não cigana, por vezes dentro do mesmo bairro, com a “zona ou bloco de ciganos” onde são concentradas as famílias.

Então é assim, eu estou a trabalhar no terreno há já oito anos, sete, oito anos. (...) E vi em sete ou oito anos uma grande evolução positiva, positiva. (...) As pessoas estão aos poucos a sair das barracas que são ainda numerosas, temos muita gente a viver em barracas, muitas pessoas a viver em barracas sem água, sem nada, mesmo no descampado. (Coordenadora do Projeto Escolhas, 30-34 anos).

Bom, nós tentámos acabar com o bairro da (nome de um bairro), não conseguimos! Nós não queríamos acampamentos ciganos sem condições. Conseguimos meter alguns em bairros sociais, outros em casas de habitação nos bairros espalhados pela cidade, mas não conseguimos acabar com os bairros, com as barracas. (Diretor de serviços, 40-44 anos).

R. É assim, os ciganos, do contacto que tenho com outros projetos e com outros colegas, os nossos ciganos aqui já estão muito associados por exemplo, só temos um ou dois que andam na carroça, que tenha a sua tenda. (...) O resto tem casa, tem...

E. Ok. Muito bem. Em relação aos tipos de habitação primordiais, são casas em bairros sociais?

R. Bairros sociais, sim. (...) Mas com boas condições. (Coordenadora do Projeto Escolhas, 35-39 anos).

E. E eles vivem em que tipo de habitações? Bairros sociais ou...



R. *Sim, bairros sociais. (...) Não há barracas aqui na zona do [nome de duas localidades]. Têm todos a sua habitação, alguns até têm a família dividida por várias habitações. São muitos. Já tive conhecimento de elementos que vivem em habitações que não são camarárias. Mas a maioria vive em habitações camarárias tanto no bairro de [nome de bairro] como no bairro de [nome de bairro].* (Coordenador de instituição, 30-34 anos).

[casas de tipo] Unifamiliar. Tipologias T2, T3 e T4, nestes de [nome de bairro]. No [nome de bairro] já estão em apartamentos. (...) Foi o Instituto Nacional de Habitação, quer dizer, quer no primeiro quer no segundo as casas foram financiadas pelo Instituto Nacional de Habitação no âmbito do Programa Municipal de Realojamento. Quando tivemos todo o trabalho, já tínhamos a experiência de um primeiro. Já não havia os projetos de luta contra a pobreza, já foi feito com a câmara municipal. (Técnica Superior de Serviço Social, 40-44 anos).

A maioria vive em habitação social, tirando aquelas tais 11 famílias que vivem em acampamento, mais 8 ou 9 casais que estão em arrendamento privado, mas que querem [habitação] social. (Técnica Superior de Serviço Social, 30-34 anos).

Resumindo, apesar dos muitos realojamentos realizados em habitações condignas, não podemos esquecer que em Portugal ainda existem pessoas ciganas que não tiveram acesso a uma habitação condigna, vivendo em acampamentos ou habitações sem condições de salubridade e sem acesso aos serviços públicos mais básicos (Comissão Parlamentar, 2009; Nicolau, 2010). Refira-se que também não foi detetada a presença de “nómadass forçados”, evidenciado em trabalhos de lavra recente (Bastos, Correia e Rodrigues, 2007; Correia, 2012; Brazzabeni, 2013), mas ainda assim são referenciadas algumas famílias com mobilização sazonal.

Os realojamentos são, por vezes, questionados, afirmando-se que o facto de estas famílias terem sido colocadas a residir perto umas das outras, territorialmente concentrados, transformou os bairros em autênticos “guetos”, com concentrações de populações carenciadas de diferentes origens com problemas sociais e económicos de vária ordem (Guerra, 1994; Pereira et al., 2011), de um modo geral, desconectados do tecido urbano: longe do centro, sem acessibilidades, sem transportes, entre outros serviços, enfim, excluídos social e territorialmente.

Um dos maiores erros que a Câmara fez foi o plano de realojamento na década de finais de 90 e 2000 que criaram guetos e hoje (...) paga a população cigana

que está nesses guetos e pagamos nós que estamos fora deles e estamos a levar com aquilo tudo não é? Porque se eles tivessem sido distribuídos... (Presidente de IPSS/Técnica em Entidade do Poder local, 50-54 anos).

Eles viviam nuns terrenos, em tendas, na freguesia de [nome de freguesia], e a Câmara cedeu o terreno onde foram colocadas umas casas pré fabricadas aqui em [nome de local] Foi a solução que a Câmara, na altura, encontrou. Contra tudo e contra todos, porque ninguém... A Junta de Freguesia não concordou, nós não concordámos. Porquê? Porque aquilo fica completamente longe de tudo, afastado de tudo, não tem nada à beira, não tem transportes, fica numa zona para lá do túnel do aeroporto, o que dificulta o acesso para cá. Porque eles não tendo transporte, ninguém passa o túnel a pé, por baixo, porque é extremamente perigoso, há imensos assaltos, etc. Portanto, as mulheres nunca poderiam vir para cá. As crianças, para virem para a escola, eles enfiam nas todas numa carrinha que não se vê. É só braços e pernas e lá levam os miúdos à escola, porque não há transportes, é longe, estão isolados, não há vizinhos à volta. (Coordenadora de Centro Comunitário, 45-49 anos).

A grande maioria das pessoas que moram aqui são ciganas. Portanto, as dinâmicas neste bloco acabam por se resumir praticamente aos ciganos. Porque a política de realojamento foi essa e continua a ser, de concentrar erradamente os ciganos todos no mesmo sítio, partindo do princípio de que se dão todos bem. E isso não é verdade! (Coordenador de Projeto de Associação, 35-39 anos).

Os discursos apontam para a realização de realojamentos em massa ou com deficientes condições tendo por base falsos critérios estereotipados de homogeneização em relação aos indivíduos e famílias ciganas, tratando-os como se fossem um conjunto indistinto (Cachado, 2013). Ora, o que acontece é que muitas vezes existem graves conflitos entre algumas famílias ou há famílias de origens culturais diferenciadas, para além de normalmente estarem nestes mesmos territórios outras famílias não ciganas também fragilizadas socialmente e economicamente (Mendes, 2007).

Em relação às condições habitacionais atuais, mesmo no caso de habitações sociais, foram descritas como frequentemente pouco resistentes, construídas com materiais frágeis, degradadas e, por vezes, sem luz nos espaços comuns e/ou exteriores. A degradação das habitações é regularmente apontada pelos entrevistados como se tratando de uma res-



responsabilidade das pessoas que aí residem porque vandalizam e sujam os espaços comuns. No entanto, também são imputadas responsabilidades a quem construiu, sem se certificar da escolha adequada de materiais e da preparação das pessoas para aí residir ou mesmo da concepção arquitectónica. Recorde-se que de um modo geral a construção de habitação a custos controlados para além de constituir um património já com algum tempo, verifica-se também a incapacidade por parte das autarquias de efectuarem uma manutenção sistemática do seu património (Ferreira, 1994). Na perspetiva de uma entrevistada, “*A construção é a coisa mais rasca que pode existir. As paredes não têm resistência nenhuma!*” (Responsável de Centro, 50-54 anos).

Outra situação indicada é que o realojamento de famílias ciganas nem sempre significa ter acesso a uma habitação condigna. Por vezes, são atribuídas às famílias ciganas habitações sem condições habitacionais condignas.

Mas pronto, mesmo assim temos cada vez mais pessoas, famílias que conseguem sair das barracas e que adquirem casas, então parece uma coisa espetacular mas não é também assim tão espetacular porque são casas velhas, sobrelotadas, muitas vezes não têm ainda instalações sanitárias. (...) Muitas vezes o telhado está a cair, pronto, é muito melhor que uma barraca com certeza, mas pronto ainda não é nenhum palácio. (Coordenadora do Projeto Escolhas, 30-34 anos).

Apesar de referirem uma utilização do espaço exterior quase sempre descuidada por parte das pessoas ciganas, o interior da habitação é referido na generalidade como bem cuidado e limpo, ou seja, existe uma diferenciação entre o modo como é tratado o interior e o exterior das habitações traduzindo aquilo que foi designado “gosto pela casa e desgosto pelo bairro” (Pinto, 1994) de um modo geral mas também em relação às pessoas ciganas estudadas em outros estudos (Magano, 2012). Ou seja, uma aparente contradição entre o fora e dentro de portas, num aparente desinteresse pela manutenção do que é espaço público. Vejamos alguns depoimentos:

Os prédios não têm porta de entrada, não têm caixas de correio e não têm campanhas (...). As casas têm... depois os prédios... porque eles depois aproveitam a parte dos patamares para fazer um bocadinho de extensão da casa deles. Há alguns prédios muito limpos, porque já entrei, mas há alguns prédios muito sujos. Agora a câmara vai começar, acho que é daqui a um mês e tal, a fazer

prédio a prédio a recolha dos bens que estão fora e limpar os patamares e retirar as coisas porque, por exemplo, eles deixam sempre animais nos patamares. Mas depois as habitações deles, das que eu tive oportunidade de entrar, são muito limpas, são extremamente asseados podem, podemos olhar para eles e eles não estarem asseados mas as casas, de facto, são muito asseadas. (Coordenadora de Projeto, 30-34 anos).

Mas também entre os entrevistados há quem entenda que o descuido em termos de manutenção aconteça dentro e fora da habitação como é o caso que a seguir apresentamos:

O que depois se verifica a nível de habitação, e isto maioritariamente na comunidade cigana, mas não quer dizer que não exista na não cigana, é que existe um descuido muito grande na manutenção da habitação, e isto a nível exterior como interior. (...) Elas não são mantidas devidamente e rapidamente, num ano, elas estão completamente deterioradas. (Coordenadora do Projeto Escolhas, 40-44 anos).

Em alguns concelhos, porém, quando questionados sobre as condições de habitabilidade das residências dos ciganos, os entrevistados aludiram à existência de casas com uma qualidade razoável nos respetivos territórios, nomeadamente em termos de áreas e de número de quartos.

(...) As casas têm muitos problemas. Quando vem o inverno, têm humidade, etc. Os primeiros a serem questionados somos nós. Eles vêm logo cá. Se entra água, se há humidade, se há não sei o quê. E nós fazemos um bocadinho a ligação entre as famílias queixosas e a [Empresa Municipal de Habitação]. (Coordenadora de Centro Comunitário, 44-49 anos).

Daquilo que eu conheço e das casas que já visitei, são casas com muito boa manutenção. Normalmente com os pisos alterados, o pavimento alterado, com paredes abertas, com aquecimento, com lareiras, mas que têm uma manutenção e são melhoradas. (Técnica de Projeto Escolhas, 35-39 anos).

Em alguns concelhos foi também mencionada a sobrelotação dos espaços em virtude da oscilação frequente no número de elementos que constituem as famílias, algo que



vai de encontro ao estudo da *Agencia para os Direitos Fundamentais da União Europeia - FRA* (2009), que refere que dos ciganos inquiridos viviam em média, mais de duas pessoas num quarto. Para além disso, quando casam, alguns filhos optam por viver em casas anexas às dos pais, que acabam por ser ilegais e de má qualidade. Pelos entrevistados foram ainda mencionadas algumas intervenções de beneficiação que estão atualmente a decorrer a cargo da respetiva empresa municipal de habitação, tendo em vista o alargamento das habitações.

No entanto, foram ainda mencionados os perigos em situações ilegais de compra ou de ocupação de habitação, ou da dificuldade de arrendarem uma casa pelo facto de serem ciganos.

Ou então acordam com a pessoa a quem lhes vende um pagamento a prestações. (...) Nunca é de graça... através do banco ou de hipotecas, coisas assim, nunca é formalizado, é sempre assim de boca a boca, não é, e de forma muito, muito informal, que é uma coisa muito arriscada para eles, não é, porque ficam totalmente desprotegidos, vão pagando uma coisa que não é deles, e depois quando se paga raramente, muito, muito raramente, fazem uns papéis necessários nas finanças ou não sei aonde, no registo predial para ter os papéis todos no seu nome, portanto, continuam numa situação de vulnerabilidade muito grande. (Coordenadora do Projeto Escolhas, 30-34 anos).

Arrendada é que não conheço ninguém que tenha uma casa arrendada, as pessoas não arrendam aos ciganos, não confiam. (Coordenadora do Projeto Escolhas, 30-34 anos).

É muito difícil! É mais difícil para um cigano conseguir uma casa de habitação social do que para uma pessoa que não seja cigana. Pronto, essa é a nossa experiência, bastante triste. (Técnica do Projeto Escolhas, 35-39 anos).

Alguns casam muito cedo, casam novos e depois começam a fazer ao lado da casa do pai um barraco. (Presidente de Associação, 40-44 anos).

De um modo geral, e tendo em consideração as pessoas da comunidade cigana que ainda residem em casas abarracadas (conclusão retirada das entrevistas realizadas, por exemplo em Paredes, Maia e Campo Maior), poderá concluir-se, tal como fez o Comité Eu-

ropeu dos Direitos Sociais, que há violação da Carta Social Europeia⁴⁰ por parte do Estado português, nomeadamente no que toca à não discriminação dos ciganos no acesso a uma habitação adequada, no cumprimento do direito da família e à proteção social, jurídica e económica, além do direito à proteção contra a pobreza e exclusão social. Importaria quantificar quantas pessoas ciganas se encontram alojadas em condições precárias e sem salubridade e que permita desenvolver um plano de intervenção ao nível da habitação.

7. Educação e novas abordagens – a importância das novas tecnologias como fator mobilizador

Na esfera educativa, podemos concluir que a atual geração estuda até um pouco mais tarde do que a geração dos seus pais. Passou-se de uma situação de analfabetismo ou abandono da escola no 1º ciclo para o patamar da frequência e conclusão do 2º ciclo. Ainda assim, são muito raros os ciganos que completem o ensino obrigatório, estipulado atualmente para 12 anos (Lei 82/2009 de 27 de agosto, Diário da República, 1ª série, n.º 166). Apesar de se estar a progredir neste campo, prevalecem os casos de absentismo e abandono escolar, quase de forma massiva. As crianças e jovens que permanecem mais tempo na escola, na opinião da generalidade das pessoas com quem conversámos, fazem-no sobretudo porque os pais têm receio de perder o direito ao Rendimento Social de Inserção (RSI) e não tanto pelo desejo/ vontade de fazer mais anos de escolaridade ou cumprir os níveis obrigatórios de escolaridade. A questão do abandono escolar preocupa os diversos atores de intervenção territorial porque ela surge amplamente referenciada em vários discursos e é por vezes entendida como uma questão cultural, algo contra o qual não é possível lutar:

Nas mulheres, quer dizer, sejamos realistas, não passam do 4º ano! E nos homens muito, muito, muito a sério, não passa do 6º, e em casos muito excecionais do 9º (Presidente de IPSS/Técnica em Entidade do Poder local, 50-54 anos).

Aqui nada disso acontece, não é? Pronto não há... é tudo mais disperso... depois tem toda a componente cultural, não é? De raparigas, rapazes. Chega à idade de casar, chega à idade de... de estar mais virados para as lides domésticas e então pronto deixam de estudar. A esse nível... portanto problemáticas

40 <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/organizacao-europeia-acusa-camara-da-vidigueira-de-violar-direitos-ao-despejar-ciganos-1663487>, consultado em 22.09.2014.



não é? A esse nível de prosseguirem os estudos... (...) É, nós não conseguimos, pensando agora, por exemplo, nas raparigas de etnia cigana que estão na escola, nós não conseguimos... não conseguimos motivar mais os familiares para que elas continuem porque não conseguimos ir contra o sistema e a cultura deles não é? Por exemplo, (...) agora já começou a faltar alguns dias. Nós temos falado com a mãe e com ela no sentido de verem os benefícios de uma continuidade, etc. Mas depois já se fala em todas as outras coisas não é? Que já é, que já está a ficar grande, que já tem sinais de que se está a tornar uma mulher, que já vai possivelmente pensar em casar, tudo mais (Técnica de Projeto, 30-34 anos).

(...) as crianças da comunidade, os jovens, não chegam a ter acesso, ou a ir para a oferta complementar na escola, para os cursos profissionais, porque não chegam a passar o 6.º ano e não há cursos profissionais, não existe esses cursos antes do 6.º ano. Já houve uma família que tentou ter o ensino doméstico e que não conseguiu, e isto teve muito mau acolhimento da parte da escola. (Técnica do Projeto Escolhas, 35-39 anos).

(...) faltam imenso às aulas, o que vai piorando à medida que evoluem. Quanto mais velhos, mais pioram, até porque depois vão ficando retidos e piora bastante a assiduidade na escola. (Técnica do Projeto Escolhas, 35-39 anos).

No meio deste quadro pouco motivador no que respeita à escolarização, surgem algumas referências a casos de prolongamento escolar com a frequência ou conclusão do 9º ano, portanto do 3º ciclo de escolaridade do ensino básico. Se comparativamente com a geração dos progenitores, isso revela uma mudança enorme, em relação aos anos de escolaridade obrigatória em Portugal ainda há um grande caminho a percorrer uma vez que persiste o enorme hiato face aos 12 anos exigidos para obtenção da escolaridade obrigatória.

Nós não temos... em tantos anos de trabalho, temos um miúdo ou 2 que conseguiram fazer o 9º ano. Fica tudo pelo 5º, 6º ano. Não conseguem, não dá. Nós sentimos que eles também já não vêm muito bem preparados pelo 1º ciclo. Mas também não é culpa da escola, é culpa deles. Porque como eles faltam tanto, também não conseguem fazer aquele acompanhamento normal. E depois chegam ao 5º ano e perdem-se completamente (Responsável de Centro, 50-54 anos).

Sim, o abandono escolar é mais nos jovens. (...) Nos jovens, quando estão lá nas idades dos dezassete anos, aí sim. (...) Bem, nós temos aqui... muitos, muitos, portanto que a nível de, do nono ano, desistiram a nível do nono ano... (Coordenador de projeto, 35-39 anos).

Não lhe sei dizer percentagens de cor, mas a grande maioria tem o 1º ciclo. Em idade ativa, quase todos são analfabetos ou têm o 1º ciclo. Temos uma percentagem pequena com o 2º ciclo e não tenho ninguém com o secundário. Uma percentagem muito reduzida de 3º ciclo e 2º ciclo. De resto, os que têm e só tem a geração mais nova, tem o 1º ciclo. (Técnica Superior de Serviço Social, 40-44 anos).

É perceptível o impacto de algumas medidas de política social a este nível. Por exemplo, o acompanhamento próximo dado pelos projectos localmente começa a surtir efeito, mas também se remete para a importância de algumas políticas educativas como o PIEF que conseguem envolver crianças e jovens o que, conjugado com um aumento da “predisposição” para a frequência escolar, permite que o número de crianças e jovens que concluem o 2º e 3º ciclo tenha aumentado substancialmente.

E. E aqueles que vocês acompanham nas escolas? Também têm escolaridades baixas ou não?

R. Têm escolaridades baixas, sim. É muito raro vermos estes jovens de etnia cigana com percursos sem repetições. Ou uma ou mais repetições. (...) acho que a situação tem melhorado ao longo dos últimos anos. Acho que tem a ver sobretudo com as questões do RSI. E com a assinatura de protocolos onde as famílias...os filhos obrigatoriamente têm de estar na escola, não podem estar em abandono. Eu acho que isso tem ajudado a que haja aqui alguma evolução da integração dos ciganos na escola. E depois as respostas alternativas de educação também têm feito um bom trabalho, as PIEF's sobretudo...conseguem incluir muita população cigana e conseguem fazer com que eles acabem o 6º ou o 9º ano. Isso tem sido importante. (Coordenador da instituição, 30-34 anos).

É o combate ao absentismo e ao abandono precoce escolar. Achamos que em alguns casos ainda continua a haver muitas dificuldades sem dúvida, mas, se nós considerarmos o sucesso escolar numa perspetiva não só de, de transição de



ano letivo, também quando acompanhamos, a forma como acompanhamos, enfim, há uma grande evolução. (...) Mas também penso que há uma maior predisposição para frequentar a escola. Os casos de absentismo existem, com crianças ciganas e não ciganas, não é? (Coordenador de projeto, 35-39 anos).

Há [abandono escolar e absentismo]. E até há um ano atrás havia muito mais. Agora conseguimos, de facto, e aí a equipa de Rendimento Social de Inserção teve uma intervenção fulcral porque conseguiu que aquelas crianças... obrigadas, não é? Pronto! Senão vamos comunicar e podem sofrer cortes na prestação. (Coordenadora de Centro Comunitário, 45-49 anos).

Durante os anos em que vão à escola, denota-se um percurso quase sempre irregular, com repetições e marcado pelo absentismo. Muitas são as desculpas apresentadas para faltarem às aulas como indisposições, mau tempo, adormecerem, etc. e as verbalizações de valorização por parte dos progenitores são entendidas muitas vezes como forma de expressão de agradar a técnicos e a professores, por não existir uma relação direta entre essa valorização expressa e as práticas esperadas para a frequência escolar e percurso de aproveitamento escolar.

Mas é muito difícil. É muito difícil! Eu tenho a impressão que hoje poucas foram à escola. Com este tempo...à hora que choveu, às 8h30, é a hora de elas saírem (Responsável de Centro, 50-54 anos).

Os pais são a primeira fonte de desvinculação da escola, porque são os primeiros a dizer ao filho que não adianta muito estudar, porque estudar não lhes vai trazer emprego. (Coordenadora do Projeto Escolhas, 40-44 anos).

Eles verbalizam que valorizam a escola, que é importante aprenderem, que é importante passar. Mas depois, na prática, há muitos pretextos para faltar, desde terem adormecido tarde, a estar com dor de barriga, existe frequentemente dores de barriga. Portanto, faltam muito, não vão... não levam os filhos à escola, portanto a valorização é subjetiva, não é? Eles verbalizam essa valorização, mas depois não a concretizam. (Técnica do Projeto Escolhas, 35-39 anos).

Apesar do absentismo escolar formal, as crianças e jovens normalmente continuam a poder frequentar as instituições e projetos locais, porque esta é a única forma que há

em “conseguir chegar até eles”. Contudo, foi referido que o que se pretende não é “fazer concorrência” à escola e que o objetivo é sempre incentivar a criança/jovem a continuar com o seu percurso escolar, por isso, quando a criança/jovem falta à escola, geralmente, apenas pode participar em atividades de cariz mais pedagógico do que lúdico.

Quando se falta às aulas não se pode entrar no CID@NET (...) temos toda uma filosofia que não nos permite compactuar com o absentismo escolar ou de alguma forma substituímo-nos à escola, se eles quiserem faltar à escola, pronto. Nós temos essa preocupação muito... (...) O Baú de Talentos, por exemplo, eles podem estar. Claro que não vamos fechar as portas «olha não foste à escola então ciao». (...) Podem, podem estar e nós tentamos, sempre que isso acontece, tentamos sensibilizar e perceber porque é que não foi e falar com os pais porque é que não foi e alertar para as desvantagens do não ir. Mas claro que os acolhemos, não é? Até para fazer este tipo de trabalho, não é? (Técnica de Projeto, 30-34 anos).

Contudo, o insucesso escolar não pode ser entendido como uma questão que apenas tem que ver com o absentismo: mesmo entre os ciganos que vão frequentando as aulas denota-se um insucesso escolar elevado, levando a que se tenha de encontrar outros fatores que o possam justificar. Seria interessante aprofundar o trabalho desenvolvido pelas escolas para combater esse insucesso escolar e procurar novas abordagens pedagógicas (Cortesão, 1995; Montenegro, 2012).

De um modo geral, salvo alguns casos pontuais de jovens com interesse pela escola, sobretudo pelas aulas, a frequência escolar ainda não é vista como uma prioridade pelas famílias ciganas no ponto de vista da maioria dos nossos entrevistados:

(...) eles ainda não veem a escola como uma prioridade. E então isto é um insucesso escolar brutal. Faltam muito à escola e depois nesta fase em que passam do 4º para o 5º ano, que é a transição do 1º ciclo para o 2º, é um desastre. É um desastre! (...) Os meninos e as meninas. Eu acho que é pelo ambiente, depois da escola. Do grupo. Que eles depois agrupam-se, juntam-se todos na escola e não sei quê. Aquilo é tudo ali muito influenciável e eles chegam ali, perdem-se (Responsável de Centro, 50-54 anos).

Se os filhos faltam à escola, não se preocupam. É um problema para eles a transição para o segundo ciclo, porque é uma escola muito maior, com crianças mais velhas. Muitos até procuram que os filhos fiquem retidos no primeiro ciclo. (Coordenadora do Projeto Escolhas, 30-34 anos).



As pessoas adultas, na sua maioria é analfabeta. Seguidamente, temos os jovens que a maior parte deles chega a maioridade, 18 anos, abandona a escola, e aqui não conseguimos fazer nada. E as meninas, a partir dos 13, 14, 15 anos, já se vê 15 anos, abandona a escola porque casa. E isto significa que a maior parte deles não tem o 6º ano completo. (Coordenadora do Projeto Escolhas, 40-44 anos).

Os interventores locais defendem a necessidade de sensibilização dos agentes educativos para a diversidade da história e cultura ciganas, a qual poderá facilitar o trabalho desenvolvido com as crianças e jovens ciganos, nomeadamente o combate à discriminação social e de género em contexto escolar, bem como o combate ao abandono e insucesso escolar.

No seu entender, os alunos ciganos gostam da escola enquanto espaço de sociabilidade e de convivência com o Outro, contudo, não se sentem atraídos pelas aulas, aspeto que consideram, aliás, ser semelhante à realidade vivida pelos não ciganos. Por sua vez, os pais valorizam a escola enquanto espaço de socialização e de aquisição de competências. Para esta valorização da escola pelos pais terá contribuído em anos recentes o facto das crianças ciganas terem passado a frequentar o jardim-de-infância e, em alguns casos, também a creche.

Felizmente, nesta comunidade já são as próprias famílias que têm a iniciativa de matricular os seus filhos, mesmo em idade pré-escolar, e algumas até em creche. (...) E há 10 anos atrás tínhamos muitas dificuldades a esse nível. (Técnica Superior de Serviço Social, 50-54 anos).

Numa perspetiva particular, para uma entrevistada, o principal fator distintivo da escola em que estudam as crianças ciganas naquele território e, simultaneamente, explicativo dos maus resultados escolares, é tratar-se de uma escola localizada no interior do bairro, fator que influenciará negativamente os comportamentos e os resultados escolares de todos os estudantes, sem exceção. Nas instituições escolares localizadas nestes territórios as expectativas em relação ao êxito escolar é diminuto.

É cansativo ter uma escola dentro de um bairro onde estão as crianças do bairro. Eu já nem falo das crianças ciganas, falo das crianças do bairro. As crianças ciganas são uma minoria ali dentro. Os comportamentos do bairro ou da casa que se levam para dentro da própria escola. (...) Eu acho que a escola já lhes traçou o futuro. E o futuro é, se possível, levá-los aos direitos para ver se eles saem rápido e esperar que os próximos que venham não sejam tão maus quanto estes ao nível do comportamento. (...) Eu acho que a questão aqui está no

contexto do bairro. Não no aquário dos ciganos, mas do bairro. Naquilo que é esperado numa escola de bairro. Não se esperam grandes resultados neste tipo de escolas, infelizmente. (Técnica de Associação, 35-39 anos).

Entende-se, portanto, que em parte os maus resultados podem advir do contexto socioeconómico mais geral e das condições de vida existentes no bairro, não se tratando de um problema exclusivo das crianças ciganas mas sim associado aos territórios estigmatizados socialmente em que se verifica a reprodução de insucessos (Mauger, 2012).

A coordenadora de um projeto do Programa Escolhas enfatiza que se, por um lado, a existência de crianças ciganas revelam comportamentos desadequados em contexto escolar e que não valorizam a escola contribui para um mau desempenho em termos escolares, por outro lado, a existência de professores que não assumem as suas responsabilidades no processo educativo e pedagógico potencia igualmente os maus resultados e o insucesso escolar e também se coloca a questão de planos pedagógicos estratégicos por parte das escolas para lidarem com estes problemas específicos de insucesso.

“Portanto, isto é uma dupla relação onde há responsabilidade de ambas as partes, [alunos e professores], e tem de ser encarado dessa forma. E quando é encarado como sendo só responsabilidade do aluno, as coisas não vão funcionar”. (Coordenadora de Projeto Escolhas, 35-39 anos).

A associação entre a frequência da creche e do ensino pré-escolar e os resultados escolares foi aduzida por diversos inquiridos, que veicularam a hipótese de essa frequência promover a socialização mais cedo com outras crianças ciganas e não ciganas mas também com as instituições escolares e as respectivas regras de funcionamento o que poderá conduzir à obtenção de melhores resultados escolares a médio e longo prazo.

Agora já estamos a conseguir que eles vão para o pré-escolar. Já temos crianças ciganas no pré-escolar, o que pensamos nós que vai facilitar a sua aprendizagem futuramente, porque não sendo estimuladas e estando até aos cinco anos, seis anos só com a comunidade cigana a falar o dialeto elas têm imensas dificuldades logo no português. Quer dizer, é muito complicado para aquelas crianças. Algumas das dificuldades passam por aí. Não quer dizer que sejam menos inteligentes, que não acho isso, de todo! (Coordenadora de Centro Comunitário, 45-49 anos).

As causas explicativas atribuídas pelos diversos entrevistados aos maus resultados escolares das crianças e jovens ciganos estão evidentemente relacionadas com os seus



próprios quadros de experiências. Durante a socialização primária, as crianças são pouco estimuladas cognitivamente para os saberes formais escolares, o vai vem entre modos de falar diversificados (diferenciação entre o modo como se fala em casa e no espaço escolar e fora de casa de um modo geral), a falta de motivação, de valorização e expectativas quanto à aprendizagem escolar e, por vezes, as dificuldades relacionais entre a instituição escolar e as famílias, as poucas referências familiares de modelos escolares de sucesso, a ausência de oportunidades e de impactos da escolarização na vida profissional, contribuem assim, de acordo com os testemunhos recolhidos, para a tendencial desvalorização da escola e para os maus resultados escolares evidenciados nas famílias e indivíduos ciganos.

A ausência de expectativas e a falta de motivação prevalentes na relação com a escola são evidenciadas nos seguintes testemunhos:

Acima de tudo a aquisição de competências básicas de leitura, escrita e cálculo. O resto acaba por não ser muito motivante. Todos os outros conteúdos não são muito motivantes, porque não se projetam no futuro de forma a que o que vão aprender seja algo fundamental, porque também não conseguem emprego. (...) E no dia-a-dia apenas fazem apelo a essas competências mais básicas, porque não têm outras necessidades e também não criam grandes expectativas. Portanto, é um ciclo vicioso. (Coordenador de Projeto de Associação, 35-39 anos).

Todos os dias me esbarro com a mulher do (...), que tem um filho com 11 anos que é um rebelde, que não quer ir à escola, as outras duas filhas abandonaram a escola, e ela diz me “Para quê estudar? O meu filho tem o 12º ano e não arranja emprego, a menina tem o 9º ano e também não arranja emprego.... (Técnica de Associação, 35-39 anos).

Outra interlocutora acrescenta ainda a ideia de que a escola é uma obrigação imposta pelos não ciganos e é sentida como tal pelos próprios, ou seja, culturalmente é imposta de fora aos ciganos, mas esta “imposição” das sociedades democráticas contemporâneas constitui a educação como um direito básico de cidadania, portanto, há que repensar modelos de ajustamento de modo a que a escolarização possa de facto chegar de igual modo a todos os cidadãos portugueses.

Importa assinalar também as referências a desigualdades de género existentes na relação da população cigana com a escola. Isto é, para uma entrevistada “*É a mentalidade dos homens que as raparigas não têm que ir estudar, não têm que ir para a escola. É para estar em casa, portanto. Elas é que fazem o trabalho pesado, tudo o que é em casa são elas que fazem.* (Coordenadora de Centro Comunitário, 45-49 anos). Esta constatação reforça a diferenciação de género verificada nas diferentes atividades do dia-a-dia entre homens e mulheres ciganos (Mendes, 2007, Magano, 2010).

Apesar de já se manifestarem alguns sinais de mudança de mentalidades nos territórios observados, de uma forma geral, os homens ciganos consideram que a escola tem pouco valor para as mulheres em virtude dos papéis que tradicionalmente lhes são atribuídos serem tratar dos filhos e da casa.

No que diz respeito à aprendizagem ao longo da vida e às ofertas de educação formal, não formal ou informal destacadas pelos entrevistados, evidencia-se a importância dos cursos de alfabetização, para que os ciganos aprendam a ler e escrever em adultos, bem como os processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), para que possam aumentar a escolaridade, ainda que mesmo que seja obtida esta certificação, o hiato em relação à escolaridade média dos não ciganos é muito grande. Os testemunhos enfatizam, sobretudo, a oportunidade decisiva que estas iniciativas de alfabetização constituem para a melhoria da vida, sobretudo das mulheres. As desigualdades de gênero continuam, porém, a evidenciar-se nas idades mais adultas, surgindo por vezes dificuldades como, por exemplo, os homens não autorizarem as mulheres a sair do bairro.

Para adultos temos... (...) Temos neste momento, em colaboração com o centro de formação de (...), com o IEF, esta formação de competências básicas, que estamos a tentar adaptar um bocadinho a continuação. (...) Cá está, eles não estão habituados, temos de tentar adequar e ir alterando aos poucos os hábitos deles. (...) Por exemplo esta formação, nós começamos com 6h diárias. (...) Que eram 4h de manhã e 2h à tarde. Entretanto alteramos e começamos a fazer só as partes da manhã. (...) Porque era impossível mante-los tanto tempo... (...) Eles melhoraram o comportamento, começaram a ser mais assíduos e melhorou. E eles, neste momento, já têm o hábito de sair de casa o que agora é importante manter. (Técnica do Projeto Escolhas, 35-39 anos).

Estamos a pensar desenvolver atividades com os adultos mas tem sido um bocadinho complicado. Porque como eles têm muitos filhos, estão sempre com filhos pequeninos, para poderem vir às atividades, têm de deixá-los, é sempre muito complicado eles aderirem. (Coordenadora do Projeto Escolhas, 30-34 anos).

Uma possível solução para a mobilização de pessoas ciganas passará pela oferta de modalidades de educação ou formativas promovidas no bairro, em parceria com entidades credenciadas para o efeito, no entanto, pode também ser mais uma forma de continuar o fechamento das pessoas no bairro o que não traz benefícios para a aquisição de competências relacionais abrangentes.



Essa seria a única forma de fazer com que estas mulheres, que muitas vezes não podem sair do bairro porque os homens não autorizam, completassem a escolaridade. (Coordenador de Projeto de Associação, 35-39 anos).

(...) a Escola (nome de escola) tem o PIEF, que é totalmente vocacionado para eles. Inclusive o (nome de instituição de ensino superior), ou seja o nosso ensino superior em (nome de cidade), também já tem alguns casos de alunos de etnia cigana que estão lá a frequentar cursos CET, profissionais, profissionalizantes. Eu tenho aqui uma estagiária que é do (nome de escola) e é de etnia cigana. É incrível! (Diretor de serviço, 40-44 anos).

Constata-se que a ampliação dos níveis de escolarização dos adultos tem surtido efeitos lentos e pouco visíveis, quer na melhoria dos resultados escolares, quer no prolongamento da trajetória escolar dos filhos.

Um aspeto que ficou bastante evidenciado foi a abertura e interesse para o acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) por parte das crianças e jovens ciganos, quer em termos de tecnologia a que têm acesso, como de utilizações específicas dessa tecnologia, embora a falta de eletricidade em algumas casas possa ser um entrave à utilização de computadores e de outros equipamentos, por exemplo.

E. Eles têm acesso a tecnologias de informação, computadores, Internet?

R. Os mais jovens sim, a geração mais nova. (...) Alguns, mas são muito poucos, em casa, são muito poucos, muito poucos mesmo. Aquela história do Magalhães, foi uma coisa... pronto, foi um desperdício muito grande, isto não funcionou minimamente. (...) As pessoas não estavam preparadas para isso, sabiam lá o que é que era aquilo, para que é que servia, na altura tinha muita gente a viver ainda no Bairro, no acampamento, não tinham lá eletricidade para carregar aquilo, portanto, ficava sem bateria durante muito tempo, aqui depois, havia uns pequenitos que... aqui ficou tudo partido, tudo partido. (Coordenadora do Projeto Escolhas, 30-34 anos).

Mas que usam muito as novas tecnologias, mesmo pessoas analfabetas, que não sabem ler nem escrever, até para o OLX, para vender o carro, eles recorrem (Técnica do Projeto Escolhas, 35-39 anos).

Dos 30 para cima, zero. Dos 30 para baixo, já estão melhores que eu. Já têm iPads, não sei onde é que os foram buscar, se for preciso, e já sabem mexer naquilo melhor que nós, melhor que eu pelo menos. Portanto, depende de, lá está, os que começaram a ir para as escolas, a frequentar, começam a ter perceção e já sabem mexer. Agora por norma não, por norma não têm qualquer tipo de qualificações nas TIC. Mas há casos de exceção, e que já têm telemóveis e alguns bons, e que sabem mexer muito bem com eles. (Diretor de serviço, 40-44 anos).

E. E tem noção que eles tenham computadores em casa, Internet?

R. Não. Os nossos, não! Os que eu conheço, não. Então não têm luz, a luz que têm é tirada de um poste de eletricidade, ou... Não têm. (Diretor de serviço, 40-44 anos).

Do nosso conhecimento têm. Quer aqui no projeto com aquilo que nós conseguimos fornecer e... temos conhecimento que as famílias também já vão usando mais computadores em casa. Desde que houve aquela política do governo anterior de terem portáteis... (Coordenador da instituição, 30-34 anos).

Na perspetiva dos atores institucionais com quem conversámos, a educação formal ainda representa a entrada num processo de reconfiguração e transformação identitária, temido ainda muitas vezes pela “comunidade cigana”, por ser desconhecido o alcance das consequências para os indivíduos. A procura de pontos de acesso a novas tecnologias ou de atividades educativas não formais conseguem mobilizar mais facilmente as pessoas ciganas, podendo constitui um excelente ponto de partida para novas abordagens pedagógicas.

A proclamada igualdade do sistema escolar e a sua rigidez, acaba por não ser totalmente ajustada às idiossincrasias da “comunidade cigana”, que tem valores diferentes e muito bem enraizados a este respeito, sendo ainda hoje confrontados com situações de discriminação como a difícil aceitação destes estudantes nas escolas e o isolamento a que por vezes são votados com o fechamento e separação em turmas só para ciganos e outras práticas discriminatórias em contexto escolar (Mendes, 2007).



8. Condições de saúde

De acordo com a perspectiva dos entrevistados, as “comunidades” que conhecem de perto não apresentam problemas de saúde particularmente graves, sendo quase unânime a opinião de que há cumprimento da vacinação, de algumas consultas de rotina, de planeamento familiar e consultas pré-natais.

Quando existem, os problemas centram-se na higiene oral, sobretudo das crianças; doenças do foro psiquiátrico, como é o caso de depressões, sobretudo nas mulheres e casos de toxicodependência, hábitos alimentares menos adequados, ou problemas causados pela consanguinidade.

(...) Normalmente são saudáveis! E depois têm hábitos alimentares que não são, de todo, os mais corretos, e como consequência disso existem outras patologias. A tensão arterial, que também é hereditária. Temos várias famílias com [casos de] hipertensão. Temos vários idosos com diabetes. (Coordenador de Projeto de Associação, 35-39 anos).

Existe uma consanguinidade muito grande entre eles e com todas as desvantagens que isso obviamente traz. Para o bairro, em termos de relação entre as pessoas (...) e outras doenças. Temos uma percentagem de miúdos às vezes com doenças congénitas (Coordenadora de Projeto, 30-34 anos).

Essa é uma questão que também estamos a trabalhar e tem muito a ver com o facto de, neste momento, estar a aumentar o número de crianças com necessidade educativas especiais. Não só necessidades educativas especiais, mas que se pensa que ao nível de uma intervenção, de uma avaliação que está a ser efetuada neste momento terá alguma coisa a ver com a consanguinidade. Era uma questão que não era relevante cá no concelho, de todo, mas que tem começado a surgir cada vez mais cedo. Muito pelo facto de eles começarem a frequentar a pré e de nós começarmos a perceber que existiam ali algumas questões. Mas nós temos a questão da avaliação. Relativamente a doenças, nós temos algumas doenças em termos de foro oncológico. (Coordenadora do Projeto Escolhas, 40-44 anos).

De que se queixem, existe de facto pessoas a queixarem-se muito de questões de cabeça, do foro psiquiátrico. Queixam-se muito de depressões, existe... por

exemplo, aqui no bairro, entre seis famílias, já tive três mulheres a dizerem-me que estavam com depressão. (...) E também rapazes, existe muito essa queixa, (...) Já dei por mim a questionar-me se essa queixa depois não é de tal forma tão incorporada que as próprias pessoas fiquem deprimidas, (...) E no caso das mulheres, também existe alguma violência, (...) mas existe casos de violência doméstica também, entre as famílias. (Técnica do Projeto Escolhas, 35-39 anos).

São apontados erros alimentares que se verificam desde idades muito precoces tornando-se necessária uma intervenção ao nível de acompanhamento nutricional. Neste momento, o grande problema detetado tem a ver com os cuidados alimentares e com a obesidade.

A vacinação é também referida mencionada como um problema de saúde, pese embora neste caso se trate, em larga medida, de um problema do passado para o qual têm vindo a ser encontradas soluções mais eficazes nestes últimos anos, muito por força do trabalho de proximidade realizado por várias instituições e serviços públicos junto das famílias ciganas, por vezes até de forma impositiva, sob ameaça de corte de apoios sociais.

A segurança social, ela vai mesmo ao (...) com as convocatórias e obriga-os a fazer, porque no caso de não fazerem a vacinação também podem ser penalizados em relação ao rendimento social. (Animadora no Projeto Escolhas, 30-34 anos).

Sim, têm acesso, vão com regularidade ao Centro de Saúde, as crianças têm as vacinas em dia, há alguns miúdos com problemas graves ao nível, por exemplo, da dentição, mas são mais ou menos acompanhados, existe um acompanhamento. Do Centro de Saúde, com o boletim de saúde atualizado, e também vão frequentemente ao hospital. (Técnica do Projeto Escolhas, 35-39 anos).

Acho que já valorizam a questão da saúde. Lembro-me de que quando comecei a trabalhar [em 2002] isto não existia. Cheguei a trabalhar com algumas famílias com filhos de 5 e 6 anos que nunca tinham sido vacinados. (...) Agora já não encontro situações desse género. (...) Não conheço nenhuma família que não tenha, no mínimo, a vacinação em dia. Portanto, penso que a relação é valorizada, a saúde. (Coordenadora de Projeto Escolhas, 35-39 anos).



Conclui-se que na área da saúde operaram-se algumas mudanças e melhorias, o que vai a par de um mais fácil e amplo acesso aos serviços prestados pelos centros de saúde mas também se interliga com a valorização dos benefícios que daí advêm, e é fruto de um trabalho de proximidade por parte dos profissionais de saúde. Todavia, alguns atores institucionais e mediadores continuam a apontar para uma grande resistência dos ciganos em termos de cuidados de saúde, quer porque têm alguma dificuldade em cumprir regras de horário ou de comparência às consultas, por exemplo, quer porque, em termos familiares, se torna muito complicado justificar a ida a determinados especialistas, como psicólogos ou consultas de planeamento familiar.

A gente tentou recolher o nome dos meninos todos para eles trazerem os boletins e vacinas mas ninguém traz. Portanto... Tentámos fazer a do colo do útero nas mulheres mas só que, depois, como não é aqui... É que eles são muito habituados ao imediato, eles não... nenhum deles sabe esperar, desde o mais pequenino ao mais velho. Têm todos uma grande dificuldade de espera... portanto, ou é no imediato ou então passou, já não querem, nunca mais se lembram. (...) Em algumas já se nota que têm esses cuidados e que vão às consultas depois de estarem grávidas e que são acompanhadas, mas é de uma forma diferente. Pronto eles encaram isso de uma forma se calhar muito mais leviana do que nós se calhar encararíamos, não é? Portanto, nós achamos aquilo muito importante. Eles acham importante, mas depois vêm aqui porque não foram à consulta... nunca mais se lembraram (Coordenadora de Projeto, 30-34 anos).

Têm acesso aos serviços de saúde, e o que acontece é que muitas famílias neste momento não têm médico de família. Mas isso também é uma questão do próprio funcionamento do serviço de saúde, não é? Pessoas que se ajudam com a saúde são pessoas que também se ajudam com problemas familiares, ajudam-se uns aos outros nas vistas ao centro de saúde, ao hospital. Quando há um problema nós ajudamos os outros. Em termos de saúde nós não temos assim grande coisa a apontar. Saúde física. Saúde mental, nós achamos que era importante haver aqui um acompanhamento de alguns. Mas é muito difícil levar um jovem de etnia cigana a uma consulta do psicólogo. É quase impossível mas há aqui jovens que é preciso fazer acompanhamento mais profundo. E quase impossível. (Coordenador da instituição, 30-34 anos).

Eles vão às consultas, não é? Mas depois é assim... Eles não querem nada com o planeamento. Os homens não querem que elas tomem a pílula. Mesmo que elas queiram, eles não querem, portanto acabam por não autorizar a colocação dos implantes no braço, porque ali quem manda é o homem, não é? (Coordenadora de Centro Comunitário, 45-49 anos).

A par desta realidade, o certo é que as instituições que contactámos referem que os seus utentes ciganos têm fácil acesso a equipamentos e serviços de saúde, existindo centros de saúde e farmácias nas proximidades dos “territórios”, no entanto, este acesso poderá ser impedido pela forma como são depois tratados pelos profissionais de saúde, que os limita na continuidade dos tratamentos ou das comparências, fenómeno estudado por João Fernandes (2013).

Ainda no domínio do acesso aos cuidados de saúde, detetaram-se exemplos particularmente relevantes de boas práticas nas IPSS, mais uma vez, evidencia-se também aqui a importância da pressão exercida por alguns programas ou organismos públicos, obrigando ao cumprimento de regras para justificar o recebimento de reformas ou do RSI. Estas mudanças ainda não são totalmente conhecidas, mas foram já compiladas algumas pela Associação para o Planeamento Familiar do Norte, que já verificou uma maior adesão dos ciganos ao planeamento e vigilância da gravidez, à saúde materno-infantil de cariz preventivo (Allen, 2013; Teixeira, 2013).

Nós estamos a trabalhar noutros bairros e notamos que existe uma grande diferença. Em termos do acesso a consultas de medicina preventiva e muito provavelmente tem a ver com este trabalho que fazemos com a ULSM, de proximidade, portanto, em termos de cumprimento das consultas, há uma taxa elevadíssima. Nas consultas marcadas, em termos de saúde sexual e reprodutiva, temos todas as mulheres a fazer os exames de rotina necessários, como qualquer uma das mulheres. Em termos de saúde, esta comunidade está muito bem! Pelo que observamos nos outros bairros, mesmo em termos de higiene corporal, existe uma diferença abismal. (Coordenador de Projeto, 38 anos).

A minha perceção é que eles usam com muita frequência os equipamentos de saúde, não preventivo, curativo, e também que seja auxílio para justificação depois para as outras questões da sua vida. Quer a formações que faltam, quer a aulas, quer depois até para, por exemplo, no caso da reforma, foram várias vezes com queixas de perturbações ao centro de saúde, de forma a conseguir, por via de razões psiquiátricas, conseguir a reforma. Usam muito, ou seja, muitas



vezes o recorrerem a esses equipamentos de saúde pode não estar relacionado com uma razão de saúde real. (Técnica do Projeto Escolhas, 35-39 anos).

(...) eu arriscaria que 90% não tinha médico de família e nós conseguimos mais de metade coloca-los com médico de família, depois veio agora o RSI e os que não tinham acabaram por, quase que obrigatoriamente, ter. Portanto, neste momento já quase todos têm médico de família. (Diretor de serviços, 40-44 anos).

Apesar dos desafios já superados, persistem múltiplas dificuldades de acesso à saúde entre as pessoas ciganas, sobretudo em termos de comunicação e de literacia e que são transversais a outras áreas como o emprego, o RSI, autarquias e escolas, tribunais, etc., e os entrevistados assumem se, muitas vezes, como mediadores institucionais na resolução desse tipo de problemas: (...) *Há limitações e barreiras muito fortes e é preciso que exista alguém que desmonte e facilite o acesso.* (Coordenador de Projeto de Associação, 35-39 anos). Ou seja, há dificuldades manifestas em entender linguagens técnicas e burocráticas das diferentes instituições.

Nesse sentido, as instituições levam a cabo diversas ações de sensibilização para tentar que os ciganos usufruam de acesso a cuidados de saúde de qualidade, mas também no que se refere ao nível dos cuidados preventivos. Essas ações remetem também para a prevenção de doenças como a SIDA, a promoção da vacinação, a contraceção, a importância do planeamento familiar e acompanhamento médico durante a gravidez, cuidados de higiene, entre outros. Embora estejamos perante ações parcelares estas têm tido impactos positivos, não apenas na área da saúde, mas também nas restantes áreas que continuaremos a analisar.

9. Emprego e formação profissional, rendimentos e acesso a prestações sociais

Aludindo à inserção profissional, os ciganos tendencialmente são considerados pelos entrevistados como desempregados ou então como vendedores ambulantes. Aqueles que se dedicam à “venda”, estão desagrados com as dificuldades e limitações crescentes no exercício da atividade e também face à redução das margens de lucro, atendendo à situação de crise que o país atravessa e mudanças ocorridas no sector do comércio. Poucos são ainda aqueles que frequentam ações de formação profissional.

As únicas famílias que têm experiência de trabalho são aquelas que estão nas feiras e que vendem. E que, neste momento, se queixam muito porque as pessoas não têm poder de compra, portanto não compram e eles também estão a passar por dificuldades. (Coordenador de Projeto de Associação, 35-39 anos).

Ainda assim há casos de sucesso, embora muito residuais foram-nos contados casos de ciganos que ou concluíram o 12º ano e trabalham na linha de montagem de uma empresa do ramo automóvel, ou que conseguiram trabalho no setor público ou mesmo em atividades sazonais.

Namorava com raparigas que não eram ciganas para grande desgosto da mãe. Tinha um percurso escolar normal, relacionava-se com... tinha amigos que não eram exclusivamente ciganos. Sempre tentou trabalhar nas férias escolares e depois da escola. Sempre trabalhou portanto estava logo ali um percurso diferente (Coordenadora de Centro Comunitário, 30-34 anos).

A maior parte deles são comerciantes. Trabalham no município. Outros trabalham com a sucata, outros trabalham na pintura, outros trabalham na construção civil. (Presidente da Associação/Técnico no Projeto Escolhas, 30-34 anos).

(...) a grande maioria da população cigana que nós sempre apoiamos, sazonalmente na apanha da castanha, para Espanha na apanha da laranja e etc., assim esse tipo de coisas, de resto biscates, trabalhos pontuais, mas nunca tiveram empregos certos. (Diretor de serviços, 40-44 anos).

A grande maioria das famílias ciganas valoriza um possível emprego independentemente dos papéis de género, contrariando-se assim a ideia pré-concebida segundo a qual os homens não pretendem trabalhar nem autorizam o trabalho feminino. As expectativas em relação à possibilidade de encontrarem emprego por parte de ambos os elementos do casal são, contudo, reduzidas, embora esta questão assuma contornos diferentes de acordo com os padrões de inserção sócio territorial. Para uma técnica que coordena um projecto Escolhas, nos meios rurais não falta oferta de trabalho sazonal na agricultura e, de um modo geral, essas oportunidades são bem aceites.

Há algumas famílias em que as mulheres têm a noção de que mesmo que lhes fosse dada uma oportunidade, os maridos não as deixariam trabalhar. Mas es-



tamos a falar de uma família. Poderemos estar a falar de três, quatro casais. Tirando essa família, em todas as outras, se a mulher encontrasse um emprego seria positivo, se ele encontrasse um emprego seria positivo. Mas as expectativas são tão baixas ou nenhuma, numa ou noutra circunstância. (Técnica de Associação, 35-39 anos).

(...) isto é um dos preconceitos que nós, que a sociedade maioritária tem sobre os ciganos, é que não querem trabalhar, mas isto não é verdade porque os ciganos trabalham, trabalham. Não têm emprego mas trabalham imenso. Fartam-se de ir aos trabalhos sazonais, por exemplo as mulheres... (...) sim, no campo. Por exemplo as mulheres ciganas raramente têm emprego, agora o trabalho que fornece uma mulher cigana ao longo da sua vida é uma coisa espantosa, mesmo, daquelas que vivem nas condições aqui no interior rural, não é, depois muitos deles vão à azeitona, muitos deles vão ao morango a Espanha, eles trabalham, não têm é emprego, trabalham imenso sim, e... epá e não conheço ninguém que tenha recusado uma oferta, as ofertas de trabalho são muito poucas, não é? (Coordenadora do Projeto Escolhas, 30-34 anos).

O papel da mulher cigana foi bastante valorizado em contexto de trabalho nas feiras, enfatizando o seu envolvimento e empenho em todas as fases do processo, desde a montagem da estrutura à fase da venda propriamente dita. Ao homem, cabe, sobretudo, a componente da negociação e aquisição dos produtos a comercializar. Mais do que complementar, a força de trabalho feminina no grupo cigano, é cada vez mais crucial para garantir a sobrevivência do grupo familiar.

Quando se aborda a temática das oportunidades existentes para os indivíduos ciganos no mercado de trabalho, ou da ausência das mesmas, os interlocutores são unânimes em considerar que, por um lado, existem diversas barreiras discriminatórias no quadro da sociedade maioritária que inviabilizam o acesso de pessoas ciganas a um emprego, e, por outro lado, observam se algumas lacunas ao nível das competências formativas e sociais por parte destas pessoas, que têm muitas dificuldades para encontrar motivação num contexto discriminatório em que se deparam com recusas constantes por parte dos potenciais empregadores. Conforme declarou uma das entrevistadas, “as empresas recusam se a contratar ciganos”. E então, como é que se poderá ultrapassar este impasse que é sistematicamente produzido e reproduzido sobre os ciganos? Como demonstrar que estas pessoas também merecem uma oportunidade para demonstrar as suas competências? Neste ponto em particular há certamente muito trabalho de divulgação por parte das entidades responsáveis pela empregabilidade em Portugal. “As pessoas e as empresas recusam se a contratar

ciganos. Depois, com a crise económica em que nós estamos, nem sem ser ciganos quanto mais os ciganos. (Coordenadora de Centro Comunitário, 45-49 anos).

Acresce ainda que, de acordo com vários exemplos evocados pelos entrevistados, quando porventura um indivíduo cigano consegue encontrar uma oportunidade de emprego, acaba quase sempre dispensado depois da entidade patronal tomar conhecimento da sua pertença étnica e independentemente das qualidades profissionais demonstradas. Esta situação é retratada em outros estudos recentemente realizados em contexto nacional (por exemplo, Mendes, 2007; Magano, 2010). As múltiplas barreiras já referidas concorrem para uma espiral de desmotivação difícil de contrariar e conduzem, frequentemente, a um relacionamento instrumental com as instituições ligadas ao emprego, colmatando em situações de desemprego na maior parte das vezes.

[O contacto com o Centro de Emprego ocorre] *porque são obrigados, no âmbito do processo do RSI. São obrigados a ter a inscrição ativa e têm que cumprir, não com as apresentações, porque não recebem o subsídio de desemprego, mas têm que cumprir com as convocatórias para as sessões e cumprir planos de formação. Para eles é um bocado desmotivante e acaba por ser muito frustrante serem chamados para formação, para ofertas de emprego, quando sabem, à partida, que nunca ficarão.* (Coordenador de Projeto de Associação, 35-39 anos).

Eles dizem muitas vezes “porque é que não nos dão trabalho”. (...) Eles realmente eles referem isso, e depois há concelhos aqui perto que realmente estão a fazer a integração profissional de ciganos e eles depois têm lá família e sabem como é que se processa lá e depois dizem “porque é que aqui não fazem o mesmo?” Porque eles sentem-se muito excluídos nessa parte, eles dizem preferia ter um trabalho e ganhar um ordenado do que ter o rendimento social de inserção. (Animadora de Projeto Escolhas, 30-34 anos).

Sobre os casos mais graves de continuidade de situações de desemprego e desocupação, surgem as suspeitas de desempenho de atividades ilícitas, como o tráfico de drogas e armas, facilmente estereotipáveis e generalizáveis.

Nós aqui o que temos são mesmo os ciganos, que não trabalham, ponto. Claro que há suspeitas de tráficos, obviamente. Alguns deles! Nem todos, felizmente, mas alguns. Suspeita-se disso, pelo menos. E agora, o roubo de cobre, roubo de ferro para vender. (Diretor de serviços, 40-44 anos).



Um nível mais elevado, uma máfia mesmo de tráfico de armas. Tenho aqui muitos assim. Tráfico de armas. Dependem, a maior parte, dos RSI's. A maior parte deles... (Coordenadora do Projeto Escolhas, 35-39 anos).

(...) destes aqui é muito difícil [a integração], é quase por obrigação de e mesmo assim às vezes, lá está, conseguem furar o sistema e ficar com outros rendimentos (...) há muita droga, aqui a etnia cigana está em peso e depois envolvem os outros que não são da etnia cigana para guardar as coisas. E depois também não têm emprego (...) e se calhar pela via do emprego deixavam a droga, não é?! (Técnica Superior de Serviço Social, 40-44 anos).

Relativamente à formação profissional, detetaram-se alguns casos de instituições que, em tempos, já ofereceram formações para adultos, mas que, neste momento, interromperam essa oferta por desajuste da instituição com as especificidades da população cigana e não cigana. No entanto, em situações em que ainda oferecem, há bastantes ciganos, mesmo jovens adultos a frequentar. No entanto também se constata que “(...) nós temos formações em que se queriam inscrever oito ciganos, e se se inscrevessem os oito ciganos as outras pessoas diziam que já não iam. (Técnica do Projeto Escolhas, 35-39 anos). Ou seja, a possibilidade de haver formandos ciganos contribui para a não candidatura de pessoas não ciganas.

Pronto, então o que é que dá o Centro de Emprego como formação? Dá os tais CEFs, não é, e a algumas formações modulares, nas formações modulares temos bastantes ciganos porque, porque muitas vezes é por causa de mecanismos de obrigatoriedade, não é?! (Coordenadora do Projeto Escolhas, 30-34 anos).

(...) houve uma altura em que havia maior oferta para alfabetização. O que acontece é que essa oferta também não é ajustada à comunidade, porque para uma mulher, por exemplo, analfabeta, mãe de crianças que ainda amamenta, frequentar um curso noturno com mais uma turma de vinte, como dezoito homens, é uma coisa muito complicada no seio da comunidade. (Técnica do Projeto Escolhas, 35-39 anos).

Na nossa associação temos tido vontade de fazer essa...quer cursos, workshops com adultos, e já tivemos alfabetização para adultos. (Coordenador da instituição, 30-34 anos).

Como referido por Maria do Carmo Gomes (2013), a formação profissional pode ser uma forma de a comunidade adulta e jovem adulta conseguir aumentar os seus níveis de escolarização e, consequentemente, encontrar um trabalho estável e que se prolongue no tempo. A não frequência dessas e de outras ações poderá promover situações de prolongamento do desemprego, algo que não permite encontrar motivação para a procura de formação, de melhores condições sociais suas e dos seus filhos, tal como num círculo.

Em alguns dos territórios em que trabalham os entrevistados, muitos ciganos têm acesso ao Rendimento Social de Inserção (RSI) e, em alguns destes territórios foi mesmo referido que quase todos têm acesso a esta prestação social. Perante a grandeza da dimensão que assume esse benefício, como vimos, a possibilidade de perderem o direito a esta prestação social é uma preocupação central nas suas vidas (e também na dos técnicos).

Os entrevistados associam ainda à população cigana os apoios à maternidade, o abono de família, o abono complementar no caso de deficiências, bem como algumas reformas, estando estas entre as mais referidas. Note-se que foi frequentemente referido que é difícil os ciganos perderem o RSI mesmo quando os filhos faltam à escola, apesar de fazer parte das condições para se aceder a esta prestação social (poderia ser interessante explorar o que impede o corte, pura e simples do benefício perante uma situação de incumprimento). No entanto também são referenciadas muitas situações de corte da prestação por falta de cumprimento do plano de inserção, seja dos próprios beneficiários seja dos seus dependentes.

A única preocupação deles é se lhes falta o rendimento, é a única coisa que mexe com eles e é a única coisa que às vezes a gente podia enquanto entidade, todos em conjunto, trabalhar nesse sentido, não é? Mas não, há crianças que não vão à escola mas eles continuam a receber o rendimento (Coordenadora de Projeto, 30-34 anos).

E serem penalizados no caso de saírem [da formação]. Então todos aqueles... nós começamos com 27 formandos, estamos com 17, houve uma integração profissional de uma pessoa que até nem era de etnia cigana, todos aqueles de etnia que desistiram, chumbaram, reprovaram por faltas, neste caso eles não desistiram reprovaram por faltas, o rendimento foi-lhes retirado! (Técnica do Projeto Escolhas, 35-39 anos).



Subsídios? Como se chama isso?... O abono de família? Pronto, isso sim. Mas depois isso acaba por ser muito diminuto, mas todos têm direito. Mas às vezes até esse direito, que eles sabem que o têm, o perdem, porque não reclamam, porque não abrem conta, sei lá, mil e uma situações. (Diretor de serviços, 40-44 anos).

Em contrapartida, o subsídio de desemprego quase nunca surge associado às pessoas ciganas, uma vez que nesta população serão raros os casos de pessoas que trabalharam efetuando descontos para a Segurança Social, condição essencial para conseguir ter acesso a esse subsídio. Dois casos particulares e deveras interessantes foram realçados dizendo respeito à recusa face aos subsídios por morte e de apoio a idosos.

Muitas vezes me dizem “os ciganos querem é o dinheiro, dinheiro, dinheiro”, e, por exemplo, esquecem-se que numa situação de luto eles não aceitam um subsídio da Segurança Social. Eles não conseguem viver ou pagar o funeral com o dinheiro, sabendo que aquele dinheiro veio porque aquela pessoa morreu. Então não o recebem, nunca! (...) Para a terceira idade acontece um pouco o mesmo. Não vão procurar grandes apoios. Os idosos são deles, eles têm que cuidar deles! Tem aqui situações de reformas de alguns que trabalharam, recebem reforma. De resto, mais nada. (Técnica de Associação, 35-39 anos).

O acesso à Segurança Social não é para a comunidade cigana, não me venham cá com histórias. Claro que não têm acesso à Segurança Social. Eles não têm anos de descontos, vão começar agora? (Presidente da Associação/Técnico no Projeto Escolhas, 30-34 anos).

Tirando o RSI, não há praticamente mais nada de apoio para eles. (Diretor de serviços, 40-44 anos).

Dada a centralidade dos serviços da Segurança Social, em geral, e das instituições e técnicos gestores do RSI, em particular, no acesso das populações ciganas a prestações sociais, importa conhecer o testemunho de dois dos responsáveis acerca das relações que se estabelecem entre os ciganos e as referidas entidades, relatadas frequentemente como uma relação de dependência por parte das pessoas ciganas, revelando dificuldades de autonomia na obtenção dos seus próprios rendimentos e condições de vida.

(...) Conseguem ter uma relação equilibrada com a Segurança Social. Depois há a relação com a gestora do processo de RSI que, ou é muito boa quando conseguem o que querem, ou então é horrível quando não conseguem. (...) [Há famílias que não recebem o RSI] porque não foi atribuído, ou porque foi cortado, ou porque não cumprem o que está estabelecido no Plano de Inserção. E existem cada vez mais casos. (Coordenador de Projeto de Associação, 35-39 anos).

É a forte dependência que eles têm de tudo o que é, de instituições, do Estado, ainda se sente muito. E é a ideia de “Estou a receber isto por mês, é um dado adquirido, e vou às feiras, mas isso acaba por não ser muito rentável e recebo o rendimento e o que é o que eu quero é pedir uma casa social” e é um bocado essa a dificuldade, eles quererem ser autónomos. (Técnica Superior de Serviço Social, 30-34 anos).

Todavia, nem todos os ciganos vivem de subsídios, abonos familiares ou de reformas, ou mesmo da venda ambulante, existindo pessoas que trabalham por conta de outrem, em várias áreas, alguns em atividades continuadas e outras em atividades sazonais agrícolas como a apanha da fruta, do caracol, de bivalves, entre outras. *Mas isso é, aqui é a grande maioria da, da população que está desempregada, normalmente há o trabalho sazonal e... e influencia também um pouco também com os hábitos da comunidade cigana, [...]* (Coordenador de projeto, 35-39 anos).

10. Sociabilidades e relações interpessoais: a língua cigana e novas formas de religiosidade

Uma das formas de incentivar a frequência escolar passa por promover ações e atividades extracurriculares que vão ao encontro das suas preferências étnicas e culturais. A música e a dança foram as atividades mais reiteradas.

Música! Gostam de música e desporto, bastante. Construir, também gostam bastante de construir. Gostam não só de carpintaria, gostam de construir algo, gostam de inventar algo. São muito “construidores”. (Presidente da Associação/Técnico no Projeto Escolhas, 30-34 anos).



Os rapazes gostam sobretudo de jogar à bola. Como qualquer outro rapaz da idade deles. As raparigas gostam de ouvir música e de dançar. Gostam de ficar em família a jogar cartas na rua, todos em conjunto. Acho que é sobretudo a vivência mais social, estarem com a família toda, conversar, contarem piadas, rirem-se. É mais uma... eu noto que é uma comunidade muito unida em termos familiares e que estão na rua a socializar. Isso é o que eu noto mais! (Coordenador da instituição, 30-34 anos).

As visitas a familiares são também muito importantes para a comunidade cigana, sendo o que mais fazem quando têm uma celebração ou mais tempo livre, comemoram em família ou combinam passeios familiares.

As visitas aos familiares é a grande... sim, é o que fazem mais é visitas a familiares, que é uma coisa muito muito valorizada, eu ainda não me tinha apercebido, pensei que fosse só porque, porque não tinham mais nada para fazer mas não, não é nada disso. É mesmo uma coisa valorizada. (Coordenadora do Projeto Escolhas, 30-34 anos).

Olhe, aqui, na (nome de local), uma prática de lazer frequente é a reunião familiar. Juntarem-se em família para festejarem, para comemorarem alguma coisa, ou para estarem juntos. (...) Vão muito aos centros comerciais, também. (Técnica do Projeto Escolhas, 35-39 anos).

A nível até de música também têm... De lazer, portanto, têm até um convívio familiar porque há sempre que continuar a existir os grandes laços familiares e há nessa base as festas familiares, os casamentos... (Coordenador de projeto, 35-39 anos).

De seguida centraremos a atenção nas relações interpessoais entre ciganos e entre ciganos e não ciganos, bem como na religiosidade, que nos permitirá ter uma perceção mais abrangente sobre a forma como passam o seu tempo livre, mas também como mantêm contacto com o meio envolvente e as suas relações sociais.

No que diz respeito às relações que os ciganos mantêm, foi referida a existência de uma grande união entre eles face às pessoas de fora. Além disso, embora existam relações entre ciganos e não-ciganos, esta tende a não ser muito próxima, até por questões de desconfiança e medo. Não há, no entanto, muitos conflitos com não ciganos, exceto quando pertencem a outras “minorias” (como foi referido, “africanos”, “brasileiros” e “chineses”).

Embora tenham sido relatadas relações de amizade e até casamentos com indivíduos de origem “africana”, os discursos deixam transparecer tensões e conflitos, principalmente com os “africanos”.

Um africano a um cigano, portanto isto depois andou aí, dentro desse mês, um mês e tal, assim mais complicado, vai e não vai havia aí complicações. Mas aí o cigano tem muito medo do africano porque o africano traz dos outros lados. É mais o cigano fala, fala, fala, manda vir e faz espetáculo mas depois acaba por não ir mais do que isso, os africanos não. Daqui, das coisas que me vão contando, eu sei que acabam por ter mais medo dos africanos (Coordenadora de Projeto, 30-34 anos).

E depois é o problema das escolas, que eles hoje em dia... Aqui a Escola (nome de escola), que é onde eles estão, é uma escola muito complicada, muito problemática, todos os dias há problemas, todos os dias há confusões...os negros e os ciganos, é uma coisa impressionante (Responsável de Centro, 50-54 anos).

Não existe uma harmonia completa, mas dão-se bem. Estes ciganos que vivem aqui dão-se bem com os outros, inclusive com os descendentes de africanos. Dão-se bem, não tem havido conflitos entre eles. Há abertura. Não há é festas em conjunto nem... mas há uma abertura penso eu. (Coordenador de instituição, 30-34 anos).

A comunidade não é aberta a eles, eles também não são muito abertos à comunidade. É uma relação difícil, de convivência difícil. De se desviarem deles, e eles andarem pelas ruas e as pessoas terem medo deles. (Diretor de serviços, 40-44 anos).

Ainda assim, há exemplos de outras comunidades em que estes conflitos entre africanos e ciganos são residuais e onde a tendência referida é para se respeitarem mutuamente e até, por vezes, aderirem a iniciativas conjuntas. Tal ocorre, sobretudo, entre os mais jovens, e envolve a prática desportiva (por exemplo, jogos de futebol) e outras atividades lúdicas.

Andam, fazem! E por exemplo no Verão, que é altura de jogar cartas, muitas vezes estão a jogar os ciganos com os pretos. Com africanos... não dizendo pretos na discriminação, mas africanos. Jogam cartas juntos, alguns ciganos já sabem falar crioulo. Ou já percebem crioulo. É engraçada essa mistura (Técnico de Intervenção Comunitária, 25-29 anos).



Ainda quanto à relação entre ciganos e não ciganos, foi revelado que esta tem melhorado não tanto porque existam relações mais próximas mas porque os ciganos tendem a se isolar e a evitar conflitos desta forma. Em geral, no quotidiano, nas áreas de intervenção referidas, não costumam acontecer situações de conflitualidade. De referir ainda o facto de no plano da relação com as instituições, existirem frequentes acusações, por parte da população não cigana, de que as instituições ajudam mais os ciganos do que os não ciganos.

A população cigana, embora, como já foi referido, estabeleça relações com indivíduos de outras minorias étnicas, tem um convívio muito pontual e circunscrito com as mesmas, por exemplo, nos locais públicos e comércio de bairro mas sem grandes proximidades.

Também nos foi transmitido que esta tendência para o fechamento por parte dos ciganos começa logo a verificar-se muito cedo e quando ainda são crianças. Mesmo na escola, na hora do recreio, foi salientado que as crianças ciganas têm uma predisposição muito maior para se relacionar com outras crianças ciganas. Também foi referido o facto de os ciganos não se sentirem muito confortáveis quando saem fora dos espaços onde moram. *“Como é que eu hei-de dizer, (...) não há muito à vontade em participarem em iniciativas, agora se forem iniciativas dentro do espaço que eles habitam é mais fácil para eles.”* (Presidente de IPSS/Técnica em Entidade do Poder local, 50-54 anos).

Em relação aos papéis de género, há diferenças entre os papéis dos homens e das mulheres ciganos e no modo como encaram a pessoa idosa.

Na comunidade cigana, a mulher é rainha, é rei! Ela é que manda. Portanto quem pode desfazer o casamento é ela, o homem não pode. E dizem que a gente trata mal as mulheres, não trata! Isso é completamente errado, isso é a opinião pública que têm as pessoas. A mulher é rei, ela é que governa tudo, ela é que toma conta da massa. Coisas que são muito importantes na comunidade cigana é o respeito. Acho que o que custa mais a encaixar da vossa cultura é o respeito, vocês não têm muito respeito uns pelos outros e pelos mais velhos. Duas bases importantes na comunidade cigana: honra e respeito. Honra e ser respeitado. Em tudo! (Presidente da Associação/Técnico no Projeto Escolhas, 30-34 anos).

Sim, claro, então, bom deve ser apenas para confirmar o que já sabe, não é? O papel dos géneros, sim, a mulher é confinada na esfera doméstica da família enquanto o homem tem uns papéis que são mais para fora de casa, a educação dos filhos é totalmente encarregue à mulher, hum que mais... não há cruzamento, não sei como dizer, não há... não pisam os limites, a mulher não se mete

nos assuntos do marido, e o marido não se mete nos assuntos da casa. (Coordenadora do Projeto Escolhas, 30-34 anos).

Em termos de relações interpessoais, foi mencionado várias vezes o facto de quando existe algum conflito com algum indivíduo da comunidade cigana, emerge de imediato uma reacção grupal muito forte, ou seja, toda a família se envolve, o que que poderá comprometer o trabalho dos técnicos.

Eles, e até muitos problemas que eles têm entre eles tem a ver com famílias, porque eles explicam-nos se há uma briga entre nós, a minha família tem que passar automaticamente a ficar contra a família dela, são rivais e mesmo que não sejam os estão diretamente em conflito. (...) A família responde por um todo mesmo. (Técnica do Projeto Escolhas, 35-39 anos).

Basta haver um desentendimento com quem quer que seja que eles se metem todos ao barulho, e nós dizemos “mas porque é que vocês se metem nisso, deixem lá. E eles, não! Porque eles depois são logo meus inimigos, mais vale eu ir e tentar ajudar o meu primo, porque... pronto, eles vão logo atrás. (Animadora no Projeto Escolhas, 30-34 anos).

Sim, eles dizem que valorizam, na família, valorizam imenso o casamento, a virgindade, o ter filhos e realmente nota-se que há aqui uma coisa enorme entre as famílias. Se há algum problema com um, vêm logo todos os outros defender. Eles são muito ligados. Gostam de dizer que são primos deste e daquele. E se acontece alguma coisa com um primo... Nem que não seja irmão é como se fosse irmão. Põem a família à frente de tudo. Ainda esta semana houve um corta-mato na escola e um miúdo contou-me que ia em segundo lugar, mas que um primo caiu, que tinha asma e que estava muito aflito, e ele parou tudo só para ficar a socorrer o primo, quando podia ter ganho o corta-mato da escola, que é uma coisa tão importante para eles, que é a forma que têm de se salientar perante os outros. E aí é que se mostra realmente a importância que eles dão à família. (Coordenadora do Projeto Escolhas, 30-34 anos).

A língua cigana⁴¹ é cada vez menos falada e as palavras em caló são usadas a par de

.....
41 A referência à língua cigana surge designada com várias expressões, seja pelos entrevistados, seja pelas pessoas ciganas ou pelos investigadores: romanon, romanó, caló, falar “cigano”, “latim cigano” (na zona de Trás-os-Montes).



outras palavras em português. A este propósito, regra geral, na perspectiva dos entrevistados (não ciganos: técnicos interventores locais), as palavras em caló são utilizadas quando se quer excluir alguém, normalmente não cigano, de uma conversação entre ciganos.

Muito pouco (...) Eu, por exemplo, noto, ao longo destes 30 anos, noto, mesmo com as miúdas mais velhas que já são mães... (...) Mas hoje estas crianças já não falam tanto assim. E é engraçado, se eu for ao bairro com uma pessoa desconhecida, as senhoras entre elas – quando querem dizer alguma coisa que não querem que aquela senhora saiba – falam romani entre elas. E é engraçado que elas fazem muito isso. (Responsável de Centro, 50-54 anos).

Epá isso é uma coisa incrível, que depois de tantos anos, de tantas coisas partilhadas eu ainda é uma coisa que ainda tenho dificuldade em perceber... eu acho que sim, eu acho que sim, muitas vezes apanhei pessoas a falarem Caló. (...) Mas depois quando pergunto dizem que não. E há montes de coisas que eles, segredos que não desvendam, há muitos deles. (...) Mas não consigo, não consigo perceber até que ponto é folclórico, até que ponto é utilizado apenas para eu não perceber naquelas alturas, se quando eu vou embora passam ao português, se continuam a falar Caló, isto não consigo perceber porque não... (Coordenadora do Projeto Escolhas, 30-34 anos).

(...) Muito raros, muito raros. Apanhei uma vez isso, em frente ao tribunal, para alguém não perceber. Foi essa a ideia que tinha, porque eu nunca os tinha ouvido a falar assim e conheço-os há muitos anos, ou seja, falam normalmente. Não lhes sai assim fluentemente, agora se calhar sabem-no para usarem quando lhes der vantagem. (Diretor de serviços, 40-44 anos).

(...) Os portugueses às vezes também falam uma espécie de romanon. Mas acho que há uma adaptação. (...) Quando querem falar sem que nós percebamos, ou partindo do princípio que nós não estamos a perceber, falam entre eles o dialeto. (...) Depois há um grupo que são os galegos, os ciganos galegos, que também são portugueses mas falam o português misturado com o espanhol, misturado com o romanon. (Coordenador de Projeto de Associação, 35-39 anos).

Em síntese, dos discursos dos entrevistados emergem algumas pistas sobre os modos de vida dos ciganos e que serão analisados mais aprofundadamente de seguida, nome-

adamente, as condições de saúde, o acesso a prestações sociais, as condições de habitabilidade, a educação, o emprego e formação profissional, as relações interpessoais, a discriminação, o racismo e o preconceito e as percepções relativamente às perspetivas de integração dos ciganos e as políticas públicas.

Um dos fenómenos que parece ter uma certa vivacidade e formas de expressão renovadas entre as populações ciganas relaciona-se com as pertenças e práticas religiosas. Os ciganos residentes nos territórios contactados são sobretudo evangélicos e devotos da Igreja de Filadélfia, e muitos deles costumam ir com regularidade ao “culto”, valorizando imenso essa prática, algo que vai de encontro à pluralidade dos modos de vida, já evidenciada pelos investigadores acima mencionados. Nenhum dos entrevistados nos soube informar se haveria adesão a algum outro tipo de religião evangélica que não fosse a Igreja de Filadélfia. Contudo, asseveram que há um claro crescimento da presença do culto evangélico da Igreja de Filadélfia, já notada por diversos investigadores (Blanes, 2006; Rodrigues, 2013) em contexto nacional. Os atores institucionais e mediadores que contactámos fizeram alusão à centralidade do culto no quotidiano de muitas famílias ciganas.

Porque muitas vezes, eles depois vêm-nos dizer «oh doutora, veja lá porque se não sei quê eu tenho o culto». «Não posso porque tenho o culto». E nós também não queremos colidir com essa parte que para eles é importante não é? (Coordenadora de Protocolo de RSI, 30-34 anos).

As comunidades com quem eu trabalho sim, muitos fazem parte da religião evangélica de Filadélfia, não é. (...) Vão ao culto de uma forma muito, muito séria, uma coisa pesadíssima, três ou quatro vezes por semana, duas horas, é uma coisa pesadíssima! Dão muito valor ao batizado dos jovens lá por volta dos 12, 13, 14, 15 anos, dão muito muito valor, vão aos cultos... são valores que lhes guiam não é, por exemplo, uma vez, muitas vezes, dizem aí não posso mentir, porque sou do culto não posso mentir, realmente vê-se que aquela pessoa tem, interiorizou aqueles princípios e segue-os. (Coordenadora do Projeto Escolhas, 30-34 anos).

Sim. Eles vão ao culto, penso que seja evangélico. Têm essa ligação com a religião. Que eu acho que tem sido uma mais-valia também para esta comunidade. Tem dado aqui alguns valores e tem feito com que haja aqui melhor estruturação, maior integração na sociedade. (Coordenador da instituição, 30-34 anos).



Sim, de Filadélfia, sim, mas que aqui quase existe três na (...), uma no bairro, cada um frequenta e os pastores de facto têm uma grande incidência nas decisões tomadas. Tivemos um problema que teve também o peso da decisão do pastor, que foi as meninas do (...) que acompanhávamos e que estavam no... deviam prosseguir para o 5.º ano, não prosseguiram por decisão do pastor. É esse... Ou seja, o nosso poder e a nossa influência acaba por esbarrar, não é na vontade e naquilo que conseguimos trabalhar com as famílias, mas depois com outros... outras frentes. (Técnica do Projeto Escolhas, 35-39 anos).

É percepção de alguns atores institucionais de que para os indivíduos que frequentam o “culto” existem mais regras e imposições do que para aqueles que não o frequentam. De acordo com estes informadores, a “ida ao culto” não tem trazido nem uma maior emancipação nem valorização do papel da escola, o que de alguma forma contraria o que dizem certos autores para quem a Igreja Evangélica em geral tem sido um importante motor para a implementação da escolarização (Rodrigues, 2013). Muitas vezes a “ida ao culto” é vista pelas jovens como uma oportunidade de encontrar um marido, de “fazerem um bom casamento”, tornando-se um espaço de socialização importante.

Muitas vezes, e nós vemos isso, as meninas ciganas vão completamente, mas mesmo bonitas para igreja, de saltos altos, pintadas, cabelo arranjado, para arranjar um noivo porque dentro do culto é mais fácil arranjar um noivo e alguém que a família aprova. E depois isso acaba, assim que escolhem o noivo e ficam prometidas acabou. Mas muitas vezes vão super arranjadas, mesmo bonitas (Coordenadora de Protocolo de RSI, 30-34 anos)

Esta participação no culto da Igreja Evangélica da Filadélfia é algo que pode ter consequências importantes e positivas tanto para os indivíduos como para os grupos familiares, moldando mesmo as suas práticas sociais e é um facto incontornável a sua implantação e papel preponderante que assumiu entre as pessoas ciganas em Portugal.

11. Discriminação, racismo e preconceitos

A discriminação e o racismo em relação aos ciganos surge nos discursos de forma bem presente e em que acontece tanto sob o ponto de vista institucional como do ponto de vista individual. Em Portugal vive-se contra as pessoas ciganas um racismo diferencialista (Marques, 2007) que consiste numa forma de racismo dirigida aos ciganos que embora não contemplados pela ideologia “não racista” do Estado Novo, sempre foram tratados negati-

vamente pelos poderes públicos – percebidos “como inassimiláveis, como corpos estranhos que atentam a uma pressuposta harmonia e segurança das comunidades.” (Marques, 2007: 41). Sob esta perspectiva do racismo, os ciganos são vistos como uma ameaça interna que deve ser afastada, não lhe sendo permitido o acesso a qualquer lugar no sistema social.

De um modo geral, há famílias ciganas que não são bem acolhidas nas redes institucionais. A presença nas instituições de mediadores ciganos nem sempre é uma medida bem aceite pelos outros trabalhadores.

Tu sabes o que é que eu ouvi? Ouvi as auxiliares! Porque elas não me viram... elas a conversar «agora vem para aqui esta cigana e os ciganos deixam de faltar e a gente é que tem de levar com eles». Eu saí da escola a chorar, eu andei perdida durante tanto tempo eu... «Mas afinal eles querem o quê? Eles querem realmente isto ou não querem, eles estão preparados?» Eles não estavam preparados, a sociedade não estava preparada para os aceitar (Fundadora de Associação/Auxiliar de Ação Educativa cigana, 30-34 anos).

A participação e presença assídua de ciganos em alguns serviços, projetos e atividades tendem a afastar outros beneficiários/utentes.

As pessoas não ciganas evitam vir cá, até a polícia, (...) porque está conotado como o bloco dos ciganos. (...) E depois, da parte das pessoas ciganas, acabam por fomentar e ajudar a construir essa ideia de que pode acontecer alguma coisa de mal a quem venha cá, o que não é de todo verdade, porque as pessoas vêm e eles são bem educados e acabam por receber bem. Mas é um mecanismo de defesa. (Coordenador de Projeto de Associação, 35-39 anos).

Nos espaços em que residem e por onde se movem, há tendência para perspetivas dicotómicas quanto aos seus comportamentos: tendem a ser totalmente culpabilizados ou a serem desculpabilizados pelo que fazem. Na “*escola notamos às vezes que os miúdos são um bocadinho barrados, cá está, só pelo facto de ser cigano. Há muita dificuldade em chumbar um miúdo hoje em dia*”. (Técnica do Projeto Escolhas, 35-39 anos).

As dificuldades de acesso e de livre circulação também podem acontecer em relação à frequência de certos equipamentos como piscinas, museus ou centros digitais, com impedimentos explícitos de entrada:



Eles, às vezes, o ano passado, eu lembro-me que referiram que não os deixavam entrar nas piscinas, por exemplo. (Técnica do Projeto Escolhas, 35-39 anos).

Que eles não podem entrar [em centros digitais]. Dizem-lhe, perguntam-lhe: então sabes ler e escrever? E eles, ah mal! Então não vale a pena que tu não sabes usar o computador. E não os deixam entrar, não é dizer que são barrados mas com essa conversa, ah não vale a pena porque não sabes mexer no computador. (Animadora no Projeto Escolhas, 30-34 anos).

Há um mal-estar na presença deles, há o falar mal deles sempre e sempre que podem. Da parte deles há a falta de todo o tipo de cuidado de higiene, e a agressividade constante, e as asneiras que dizem e os insultos que fazem diretamente nas ruas às pessoas. Quando olham para eles de lado, há logo ali fogo. Eles olham para eles de lado e comentam, eles chamam logo nomes. Está logo ali uma relação que nunca poderia bater certo. (risos). (Diretor de serviços, 40-44 anos).

Logo, quando comecei a ir aos museus, e as pessoas ficam alerta quando é a [nome de instituição] que vai, porque é com os miúdos da (nome de local) ou porque leva os da (nome de local), porque são ciganos, podem roubar, podem mexer. (...) E depois eles acabam, eles sentem um bocadinho isso. Nos museus, acabam por ser elogiados, por o grupo se portar bem (...). Por porem, colocarem dúvidas. (Coordenadora do Projeto Escolhas, 35-39 anos).

Para um entrevistado (Coordenador de projeto, 35-39 anos) existe o “*peso da etnia cigana*” em sentido discriminatório mesmo ao nível dos técnicos que estão nos territórios de intervenção e não só no que se refere à população em geral. Segundo este entrevistado o racismo institucional, tende a assumir contornos subtis.

O acesso e a utilização de quase todos os serviços e atividades, sejam eles públicos ou privados, nomeadamente em escolas, centros de emprego, Segurança Social, centros de saúde, hospitais, estabelecimentos comerciais, etc., são marcados pelo racismo e pelo preconceito, acabando a população cigana por se sentir sistematicamente discriminada (Mendes, 2007).

Eu acho que existe muito nas escolas ainda. Se calhar, o mesmo comportamento num aluno cigano e num não cigano não é avaliado da mesma forma. As crianças e os jovens lidam mal com isso, (...) isso só promove uma maior desvalorização escolar. “Nós não gostamos de estar aqui, mas a escola também não nos quer aqui. (Coordenadora de Projeto Escolhas, 35-39 anos).

Não podem porque a área territorial da escola (...) é para os inserir tá a ver? E houve uma dada altura que havia uma pressão enorme para transferir os miúdos da escola da (nome de escola) para a (nome de escola) só que a (nome de escola) diz «Não, não. Porque nós temos aqui já uma série de problemas e vocês é que têm que tomar conta dos vossos problemas, porque nós já temos os nossos, somos território educativo de intervenção prioritário» (Presidente de IPSS/Técnica em Entidade do Poder local, 50-54 anos).

A discriminação por parte dos professores e auxiliares de ação educativa evidencia-se porque há o estereótipo de as crianças ciganas não terem regras de boa-educação, de irem sujas para a escola, de serem problemáticas. Segundo nos contou um entrevistado continua ainda a existir uma certa discriminação dentro das salas de aula e também por parte das famílias de alunos não ciganos.

Continua a haver o preconceito dentro das salas de aula, foram feitas...algumas ações, em vez de funcionarem como integradoras, acabam sendo muito mais discriminatórias porque geram uma comunidade envolvente que diz: «Porque é que são tratados de uma forma diferente? Porque é que têm mais benefícios que eu?» Quer dizer, ao invés de facilitar mais, dificulta (Responsável de Instituição, 45-49 anos).

É importante, no entanto, frisar que estas situações não acontecem na mesma proporção em todas as escolas ou jardins-de-infância e que o preconceito tem vindo a diminuir, em alguns locais, de forma positiva ao longo dos últimos anos.

No que concerne a situações de racismo e discriminação no âmbito no sector da saúde, a realidade também parece que tem vindo a alterar-se um pouco ao longo dos últimos tempos, parecendo estar a quebrar-se barreiras que a população não cigana mantinha face à população cigana.

E.E tem notado alguma alteração em relação a isso, ao longo dos anos? Antes isso acontecia mais?

R. Ah, sim. Claro que sim. Eu lembro-me no início de um episódio. Quando me dirigi nos primeiros tempos ao Centro de Saúde (nome de centro) para ver se havia alguém responsável no centro, a enfermeira-chefe... que fosse àquele bairro ver a quantidade de crianças que nem uma vacina tinha... eram crianças ciganas... olharam-me, assim de alto a baixo. E ainda demorou algum tempo para (...) já houve um contacto do próprio Centro com o Centro (nome de centro) e foi a partir daí que foi quebrado o tabu (Responsável de Centro, 50-54 anos).



Ainda assim, segundo outra pessoa que entrevistámos continua a haver uma situação de preconceito e racismo face aos ciganos que, na sua opinião, é fomentada pelo próprio Estado o que vai no sentido do defendido por Bastos (2012).

É um círculo, uma engrenagem que roda-roda-roda sobre si próprio. E vai continuar. Estão só a tapar o sol com a peneira o tempo todo. A dar migalhas, a dar migalhas, a dar migalhas... (...) Continuamos a deitar-lhes a culpa para muita coisa, existe muito preconceito, existe muita injustiça. Ninguém aluga uma casa para um cigano, é verdade. Mas porque continua a perpetuar-se também essa coisa do “coitadinho” (Responsável de Instituição, 45-49 anos).

... E é sempre coisas negativas, nunca é nada... nunca vi apontarem-lhe coisas positivas, à comunidade... Como se fosse um esforço, mesmo das professoras, é em esforço que fazem esta aproximação, pronto, e é sempre com um olhar pejorativo para a comunidade. Da parte da comunidade cigana para os outros, existe a reação, pronto, ao preconceito, à hostilidade das outras pessoas. (Técnica do Projeto Escolhas, 35-39 anos).

Entre grupos minoritários é frequente existirem problemas de não aceitação de outros grupos diferentes, mas mesmo quando aceitam, é frequente os verem com alguma desconfiança.

Nós temos trabalhado um bocadinho isso da tolerância, porque nos apercebemos que quando saímos para fora, vamos a Lisboa ou vamos a outros sítios, ficam muito muito surpreendidos com... se houver pretos por exemplo, isso é uma coisa que para eles... (...) E depois assumem assim algumas atitudes que não são assim muito politicamente corretas, que não pronto... então temos trabalhado isso com eles. (Coordenadora do Projeto Escolhas, 30-34 anos).

Não, um conflito que se verifique não, mas há algum desconforto. (...) Depois temos aqui alguma comunidade imigrante da Roménia, de onde eles também são oriundos não é. Não é que tenha, pelo menos nós não temos conhecimento de ter havido alguma briga mesmo entre eles. (Animadora no Projeto Escolhas, 30-34 anos).

Nós temos 2 bairros sociais muito juntos. Um maioritariamente de brancos,

portugueses e comunidade cigana. E depois temos outros com descendentes de africanos. Uns de São Tomé, de Cabo Verde... e têm-se dado bem, não tem havido grandes cisões entre eles. (Coordenador da instituição, 30-34 anos).

As reações das pessoas ciganas a esse sentimento de discriminação vão muitas vezes, segundo os inquiridos, no sentido de fomentar o medo na relação que é estabelecida com as pessoas não ciganas, ou seja, contribuem para manter essas distâncias sociais. Os testemunhos sublinham as atitudes de fechamento por parte das pessoas ciganas, sobre si próprios e sobre a comunidade de pertença, bem como a agressividade, como reações mais usuais dos ciganos face à discriminação.

E reagem também, como é óbvio. (...) A reação mais natural é fecharem se cada vez mais, não é? E é isso que têm feito. (...) Fecham se e reagem de uma forma agressiva. Alguns, outros não. (Coordenador de Projeto de Associação, 35-39 anos).

Alguns técnicos tentam impedir situações de conflito e também de aproximação à população através da prática de desporto ou de atividades recreativas como a dança, como podemos contactar de seguida.

Para além de termos a influência forte aqui da Andaluzia, criamos um grupo de dança de flamenco, o qual era constituído por crianças ciganas e não ciganas, foi a única, foi uma das únicas formas que nós conseguimos de promover porque inicialmente havia muitas relações de tensão por parte das famílias em deixar, em deixar frequentar aqui a crianças ciganas o espaço. (Coordenador de projeto, 35-39 anos).

Contudo, são perceptíveis atitudes e comportamentos de racismo e preconceito dentro das instituições e organismos que atuam territorialmente, como as autarquias ou outras.

Penso que o município já percebeu que é importante, no entanto, aquilo que nós sentimos é que ainda há alguma resistência, em fazer um trabalho mais consistente com eles. (...) Vai-se fazendo alguma coisa, só que cá está, é preciso envolve-los bastante nesta... (...) Neste realojamento, fazê-los compreender muito bem aquilo que se está a passar, não é só dizer que é mediador para aquilo que lhe convém ... (Técnica do Projeto Escolhas, 35-39 anos).



Não estou a falar daqui, estou a falar mesmo a nível nacional. Acho que, enquanto não se fizer este, este trabalho de acompanhamento também mais próximo a nível das instituições, responsabilização também das práticas de discriminação e também a nível do racismo, penso que isto vai sempre haver aqui uma relação de tensão e que pode impedir; para além da relação que nós sabemos, em relação aos apoios sociais, também haver um pouco mais de intervenção junto dessas instituições que intervêm, porque continua a haver alguma relação de desconfiança; portanto, tem que haver mais apoio e negociação. (Coordenador de projeto, 35-39 anos).

De uma forma geral, os discursos dos entrevistados estão em sintonia com dados bibliográficos em que se verifica a persistência de desigualdades sociais em relação aos ciganos no acesso aos principais direitos de cidadania (Conselho da Europa, 2012); mas também sentimentos e práticas de racismo, discriminação e de anticiganismo (Marques, 2007; Mendes, 2007; Bastos, 2012).

Não obstante a existência de medidas concretas de promoção da integração social como os realojamentos habitacionais, a escolaridade obrigatória e o rendimento social de inserção (Comissão Parlamentar, 2009), os ciganos são acusados de manifestarem dificuldades em se integrarem, vivenciando situações de anacronismo social (Lopes, 2008), em grupos fechados, com regras e leis próprias (Lopez e Fresnillo, 1995).

12. Perpetivas sobre as dificuldades e facilidades de integração das pessoas ciganas

O conceito de integração em sentido sociológico (Schnapper, 2007), é entendido como a incorporação de normas sociais e a participação na vida coletiva, sobretudo através das dimensões económica, social e simbólica, por via das instâncias de socialização. As pessoas que entrevistámos têm pontos de vista diferentes quanto às dificuldades e facilidades de “integração” dos ciganos. Ou seja, não obstante existirem muitas dificuldades na integração das populações ciganas, é hoje uma verdade indesmentível que as crianças ciganas já se misturam e convivem mais com as outras, o que a longo prazo pode dar frutos. Todavia, ainda se verificam discursos de natureza discriminatória que nos foram relatados:

Ainda há aquele, ainda há aquilo do: «é cigano, não quero misturas com aquele cigano». (Presidente de IPSS/Técnica em Entidade do Poder local, 50-54 anos).

A nível de educação temos muito raramente alguém que passa do 3º Ciclo. A nível de saúde, pronto, são tratados aí como trapos. Quer dizer não vejo muito bem onde que podemos falar em integração. (...) Eu ia dizer as instituições públicas mas sobretudo as escolas, as escolas têm cada vez mais sensibilidade para essa questão, sabem que passa por eles, passa pelas escola a futura integração, portanto, eu aí diria que as escolas promovem medidas específicas, promovendo mesmo diariamente o aumento de competências dos miúdos ciganos, promovendo o contacto com as famílias, com os pastores, com uma data de meios postos em marcha para estreitar as relações e acho que diria que são as escolas. Sociedade civil, como nós, as associações, nós temos um impacto muito cirúrgico, não é, muito... que não de... não é nada! Como dizer em português não é, não é negligenciar, o nosso impacto é importante. (Coordenadora do Projeto Escolhas, 30-34 anos).

(...) eles estão desintegrados a todos os níveis, porque existe discriminação e estigma transversal a todas as áreas. Portanto, não considero que eles estejam integrados. Há áreas em que realmente sim, estão menos mal do que noutras, mas há outras em que estão muito mal, sendo que é fundamental que as áreas da educação e do emprego sejam trabalhadas em conjunto. (Coordenador de Projeto de Associação, 35-39 anos).

Na área da educação, foi igualmente destacada a necessidade da criação de modelos e de expectativas nas crianças. Alguns entrevistados avançaram com a possibilidade de virem a ser tomadas medidas de discriminação positiva, que contemplem respostas diferentes e de cariz mais prático ao nível da educação, fomentando nas crianças e jovens ciganos o gosto pelo conhecimento. A título de exemplo, focaram ainda a necessidade de abrirem mais cursos de educação e formação destinados ao 2º ciclo, que motivem os jovens mais velhos que somam sucessivas reprovações a prosseguirem os seus estudos, diminuindo assim o risco de abandono escolar ao qual estão atualmente sujeitos.

Outro dos entrevistados, fazendo a ponte entre as áreas da educação e do emprego, refere a necessidade premente de trabalhá-las em conjunto no plano das ofertas de educação e formação a disponibilizar a crianças, jovens e adultos, designadamente quando os mesmos disponham de menores recursos como é o caso da população cigana. O mesmo interlocutor defende ainda a implementação de medidas de emprego protegido, salvaguardando porém que estas deverão ser acionadas somente pelo tempo necessário para a integração laboral dos ciganos.

Para além disso, verificam-se, ainda, algumas discrepâncias em termos de discursos



na e sobre a comunidade cigana, bem como dificuldades na sua total integração em termos de habitação e emprego, algo que poderá impedir a integração em outras áreas.

Eles não estão minimamente integrados, então em termos de alojamento é o que já falamos. (...) A habitação sem condições. Em termos profissionais, como disse, temos duas pessoas, pronto, se não é 100% é 99,99% de desemprego nos ciganos. (...) Cá está, a informação que passam é essa, mas depois não sabemos se no momento “olhe tem aqui um trabalho”... (...) Quando chega a hora de cumprir, se realmente eles cumpririam. (...) Mas eles fartam-se de dizer isso, que querem trabalhar. (Técnica do Projeto Escolhas, 35-39 anos).

É esquizofrénico o discurso deles. É esquizofrénico neste sentido: querem trabalho, mas arranja-se trabalho e eles não vão trabalhar. Portanto, por isso é que eu digo que é uma relação esquizofrénica com o trabalho. Porque eles todos, nunca ouvi nenhum a dizer que não quer, “arranje-me trabalho, arranje-me trabalho, eu quero trabalhar para ganhar dinheiro; eu sou uma pessoa honesta, arranje-me trabalho que eu vou trabalhar”. Depois arranja-se-lhe trabalho e eles não vão trabalhar, porque não respeitam, porque não cumprem horários, porque não cumprem regras. (Diretor de serviço, 40-44 anos).

Vão estando [integrados]. Não oferecem problemas. Nós não temos registos de conflitualidade, mas não podemos dizer que estão incluídos. Há fatores de inclusão que vão funcionando bem, mas perfeitamente incluídos eles não estão. A partir do momento em que eu digo que ninguém os emprega ou lhes arrenda casa, eu não posso considerar que um cigano esteja incluído. (Técnica Superior de Serviço Social, 40-44 anos).

Assim, apesar de haver muito trabalho feito ao longo das últimas décadas com vista a “integrar” os ciganos, na opinião de alguns atores institucionais os projetos são demasiado curtos para modificar a mentalidade das pessoas. Além disso foi-nos dito também que ainda persiste uma desconfiança mútua entre os próprios técnicos e a comunidade cigana com quem trabalham. E há ainda a desvalorização que os pais das crianças ciganas conferem aos projetos que se realizam nas instituições.

Outros entrevistados aludiram ao facto de ser muito difícil, por vezes, chegar até estas crianças e jovens. Ainda assim, ouvimos pessoas que, por trabalharem há mais tempo com estas comunidades, têm outras perspetivas. “Eu acho que sim, que eles já estão muito

mais integrados. Ao longo destes anos todos há uma grande diferença. Sem dúvida! (Responsável de Centro, 50-54 anos).

Para promover a integração dos ciganos, há atores institucionais e técnicos que afirmam ter de se encontrar estratégias que passem por colocar ciganos e não ciganos a realizarem atividades conjuntas como, por exemplo atividades desportivas, música, festas. Esses são considerados bons fatores de promoção de uma “integração” mútua. E há uma entrevistada que realça, como fator de mudança nos últimos anos, a importância dos ciganos hoje conviverem mais com não ciganos, ao invés de mantê-los isolados, em bairros onde só vivem ciganos.

Eu acho que uma das coisas que contribuiu foram estes realojamentos. Enquanto em (nome de três bairros) eram bairros só deles. E esta mistura, estes realojamentos que fizeram integrando-os com outras culturas também ajudou a que eles se sentissem mais integrados (Responsável de Centro, 50 a 54 anos).

Um outro fator promotor da integração dos ciganos referido por todos os entrevistados é a valorização social da sua cultura, dando-a a conhecer no muito que tem de positivo através da promoção de atividades que sensibilizem a sociedade em geral.

(...) A partir do momento em que se percebesse que do lado dos ciganos pode vir muita coisa positiva e que não vem só tudo mau, tudo mau, acho que isso ajudaria a que as pessoas não tentassem mudá-los para os incluir ou integrar e que os aceitassem como eles são. Porque de resto é mesmo uma questão de mentalidades. (Técnica de Associação, 35-39 anos).

A grande barreira é o desconhecimento de parte a parte (...) desconhecimento do que é a cultura cigana (...) depois tudo aquilo me é estranho, até um bocado ameaçador (...). Da parte dos ciganos é a mesma coisa, seria preciso que conhecessem a cultura maioritária, respeitarem aquilo que são as pessoas (...). Não é possível a integração se não houver uma cedência de parte a parte. (Adjunto Executivo da Direção, 30-34 anos).

A valorização da cultura cigana inscreve-se num contexto mais amplo de abertura e, por essa via, de inserção das populações ciganas, contrastando com a exclusão social a que estão sujeitas e com o fechamento a que muitas vezes se remetem também. Para uma entrevistada, deveriam se operar mudanças nas áreas da habitação e da educação:



Depende de cada um de nós conseguir mudar isto. Acho que temos de falar em termos de território. Aqui, especificamente sou totalmente contra o conceito deste bairro. Acho que deveriam ser redistribuídas as pessoas de etnia cigana por diferentes blocos habitacionais, porque isso iria ajudar à inclusão. Dividiam as crianças por escolas. Iam para escolas diferentes e a integração ia acontecer naturalmente. E porquê? Porque se eu tivesse uma criança cigana a frequentar uma determinada escola, aquela criança ia estar lá incluída naquela escola que não tem mais ciganos. Iria ser convidada para um aniversário ao fim de semana, se calhar os pais até iam ser amigos e por aí fora. Havia um sem número de coisas que iam acontecer. Fechar aqui, manter aqui fechado, como acontece se calhar em tantos outros sítios, não. (Técnica de Associação, 35-39 anos).

No sentido de promover a já referida participação, os inquiridos destacaram diversos contributos e facultaram também algumas sugestões da sua lavra. Desde logo, foi sublinhada a necessidade de reforçar o investimento no projeto dos mediadores o mesmo poderá originar junto das populações e mais particularmente junto das crianças ciganas.

(...) A ideia é muito boa. Investir mais em ter pessoas ciganas a trabalhar com as próprias comunidades. O que, na minha opinião, é importante é que existam modelos, mas para que existam modelos é preciso que exista um esforço inicial, quer da parte dos ciganos, quer da parte das entidades. E criar uma espécie de via verde para que esses modelos possam surgir e daí criar expectativas, principalmente nas crianças. (Coordenador de Projeto de Associação, 35-39 anos).

Uma das peças-chave do município são 2 mediadores... Mas o mediador municipal não consegue fazer quase nada. Não é culpa dele, mas culpa do município. Porque são vários organismos a “cair em cima” do mediador municipal. O mediador municipal não consegue, por vezes, dar mão a tudo. Sozinho não consegue trabalhar com a Câmara, com a Segurança Social e com tudo ao mesmo tempo. Importante é um mediador escolar, que é o mediador que trabalha a parte escolar, que é importantíssimo, que trabalha a parte da Educação. Temos que ter pontos específicos, não é em geral. Porque ele mesmo que queira fazer melhor não consegue. (Presidente da Associação/Técnico no Projeto Escolhas, 30-34 anos).

Sim, acho que sim, agora aqui temos o senhor (nome retirado) que tem feito um papel importante, acho que parte do papel que ele tem feito, que é uma coisa muito muito importante, que se calhar a gente não se lembra porque estamos sempre virados que os ciganos é que têm que mudar, não é, mas uma coisa que ele tem feito e de uma forma intrínseca, de forma assim natural, é mostrar lá dentro da Câmara que há um cigano, pelo menos um, e pode haver mais, que vem, que chega todos os dias a horas, que faz o trabalho que lhe pedem, que tira as férias como toda a gente, que segue as regras como toda a gente. (Coordenadora do Projeto Escolhas, 30-34 anos).

Eu acho que as diversas instituições deviam ter um papel mais proactivo na ajuda desta comunidade na procura de emprego e também acho que as escolas se deviam preparar melhor para este tipo de alunos desta etnia, devido à sua cultura ser bastante diferente da população dominante, acho que as escolas se deviam preparar melhor, não a só a nível de condições, como adaptar currículos, como preparar professores e funcionários (...). (Mediador escolar, 35-39 anos).

No referente às relações e papéis entre homem e mulher, os técnicos referiram verificar-se agora alguma diferença face ao passado, com a mulher a ganhar alguma autonomia e o homem a participar mais nas tarefas domésticas ou no cuidado dos filhos. No entanto, o casamento é ainda um fator de pressão junto dos mais novos.

Nós acompanhamos, por exemplo, no caso dos mais novos, a pressão dos mais velhos para se casarem, e a relutância. Nós achamos que cada vez mais existe... querem-se casar mais tarde, os rapazes sobretudo, pronto. E temos jovens de 19 anos que ainda não estão casados. Com as raparigas, já existem raparigas noivas com 5 e 4 anos, que já estão noivas, mas é engraçado que entre os... sabendo elas que as mães se casaram novas e que provavelmente se vão casar novas, existe muitas meninas ciganas que dizem que não se querem casar. Claro que entre os mais velhos isso é muito importante, e pronto, e estar solteiro é um handicap. (Técnica do Projeto Escolhas, 35-39 anos).

Já vi algum... Acho que os homens têm, intervêm mais no cuidar dos filhos, mais do que há algum tempo atrás. Participam mais, cuidam, pegam ao colo e mudam a fralda, do que há uns anos. Mas, de qualquer forma, as tarefas do-



místicas e o cuidar dos filhos é uma tarefa feminina, é uma tarefa das mulheres, e os homens depois vendem e fazem outras coisas, mas as tarefas domésticas são das mulheres. (...) mas participam os dois se for coisas mais importantes. Por exemplo, feiras anuais, participam os dois, mas quem se envolve mais é o homem. (Técnica do Projeto Escolhas, 35-39 anos).

As percepções dos entrevistados sobre a integração dos ciganos são, em geral, negativas ainda que ressalvem algumas áreas nas quais o caminho que tem vindo a ser percorrido permita vislumbrar sinais positivos, como sejam a saúde, a habitação ou a escolarização, mas não deixam de salientar pela negativa as questões centrais do emprego e, mais transversalmente, do preconceito, como impeditivas da integração e da participação plena das pessoas ciganas nas várias esferas da vida social.

Existem políticas públicas que, segundo o conhecimento dos nossos entrevistados, vieram a constituir-se como uma mais-valia para a integração dos ciganos. Um desses exemplos são o Programa Escolhas, o Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) e o Plano Integrado de Educação e Formação (PIEF). Para além disso, a própria presença de mediadores ciganos nas escolas, nas autarquias e nas próprias instituições é considerada muito importante, embora tenha existido um certo retrocesso a este nível porque algumas escolas que tiveram mediadores ciganos no passado, hoje não têm por falta de recursos ou de enquadramento legal ou seja, por vezes, não há possibilidade de dar continuidade a uma intervenção iniciada, então, não têm o poder que deveriam ter na mediação entre a instituição e as famílias ciganas.

Mediadores ciganos, estava um aqui no 1º ciclo, na Escola (nome de escola). E estava outro na (nome de escola). Mas eles agora não estão cá este ano. Devem ter cortado... Eu penso que devem ter cortado...deve ter havido aí qualquer coisa porque eles este ano não estão cá. (Responsável de Centro, 50-54 anos).

O Projeto Mediadores Municipais na minha opinião é uma boa iniciativa, mas uma iniciativa que deve ser acompanhada. Acompanhada, estruturada e dirigida, porque aquilo que eu senti quando tive cá um mediador municipal a trabalhar connosco é que não havia uma direção de trabalho, e quando a direção de trabalho se começou a efetivar e, claro está, quando eu tenho cá uma pessoa a fazer a intervenção comigo eu puxo para o nosso principal objetivo – qual é o objetivo do Programa Escolhas? Inclusão escolar e educação, formal e não formal, não é? –, quando eu dirigi as coisas só para esse patamar e só para o patamar da negociação com as famílias, negociação na escola, até correu bem. Só

que depois havia um conjunto de outras questões, que efetivamente não havia capacidade de resposta. Não havia capacidade de resposta (...) (Coordenadora de Projeto Escolhas, 30-34 anos).

A presença de um mediador é vista como um elemento-chave para mobilizar as pessoas ciganas, sobretudo em contexto escolar. No âmbito do Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) a existência de Animadores de Pátio, e outras iniciativas semelhantes são avaliadas como muito positivas.

Outra medida de política social que, segundo os nossos informantes privilegiados, se revela muito importante para a maioria dos ciganos é o Rendimento Social de Inserção (RSI). Alguns, no entanto, não têm características para aceder à medida porque têm outros rendimentos (resultantes, por exemplo, da venda ambulante). Esta prestação social cessa quando as crianças e jovens deixam de ir à escola, ou seja, o agregado é penalizado. Na prática, contudo, a realidade, muitas vezes, é outra.

Portanto, quase todos eles passam pela medida do RSI, se há alguma coisa que tem de se dar valor é isso, o apoio na parte escolar e na parte da saúde. Se bem que no emprego não se consegue, na habitação muito difícil, mas na saúde e na escola o RSI tem posto a comunidade cigana melhor do que há uns anos atrás, sem o RSI. (Diretor de serviços, 40-44 anos).

Permite-nos trabalhar com eles, não vou dizer que não. O cigano, por norma, faz as coisas a troco de dinheiro. Podem chamar chantagem, podem chamar o que quiserem. Foi muito importante numa fase inicial porque o único rendimento que eles tinham era o Rendimento Social. Eles faziam as coisas como a (nome de técnica) corta o rendimento. Sobretudo a nível escolar, foi muito importante. Se a troco de dinheiro eles vão para a escola, neste momento as coisas já não se passam assim. O que inicialmente era “Eu faço as coisas a troco do rendimento mínimo” hoje, na maior parte dos casos, já perceberam a necessidade de os miúdos andarem na escola. Já vão mudando algumas coisas, não pela ameaça do rendimento mínimo mas porque perceberam a necessidade disto. (Técnica Superior de Serviço Social, 40-44 anos).

Pudemos também perceber que tendencialmente os atores entrevistados, ainda que maioritariamente técnicos de intervenção territorial, revelam algum desconhecimento sobre as medidas e políticas públicas em pormenor, por exemplo, também acontece um desconhecimento relativo à Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciga-



nas (ENICC). Embora saibam da sua existência, alguns ainda não a leram. No entanto, os que têm conhecimento encontram-se, de certa forma, na expectativa para ver o que vai acontecer, o que será efetivado em termos de programa, deixando algumas ressalvas:

Não acredito na ENICC, aquilo é uma treta... Por exemplo, o ACIDI ainda não começou a fazer o levantamento habitacional. Onde é que estão estes dados, onde é que estão as coisas? Não dá, assim não dá para trabalhar. (...) Eu acho que está muito, muito como eu estava a dizer, virada para a mudança dos ciganos, acho que aí estamos enganados. Porque os tipos não mudam, não vão mudar assim, não é, quer dizer. Pode ser paradoxal com o que disse antes, eles evoluem, não mudam, e então uma estratégia nacional que está agora a 6 anos de... vai... a 6 anos do futuro, baseada em que os ciganos é que têm que ir à formação, as miúdas ciganas é que já não podem casar aos 14, pronto, é tudo, tudo, tudo virado para os ciganos. Para já mostra uma coisa, acho que é feio, acho que fica feio, somos... a integração, quer dizer, a integração não é uma coisa individual, é uma coisa primeiro... um processo que depende da maioria. (...) Não depende da minoria. E então virar todas as forças para a comunidade cigana mudar, para se poder integrar, acho que para já é feio, fica muito feio. E depois como é que foi feito, não sei, porque infelizmente não tive... é um bocadinho como esse processo das entrevistas, não é, já tinham a equipa já feita, já estava montado, não era preciso intervenientes exteriores, depois a consulta pública, eu soube que os documento foi posto a consulta e soube depois que já tinha sido aprovado na mesma, portanto. (Coordenadora do Projeto Escolhas, 30-34 anos).

A Estratégia, sim, a Estratégia, que julgo que dentro desta Estratégia tem tantos objetivos para cumprir, que julgo que só trazendo também investimento para a comunidade é que se pode concretizar, porque senão são objetivos muito... Pelo menos perante a nossa realidade. 3% da população universitária serem ciganos, daqui a... (Técnica do Projeto Escolhas, 35-39 anos).

É assim, eu conheço assim muito no geral, mas penso que é uma medida muito importante na inclusão da população cigana. Haver uma estratégia unificada a nível nacional, acho que é, no fundo, um guia de boas práticas para todas as pessoas que trabalham com a comunidade cigana. Poderem ter assim um guia orientador. Claro que cada uma depois adapta às suas necessidades, mas

penso que sim, que é fundamental isso. (Coordenadora do Projeto Escolhas, 30-34 anos).

Em termos de educação, foram tecidas algumas opiniões relativamente a medidas como o PIEF ou outras de integração dos ciganos na escola que pode permitir uma evolução escolar diferente da que tem acontecido. No entanto, nem todas as políticas são vistas de forma positiva, como as alterações ao Programa PIEF ou a distribuição de computadores em Programas como o *e-escolinha*. Neste sentido, são referidas algumas maneiras de cultivar a valorização da escola pelos filhos e pelos pais.

Agora o Ministério da Educação vai obrigar todos a fazer os testes da 4ª classe. Antes era só no 6º ano. Há aqui muitos adultos que estão a aprender e na 3ª classe. E muitos na 4ª. Há quem esteja na 4ª classe e não saiba ler nem escrever. Como é que vão fazer o... Estes cursos são muito bonitos para estar a dar aos formadores, para darem as aulas e estarem a fumar cigarros e estar a avançar com eles a brincar (...) O que faz a diferença nas habilitações e na escola, muitas vezes, é o apoio. Porque aos pais também lhes foi negado o acesso. E muitos deles não lhes sabem dar o valor. (Presidente da Associação/Técnico no Projeto Escolhas, 30-34 anos).

Em termos de políticas públicas começa-se a considerar que a forma como se chega aos pais será através dos filhos, mostrando aos pais que ensinar aos filhos a ler é benéfico e podem até ajudar os pais também a evoluir. (...) Epá aquilo... sim, o Magalhães, eu não conheço... conheço muita pouco gente ainda... ciganos que tenha ainda o Magalhães, foi um desperdício muito grande... (...) Porque as pessoas não estavam preparadas para isso. Depois queriam ir carregar os Magalhães à Biblioteca e a Biblioteca não deixava porque não, pronto é daquelas coisas que também não ajuda nada. (...) E os pais... uma mãe de... que viveu numa barraca uma vida inteira, que não sabe ler nem escrever, vê lá ela a vantagem de um Magalhães em casa. (Coordenadora do Projeto Escolhas, 30-34 anos).

E. Mas há equipamentos... há coisas alternativas, vias vocacionais, existem aqui alguma coisa?

R. Existe o PIEF. (...) Acho que também a nível de PIEF estão a dificultar cada vez mais o acesso. (...) Porque na turma que está agora, há miúdos que não



têm o 1º ciclo completo e a partir de agora, acho que a legislação alterou e têm que ter pelo menos o exame do 4º ano feito, para poderem aceder ao PIEF. E se calhar aqueles que estão interessados em ir, a maior parte deles tem o 2º ou 3º ano. (Animadora no Projeto Escolhas, 30-34 anos).

Nós tentamos sensibilizar para isso (para a importância do pré-escolar), mas o nosso caminho é mesmo a sensibilização. O caminho da Segurança Social e da CPCJ é muitas vezes o da punição, que também não resulta. (...) Pois, o não valorizar a escola tem muito a ver com essa resistência, de facto, e contribui, sim. Essa resistência, a não integrarem, a não cumprirem, não irem à escola, não valorizarem também o outro lado, também tem a ver com a integração, sim. Ou seja, era o que eu chamava de serem as... a falta de capacitação, influi depois na integração das pessoas, claro. Se pudessem intervir mais, irem às reuniões da escola, os miúdos irem à escola, seria diferente, não é? Se fossem pessoas mais capacitadas, intervinham com certeza de outra forma. (...) Capacitando as pessoas. Eu acho que capacitar e munir as pessoas de ferramentas para poder estar na escola, para poder estar noutros sítios, para poder participar em associações, eles próprios se constituírem com associações e defenderem os seus direitos, seria um meio caminho andado para se verem a si e para os outros os verem como pessoas que valorizam, que trabalham para a comunidade, e cidadãos importantes e que dão o seu contributo. (Técnica do Projeto Escolhas, 35-39 anos).

Algo que, na opinião de um entrevistado, poderia ser colmatado através de um trabalho de maior proximidade, através da deslocação de algumas equipas mais centrais ao terreno. Ou, então, através de uma maior autonomia das equipas, que poderiam, por exemplo, fugir um pouco dos parâmetros traçados a nível nacional ou europeu para projetos e inovar dentro das suas instituições, havendo tendência para a reprodução de modelos de trabalho de intervenção. Interessante também é o facto de o trabalho com pessoas ciganas surgir como área de trabalho marginal também dentro das próprias instituições (Casa-Nova, 2009), à semelhança do que acontece também na área da investigação.

Sempre nos foi permitido candidatarmo-nos a coisas fechadas, estanques, em que não dá aso a mexermos com projetos inovadores. Esse tem sido o grande problema e o dinheiro quanto a mim tem sido mal gasto, pura e simplesmente, por causa disso, de não haver essa liberdade de haver apoio a projetos inovadores. Mas, por outro lado, a falta de gente interessada em colaborar com a

comunidade cigana, em trabalhar, em fazer projetos para isso. Também acho que há muito pouca gente interessada, talvez por todo um passado, eu vejo que há muita gente interessada em trabalhar o aspeto da toxicodependência, das saúdes mentais, etc., mas com os ciganos há muito pouca gente. Muito pouca gente está sensível a trabalhar a problemática dos ciganos, mas muito muito pouca mesmo. (Diretor de serviços, 40-44 anos).

A única coisa que, da experiência que nós tivemos aqui, nós estivemos sempre em colaboração e trabalhamos aqui, ela inclusive está destacada aqui da própria autarquia como entidade promotora do projeto; a gestora é aqui a (nome de instituição) mas quem faz a parte da dinâmica é a autarquia, e então articulamos ao máximo assim; mas penso que, que para além da formação que é excelente, que eles têm, por parte da ACIDI, se calhar seria importante também haver mais equipas vindas mesmo de quem dá formação em Lisboa. (...) Neste caso através da ACIDI, acompanhar mais nos primeiros tempos a figura do mediador nas, no organismo, neste caso na autarquia. (Coordenador de projeto, 35-39 anos).

Resumindo, os desafios colocados à intervenção destas instituições e dos atores interventores territoriais, apontam as seguintes algumas prioridades que elencamos de seguida: a) A primeira prende-se com a superação dos constrangimentos inerentes ao funcionamento das entidades, sobretudo associados aos modelos de financiamento dos projetos e afetação de recursos humanos, o que, por sua vez, interfere inevitavelmente no planeamento, a médio prazo, nomeadamente na consecução e qualidade das actividades o que impede a continuidade temporal de um trabalho estruturante junto das populações. b) Uma segunda dificuldade centra-se na necessidade de se promover uma mudança na metodologia e postura de intervenção dos profissionais de serviços sociais que intervêm junto da população cigana, e cujas intervenções são excessivamente focalizadas nas pessoas ciganas, e nos espaços residenciais reforçando, ainda que sem ser intencionalmente por provocar ainda mais o isolamento do grupo cigano. c) A terceira preocupação traduz-se na necessidade de desenvolver um trabalho mais sistematizado e estruturado com as famílias e pessoas ciganas. d) Uma quarta prioridade está relacionada com a necessidade de divulgação da cultura cigana, nomeadamente da música, dança e moda, enquanto estratégia de aproximação e de melhor inserção dos ciganos na sociedade local e de promover a auto-estima e valorização da cultura cigana. e) O quinto desafio apontado relaciona-se com a promoção da (re)integração dos ciganos, o que decorre da necessidade de se superar práticas de concentração, segregação e discriminação decorrentes dos processos de realojamento. f) O sexto desafio



prende-se com a dificuldade de as pessoas ciganas cumprirem as regras de funcionamento das instituições, assim como, dos cursos ou formações que frequentam, como por exemplo, os horários, sendo por vezes expressos juízos de valor no que remete quase para a não existência de regras ou incapacidade de cumprir regras. g) Um outro desafio são as condições de vulnerabilidade em que vivem muitas das pessoas e as famílias ciganas e que têm um impacto negativo nas trajetórias de vida das crianças e jovens.

Por último, esteve presente em quase todos os discursos o objetivo de capacitar e contribuir para o empoderamento das pessoas ciganas, sugerindo, porém, vias distintas para a alcançar. Entre as referências destacam-se as seguintes: promoção da autonomia e independência na resolução dos problemas do dia-a-dia; reforço da autoestima e da autoconfiança; aquisição e desenvolvimento de competências profissionais e de empreendedorismo; aumento dos níveis de escolaridade e literacia, sobretudo das mulheres; aposta numa mudança de atitudes e valores, com a expectativa de que o trabalho desenvolvido com as mães e os pais produza os seus efeitos nos comportamentos das gerações mais jovens; trabalho com homens e mulheres, numa perspetiva de igualdade de género e trabalho com a comunidade não cigana no sentido de se integrar a comunidade cigana nas diferentes atividades e projetos.

V. Olhares cruzados: das autarquias e dos peritos

1. Retratos municipais: números, localização e tipo de habitat

O inquérito às autarquias teve como primeiro objetivo cartografar e estimar o número de pessoas ciganas residentes em Portugal atualmente. Em segundo lugar, este instrumento de inquirição permitiu também conhecer, de forma aproximada, a localização e distribuição da população cigana ao longo do território português, o que constituiu um contributo importante a dois níveis: i) para o planeamento das etapas subseqüentes do trabalho de terreno, ii) para a construção das quotas a preencher no inquérito presencial realizado às pessoas ciganas.

A informação foi recolhida através de um formulário enviado via *email* para todas as autarquias do território continental (278), replicando de forma relativamente aproximada a técnica utilizada quer pelo SOS Racismo (2001) no recenseamento realizado em 1997 no âmbito do Grupo de Trabalho para a Igualdade e Inserção dos Ciganos (ACIME), quer por Castro (2004) em vários projetos do Centro de Estudos Territoriais e cujos resultados estão sintetizados no *Relatório das audições efectuadas sobre Portugueses Ciganos no âmbito do Ano Europeu para o Diálogo Intercultural*, Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura (2008). O processo de envio dos pedidos de colaboração teve início a 4 de Abril de 2014 e a última resposta considerada deu entrada na caixa de *email* do projeto a 25 de Julho de 2014.

O instrumento de recolha (ver anexo 5) solicitava a identificação das “comunidades ciganas” no município, a sua localização ao nível da freguesia e bairro, a dimensão da comunidade (número de membros), o regime de propriedade das habitações onde residem bem como a sinalização de mediadores e interlocutores, tanto ciganos como institucionais.

A opção de se consultar as câmaras municipais justifica-se por três ordens de razões: primeiro, e teoricamente, poder-se-ia recobrir todo o território nacional (caso a taxa de resposta fosse 100%). Em segundo lugar, evitar-se-iam sobreposições, isto é, o problema de uma “comunidade” ser referida mais que uma vez sob nomes diferentes. Terceiro: partindo do princípio de que os técnicos municipais possuem uma delimitação geográfica rigorosa das fronteiras administrativas, poder-se-ia obter dados fiáveis a nível de freguesia e bairro. Esta seria uma primeira aproximação à localização e dimensão da população cigana em território nacional.

Regra geral, os questionários foram respondidos pelos técnicos dos serviços municipais, quer do departamento de habitação, quer dos serviços de ação social e afins. Os primeiros tendem a reportar os números de ciganos que conhecem e a residir em habitação social, os segundos tendem a dar conta dos ciganos beneficiários de serviços e apoios sociais. Temos presente que de alguma forma estas fontes enviassem os resultados, pois tendem a

não abranger ciganos que não beneficiem de apoios sociais ou não residam em habitação camarária ou social. Assim e em virtude de vários fatores, o número que se apresenta é, com certeza, uma subestimação em relação ao número de pessoas ciganas residentes no território nacional.

A elevada taxa de não resposta é claramente a maior limitação deste tipo de abordagem, a experiência de estudos anteriores atesta este facto, o já aludido e promovido pelo SOS Racismo (2009)⁴². A combinação entre baixas taxas de resposta em alguns estudos e o facto de haver trabalhos similares que recorreram a fontes distintas fazem com que seja difícil uma análise longitudinal das estimativas da população cigana.

No estudo já aludido e publicado em 2001, foram recenseados pelo SOS Racismo um total de 13.514 ciganos em 139 municípios (2001) Nesta pesquisa foram recobertos 216 municípios, tendo-se apurado um total de 21 831 pessoas ciganas. Já em 2005, um questionário da mesma natureza obteve uma taxa de resposta de 65,5% e um quantitativo total de 19.747 (Duarte, Castro, Afonso, Salgueiro, & Antunes, 2005). Posteriormente, uma nova tentativa de recenseamento foi efetuada junto de postos da Guarda Nacional Republicana (Castro, 2006), tendo sido rececionados 382 inquéritos o que equivale a uma taxa de 77% , sendo estes dados um complemento ao questionário às câmaras municipais. Com a combinação de ambos os questionários foi apurado um total de 33.940 ciganos (Castro, 2007). Segundo Castro (2004: 56) a taxa de resposta foi de 55%, tendo a autora recorrido aos dados do SOS Racismo para colmatar a não resposta por parte de 44 concelhos, o que permitiu sobredimensionar a amostra para 182 concelhos do continente (taxa de cobertura de 65,5% do território continental), apesar de se tratar de estudos diferentes e levados a efeito em temporalidades também distintas. Existem ainda outras estimativas, mas recorrendo a metodologias distintas das utilizadas aqui e descritas em outras partes do presente documento.

No caso do presente estudo foram obtidas respostas por parte de 150 municípios o que perfaz uma taxa de resposta de 54%. Das 149 respostas obtidas 36 foram respostas a indicar a não existência de ciganos nesse concelho, o que representa 13% dos municípios continentais e 32% das respostas obtidas⁴³.

42 Segundo o blog do SOS Racismo de 2009, uma primeira versão do seu estudo às Câmaras Municipais obteve respostas por parte de 9 municípios.

43 Em contraponto a estudos anteriores, saliente-se que que no estudo CET (2005), apenas 30 municípios referem não existir ciganos Castro (2004: 58).

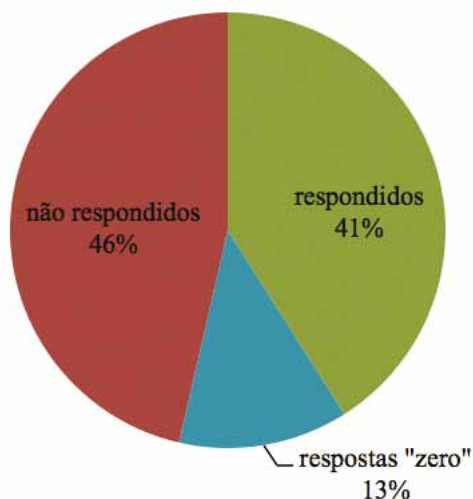
Tabela 3
Municípios que declaram não ter ciganos no seu território

Câmaras	
Aguiar da Beira	Mondim de Basto
Alcochete	Odemira
Arcos de Valdevez	Oleiros
Armamar	Oliveira de Frades
Batalha	Pampilhosa da Serra
Cabeceiras de Basto	Paredes de Coura
Caminha	Pedrógão Grande
Carregal do Sal	Penalva do Castelo
Castelo de Vide	Penela
Castro Daire	Ponte da Barca
Esposende	Redondo
Ferreira do Zêzere	Reguengos de Monsaraz
Fornos de Algodres	Resende
Manteigas	Sever do Vouga
Marco de Canaveses	Terras de Bouro
Melgaço	Vale de Cambra
Mesão Frio	Vila de Rei
Monção	Vizela

As restantes 114 respostas representam 41% das autarquias em território nacional com estas respostas foi possível obter informação referente a cerca de 822 comunidades ciganas.



Figura 3
Tipos de respostas no inquérito aos municípios



As autarquias respondentes identificaram em território nacional 822 “comunidades” e/ou núcleos residenciais de pessoas e famílias ciganas. Por ordem de importância, Faro foi o distrito com maior número de respostas (12,4%), seguindo-se Lisboa (11,3%), Aveiro (10,6%) e Porto (10,2%).

Tabela 4
“Comunidades” e núcleos residenciais identificados por distrito

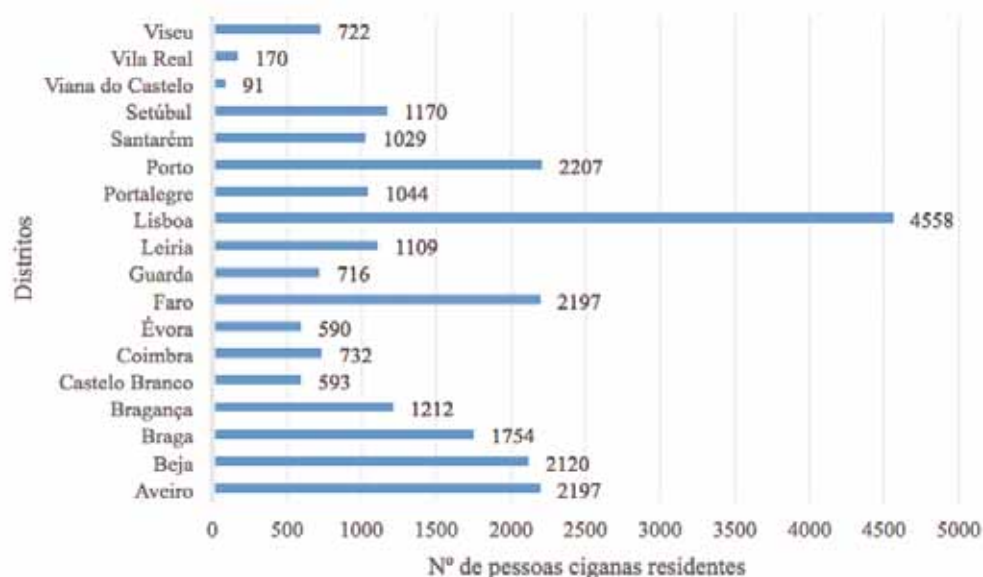
Distritos	n	%
Aveiro	87	10,6
Beja	62	7,5
Braga	45	5,5
Bragança	49	6,0
Castelo Branco	27	3,3
Coimbra	20	2,4
Évora	6	0,7
Faro	102	12,4
Guarda	48	5,8

Leiria	47	5,7
Lisboa	93	11,3
Portalegre	23	2,8
Porto	84	10,2
Santarém	59	7,2
Setúbal	17	2,1
Viana do Castelo	7	0,9
Vila Real	4	0,5
Viseu	42	5,1
Total	822	100

No total, foi apurado um total de 24.210 indivíduos. A análise deste quantitativo deve ter sempre em conta que, apenas se obteve dados referentes a cerca de metade dos municípios portugueses, e que por isso não se pode afirmar que existem em Portugal 24.210 ciganos, mas sim que, em cerca de metade dos municípios continentais, foi declarado o conhecimento da existência de 24.210 ciganos. A esta ressalva acresce o problema dos tipos de fontes, nomeadamente com a tendência para indicar apenas as pessoas ciganas residentes em habitações sociais municipais, deixando-se, por vezes de considerar residentes em outros tipos de habitação social (por exemplo do IHRU, não clássicas ou particulares).



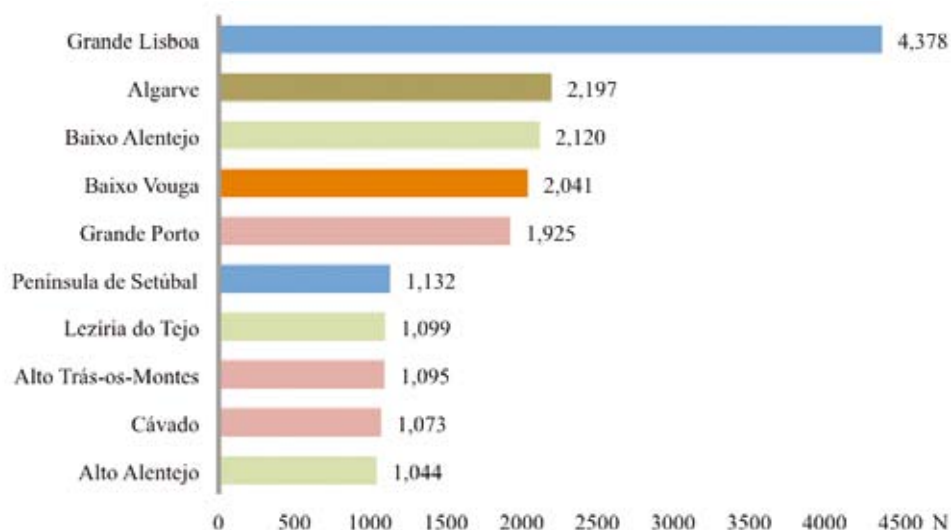
Figura 4
Número de pessoas por distrito



Deste total, foi analisada a sua distribuição por grandes regiões (NUTS II), o que corresponde a 24,8% na região Norte, 23,2% no Centro, 22,8 em Lisboa, 20,2% no Alentejo e 9,1% no Algarve.

Se os mesmos dados forem interpretados tendo em conta a nomenclatura NUTS III. Destacam-se na figura seguinte as regiões com mais de 1.000 indivíduos. A zona da grande Lisboa concentra 4 378 indivíduos (18%), se a estes adicionarmos os quase 2.200 residentes na zona do Algarve perfazem mais de um quarto dos ciganos recenseados. As regiões do Algarve, Baixo Alentejo, Baixo Vouga e Grande Porto que ocupam as posições situadas entre a segunda e a quinta região com maior número de ciganos, apresentam valores que se aproximam dos dois milhares. A Península de Setúbal, a Lezíria do Tejo, os Altos Trás-os-Montes, o Cávado e o Alto Alentejo são, todas elas, regiões com cerca de 1.000 residentes de origem cigana.

Figura 5
População cigana por grupos de concelhos



De forma a perceber o contexto onde os ciganos portugueses se encontram inseridos os quantitativos recolhidos foram cruzados com diversa informação ao nível do concelho e patente nos Censos (INE, 2011) e em outras estatísticas recolhidas por este organismo oficial.

O primeiro passo foi calcular a relação entre o número de pessoas de origem cigana indicado pelas autarquias e o total da população residente nesse mesmo concelho. Partindo do princípio que a existência de um número elevado de ciganos *per si* não é um indicador de elevada relevância, interessando antes conhecer o peso da população de origem cigana em relação à população total. Como exemplo, no concelho de Monforte residem 245 ciganos, enquanto em Estarreja o quantitativo é de 255, uma primeira ilação levaria a considerar que estamos perante populações de dimensões equivalentes, com Estarreja a ter mais 10 ciganos que Monforte, contudo, se a observação recair sobre o número relativo de ciganos, é perceptível que no concelho alentejano os ciganos representam cerca de 76 per mil da população total enquanto no concelho da zona centro a população cigana representa cerca de 10‰ da população total. A título ilustrativo, na tabela 5, constam os 10 concelhos com maior número absoluto de pessoas ciganas e os 10 concelhos com maior proporção de ciganos face ao total da população residente, encontrando-se neste conjunto dois concelhos em que se nota uma sobreposição entre as duas situações: Moura e Elvas.



Tabela 5
Top 10 concelhos com maior número absoluto de ciganos e 10 concelhos com maior número relativo de ciganos

Concelho	N	Concelho	‰
Lisboa	2.987	Monforte	75,90
Vila Nova de Gaia	831	Moura	55,93
Moura	818	Idanha-a-Nova	39,20
Setúbal	690	Estremoz	36,39
Portimão	631	Miranda do Douro	29,99
Beja	630	Alter do Chão	29,46
Braga	618	Vidigueira	28,29
Faro	599	Elvas	25,76
Elvas	573	Serpa	22,12
Vila Franca de Xira	572	Sabugal	21,40

O número relativo de ciganos face à população residente de cada concelho foi correlacionado com diversos indicadores contextuais a nível do município recolhidos pelo INE e com base no site Pordata⁴⁴ (Tabela 6). Mais concretamente, foram utilizados dois indicadores da estrutura da população - o índice de dependência total e o índice de envelhecimento. O primeiro representa a relação entre a população jovem e idosa face à população em idade activa, ou seja, concelhos com valores elevados neste índice serão zonas onde a dependência de jovens e idosos face ao número de ativos é elevada. Já o segundo representa a relação entre o número de idosos face ao número de jovens. Em ambos os casos as correlações são significativamente positivas (r de *Pearson* 0,43 e 0,31), em princípio concelhos com poucos jovens e pessoas ativas. Assim, zonas com maior peso relativo de populações ciganas podem ser zonas em que esta população poderá contribuir para o rejuvenescimento demográfico destes territórios, caso se verifique na análise dos questionários que a população cigana tende a ser mais jovem que a população maioritária.

Como *proxy* para indicador de desigualdades sociais recorreu-se ao índice de di-

44 <http://www.pordata.pt>

versificação social⁴⁵, este é calculado com base no peso de cada grupo socioeconómico na população daquele território. Assim, territórios com valores elevados neste índice, podem igualmente ser territórios com maiores desigualdades sociais. A correlação entre o indicador de peso relativo da população cigana e o índice de diversificação social encontra-se positivamente correlacionado, o que pode indicar que, territórios onde existe uma elevada proporção de ciganos a residir, sejam também territórios em que as desigualdades sociais são mais salientes.

Como indicador das condições de vida, recorreu-se o número de beneficiários de RSI (em ‰ face ao total da população). A elevada correlação (0,31) entre a proporção de ciganos face ao total da população e a relação entre beneficiários de RSI face ao total da população leva a concluir que, a população cigana tende a residir em contextos desfavorecidos, juntamente com outros grupos vulneráveis que usufruem desta prestação social.

No mesmo sentido, foi utilizada a taxa de desemprego; a correlação positiva de 0,18 (embora pouco significativa em termos estatísticos) leva-nos a admitir que a população cigana tenderá a concentrar-se em zonas em que o mercado de trabalho está em retração. O desemprego que se observa assim nas pessoas ciganas será resultado de um contexto macro social mais desfavorável.

A densidade populacional refere-se não só à dimensão (número de habitantes), mas também à densidade física e social, a sua relação negativa com o indicador criado (-0,17) pode indicar que, os ciganos tendem a concentrar-se e a ocupar mais zonas com menor concentração de população.

O número de bairros sociais (número absoluto) também se encontra inversamente correlacionado com a proporção de ciganos face à população total, o que nos permite depreender que não existe uma sobre representação da população cigana nestes bairros.

Finalmente, utilizaram-se quatro indicadores de abstenção eleitoral, a correlação positiva em três dos quatro indicadores de abstenção revela que a população cigana tende a concentrar-se em zonas de maior abstenção eleitoral. A correlação negativa com a abstenção nas eleições para as Câmaras Municipais leva a ter algumas reservas face a estas conclusões; contudo, uma Análise de Componentes Principais (ACP) com estes quatro indicadores (rotação *varimax* e forçada a duas componentes) isola as eleições autárquicas num grupo bem delimitado, o que nos leva a crer que a abstenção neste tipo de eleições se trata de um fenómeno relativamente independente das restantes abstenções.

45 O índice de diversificação social varia entre 0 (especialização máxima) e 1 (diversificação máxima) e tem em conta o número de grupos socioeconómicos existentes numa determinada unidade territorial e o seu peso no total da população.



Tabela 6
Correlações entre proporção de ciganos e características dos municípios

Indicadores	R
Índice de dependência total	0,43****
Índice de envelhecimento	0,31***
Índice de diversificação social	0,31***
Beneficiários do rendimento social de inserção	0,63*****
Taxa de desemprego	0,18*
Densidade populacional	-0,17*
Bairros sociais	-0,19**
Taxa de abstenção nas eleições para a Assembleia da República	0,31***
Taxa de abstenção nas eleições para a Presidência da República	0,31***
Taxa de abstenção nas eleições para as Câmaras Municipais	-0,24**
Taxa de abstenção nas eleições para o Parlamento Europeu	0,18*

* $p<0,1$, ** $p<0,005$, *** $p<0,001$, **** $p<0,001$.

Fonte: Taxa de desemprego: Portdata, restantes indicadores: INE

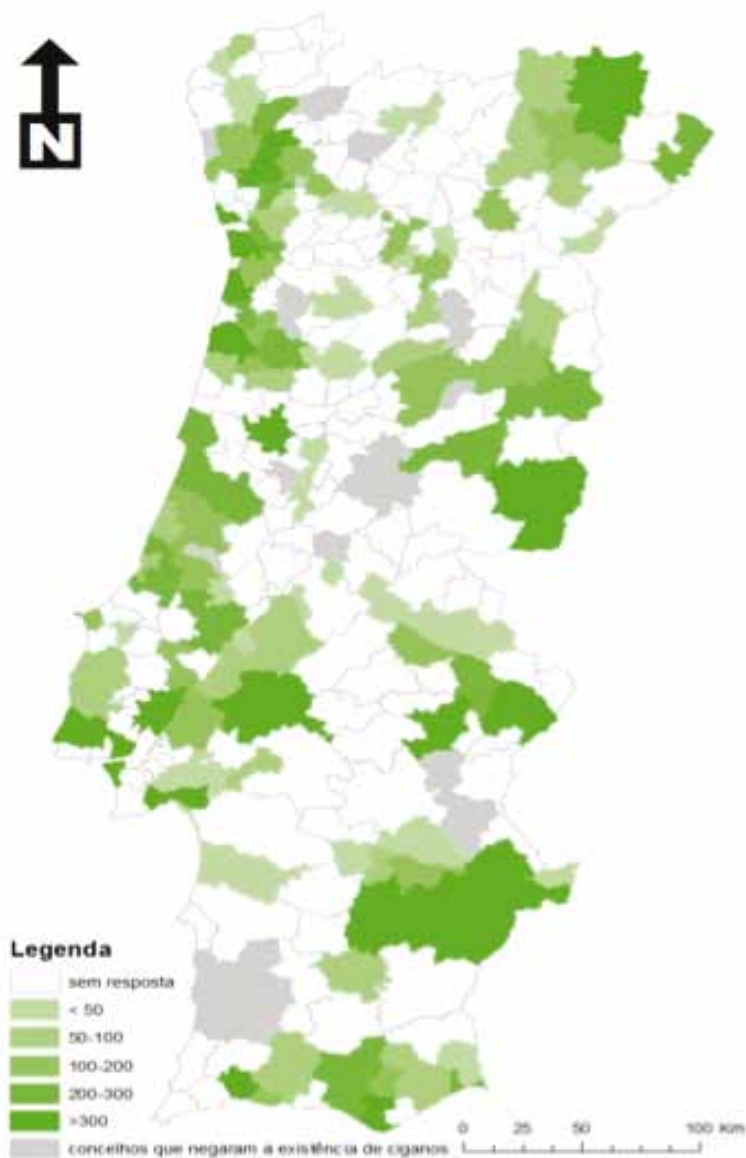
No que se refere ao tipo mais comum de habitação indicado pelos serviços municipais, o arrendamento social é o mais frequente nos distritos de Lisboa (9,0%), Porto (6,4%), Santarém (3,0%), Coimbra (2,1%), Setúbal (1,9%), Portalegre (1,5%).

A habitação própria é mais frequente nos distritos de Aveiro (5,0%), Guarda (4,4%), Bragança (3,3%) e Viseu (2,5%). A ocupação ilegal destaca-se nos distritos de Faro (4,9%) e Beja (3,1%). Por sua vez, o arrendamento em mercado formal é mais recorrente em Leiria (2,1%). As situações de ocupação ilegal parecem ser mais visíveis em Faro (com 4,9%), Beja (3,1%) e Aveiro (2,1%).

De notar que foi recorrentemente mencionada a habitação própria, sendo que se tratava de terreno próprio, mas sem licenciamento. Para além disso, a habitação própria era, por vezes, a habitação em tendas ou acampamento.

Por último, os dados foram analisados ao nível da freguesia, tendo-se optado pela sua representação cartográfica.

Figura 6
Número de ciganos reportados pelos municípios





2. Pontos de vista dos peritos: proximidade e conhecimento

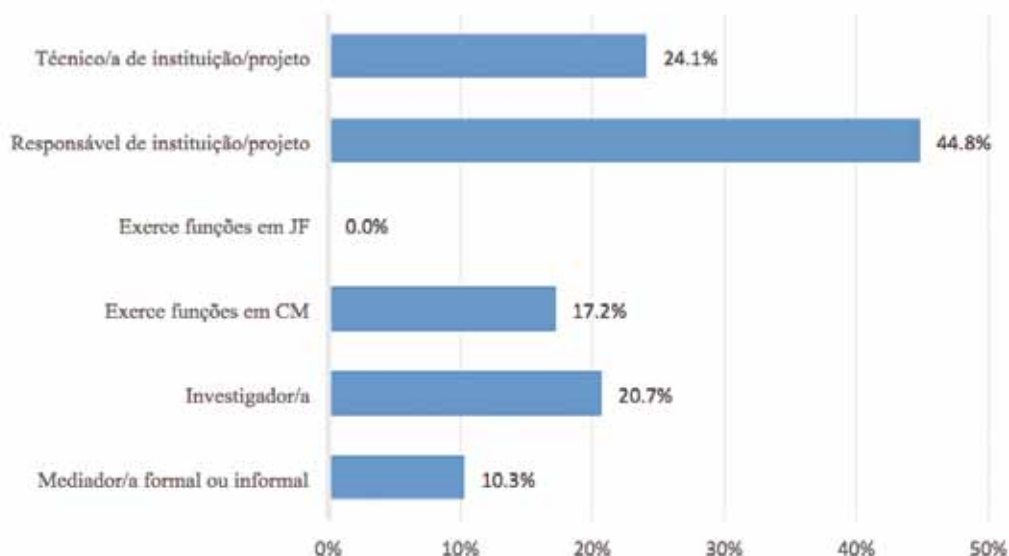
O inquérito aos peritos esteve disponível *online* entre junho e agosto de 2014 através da aplicação *LimeSurvey*, tendo-se enviado 209 convites a potenciais inquiridos disseminados pelo território continental. Nesta sequência, recolheram-se 128 respostas, contudo, validaram-se apenas 29 respostas, ou seja, e por outras palavras, a taxa de resposta rondou os 13%. Os restantes inquiridos responderam apenas à primeira pergunta ou limitaram-se a entrar e a sair do questionário digital sem o preencher. Os peritos foram classificados em várias categorias, a saber: mediadores formais ou informais, responsáveis por instituições ou projetos, técnicos em instituições ou projetos, técnicos municipais, investigadores.

Os resultados obtidos permitiram aprofundar o retrato de algumas zonas e núcleos de residência e concentração de pessoas ciganas através do olhar de um informador privilegiado. As questões visavam obter uma caracterização de espaços e comunidades do conhecimento do inquirido, nomeadamente a sua dimensão, o tempo de enraizamento no local (antiguidade das comunidades), dimensão das famílias, nomes das famílias, principais meios de vida, atividades profissionais predominantes, tipos de habitação e regime de propriedade, níveis de escolaridade e religião predominante. Estes dados foram relevantes em todo o trabalho de preparação e planeamento que antecedeu o processo de aplicação do inquérito por questionário às pessoas e famílias ciganas disseminadas pelo território nacional, designadamente no estabelecimento de pontos focais de realização do inquérito e no mapeamento dos mediadores institucionais e outros a mobilizar.

Quem são os peritos?

Cerca de $\frac{1}{4}$ dos respondentes são coordenadores/ responsáveis de instituições/projetos (44,8%), seguindo-se os técnicos de instituições/projetos (24,1%), os investigadores (20,7%) e outros funcionários a exercer funções em Câmaras Municipais (17,2%). De ressaltar que apenas 10,3% dos inquiridos são mediadores formais ou informais (10,3%).

Figura 7
Situação profissional (%)



Localização e caracterização dos bairros e núcleos residenciais

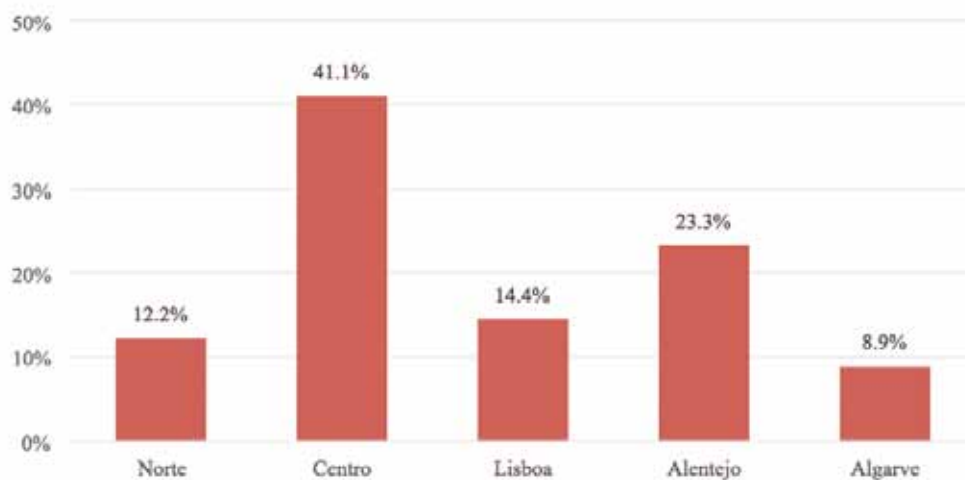
Na pergunta referente à identificação de bairros e de outros núcleos residenciais, os respondentes poderiam indicar mais do que uma possibilidade de resposta. Assim sendo, no conjunto das respostas obtidas foram indicadas e caracterizadas 131 “comunidades”.

As respostas distribuem-se de forma relativamente equilibradas pelas NUTS II, evidenciando-se uma maior percentagem de “comunidades” indetificadas pelos peritos localizadas na região Centro (41%), seguido do Alentejo (23%) e com maior distância Lisboa e o Norte.⁴⁶

46 Tendo em conta o reduzido número de respondentes, os resultados devem ser interpretados não tanto como representativos da população cigana portuguesa mas mais reflexo do conhecimento dos peritos que participaram no estudo.

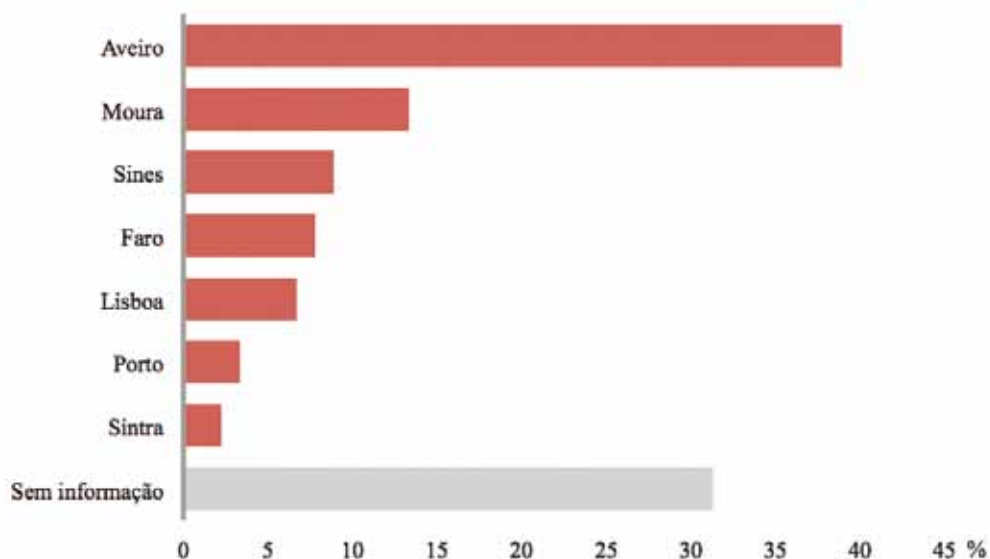


Figura 8
Distribuição geográfica dos bairros e núcleos residenciais, por NUTS II (%)



Em relação à distribuição dos bairros e núcleos residenciais por concelho, observa-se que os concelhos mais mencionados foram: Aveiro (38%), Moura (13%), Sines (9%) e Faro (8%). É também de destacar um elevado número de comunidades que não foram associadas a nenhum concelho, ficando omitidas na análise bivariada.

Figura 9
Distribuição geográfica dos bairros ou comunidades ciganas, por concelho (%)



Outros concelhos mencionados com menor frequência (n=1): Amadora, Barreiro, Covilhã, Guimarães, Idanha-a-Nova, Loures, Matosinhos, Mirandela, Montijo, Paredes, Peso da Régua, Portalegre, Portimão, Setúbal, Valongo, Vila Nova de Gaia e Viseu.

Quando efetuado o cruzamento entre os concelhos e os bairros ou comunidades identificados, verifica-se que sete dos casos foram referidos duas vezes, os restantes foram mencionados apenas uma vez, correspondente a 45 respostas dadas. Relativamente à dimensão dos bairros ou comunidades ciganas, ou seja, em número de habitantes, encontram-se bairros em que há pequenas concentrações de pessoas ciganas (com 20 indivíduos ou menos), principalmente nos concelhos de Aveiro, Sines e Valongo; de média dimensão (entre 100-250 pessoas) em Faro, Loures, Portalegre. Em algumas zonas do território continental subsistem ainda hoje bairros e núcleos residenciais com uma forte concentração de pessoas ciganas, concretizando, em Lisboa, foi nomeado um bairro com 600 pessoas; no Porto, em Portimão e em Idanha-a-Nova foram identificados agregados de 300 membros.⁴⁷

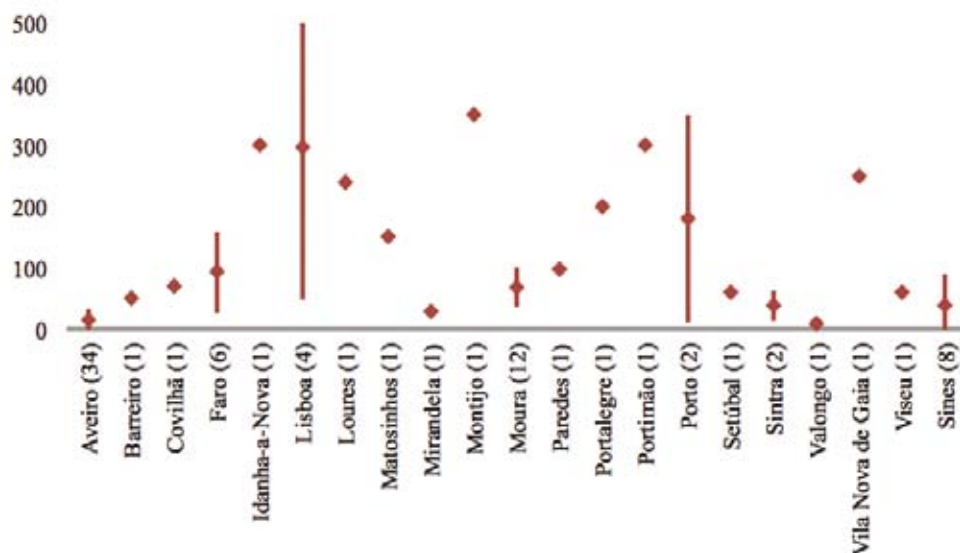
No que se refere à dimensão média das comunidades por concelho, destaca-se Portimão, Montijo, Idanha-a-Nova e Lisboa com valores a rondar os 300 efetivos. Embora na

⁴⁷ Os bairros ou comunidades ciganas identificados em duplicado e com o mesmo número de habitantes não foram contemplados em duplicado. Os que foram apresentados em duplicado, mas com valores foram contemplados os dois valores.



capital a dispersão seja elevada. Em Aveiro, Faro, Moura ou Sines, foram sinalizadas diversas comunidades, mas com uma dimensão média reduzida.

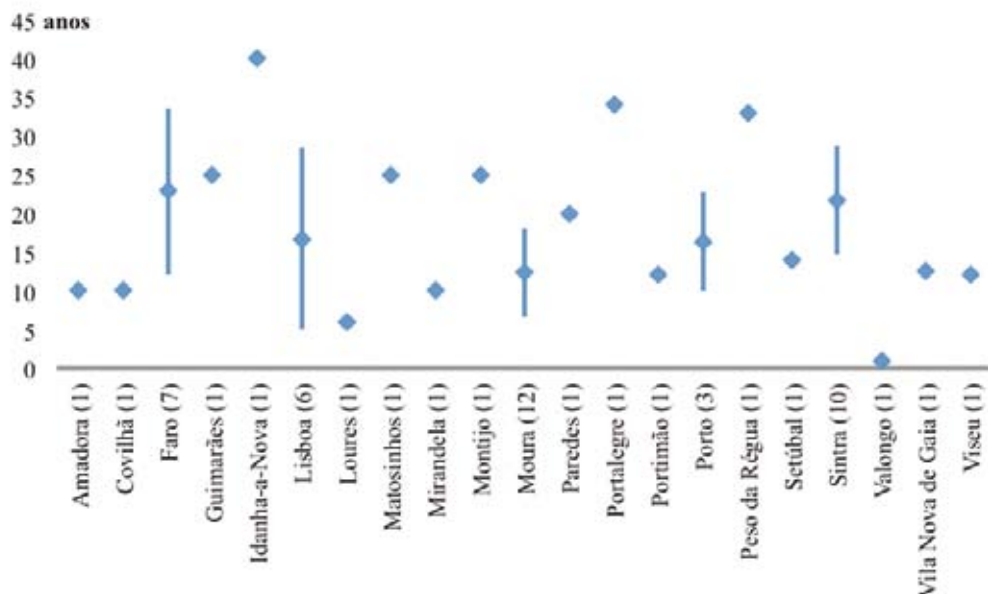
Figura 10
Dimensão das comunidades (média e desvio-padrão)⁴⁸



Quando é analisado o tempo médio de sedimentação das comunidades em cada concelho, destaca-se a maior antiguidade das comunidades em Idanha-a-Nova, Portalegre e Peso da Régua com mais de 30 anos. Também em Faro, Guimarães, Matosinhos, Montijo, Paredes e Sintra denota-se um enraizamento já assinalável das comunidades, estando aí sediadas há pelo menos 20 anos.

48 Entre parênteses é indicado o número de comunidades em cada concelho.

Figura 11
Antiguidade da residência das comunidades (média e desvio-padrão)

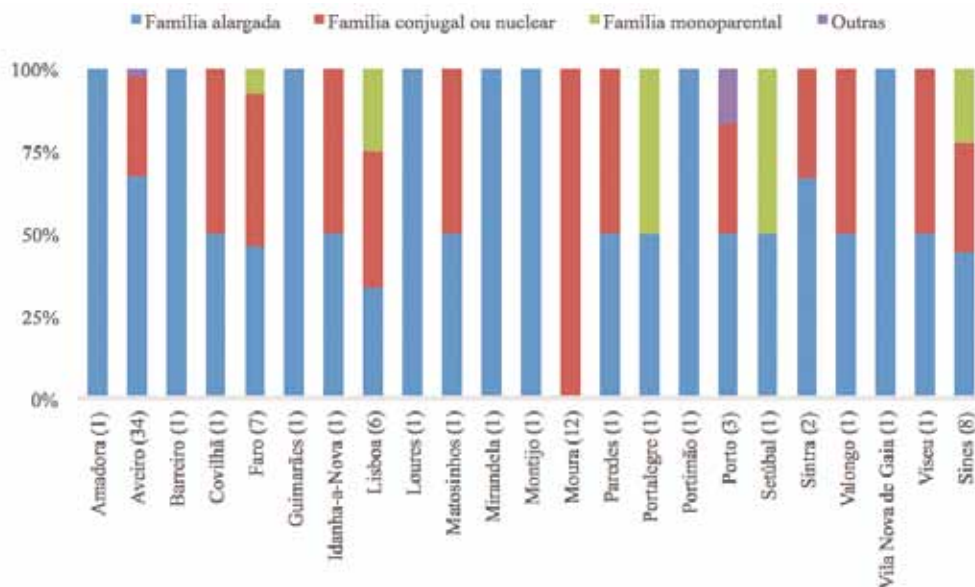


Analisa-se agora os tipos de família dominantes nos vários concelhos. Nesta questão, os inquiridos poderiam optar entre família nuclear ou conjugal, família monoparental e família alargada (que contemplava pais, filhos, netos, tios, sobrinhos) ou outra. Para além disso, os peritos poderiam escolher mais do que um tipo de família.

Verifica-se em quase todos os concelhos a prevalência da família alargada, contudo, a família nuclear conjugal parece ganhar uma crescente saliência em alguns concelhos, sendo exclusiva, por exemplo, em Moura. A presença de famílias monoparentais segue um padrão de distribuição regional, abrangendo Portalegre, Lisboa, Setúbal, Sines, Lisboa e Faro.



Figura 12
Tipos predominantes de famílias, por concelho (%)



Em relação à dimensão das famílias, para as “comunidades” identificadas os inquiridos tiveram a possibilidade de indicar o número aproximado de elementos por família. A dimensão média das famílias residentes nos territórios identificados é de 4,3 pessoas. É em Portimão e em Mirandela, que se registam grupos familiares mais numerosos, respetivamente, 10 e 7 pessoas, por família. A maior parte das famílias têm entre quatro e cinco elementos.

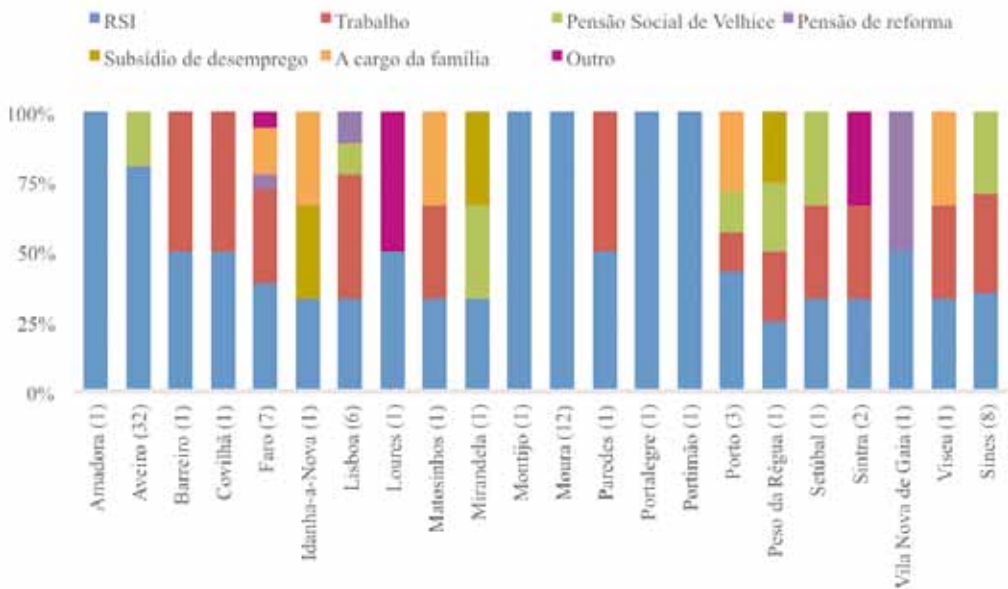
É de assinalar algumas diversidades territoriais no concernente aos Nomes de Família mais comuns nos territórios que são do conhecimento dos respondentes. Assim, em Sines, os nomes mais recorrentes são: Nascimento, Serrano, Pena e Modesto; no Porto emergem outros nomes, tais como, Cardoso, Cabreira, Fernandes e Maia. Na Covilhã, também se encontra o nome Cardoso e é comum o nome Campanudo. Em Faro sobressaem: Barão da Silva, Carmo e Cangala. Em Lisboa, salienta-se o nome Lourenço e em Setúbal, Barão.

No que diz respeito aos principais meios de vida das “comunidades ciganas”, o RSI (Rendimento Social de Inserção) é a fonte de rendimento mais comum, estando, assim, invariavelmente presente na vida das “comunidades” identificadas em todos os concelhos. Alguns dos peritos identificam bairros e núcleos residenciais que têm como principal fonte de

rendimento: a prestação proporcionada pelo RSI; localizando-se em concelhos, tais como: Amadora, Montijo, Moura, Portalegre e Portimão. Segundo os peritos, o trabalho assume um papel secundário nas “comunidades” residentes no Barreiro, Covilhã, Faro, Matosinhos, Paredes, Porto, Peso da Régua, Setúbal, Sintra, Viseu e Sines.

Mas será importante também reparar que em vários concelhos, como Faro, Mirandela, Peso da Régua, Setúbal, Sines, entre outros em que os modos de vida são mais heterogéneos, denotando-se a combinação de várias fontes de rendimento.

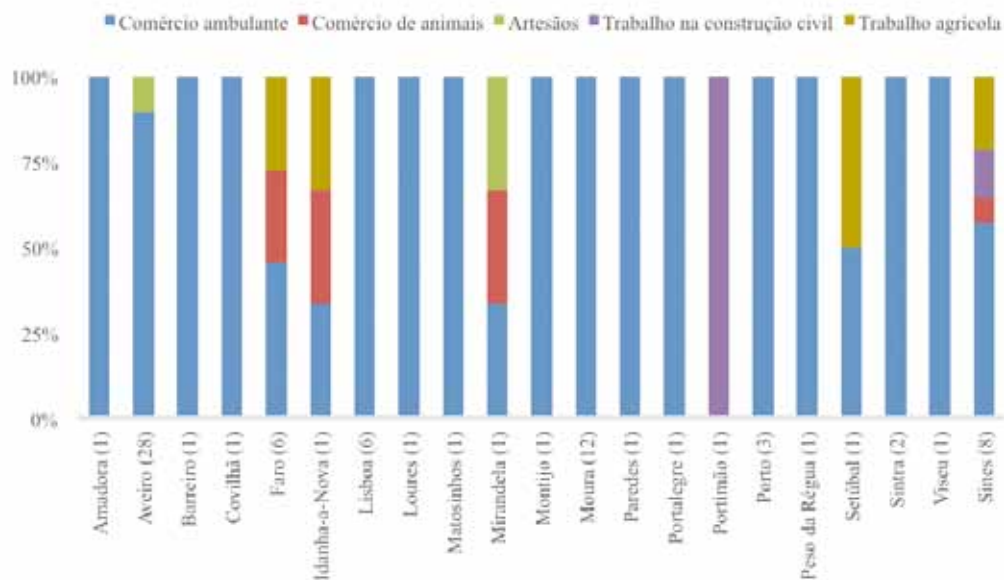
Figura 13
Principais meios de vida, por concelho (%)



Embora a atividade económica ainda dominante em quase todos os concelhos seja o comércio ambulante, verifica-se e em consonância com as evidências empíricas patentes na figura anterior, que em alguns concelhos, existem situações de pluriatividade, mais sa-lientes em Faro, Idanha-a-Nova, Mirandela e Sines.



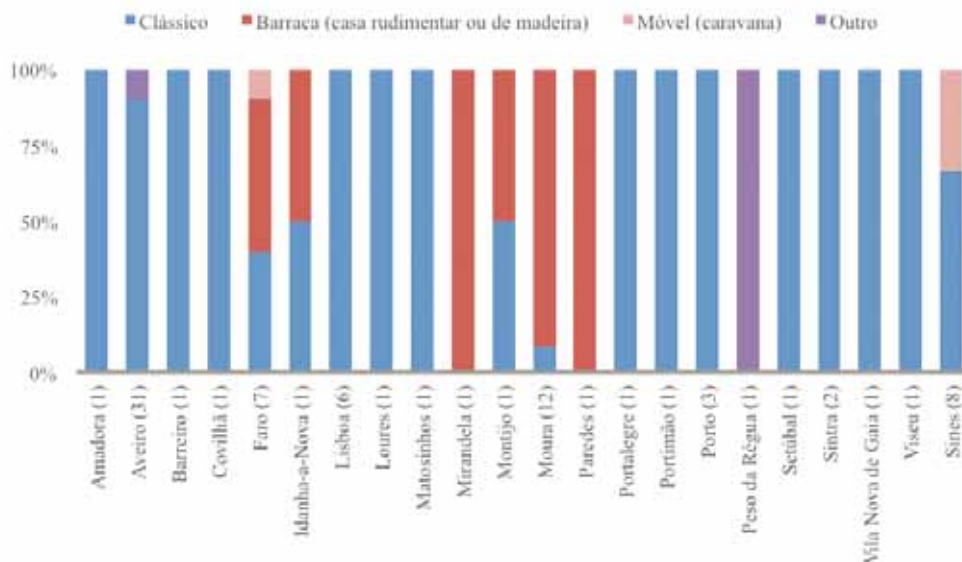
Figura 14
Atividades profissionais predominantes, por concelho (%)



Relativamente ao tipo de habitação mais comum, verifica-se que o mais usual é o clássico. No entanto, há ainda concelhos onde se verifica a existência de barracas (Faro, Mirandela, Idanha-a-Nova, Montijo, Moura e Paredes) e mesmo de habitação móvel, (Faro e Sines).

Em alguns concelhos coexistem diferentes modalidades, nomeadamente em Faro, Idanha-a-Nova, Montijo, Moura e Sines.

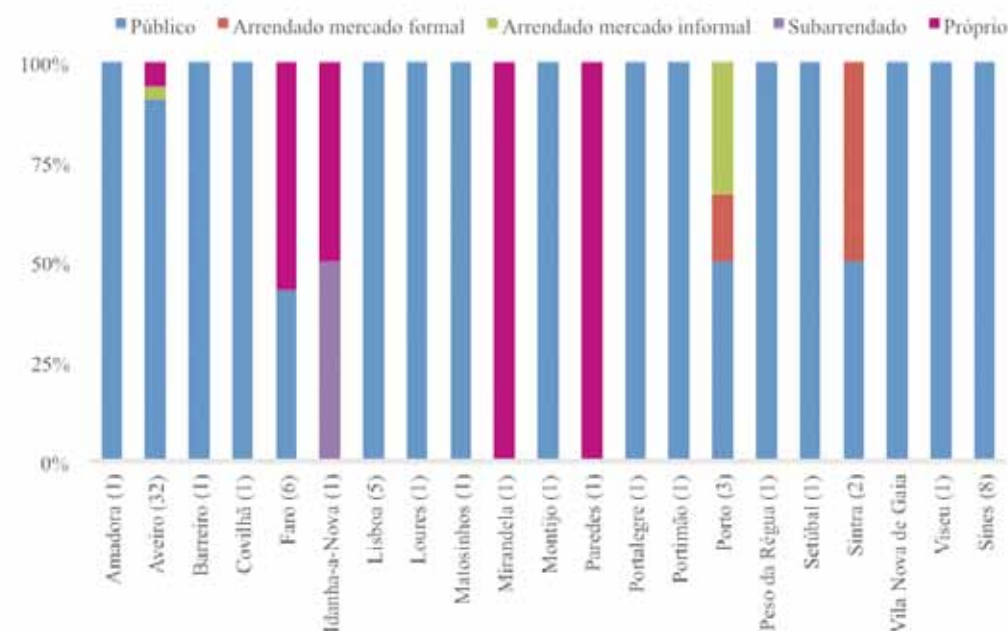
Figura 15
Tipos de habitação, por concelho (%)



Em relação ao regime de propriedade da habitação, de notar que a maioria dos bairros e núcleos residenciais aventados se insere na habitação social, dominando as situações de arrendamento social, o que está em linha com os resultados obtidos no referente ao tipo de habitação, sendo o mais usual o clássico. Em Faro, Idanha-a-Nova e Paredes verificam-se algumas situações de habitação própria, situação que caracteriza todos os membros da “comunidade” localizada em Mirandela. Por seu turno, o arrendamento no mercado privado de habitação pauta algumas das “comunidades” localizadas no Porto e em Sintra.

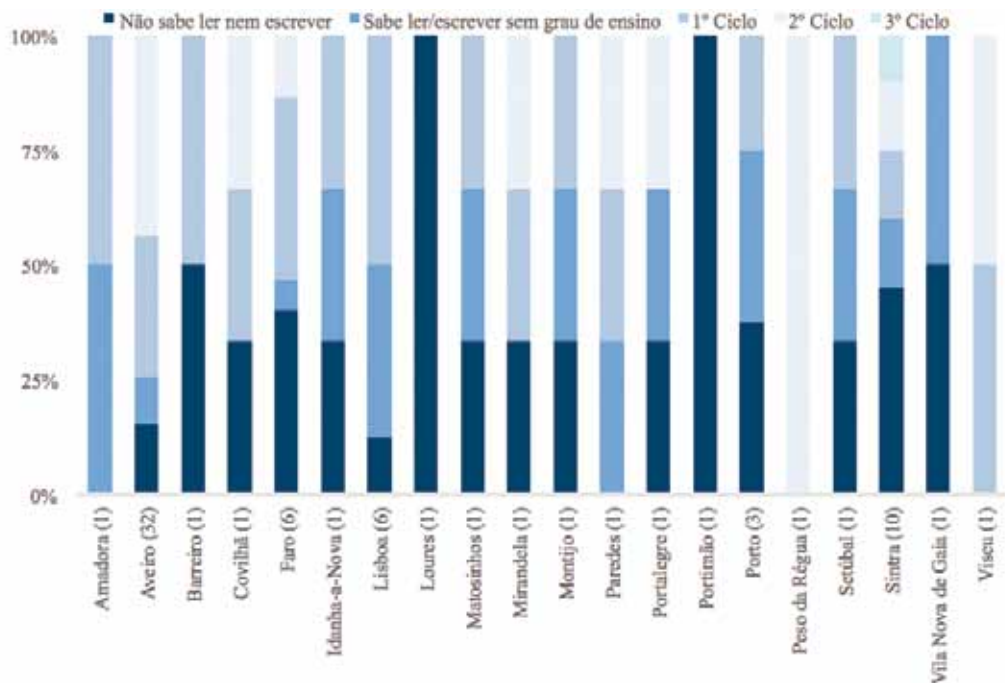


Figura 16
Regime de propriedade da habitação, por concelho (%)



Quando se observa a distribuição dos níveis de escolaridade por concelho, é perceptível a existência de uma certa diversidade no mesmo concelho. Não obstante, a tendência mais comum é para se registarem baixos níveis de escolaridade, as “comunidades” identificadas ora não sabem ler nem escrever, ora sabem ler/escrever mas sem grau de ensino, ou então detêm o 1º ciclo do EB. Apenas em Sines, é assinalada a presença de pessoas com o 3º ciclo do EB, constituindo o patamar mais elevado entre as “comunidades” caracterizadas.

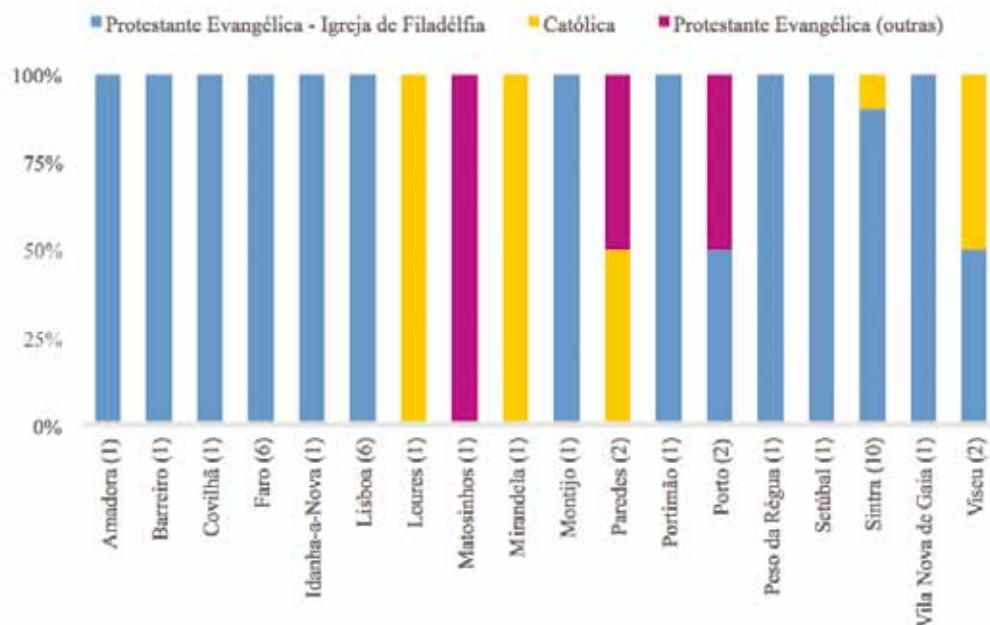
Figura 17
Níveis de escolaridade, por concelho (%)



Por último, relativamente à religião predominante nas “comunidades” identificadas, de referir que esta foi a única questão face à qual a maior parte dos inquiridos não escolheu uma segunda opção, talvez porque seja consensual o tipo de religião dominante. A religião protestante evangélica – Igreja de Filadélfia é a mais comum, presente em quase todos os concelhos e em mais do que uma “comunidade” como é o caso de Sines, Faro e Lisboa. Em Mirandela e Loures predomina ainda a religião católica.



Figura 18
Religião predominante, por concelho (%)



Em síntese, não obstante o número reduzido de respostas validadas no que se refere ao inquérito a peritos, foi possível obter uma caracterização mais aprofundada de alguns bairros e núcleos habitacionais e assim se fazer uma análise mais fina, atendendo ao ponto de vista do inquirido. Foi ainda possível perceber o tempo de estadia no espaço geográfico, a dimensão média das famílias conhecidas, os nomes de família, os principais meios de vida, níveis de escolaridade, as actividades profissionais dominantes, o tipo de habitação e regime de propriedade e a religião predominante. Foi, também, possível apreender ligeiras nuances regionais e que se prendem em grande medida com singularidades que marcam a inscrição sócio-territorial destas comunidades, e que se interrelacionam com os modos de convivência destas comunidades com a sociedade local e com as políticas e programas de acolhimento que têm sido mobilizados pelas autarquias e outras instituições e serviços com intervenção marcadamente territorializada.

VI. Retratos plurais: pessoas e famílias ciganas

Notas preliminares

O Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas (ENCC) constitui uma componente fundamental da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2020⁴⁹. Neste contexto, o Estudo Nacional foi pensado e desenvolvido “(...) com pleno respeito pelos princípios constitucionais e legais de proibição da discriminação e de reserva da intimidade, [dando] a conhecer as reais necessidades das comunidades ciganas portuguesas” (Estratégia Nacional, 2013).

Enquanto prioridade para a Estratégia Nacional, o ENCC apresenta um retrato social sobre a situação social, económica e cultural destas comunidades, resultando numa visão de conjunto que se pretende facilitadora e promotora de políticas públicas mais adequadas aos destinatários. Para tal, foi indispensável a realização de um inquérito por questionário às pessoas e famílias ciganas residentes em território continental, o qual incidiu sobre algumas dimensões, consideradas relevantes, nomeadamente, i) mercado de trabalho, ii) alojamento e condições de habitabilidade, iii) saúde e nutrição, iv) educação, v) participação social e política, vi) representações e práticas sociais e vii) tradições e atribuições identitárias.

Neste capítulo damos conta dos principais resultados do inquérito por amostragem realizado junto de pessoas ciganas em Portugal Continental entre abril e julho de 2014.

Assim, os primeiros dois pontos deste capítulo apresentam uma caracterização sociodemográfica das comunidades, distinguindo-se a caracterização dos agregados familiares da caracterização do indivíduo/ do respondente.

Para a aplicação do inquérito foram recrutados inquiridores locais, incluindo pessoas ciganas a quem foi dada formação sobre como deveriam proceder no estabelecimento de contactos e durante o processo de inquirição. Foi necessário mobilizar mais de 100 inquiridores e para a concretização desta tarefa foram essenciais os contactos e apoios locais de técnicos de instituições, dos projectos, nomeadamente dos Escolhas, das autarquias e, é claro, das pessoas ciganas que nos acolheram e aceitaram responder a este inquérito.

Foram inquiridos 1.599 indivíduos a nível nacional, de modo a que se captassem, tanto quanto possível, contrastes do ponto de vista das pessoas residentes nos diferentes concelhos, freguesias, bairros e núcleos residenciais, bem como a diversidade atendendo a variáveis como ao género, a idade e a escolaridade.

O questionário podia ser respondido por pessoas com uma idade mínima de 16 anos e sem idade máxima, de nacionalidade portuguesa e apenas por uma pessoa de cada agregado familiar.

49 Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2013, de 27 de março.

Assim, com base em informação na informação qualitativa recolhida pelas entrevistas a atores institucionais e quantitativa recolhida pelo inquérito aplicado às Câmaras Municipais e que nos permitiu ter acesso a um número estimado de pessoas ciganas por freguesias e por bairros no caso das autarquias que responderam, assim, e considerando uma estimativa de cerca de 6.500 indivíduos, foram aplicados questionários em 68⁵⁰ concelhos tendo sido foi coberta a totalidade dos distritos continentais.

As quotas de inquirição foram calculadas ao nível dos distritos, e, tomaram em conta não só os inquéritos às autarquias, como resultados de outros estudos anteriores, nomeadamente, Castro (2006), Castro (2008), REAPN (2009) e REHURB (2013).

Tabela 7
Distribuição dos inquéritos às pessoas ciganas, por distrito

Distritos	N	%
Aveiro	144	9,0
Beja	125	7,8
Braga	30	1,9
Bragança	23	1,4
Castelo Branco	44	2,8
Coimbra	80	5,0
Évora	80	5,0
Faro	166	10,4
Guarda	23	1,4
Leiria	18	1,1
Lisboa	346	21,6
Portalegre	48	3,0
Porto	220	13,8
Santarém	65	4,1
Setúbal	130	8,1
Viana do Castelo	11	0,7
Vila Real	18	1,1
Viseu	28	1,8
Total	1.599	100,0

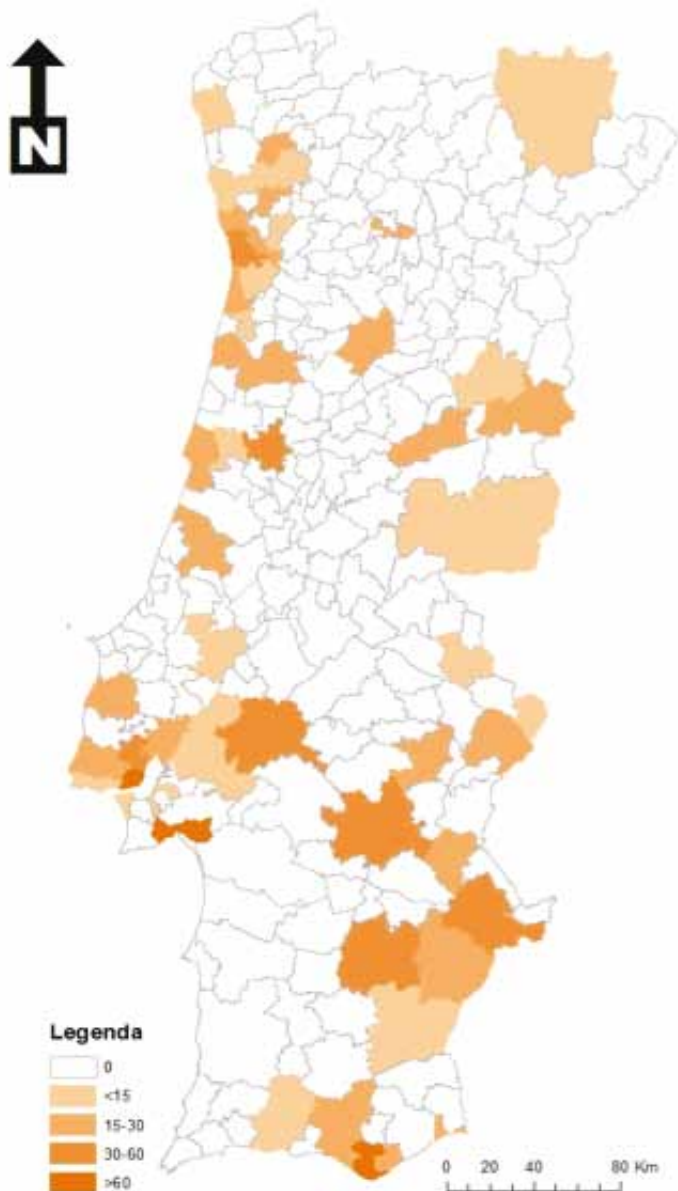
.....
50 Para distribuição por concelho ver anexo 9.

Os resultados que em seguida se apresentam são baseados na análise descritiva dos dados recolhidos, trata-se sobretudo da análise univariada. Procedeu-se também à análise bivariada, cruzando as várias questões com o género, a idade e a escolaridade dos indivíduos, através de tabelas de contingência.

A distribuição territorial dos inqueritos foi também cartografada, como se poderá ver na figura que se segue.



Figura 19
Número de inquéritos aplicados por concelho



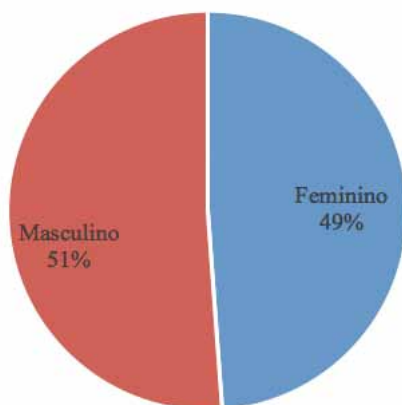
Fonte: ENCC inquérito aos indivíduos

1. Caracterização dos agregados familiares

A caracterização dos agregados familiares é baseada nas respostas dos inquiridos em relação à sua própria situação, assim como, face aos restantes elementos que compõem o agregado, compreendendo questões referentes aos seguintes variáveis: sexo, idade, grau de parentesco em relação ao inquirido, estado civil, naturalidade, nacionalidade, nível de ensino mais elevado concluído, principal fonte de rendimento, condição perante a atividade económica, profissão, situação na profissão, local de trabalho ou estudo.

A aplicação dos inquéritos permitiu reunir informação relativa a 6.809 pessoas, incluindo os 1.599 indivíduos respondentes. No referente à distribuição das pessoas que compõem os agregados por sexo, verificou-se que 48,7% são mulheres e 51% são homens.

Figura 20
Distribuição dos membros do agregado por género



Conforme se pode depreender a partir da tabela 8, a amostra revela agregados bastante jovens, não obstante um intervalo de idades amplo. A idade média é de 24 anos e apenas 25% dos elementos que compõem os agregados tem mais de 35 anos. Estamos assim perante uma população muito jovem como atestam outros estudos (Mendes, 2005 e 2007; Bastos, Correia e Rodrigues, 2007; REAPN e FSG, 2009) e os resultados recolhidos no âmbito do presente estudo e resultantes da aplicação dos outros instrumentos de pesquisa.

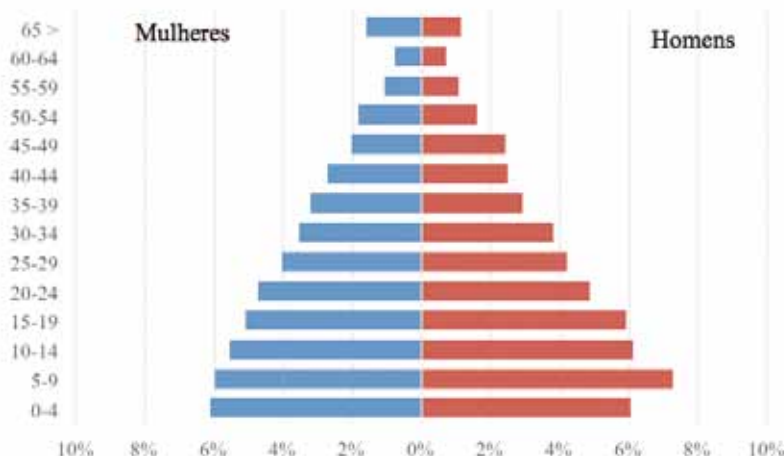


Tabela 8
Estatísticas sobre a idade dos elementos dos agregados familiares, em Nº de anos

Moda	1º Quartil	2º Quartil	3º Quartil	Média	Desvio Padrão	Min.	Máx.	Intervalo
3	9	20	35	23,8	17,8	0	94	94

Considerando a distribuição por sexo e escalões etários, parece sair reforçada a ideia inicial de comunidades ciganas jovens. De facto, a pirâmide revela uma base relativamente alargada, a qual se vai estreitando à medida que se caminha para o topo. A proporção de homens e de mulheres nas faixas etárias entre os 0 e os 29 anos é sempre superior à proporção presente nas faixas etárias acima, diminuindo o quantitativo de homens sobretudo a partir dos 55 anos de idade, sendo assim clara a maior presença (e longevidade) das mulheres nos grupos de idades mais avançadas.

Figura 21
Pirâmide etária dos agregados familiares

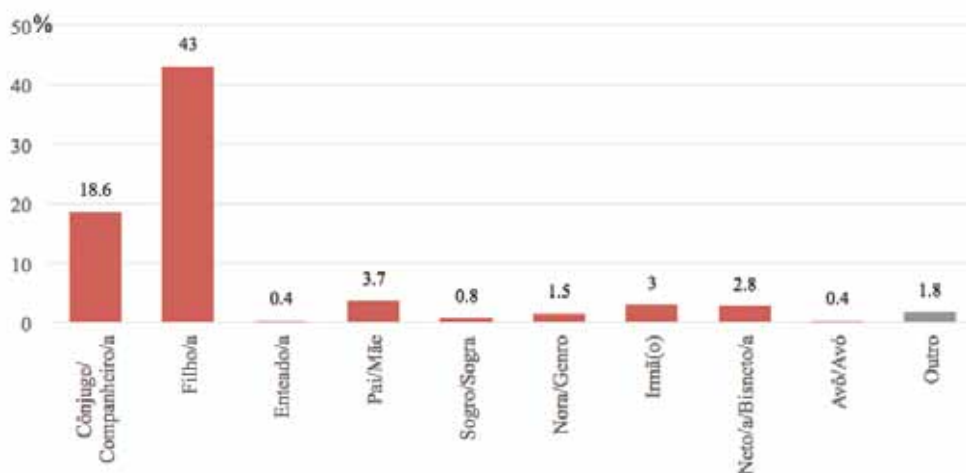


A maioria dos agregados familiares em análise é composta pelos filhos(as) (43,0%) e pelos cônjuges/companheiros/as (18,6%), ou seja, famílias nucleares com um núcleo apenas (Mendes, 2005 e 2007; Bastos, Correia e Rodrigues, 2007), seguidos dos pais e mães e dos irmãos/as (3,7% e 3%, respetivamente). O que em certa medida contraria a representação de senso comum sobre a prevalência da família alargada.

Os restantes membros dos agregados dividem-se entre netos/as e bisnetos/as, noras e genros, e sogros/as (respetivamente, 2,8%, 1,5% e 0,8%) e outros graus de parentesco, como enteados/as, avôs e avós, cunhados/as, primos/as, sobrinhos/as e tios/as.

Assim, e em média, pode dizer-se que os agregados familiares são compostos por 3 elementos.

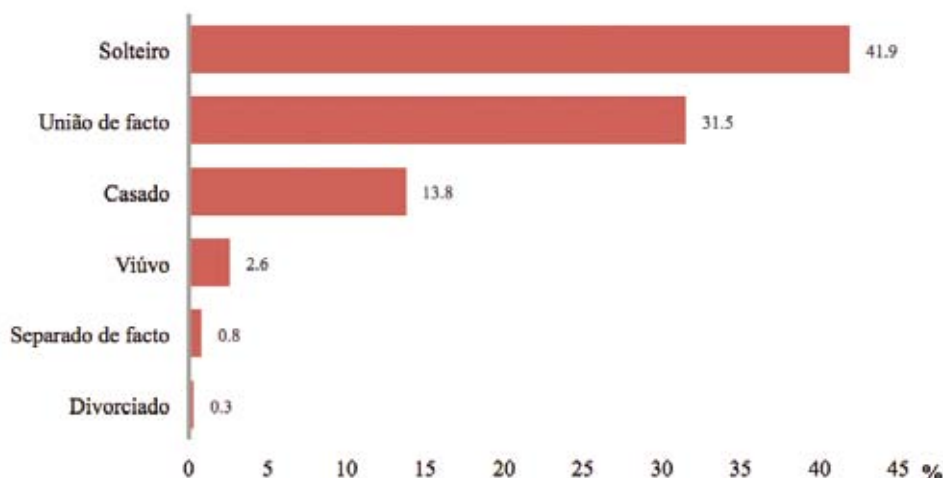
Figura 22
Composição do agregado familiar quanto ao grau de parentesco para com o respondente



No que respeita ao estado civil, os elementos que compõem estes agregados são maioritariamente solteiros (41,9%), facto que está em consonância, por um lado, com a elevada proporção de filhos(as) nos agregados (recorde-se, 43,0%) bem como, por outro lado, com o peso dos jovens abaixo dos 19 anos (48,7%). Existe também um elevado número de pessoas casadas e em união de facto, representando 13,8% e 31,5%, respetivamente. É muito residual a presença de viúvos, separados de facto e divorciados.



Figura 23
Estado civil dos membros do agregado familiar

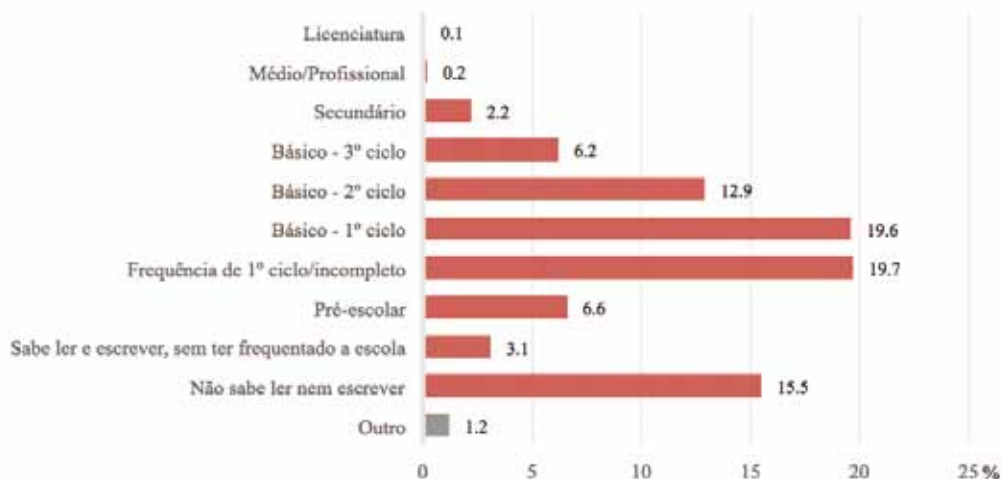


No que se refere à naturalidade, 65,6% dos elementos dos agregados são naturais do concelho onde residem, o que indicia uma certa estabilidade em termos de enraizamento territorial. Dos restantes, 4,2% é natural de Lisboa, seguindo-se o concelho do Porto (2,3%), Beja (1,9%), Faro (1,3%), Évora (1,2%) e Coimbra (1,1%).

A esmagadora maioria dos inquiridos e elementos dos agregados são de nacionalidade portuguesa. No entanto, surgem indicados 0,7% de membros com nacionalidade estrangeira (28 pessoas de nacionalidade espanhola, 7 brasileira e 1 pessoa de cada uma das seguintes nacionalidades: angolana, argentina, norte-americana, indiana, moçambicana e venezuelana).

A caracterização da distribuição dos elementos do agregado por níveis de ensino mais elevado concluído ou completo encontra-se refletida na figura 24, revelando que: i) 15,5% são analfabetos; ii) cerca de 30% não tem o 1º ciclo completo, nem nunca frequentaram a escola; iii) aproximadamente 39% completaram apenas o ensino básico, maioritariamente o 1º ciclo e só cerca de 6% o 3º ciclo; e iv) apenas 2,5% completou o ensino secundário ou acima (148 casos com ensino secundário, 16 casos com ensino médio/profissional, 1 caso com bacharelato e 5 casos com licenciatura). De uma forma geral estes dados estão em linha com os estudos disponíveis em Portugal e que demonstram que as pessoas ciganas apresentam níveis de escolaridade obrigatória baixos (Bastos, Correia e Rodrigues, 2007; Mendes, 2007; Nicolau, 2010).

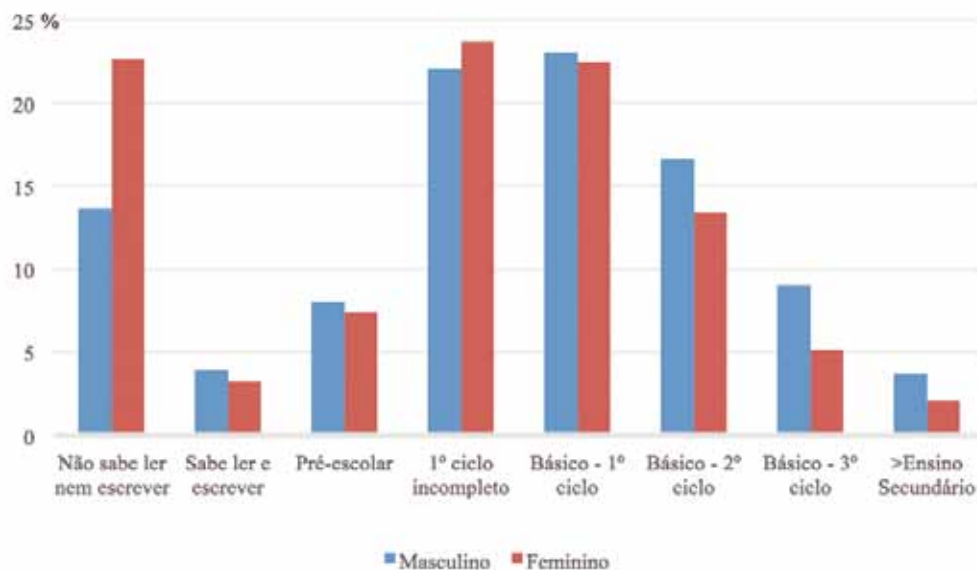
Figura 24
Níveis de ensino dos elementos do agregado familiar



Quando se cruza esta variável com o género (figura 25), verificam-se algumas diversidades. Assim, existem mais mulheres sem saber ler e escrever do que homens; há mais mulheres com o 1º ciclo e a presença das mulheres tende a diminuir à medida que subimos no patamar dos níveis de ensino. As desigualdades de género são ainda muito marcantes, já que as mulheres ciganas têm um nível de escolaridade ainda mais baixo do que os homens sendo raros os casos em que ultrapassam o ensino básico (1º ciclo). Num estudo recentemente publicado e que se focaliza nos percursos de integração das pessoas ciganas, verifica-se que mesmo entre as pessoas com este perfil, as mulheres detêm níveis de escolaridade inferiores aos dos homens (Magano, 2014).



Figura 25
Distribuição dos níveis de ensino dos elementos agregados familiares por sexo



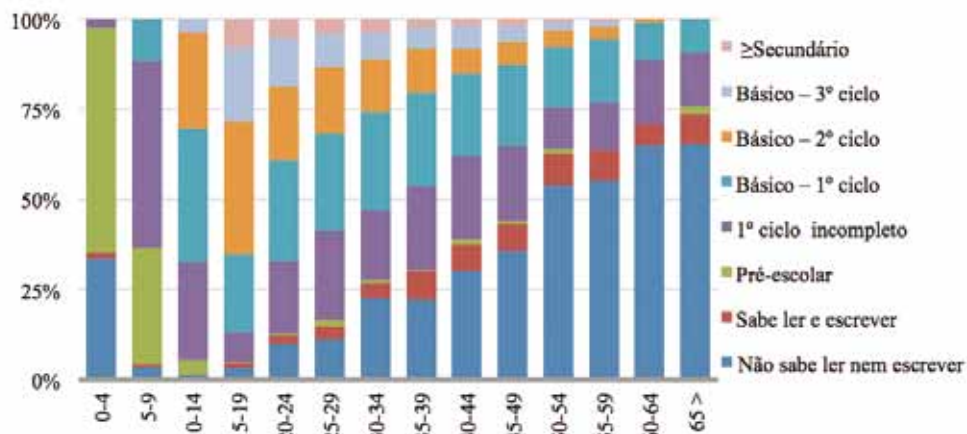
Por outro lado, se analisarmos os níveis de escolaridade atendendo às idades (figura 26), no que respeita às crianças até aos 5 anos de idade, a larga maioria frequenta o pré-escolar. Na faixa etária seguinte predomina a frequência do 1º ciclo, embora 1,5% já o tenha concluído.

Quanto aos jovens entre os 10 e os 14 anos verifica-se uma forte presença nos 1º e 2º ciclos e uma percentagem menos expressiva no 3º ciclo. Ou seja, a frequência escolar vai diminuindo à medida que a criança se aproxima da adolescência.

No grupo etário entre os 15 e 19 anos é onde se verifica a maior percentagem de pessoas com o 3º ciclo e ensino secundário; é também bastante elevada, comparativamente a outros grupos etários a proporção de pessoas com o 1º e 2º ciclos.

É nos grupos com mais idade (acima dos 50 anos) que se nota uma maior concentração de pessoas que não sabem ler nem escrever.

Figura 26
Níveis de ensino dos membros do agregado familiar por escalões etários

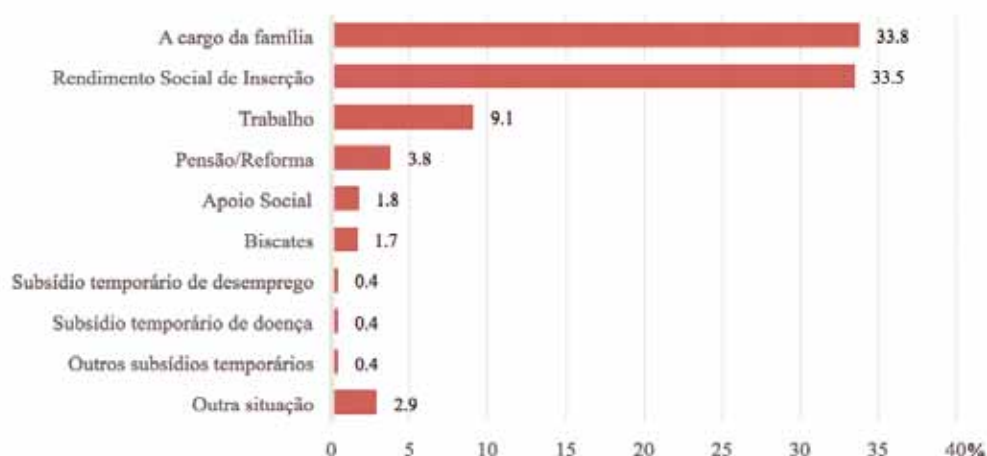


As principais fontes de subsistência dos agregados familiares dos indivíduos baseiam-se no apoio da família (33,8%) e no Rendimento Social de Inserção (33,5%). No entanto, o trabalho também assume alguma relevância (9,1%). A pensão/reforma (3,8%), o apoio social (1,8%) e os biscates (1,7%) são outras das fontes de rendimento indicadas.

Relativamente a outras situações referidas, a mais comum foi o abono (de doença, de família, de deficiência, etc.) (1,4%); outros referiram que não havia qualquer tipo de rendimento ou que a pessoa responsável pelo rendimento familiar estava detida.

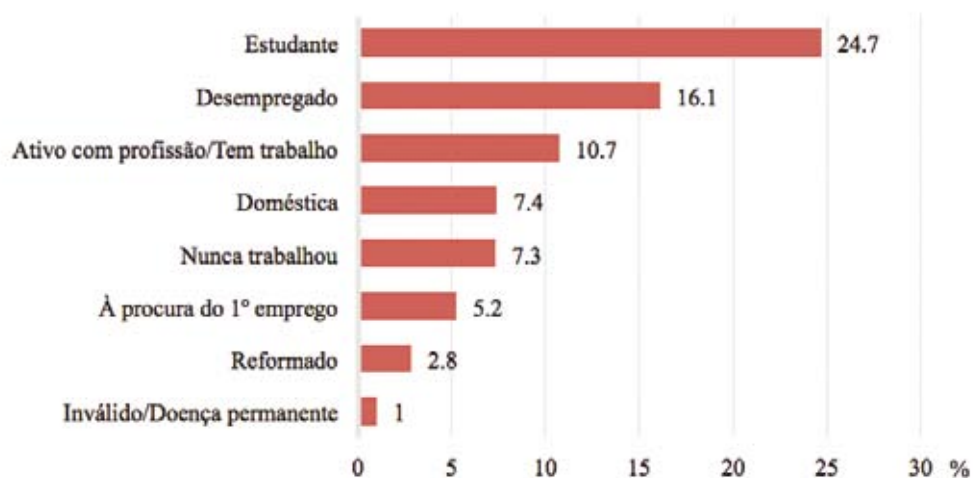


Figura 27
Fontes de rendimento dos membros dos agregados familiares



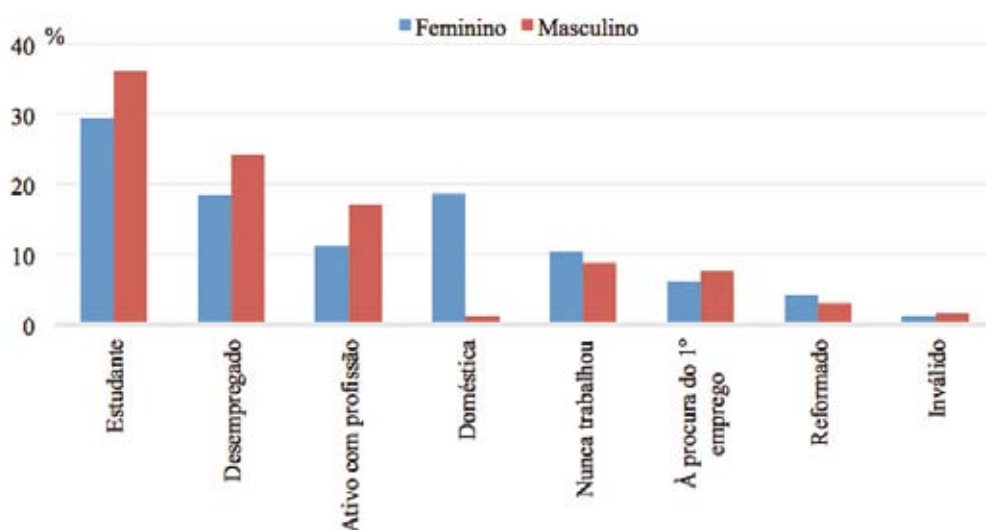
Talvez justificado por a maior parte dos agregados familiares serem compostos por efetivos jovens, a maior parte das respostas relativas à condição perante a atividade económica concentram-se na opção estudante (24,7%). A seguir a esta, e complementando a informação das fontes de rendimento, observa-se que uma percentagem relevante revelou estar desempregado (16,1%), seguindo-se, os ativos com profissão (10,7%). No entanto, deve ser ressalvado que foi percebido, durante o trabalho de campo, que alguns dos inquiridos que se declaravam como desempregados, desempenhavam alguma atividade laboral, contudo, esta por ser de natureza informal (biscates, vendas, tarefas agrícolas) os inquiridos optaram por subvalorizá-la. Uma questão pertinente, remete também para as concepções sobre o que se entende por trabalho. Por exemplo, num campo de resposta aberta, um inquiridor anotou “nunca trabalhou, só como vendedor ambulante” o que nos remete para o não reconhecimento pelos próprios ciganos da venda ambulante como “trabalho”. O que resulta de uma interpretação do termo trabalho que o associa, exclusivamente a trabalho pago mediante salário, por conta de outrem, ignorando as situações de trabalho doméstico não pago ou serviço comunitário voluntário, por exemplo (Scott e Marshall 2005: 188 e 703).

Figura 28
Condição perante a atividade económica dos membros do agregado familiar



Em relação à distinção de ocupações entre homens e mulheres, verifica-se que há uma percentagem maior de mulheres domésticas, reformadas e que nunca trabalharam do que homens. Em contrapartida, existem mais homens ativos com profissão, desempregados, inválidos/reformados e estudantes do que mulheres.

Figura 29
Condição perante a atividade económica dos membros do agregado familiar, por sexo





A profissão mais mencionada pelos inquiridos é a venda ambulante (14,0%), seguida do trabalho agrícola (3,0%), das limpezas, na qual se inclui os serviços domésticos (1,1%), comerciante (0,7%) e trabalho na construção civil (0,6%).

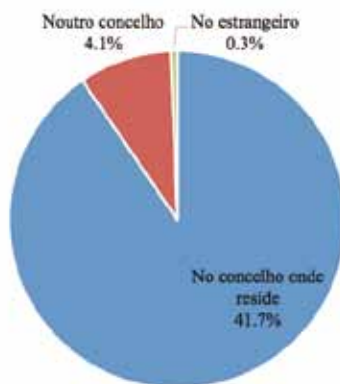
A situação na profissão mais referida é a de trabalhador por conta própria sem empregados (12,6%), seguida de trabalhador por conta de outrem (0,8%).

Figura 30
Situação na profissão dos membros do agregado familiar



O local de trabalho ou estudo mais referido foi o concelho de residência (41,7%), no entanto, 4,1% refeririam estudar noutro concelho e mesmo 0,3% no estrangeiro, o que revela uma fraca mobilidade geográfica para o exercício de actividades profissionais e de frequência escolar.

Figura 31
Local de trabalho ou de estudo dos membros do agregado familiar

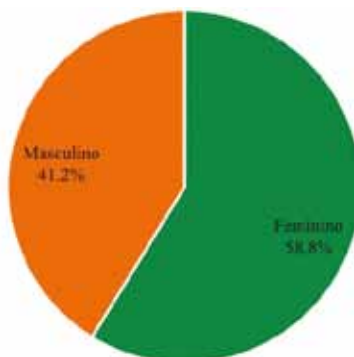


2. Caracterização dos indivíduos inquiridos

Relembre-se que os resultados dos inquiridos foram incluídos na caracterização geral dos agregados familiares, apresentada no ponto anterior. No entanto, neste tópico apresentamos uma análise mais aprofundada relativa apenas aos 1.599 respondentes.

Do ponto de vista do género, a amostra revelou-se relativamente equilibrada, tendo respondido 940 mulheres (58,8%) e 659 homens (41,2%).

Figura 32
Distribuição dos inquiridos por sexo





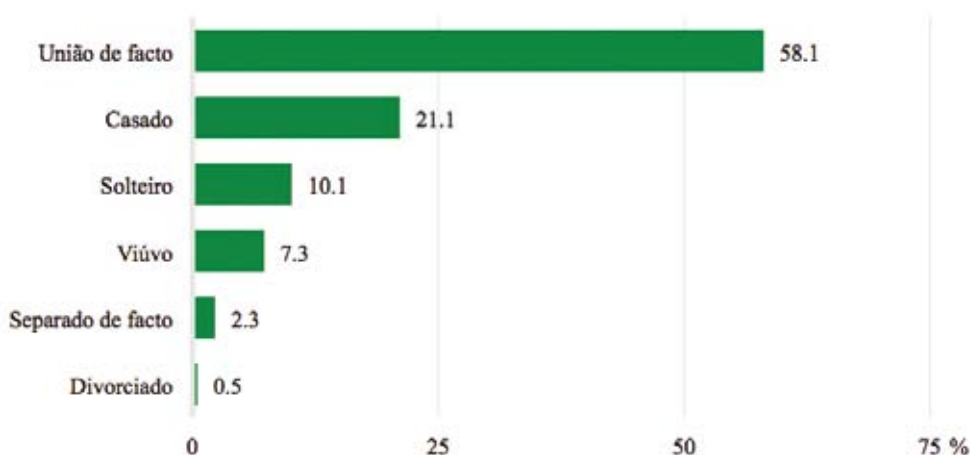
Em termos etários, importa recordar que apenas podiam responder ao inquérito indivíduos a partir dos 16 anos, não tendo sido estabelecida uma idade máxima. Assim, em termos médios, o respondente tem 36 anos de idade, embora metade da amostra esteja abaixo desta idade, conforme se pode visualizar na tabela que a seguir se apresenta.

Tabela 9
Estatísticas sobre a idade dos indivíduos

Moda	1º Quartil	2º Quartil	3º Quartil	Média	Desvio Padrão	Min.	Máx.	Intervalo
25	25	34	46	36,7	14,8	16	94	78

Quanto ao estado civil, cerca de 80% são casados ou vivem em união de facto, enquanto 10,1% são solteiros, 7,3% viúvos e 2,8% divorciados ou separados de facto.

Figura 33
Estado civil dos inquiridos

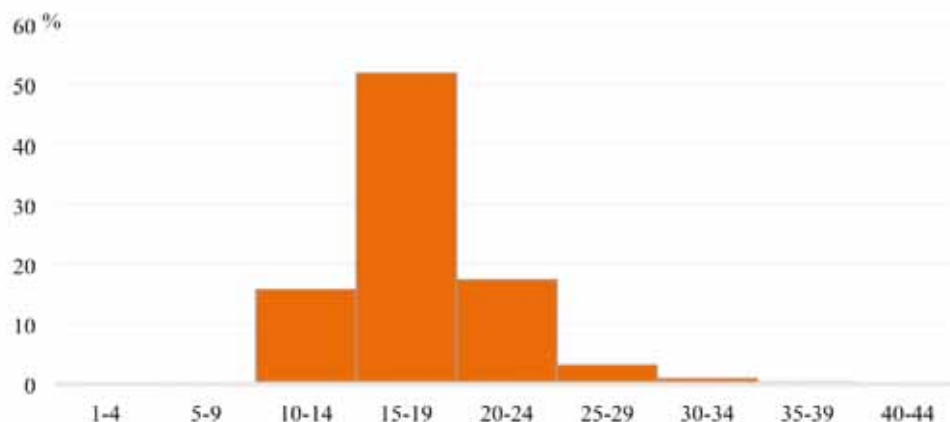


O casamento ou a união de facto ocorreu, em média e para metade dos indivíduos, aos 18 anos de idade. De notar que apenas 25% da amostra se casou com 19 ou mais anos.

Todavia, a idade ao casamento continua a ser bastante baixa quando comparada com a média nacional que era em 2013, de 32 anos para os homens e de 30 para as mulheres

homens (Pordata).⁵¹ Existe uma maior proporção de indivíduos que se casaram entre os 15 e os 19 anos (51,9%), a qual diminui para cerca de um terço a partir dos 20 anos. Em média, as mulheres tendem a casar-se mais cedo que os homens (16 anos *versus* 18 anos), sendo a dispersão em torno deste valor semelhante (desvio padrão = 4 anos).

Figura 34
Idade ao casamento



Se considerarmos o casamento nas suas diversas modalidades (civil, religioso e cigano), dos 1.446 sujeitos casados, 82,8% referem ser casados exclusivamente pela “lei cigana” (Mendes, 2005 e 2007; Bastos, Correia e Rodrigues, 2007). Embora sejam possíveis combinações nas modalidades de casamento, estas são de expressão residual, sendo a segunda modalidade mais frequente a combinação entre o casamento pela “lei cigana” e pelo registo civil (3,9%). As categorias desagregadas apresentam-se na figura 35.

De entre aqueles que responderam à modalidade de casamento ou união de facto, a mais frequente é o casamento exclusivamente de acordo com a “lei cigana” (75,2%) e apenas uma minoria tem cônjuge não cigano (5,0%). Este valor sobre os casamentos exogâmicos ficam muito abaixo dos registados em estudos qualitativos feitos em diferentes zonas do nosso país (Mendes, 2005 e 2007; Bastos, Correia e Rodrigues, 2007; Magano, 2014 Magano). Destes 80 inquiridos que casaram com cônjuges não ciganos, 57,5% são mulheres.

51 <http://www.pordata.pt/Portugal/Idade+media+ao+primeiro+casamento++por+sexo-421>, consultado em 26 de setembro de 2014



Figura 35
Modalidade de casamento

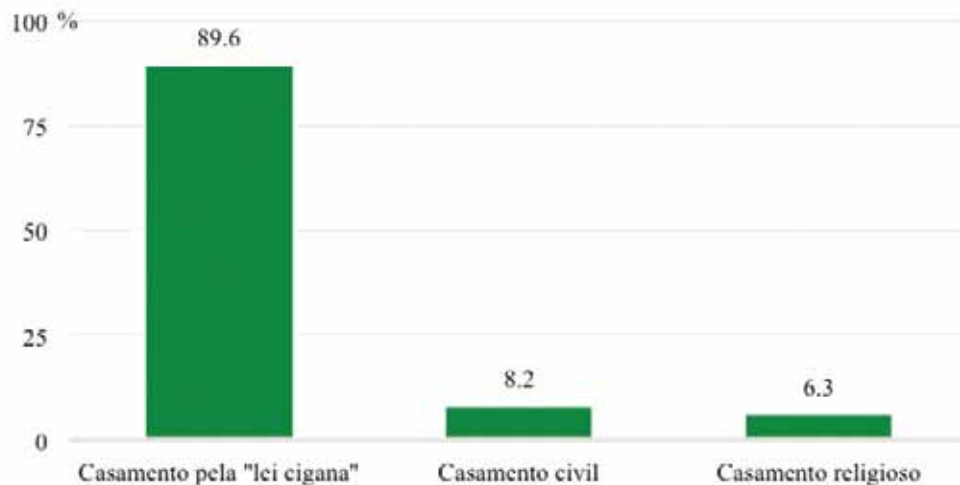
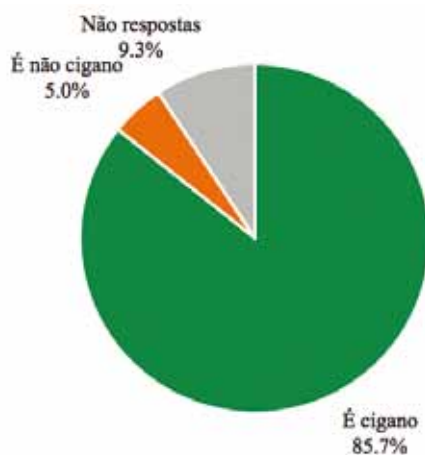
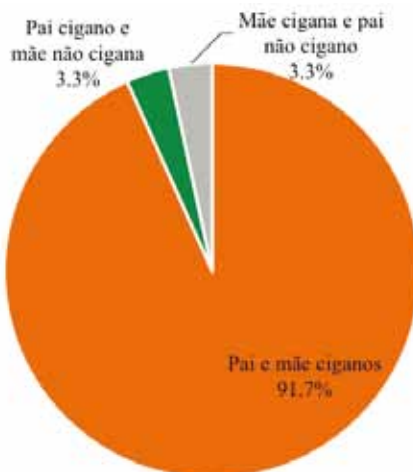


Figura 36
Etnia do cônjuge dos inquiridos



A esmagadora maioria dos inquiridos são descendentes de pai e mãe ciganos (91,7%), havendo uma forte homogeneidade intragrupo cigano, reforçada por práticas endogâmicas bem consolidadas (Mendes, 2007).

Figura 37
Ascendência do inquirido

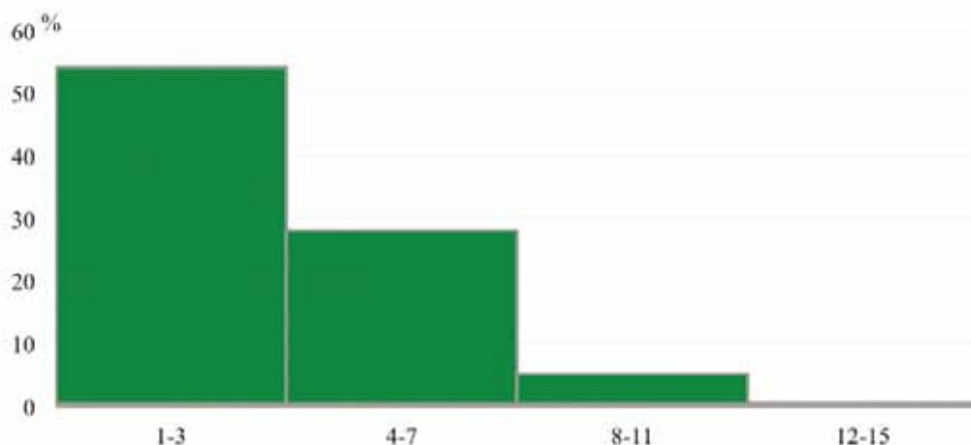


No que se refere à existência ou não de descendentes por parte dos inquiridos, observa-se que uma pequena percentagem não tem filhos (9,9%), mais de metade tem entre 1 e 3 filhos (54,0%), quase um quarto tem entre 4 a 7 filhos, e poucos têm entre 8 a 11 filhos (5,0%). Estes dados refletem a tendência para o abaixamento dos níveis de fecundidade e natalidade e que já foram registados em outros estudos (Mendes, 2005 e 2007).

O número de filhos relaciona-se com os níveis de escolaridade, enquanto no escalão mais baixo de escolaridade o número médio de filhos é de 4,5, este valor vai decrescendo à medida que aumenta a escolaridade dos indivíduos sendo, no escalão mais qualificado ($\geq 3^{\circ}$ ciclo) de 1,7 filhos. No entanto, será ainda importante perceber se esta relação é causa do incremento nos níveis de escolaridade ou de outras dinâmicas estruturadoras e que atravessam a sociedade, como sucede em outros países europeus, como por exemplo, em Espanha (Gamella, in Mendes e Magano, 2013).

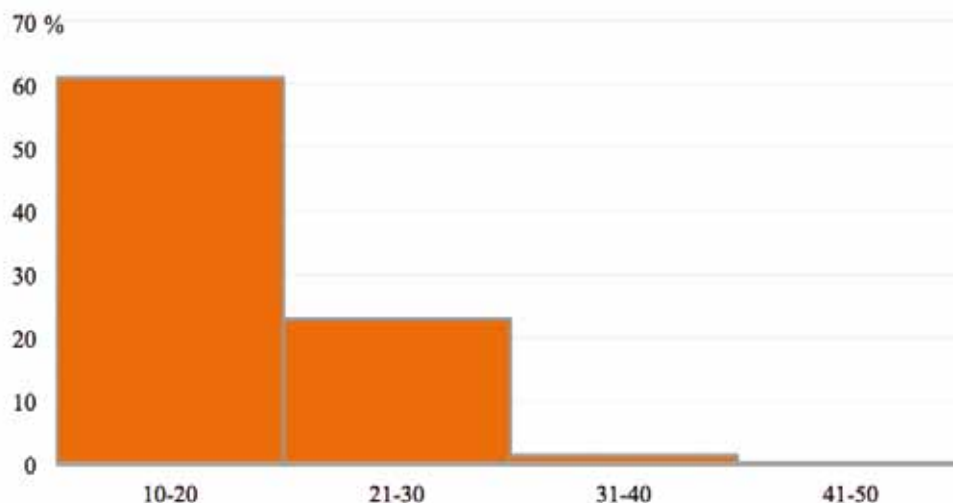


Figura 38
Número de filhos no agregado familiar



A análise focalizada na idade em que tiveram o primeiro filho revela que, em termos médios, essa situação ocorreu aos 19 anos de idade, com um desvio face à média de 4 anos. De mencionar, neste sentido, um intervalo de 37 anos, com o mínimo de 12 anos e o máximo de 49 anos. No caso da média nacional ela é, em 2013, de 29,9 (PORDATA)⁵² o que nos indica um intervalo de mais de 10 anos em relação à idade média do 1º filho.

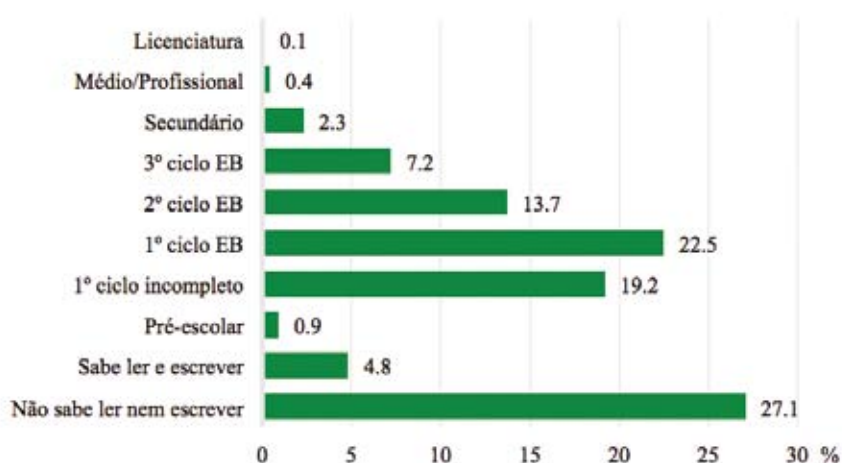
Figura 39
Idade em que os inquiridos tiveram o primeiro filho



⁵² <http://www.pordata.pt/Portugal/Idade+media+da+mae+ao+nascimento+do+primeiro+filho-805>, consultado em 26 de Setembro 2014.

Quando questionados sobre a idade em que seria adequado as **filhas** terem o primeiro filho, em termos médios, indicam 20 anos, localizando-se a moda e a mediana nos 20 anos. O intervalo de idades compreende-se entre os 12 e os 50 anos de idade e regista-se um desvio face à média de 3,2 anos. Relativamente à idade para os **filhos** terem o primeiro filho, em termos médios, indicam os 21 anos, com moda e mediana de 20. O intervalo de idades compreende-se entre os 12 e os 35 anos de idade e regista-se um desvio face à média de 3,2 anos.

Figura 40
Nível de escolaridade dos indivíduos

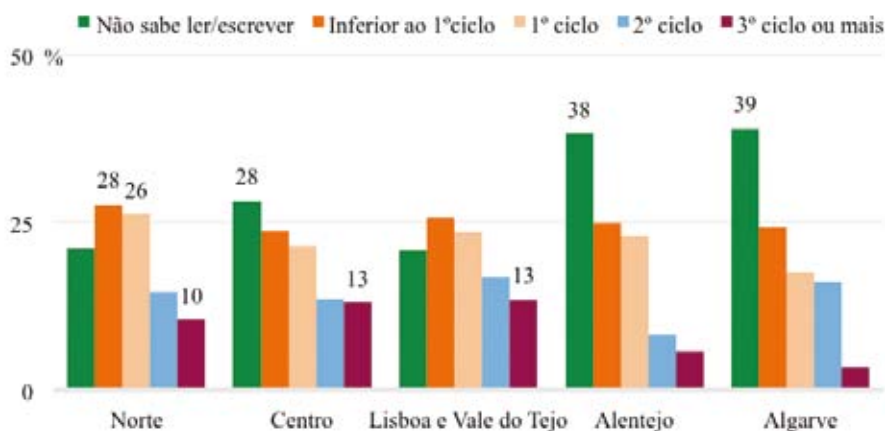


No que respeita aos níveis de ensino mais elevados que concluíram ou completaram, os inquiridos revelam um perfil semelhante ao verificado para os agregados. Assim, 52% não completaram ou não frequentaram o 1º ciclo do ensino básico, sabendo ou não ler e escrever; a maioria (53%) completou apenas o ensino básico, sobretudo o 1º ciclo; e apenas uma pequena minoria concluiu o ensino secundário ou outro nível de ensino mais elevado (2,8%).

Os níveis de escolaridade acima apresentados não se distribuem de forma uniforme pelo país. Como se pode constatar pela figura 41, mais de metade (54%) dos ciganos residentes na região Norte possui escolaridade ao nível do 1º ciclo (completo ou incompleto), no Centro destaca-se o elevado peso daqueles que não sabem ler nem escrever (28%) situação que se agrava no Alentejo e no Algarve, onde tal valor atinge os 38% e 39%, respetivamente. A zona de Lisboa e Vale do Tejo é a mais heterogénea. Se centramos a análise apenas nos níveis de escolaridade mais elevados, é de destacar a região de Lisboa e Vale do Tejo e a zona Centro, em que 13% possuem o 3º ciclo de escolaridade ou superior, e ainda a zona Norte onde esta proporção atinge os 10%.



Figura 41
Níveis de escolaridade por região



No que diz respeito à origem geográfica dos inquiridos, estes são, na sua maioria, naturais dos concelhos onde residem (52,7%) e só 45,8% são naturais de outros concelhos. Os naturais de outros concelhos são, sobretudo, naturais de Lisboa (5,7%), seguindo-se Porto (2,6%), Beja (2,3%), Évora e Faro, com a mesma percentagem (1,4%).

Apenas 0,8% dos respondentes têm nacionalidade estrangeira (três casos naturais do Brasil, quatro de Espanha e um dos Estados Unidos da América).

3. Inserção no mercado de trabalho

3.1. Agregados familiares

No que respeita aos agregados familiares, é possível identificar que as principais fontes de rendimento são por um lado, o apoio da família ⁵³ (33,8%) e por outro, o Rendimento Social de Inserção (33,5%). No entanto, em termos de género, existem diferenças assinaláveis, como é possível observar na figura 42: a proporção de homens na opção trabalho é mais elevada (12% versus 9%), havendo uma maior representação das mulheres a viver do RSI (42% contra 35%). A cargo da família estão também mais homens do que mulheres (40% versus 37%).

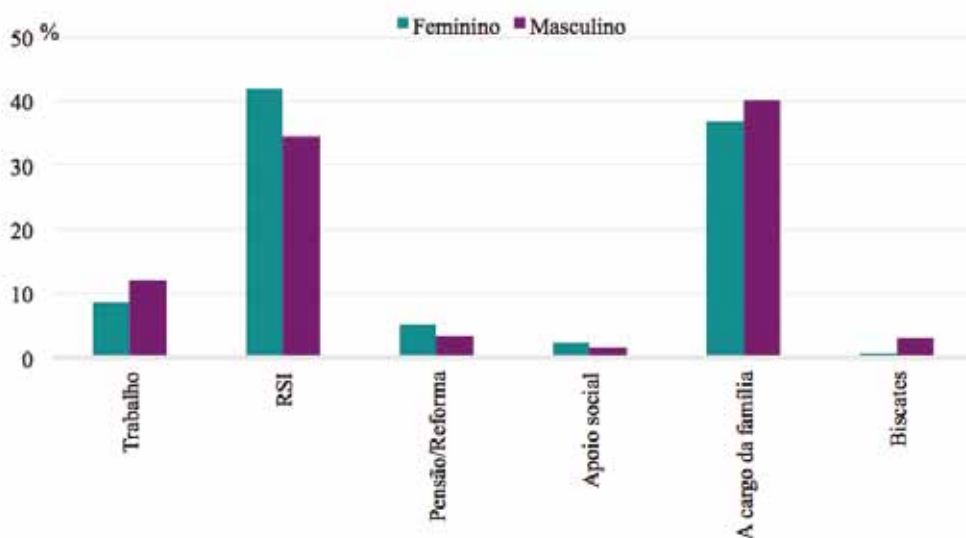
.....
⁵³ Entenda-se “a cargo de família” onde se incluem as crianças e jovens mas também alguns adultos que não têm rendimentos próprios.

É reduzida a percentagem dos elementos que compõem os agregados que têm como principal fonte de rendimento a pensão ou reforma, os subsídios temporários (doença, desemprego e outros), o apoio social e os biscates, estando as primeiras fontes de rendimento dominadas pelas mulheres e esta última pelos homens.

De referir que, segmentando a análise por região: o trabalho enquanto principal fonte de rendimento tem especial incidência na região de Lisboa e Vale do Tejo, onde representa 26,3% da fonte de rendimento da amostra nesta região, nas restantes, o trabalho recolhe no máximo 13,1% das respostas.

Cruzando as fontes de rendimento com a escolaridade, observamos que de entre os que trabalham, a sua maioria tem o 1º e o 2º ciclos completos (4,5%) e só uma pequena parte concluiu o 3º ciclo ou mais (2,0%).

Figura 42
Fontes de rendimento dos agregados familiares, por sexo



A análise às fontes de rendimento dos elementos do agregado e à idade dos mesmos demonstra que a maioria daqueles que estão a cargo da família são crianças e jovens até aos 24 anos (33,9%). Por outro lado, o trabalho e o RSI concentram-se caracterizam os que têm entre 25 e 54 anos (7,3% e 22,7%, respetivamente).

Cerca de metade dos que recebem o RSI, ou subsídios temporários, que estão cargo da família e que fazem biscates, não frequentaram ou ainda não completaram o 1º ciclo.

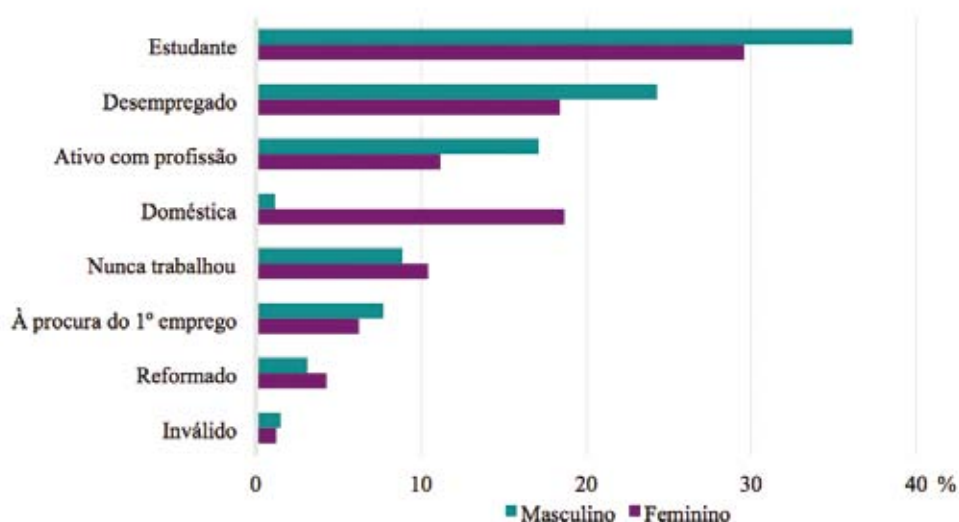
Relativamente à condição perante a atividade económica, cerca de 11% do total



dos elementos dos agregados declaram ser ativos com profissão ou trabalho, contra 28,6% que indicam estar desempregados, à procura do 1º emprego ou que nunca trabalharam. A proporção de estudantes é de 24,7%, de domésticas 7,4% e de reformados, pensionistas e inválidos de 3,8%.

É possível observar a partir da figura 43 que a percentagem de homens ativos, desempregados e à procura do 1º emprego é superior à das mulheres. Estas são, sobretudo, domésticas e reformadas. Atendendo ao género, consideram-se ainda que muito ligeiras as diferenças nos estudantes, bem como naqueles que nunca trabalharam, não obstante uma representação ligeiramente superior dos homens.

Figura 43
Condição perante a atividade económica dos elementos dos agregados familiares, por sexo



No que respeita aos desempregados, o tempo médio de desemprego é de 5 anos e 8 meses, num intervalo entre 1 mês e 36 anos. Já quanto àqueles que estão à procura do 1º emprego, o tempo médio é de 4 anos e 9 meses, num intervalo que oscila entre 2 meses e 32 anos.

Tabela 10
Tempo de desemprego e tempo à procura do 1º emprego, nos agregados (n, %)

Tempo de desemprego			Tempo à procura do 1º emprego		
	n	%		n	%
< 1 ano	111	1,6	< 1 ano	42	0,6
2 a 4 anos	206	3,0	2 a 4 anos	82	1,2
5 a 8 anos	149	2,2	5 a 8 anos	45	0,7
9 a 12 anos	91	1,3	9 a 12 anos	18	0,3
13 a 16 anos	26	0,4	13 a 16 anos	6	0,1
17 a 20 anos	22	0,3	17 a 20 anos	5	0,1
21 a 24 anos	2	0,0	21 a 24 anos	1	0,0
25 a 28 anos	3	0,0	25 a 28 anos	0	0,0
29 a 32 anos	1	0,0	29 a 32 anos	1	0,0
33 a 36 anos	1	0,0	33 a 36 anos	0	0,0
Total	612	9,0	Total	200	9,0

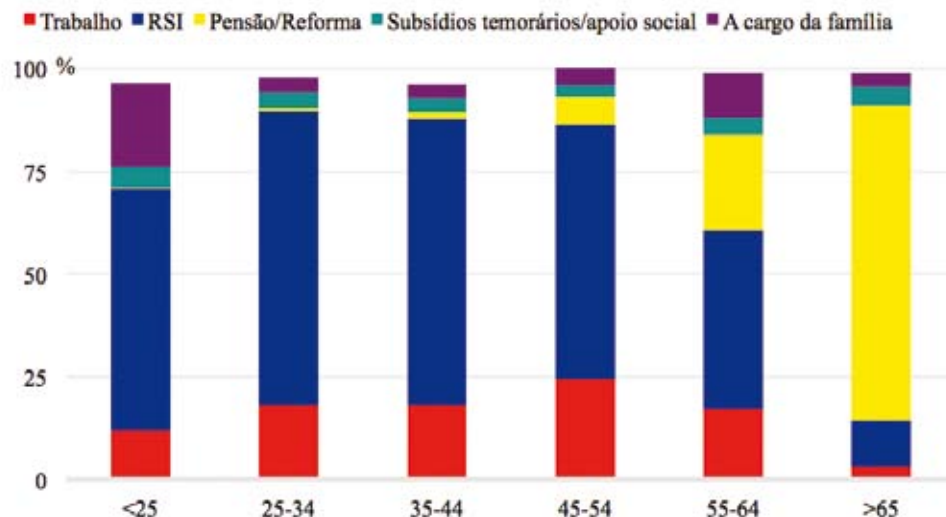
3.2. Indivíduos

Cerca de 34,8% dos inquiridos indicam que a sua principal fonte de rendimento é o RSI, enquanto para aproximadamente 9,5% revelam que é o trabalho. Alguns dos indivíduos afirmam estar a cargo da família (34,3%), sendo pouco expressiva a percentagem daqueles que dependem da pensão ou reforma (3,9%), de subsídios temporários (de doença, desemprego e outros) e apoios sociais (3,0%), ou de biscates (1,8%). Muito provavelmente, a proporção elevada de inativos respondentes interliga-se com o processo de inquirição, uma vez que a sua maior presença na amostra pode revelar a sua maior disponibilidade para responder a inquéritos por questionário.

A relação entre as fontes de rendimento e a idade (figura 44) demonstra que a centralidade do trabalho, é sentida, sobretudo, nos escalões dos jovens e adultos, embora estes dependam também, em maior número, do RSI. De registar também o facto de serem os mais novos, entre os 16 e os 24 anos, aqueles que mais dependem da família.



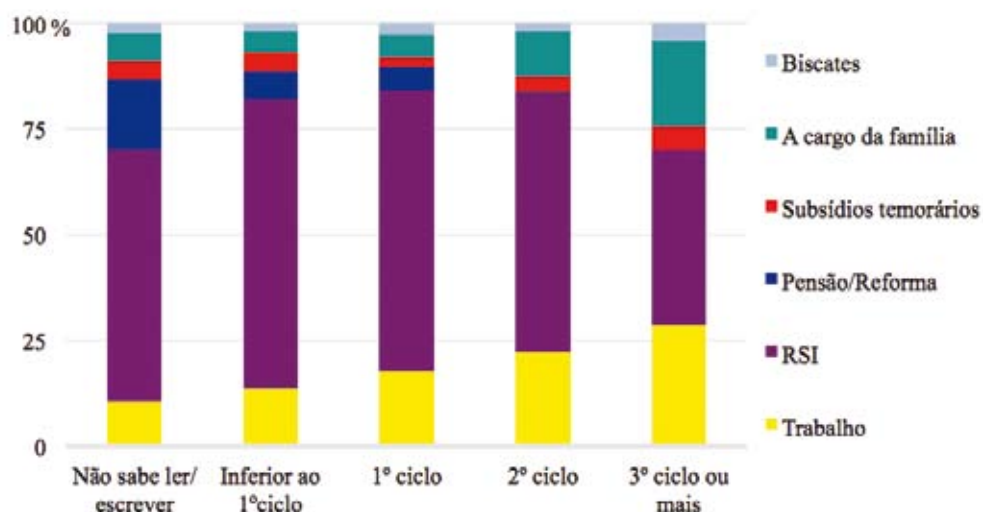
Figura 44
Principais fontes de rendimento dos indivíduos, por escalões etários



Observou-se também que o “trabalho” é uma fonte de rendimento sobretudo para os homens, por oposição ao RSI, do qual dependem mais mulheres.

Por outro lado, na relação entre fontes de rendimento e níveis de escolaridade, é possível verificar que o “trabalho” pertence, sobretudo, àqueles que completaram algum grau escolar (59,9%). De salientar que cerca de 30% daqueles que têm o ensino secundário ou mais dependem do “trabalho”, estando os outros 31,7% a cargo da família. Já no que respeita ao RSI, cerca de metade daqueles que dependem deste apoio não chegaram a frequentar a escola ou a completar o 1º ciclo. E uma grande proporção dos que recebem pensão, reforma, subsídios temporários e apoio social não sabem ler, nem escrever.

Figura 45
Principais fontes de rendimento por níveis de escolaridade



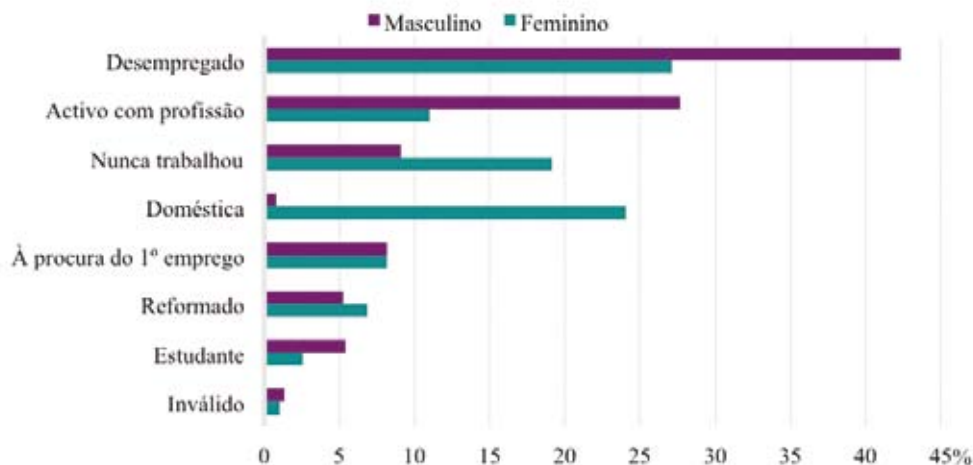
Quando questionados sobre a sua condição perante a atividade económica, cerca de 18% dos indivíduos responderam ser ativos com profissão/ trabalho, contra quase 57% que afirma estar desempregado, à procura do 1º emprego ou nunca ter trabalhado. Esta situação contrasta com o que foi observado em outros estudos qualitativos realizados na AMP e AML em que metade ou mais dos entrevistados eram ativos (Mendes, 2005 e 2007). Estas evidências empíricas podem revelar por um lado, uma tendência para o reforço da precarização das condições sócio económicas deste segmento da população e por outro, como consequência uma menor autonomia nos seus modos de subsistência.

Do ponto de vista das mulheres, a situação de mais de metade divide-se entre domésticas, desempregadas, à procura do 1º emprego ou nunca trabalharam (45,5%), embora uma parte delas seja composta por ativas com profissão ou trabalho (6,4%).

Observa-se também que a proporção de homens ativos e a estudar é largamente superior à das mulheres, acontecendo o mesmo em relação à situação de desemprego.



Figura 46
Condição dos indivíduos perante a atividade económica, por sexo



São principalmente os mais novos, entre os 16 e os 34 anos, aqueles que estão à procura do 1º emprego e que nunca trabalharam, embora muitos indivíduos também desta faixa etária estejam desempregados. Os ativos estão distribuídos entre os 16 e os 64 anos, registando-se uma menor proporção a partir dos 45 anos.

Em média, os desempregados estão nessa situação há um ano e meio; e aqueles que procuram o 1º emprego encontram-se assim há um ano, aproximadamente.

Quanto à situação na profissão, 23% dos indivíduos são trabalhadores por conta própria sem empregados e apenas cerca de 15,8% dizem ser trabalhadores por conta de outrem. Em ambas as situações predominam os homens. Apenas 1% dos homens indicaram ser trabalhadores por conta própria com empregados, sobretudo, como vendedores ambulantes.

Na situação na profissão, ocorrem algumas diferenciações regionais, especialmente na região do Alentejo, em que predominam os trabalhadores por conta de outrem (64%), situação que nas restantes regiões assume no máximo 38,6% no Algarve.

Tabela 11
Situação dos indivíduos na profissão, por sexo, %

Situa na profissão	Feminino	Masculino
Trabalhador por conta de outrem	40,6	33,2
Trabalhador por conta própria sem empregados	44,9	60,1
Trabalhador por conta própria com empregados	0,3	1,8
Trabalhador familiar não remunerado	6,3	0,8
Outra situação	7,9	4,1
Total (n)	939	659

De uma forma geral, o local de trabalho ou estudo dos inquiridos corresponde ao local de residência (40,3%).

Retomando a questão daqueles que se encontram desempregados (incluindo casos de domésticas e de estudantes), 82,3% destes indicam estar inscritos no centro de emprego.

Face à pergunta “Nas três últimas semanas procurou algum trabalho”, 66,3% dos desempregados indicam que não o fizeram atendendo às razões apontadas na tabela 12. Assim, de acordo com os respondentes, é possível afirmar que para quase metade destas pessoas que estão desempregadas e não procuraram trabalho, os principais motivos para não o fazer estão relacionados com o a priori de “ninguém dá trabalho a pessoas ciganas”, bem como por falta de tempo.

Tabela 12
Razões para não procurar emprego (%)

Razões	%
Ninguém dá trabalho a uma pessoa cigana	29,1
Por falta de tempo	24,4
Por não ter qualificações escolares adequadas	13,4
Por não ter qualificações profissionais adequadas	1,4
As ofertas que surgem são actividades mal pagas	1,4

Nota: Percentagens calculadas para os sujeitos desempregados que não procuraram emprego (n=644)



Verificou-se que 22,6% dos indivíduos a quem se aplicou o questionário exercem venda ambulante, destes, as suas atividades dispersam-se por várias localidades (78,2%), mas também por todo o país (19,3%). A venda ambulante é um fenómeno relativamente localizado, especialmente na zona de Lisboa e Vale do Tejo, e no Norte onde representam 40,8% e 23,5% das respostas nestas regiões.

Ainda no âmbito do mercado de trabalho, 79,5% indicaram não fazer nem ter feito descontos para a Segurança Social. Observando os motivos atribuídos para a ausência de comparticipação para a Segurança Social, é de destacar o não trabalhar ou não ter trabalhado para 1/3 (32,5%) daqueles que não efetuam os descontos, seguido dos baixos rendimentos auferidos (6,6%) e da inexistência de contrato de trabalho (3,8%). Longe dos maiores quantitativos emergem outros motivos também relevantes como o desconhecimento da sua obrigatoriedade, a falta de literacia financeira, ou a ideia que de estes tipos de comparticipação apenas é obrigatória em situações de trabalho por conta de outrem.

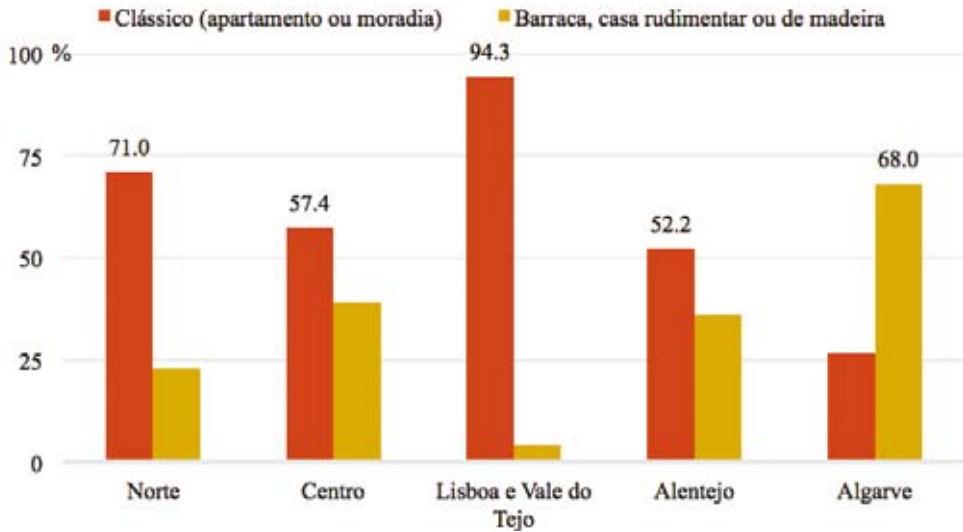
4. Alojamento e condições de habitabilidade

Este ponto da análise apresenta dados relativamente ao alojamento e às condições de habitabilidade dos inquiridos.

Assim, predominantemente, os inquiridos indicam viver em alojamentos do tipo clássico, isto é apartamentos e moradias (66,6%), subsistindo uma percentagem não despreciable que declara residir em barracas, casas rudimentares ou de madeira (27,5%). Em proporções mais residuais encontram-se as situações de pessoas a residir em partes de casa (2,1%) ou em caravanas (1,5%). Trata-se de uma percentagem muito elevada de pessoas que declaram experimentar situações habitacionais marcadas pela precariedade e insalubridade.

Analisando os principais tipos de alojamento de acordo com a região constata-se que as condições são diferenciadas: em Lisboa e Vale do Tejo, 94% das habitações são clássicas, na região Norte descem para 71%, no Centro 57,4%, no Alentejo, representam pouco mais de metade das habitações dos inquiridos (52%). A situação no Algarve contrasta com a descrita, uma vez que a maioria dos inquiridos (68%) reside em barracas ou casas rudimentares.

Figura 47
Principais tipos de alojamento por região



Quando questionados sobre as infraestruturas ou problemas que as suas habitações apresentam (tabela 13), mais de 90% revelam ter habitações com acesso a água e eletricidade da rede pública, casa de banho e janelas; perto de 80% indicam ter luz natural em dia de sol; e cerca de 75% têm espaços de estacionamento.

Os principais problemas elencados prendem-se com o ruído e o frio sentidos no interior da habitação, com os tetos que deixam passar água e com a humidade nas paredes. De assinalar também a ausência, para a maioria, de quintal ou espaço exterior, relegados assim a uma habitação mínima.



Tabela 13
Infraestruturas e problemas da habitação (%)

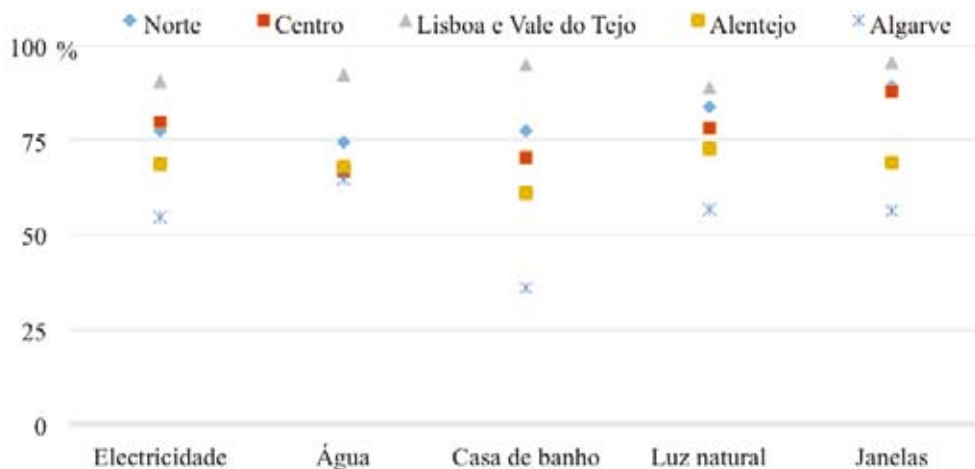
	%
A sua habitação é servida pela rede pública de eletricidade	77,4
A sua habitação é abastecida pela rede pública de água	75,3
A sua habitação tem casa de banho, chuveiro, sistema de banho no interior da habitação	73,2
Sente frio no interior da sua habitação	53,0
A luz natural é suficiente num dia de sol	78,5
A habitação tem janelas	83,0
Algum teto deixa passar água ou existe humidade nas paredes	55,1
Sente ruído no interior da habitação vindo dos vizinhos ou provindo do exterior	57,0
Tem espaços de estacionamento	74,2
Tem quintal/jardim ou espaço exterior	39,2

De entre os que dizem sentir frio no interior da habitação, 24,0% são arrendatários ou subarrendatários de uma habitação social. Por outro lado, dentro dos que indicam ter algum teto a deixar passar água ou alguma parede com humidade, bem com sentir ruído no interior da habitação, a maioria é também arrendatário ou subarrendatário com renda social (26,8% e 32,0%, respetivamente). Estes problemas da habitação de que são locatários revelam que nem sempre o ter uma habitação social significa ter acesso a uma habitação com o mínimo de qualidade e conforto.

De entre aqueles 351 que não têm a sua habitação servida pela rede pública de eletricidade, grande parte faz puxadas (49,3%). No que respeita à água, a estratégia mais frequente para os 386 sujeitos sem água é a utilização de poços e fontanários (51,8%).

Quando algumas das características das habitações são analisadas tendo em conta a região geográfica constam-se diferenças relevantes. Enquanto na zona de Lisboa e Vale do Tejo a quase totalidade dos inquiridos dispõe de eletricidade, água, casa de banho, luz natural e janelas, a situação não se torna tão otimista em regiões como o Algarve onde existem carências, especialmente ao nível de eletricidade, casa de banho, luz natural e janelas. Não tão grave mas também com algumas carências é a situação das pessoas que residem na região do Alentejo.

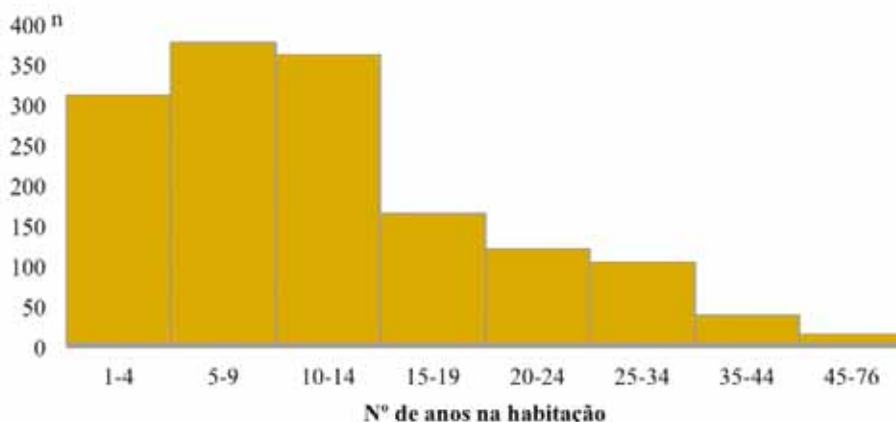
Figura 48
Infraestruturas e problemas na habitação por região



Em termos médios, os alojamentos são compostos por 3 divisões, excluindo a cozinha e a(s) casa(s) de banho, num intervalo entre 0 e 10 divisões – embora apenas 25% dos respondentes tenham habitações com mais de 4 divisões. De recordar que, em média, os agregados são compostos por 3 pessoas.

O questionário quis também saber sobre o número de anos de residência na habitação. Neste sentido, é possível observar a partir da figura 49 que os intervalos com maior percentagem correspondem aos 5-9 e 10-14 anos, situando-se neste ultimo a mediana (10 anos) e a média (12 anos).

Figura 49
Histograma número de anos de residência na habitação

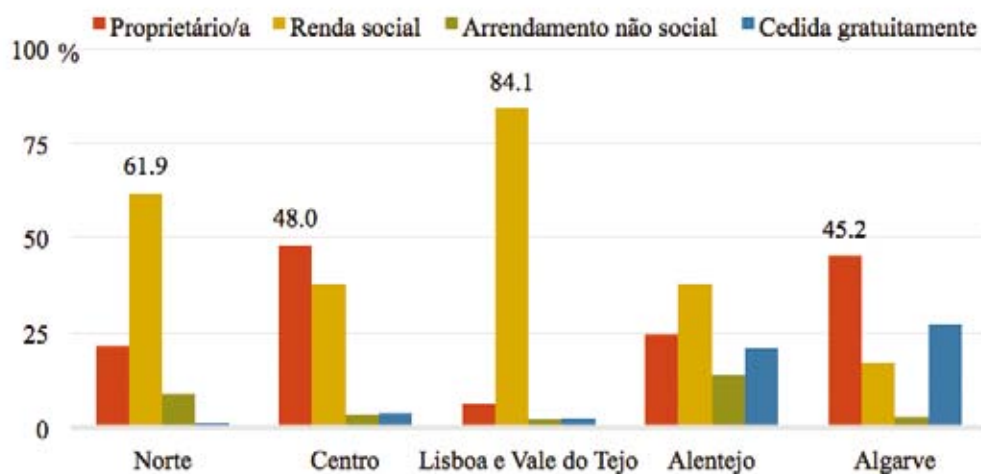




Ainda sobre a situação habitacional, a esmagadora maioria dos inquiridos indica ser arrendatário ou subarrendatário num sistema de renda social (53,0%), seguidos dos proprietários (24,7%), dos que estão em casa de familiares (5,0%), dos restantes arrendatários ou subarrendatários no sistema de mercado não social (5,8%), daqueles cuja habitação lhes foi cedida gratuitamente ou a título de salário (8,0%). Existe também uma pequena minoria que ocupa casas ou ruínas abandonadas, ou terrenos privados, desconhecendo o proprietário (0,1%).

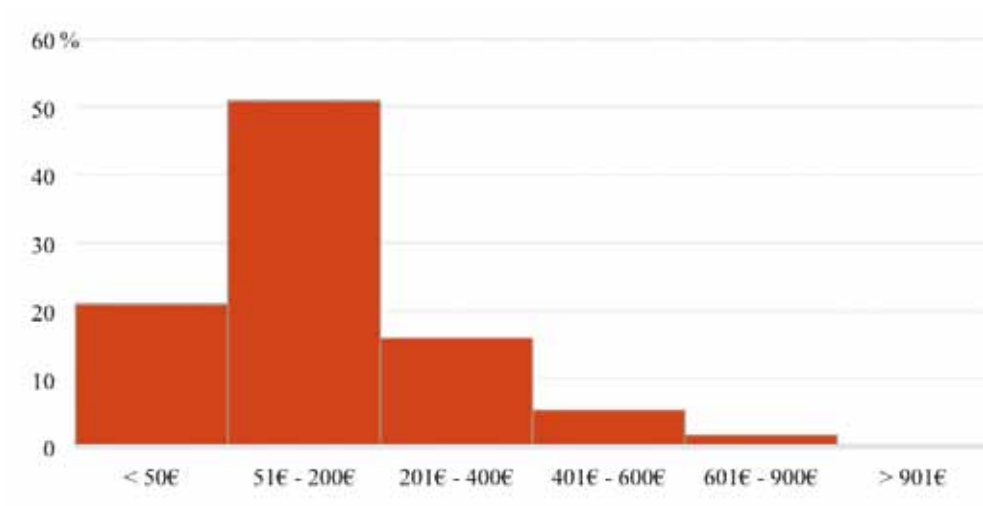
Quando os regimes de propriedade da habitação são analisados tendo em conta a região de residência percebe-se que, na zona de Lisboa e Vale do Tejo, bem como no Norte, predominam as habitações sociais (84,1% e 61,9%, respetivamente). Já no Centro e no Alentejo, são mais frequentes os casos de propriedade da habitação (48% e 45,2%), No Alentejo, embora a situação mais frequente seja a renda social, é a região em que os residentes apresentam uma maior heterogeneidade de regimes.

Figura 50
Regime de propriedade por região



De uma forma geral, entre todos os respondentes, quase 72% gasta mensalmente, com a manutenção da casa (renda ou prestação, água, luz, gás e televisão) até 200€; cerca de 16% entre os 201€ e os 400€ e apenas 7,4% acima disso (figura 51).

Figura 51
Valores médios mensais gastos com a manutenção da casa (%)



No que respeita a equipamentos ou serviços disponíveis para o agregado ou para algum indivíduo do agregado (tabela 14), mais de 70% dispõe de fogão, frigorífico, televisão a cores/LCD, máquina de lavar roupa e telemóvel. Apenas cerca de 30% indicam ter TV por cabo e 50% possuem automóvel ligeiro para lazer e trabalho. Os serviços de computador e internet estão disponíveis apenas para cerca de 17% das pessoas, sendo que os serviços domésticos registam uma percentagem ainda menor, 2%.

No geral, não existem diferenças relevantes de acordo com os escalões etários, com a exceção dos sujeitos classificados no escalão mais velho (>65) tenderem a possuir quase sempre menos equipamentos que os restantes escalões.



Tabela 14
Disponibilidade de equipamentos ou serviços (%)

	%
Telemóvel	75,5
Televisão a cores/LCD	83,9
Internet a partir de casa	17,1
Fogão	95,7
Máquina de lavar roupa	70,5
Frigorífico	81,6
Computador pessoal (portátil ou de secretária)	20,7
Automóvel	49,5
TV por cabo	32,6
Serviços domésticos	2,2

Por último, ainda em relação às condições de habitabilidade, procurou-se compreender sobre a existência de alguns problemas e carências nas zonas de residência dos inquiridos, apurando-se os resultados ilustrados na tabela 15.

Assim, é possível verificar que para mais de 50% estão disponíveis farmácias, zonas comerciais e um centro de saúde ou hospital perto da zona de residência. Também mais de 60% revelam que dispõem de transportes públicos e acessos suficientes. Uma grande maioria revela que na zona de residência não existem situações de crime, violência e vandalismo (70%).

Tabela 15
Problemas e carências na zona de residência (%)

	%
Faltam acessos (estradas, ruas)	27,3
Transportes públicos insuficientes	38,3
Existem situações de crime, violência e vandalismo	29,0
Existem farmácias na sua zona de residência	65,0
Existem áreas comerciais na sua zona de residência	67,5
Existe um centro de saúde/hospital na sua zona de residência	52,4

Considerando apenas as respostas daqueles que indicaram não ter um centro de saúde ou hospital perto da residência, parece ser um fenómeno que afeta especialmente os residentes em Loulé, Ílhavo, Olhão, Aveiro e Ovar⁵⁴. Em particular, a insuficiência de transportes públicos parece assumir maior peso entre os residentes de concelhos como Odivelas, Loures, Torres Vedras, Idanha-a-Nova, Porto ou Lisboa.⁵⁵

5. Condições de saúde e nutrição

Este ponto aborda dimensões tão diversas como o acesso a cuidados e serviços de saúde, hábitos alimentares, métodos contraceptivos, vacinação e existência de doenças ou problemas de saúde no agregado familiar.

Desta forma, cerca de 92% indicam que todos os elementos do seu agregado familiar têm médico de família. Dos restantes 8%, existem casos em que nenhum dos elementos do agregado tem médico de família (3,3%), apenas não tem o inquirido (0,7%), não tem este nem o cônjuge, mas têm os filhos (0,4%), não têm outros elementos do agregado (0,3%).

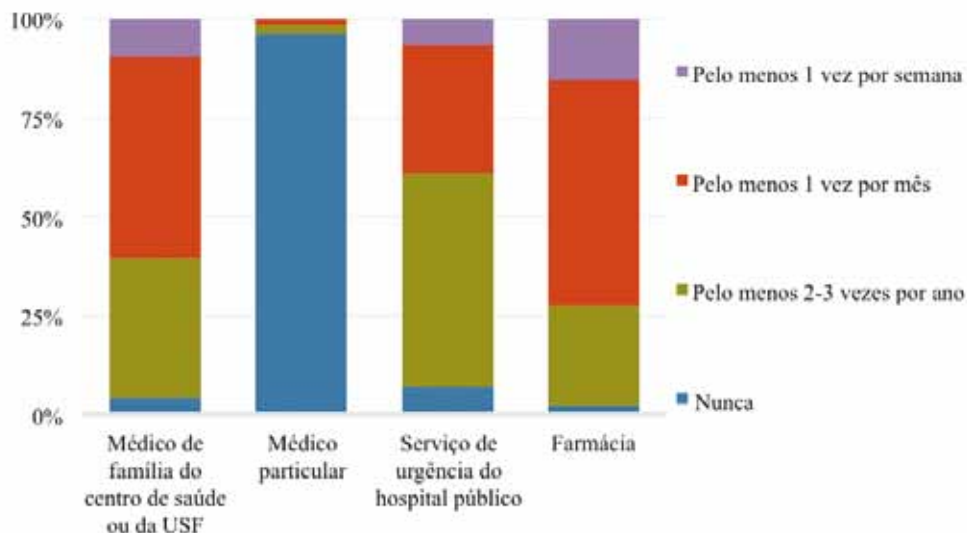
No referente ao acesso aos serviços de saúde (figura 52), é possível verificar a predominância das farmácias (66,5% com uma frequência semanal ou mensal), seguida do médico de família (50,5%, para igual frequência) e, por fim, das urgências em hospitais públicos (29,2%). As idas a médicos particulares são escassas.

54 Concelhos com mais de 10 respondentes com maior percentagem de inquiridos a referirem que não possuem hospitais ou centros de saúde na zona de residência.

55 Concelhos com mais de 10 inquiridos em que mais de 80% referiu não ter transportes públicos suficientes.



Figura 52
Frequência no recurso a serviços de saúde



No que respeita ao consumo de determinados alimentos e bebidas e à sua frequência, observa-se a partir da tabela 16 que alguns produtos são consumidos numa base diária, nomeadamente o pão com farinha branca, a carne, o leite e os laticínios, as frutas, os legumes e os refrigerantes. No extremo oposto, raramente ou nunca consumidos pela maioria dos inquiridos, encontra-se o vinho, a cerveja e outras bebidas alcoólicas, bem como o pão com farinha integral. Numa base semanal, muitas vezes de 3 em 3 dias, surge consumo de peixe, de comida frita, assim como de doces e chocolates.

Tabela 16
Frequência do consumo de alimentos e bebidas (%)

	Diariamente	De 3 em 3 dias	Semanalmente	Mensalmente	Raramente	Nunca
Leite e laticínios	73,4	9,5	6,1	1,3	6,3	2,9
Pão com farinha branca	91,1	4,1	1,4	0,4	0,9	1,8

Pão com farinha integral	7,1	1,3	2,8	1,8	13,0	70,0
Doces e chocolates	14,1	12,9	20,6	12,7	26,0	13,2
Comida frita	24,8	33,5	20,3	5,7	12,1	2,3
Carne	63,8	23,5	8,2	1,9	1,5	0,6
Peixe	30,2	30,9	19,9	8,2	8,3	1,8
Frutas	60,8	20,6	10,2	2,9	4,1	1,1
Legumes	57,6	23,4	10,8	2,5	4,0	0,6
Refrigerantes	37,0	14,0	13,6	8,2	16,8	9,5
Vinho	5,8	4,6	4,8	3,2	21,0	59,3
Cerveja e outras bebidas alcoólicas	5,3	3,8	5,0	4,0	22,5	57,7

Os indivíduos foram também questionados sobre momentos em que a sua família possa ter passado dificuldades, não dispondo de alimentos suficientes. Neste sentido, cerca de 48% indicaram ter passado fome, dos quais 18,6% passaram fome 1-2 vezes por ano, 13,7% entre 1-2 vezes por mês e 15,8% indicam que muitas vezes ficava com fome.

Esta situação tende a ser mais frequente entre os indivíduos menos escolarizados, no escalão mais baixo (não sabe ler nem escrever), estes, quase ¼ dos sujeitos (24%) responderam que “muitas vezes ficava com fome”. Também uma segmentação por idade demonstra que é no escalão etário mais velho (> 65 anos) que se observam as situações mais extremas em que 46% passaram fome pelo menos uma a duas vezes por mês. Numa análise por região é de referir que as situações de inanição são muito mais frequentes no Algarve (34,2%) do que em qualquer outra região (máximo 18,4%).

Nos casos em que existe esta privação alimentar, 28,8% destas pessoas recorrem ao apoio de familiares e com menor frequência ao apoio de instituições e vizinhos (19,6% e 15,9% dos casos). A mendicidade foi uma situação apontada apenas por 2,7% dos inquiridos.



São apontadas outras estratégias para além do apoio de familiares, vizinhos e instituições, como por exemplo pedir ajuda ao pastor da igreja, à assistente social ou a outras famílias ciganas, pedir fiado, penhorar ou vender bens da casa e recorrer a associações de apoio locais.

No decorrer do questionário foi colocada outra questão sobre se o recebimento de apoios e prestações sociais, registando-se que 83,4% dos indivíduos indicaram ser beneficiários.

Neste seguimento, observou-se que a maioria destes 1.333 sujeitos recebe apoio da segurança social, especialmente o RSI (PCESC, 2008; Castro 2010), e os abonos de família para crianças e jovens; é também elevada a proporção de indivíduos a receber apoio de familiares e do banco alimentar, conforme figura abaixo.

Tabela 17
Apoios e/ou prestações sociais através de quem e de que tipo (%)

Prestadores de apoios	%
Segurança Social	96,2
Banco Alimentar	12,0
Familiares	10,6
Igreja	3,6
Outros	10,4
Tipos de benefícios	%
RSI	76,9
Abono de família	58,9
Alimentos	32,6
Vestuário	9,3
Pensão de velhice	6,4
Pensão de invalidez	4,6
Subsídio de desemprego	1,7
Outros	2,2

n=1.333

Quando questionados sobre a utilização de algum método contraceptivo, 39,5% são utilizadores frequentes. O método mais recorrente entre estes 632 inquiridos, sobretudo mulheres são: a pílula (47,8%), seguida do DIU (13,3%), do implante (12%), do preservativo (9,5%), da injeção (7,1%) e da laqueação (6,8%).

Em contrapartida, 50,6% dos inquiridos indicam não utilizar qualquer método anticoncepcional, sobretudo os homens, situação mais comum entre os inquiridos menos qualificados em termos escolares. Nos sujeitos com escolaridade abaixo do primeiro ciclo, a maioria declara não utilizar, nos escalões acima, a proporção inverte-se.

Sendo a vacinação outro dos aspetos considerados observa-se que 71,3% dos casos de indivíduos com filhos com menos de 18 anos têm as vacinas em dia. De entre aqueles que não têm, indicam como principais motivos i) esquecimento, ii) medo e toma dolorosa, e iii) falta de tempo.

Finalmente, os indivíduos indicam existir no seu agregado familiar um conjunto de doenças, destacando-se as respiratórias, as relacionadas com o sangue, as cardiovasculares e a obesidade. A prevalência de doenças respiratórias aparece justificada pela precariedade das condições de vida, nomeadamente de habitabilidade (REAPN e FSG, 2009) em que ainda vivem uma percentagem significativa de pessoas ciganas.

Tabela 18
Doenças ou problemas de saúde nos agregados familiares (%)

Doenças	%
Doenças cardiovasculares (ex. hipertensão)	28,8
Doenças respiratórias (ex. bronquite crónica)	28,5
Diabetes	19,3
Outros tipos de doenças não resolvíveis a curto prazo	12,9
Obesidade	11,1
Pessoas com deficiência motora	4,9
Pessoas com deficiência mental	3,4
Alcoolismo	3,3
Toxicodependência	1,9
Pessoas acamadas	1,9



6. Educação

O ponto que se segue, relativo à Educação, apresenta a resposta dos inquiridos em relação aos seus filhos e/ou netos a cargo em matérias de frequência e de apoio escolar, e em relação a elementos do agregado com projetos de retorno à escola.

Observou-se que pouco mais de metade da amostra tem filhos e/ou netos a cargo a frequentarem a escola (57,5%). De entre estes, a maioria refere que quando recebe algum recado para ir à escola procede em conformidade (53,6%).

De acordo com os inquiridos, os seus filhos e/ou netos gostam da escola (53,6%), dos professores (52,2%) e da convivência com outros colegas da escola (54,5%), por oposição a uma minoria que não gosta.

Quando questionados sobre terem filhos e/ou netos a cargo que não tenham ido ou que tenham abandonado a escola antes da escolaridade obrigatória, 14,7% responde afirmativamente, o que indicia os elevados índices de abandono escolar que se continuam a verificar junto desta população (Mendes, 2007; Nicolau, 2010).

Apontam como principais razões pelas quais os filhos e/ou netos e as filhas e/ou netas a cargo não terem ido ou terem abandonado a escola antes de concluírem o ensino obrigatório (tabela 19), por um lado, já terem aprendido o necessário, sendo que há aprendizagens a fazer em casa. E, por outro lado, o facto de estarem noiva/os, casada/os, grávidas ou terem sido recentemente mães/pais.

Tabela 19
Principais razões que justificam o não cumprimento da escolaridade obrigatória por parte dos seus filhos/as ou netos/as a cargo (%)

Motivos	Filhas/netas	Filhos/netos
Não têm roupas adequadas	1,3	1,7
Tem que ajudar a cuidar dos irmãos mais novos	8,9	4,3
Já aprendeu o que é necessário para ser alguém na vida	6,8	15,7
Não é bem tratado pelos professores	1,7	2,1
Aprendem o que é preciso em casa	5,5	5,1
A escola é distante	3,4	2,1
Mesmo que vá à escola, ficará desempregado/a	4,7	7,7
É casado/a	13,2	16,6

Não é bem tratado/a pelas outras crianças	1,3	1,7
Maternidade/paternidade recente	5,5	3,8
As crianças não aprendem o que é importante na escola	3,0	4,3
Está pedido/a em casamento	4,3	3,0
Tenho as minhas razões	12,8	21,3

n=235

Para os inquiridos com filhos e/ou netos na escola, apenas 10,4% indicam que os mesmos faltam com frequência. Neste subgrupo de 167 pessoas cujos filhos faltam à escola, as ausências ficam a dever-se, principalmente, ao facto de não gostarem da escola (24%), não gostarem de acordar cedo (13,2%) e para ajudar a mão a cuidar dos irmãos (4,8%).

O remanescente falta porque é necessário ajudar na venda ambulante e porque trata-se de indivíduos que já não têm idade frequentar a escola (0,6% em ambas as situações).

Alguns indicam também que as faltas se devem a situações de doença (1,4%) ou por outros motivos, como ficar a brincar com outros miúdos, sentirem-se deslocados por serem mais velhos que os colegas, etc.

Em termos de apoio escolar social, habitualmente conhecido como SASE (serviços de ação social escolar) ou “ter escalão”, só 20,9% indicam não beneficiar deste tipo de apoio.

Para grande parte dos inquiridos que indica ter filhos/netos a cargo que beneficiam de apoio escolar social, e em que mais de metade recebe também o RSI, o apoio é dado nas refeições (47,3%), nos livros (41,0%) e no material escolar (35,8%).

No que respeita ainda à relação com a escola, observou-se que grande parte dos inquiridos revela que seria importante existirem nas escolas professores e funcionários ciganos (89,6%); que os rapazes deveriam permanecer mais tempo na escola do que habitualmente permanecem (88,1%); e que todos devem frequentar a escola até pelo menos o 12º ano (74,9%).

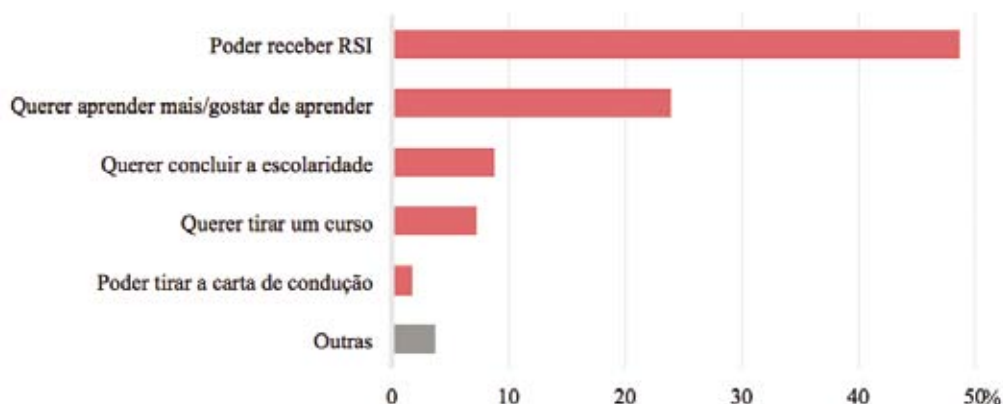
No entanto, quanto a concordar que as raparigas devem permanecer mais tempo na escola do que habitualmente permanecem, as respostas afirmativas, embora maioritárias, ficam abaixo das registadas em relação aos rapazes (60,3%).

Por último, sobre este ponto dedicado à Educação, quando questionados sobre casos de pessoas do agregado que regressado à escola, 31,8% responde afirmativamente (509 respondentes). É de destacar que, estes casos ocorrem com maior frequência na região do Algarve onde se registaram 52% de respostas afirmativas, nas restantes regiões, as percentagens atingem um máximo de 33,7%.



Em mais de metade dos casos o regresso à escola ocorre como condição para receberem o RSI ou outros apoios, como por exemplo do IEFP. A figura 53 ilustra a distribuição das restantes razões inerentes ao regresso à escola.

Figura 53
Principais razões para as pessoas do agregado familiar terem regressado à escola

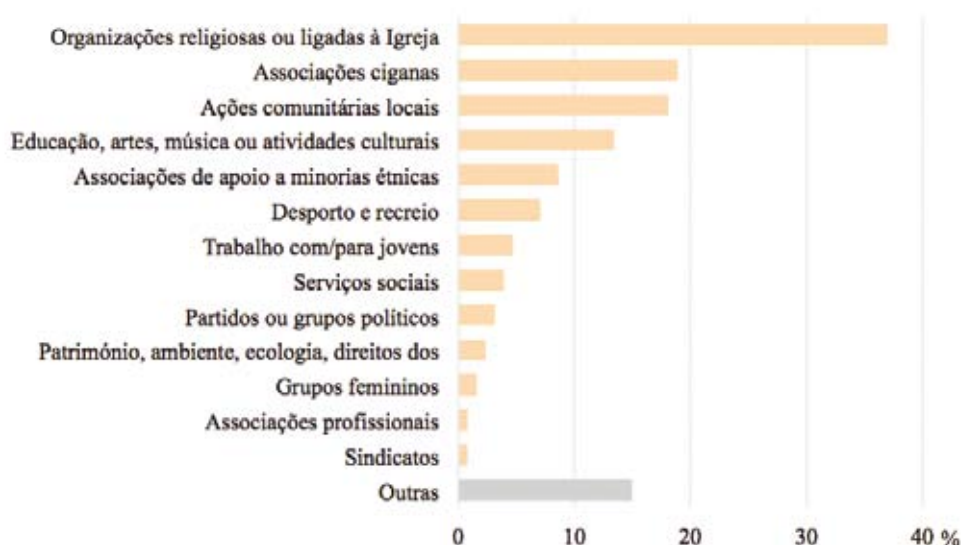


7. Participação social e política

Em matéria de participação social e política foram colocadas questões sobre associativismo, participação eleitoral e práticas religiosas, todas elas focadas apenas no próprio respondente.

Assim, uma percentagem muito reduzida, ou seja, 7,9% (127 casos) dos inquiridos indicam fazer parte de alguma associação ou exercer alguma atividade voluntária. Esta participação tende a ser mais recorrente entre os inquiridos com níveis de escolaridade superior ao 3º ciclo (18% de respostas afirmativas neste escalão) e nas idades compreendidas entre os 35 e 44 anos (12% neste escalão). Atendendo à região de residência, o associativismo está mais presente na zona de Lisboa e Vale do Tejo (13%).

Figura 54
Participação em diferentes tipos de associações ou atividades voluntárias (%)



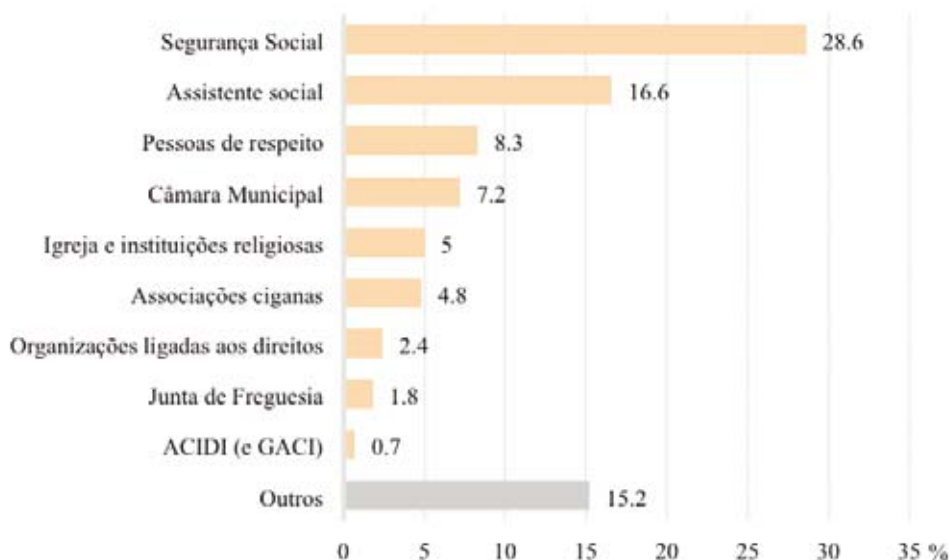
Foi também colocada a questão sobre a predisposição para participarem numa associação cigana, caso ainda não fizessem parte de nenhuma associação deste tipo. Do total dos inquiridos, 60,7% (971 sujeitos) respondem estar dispostos a tal, em grande medida para fazer ouvir a voz dos ciganos (61,3%), para ajudar os outros (58,6%) e para trabalhar com ciganos e não ciganos (28,1%); apenas alguns indicam estar dispostos a fazê-lo pelo facto de toda a gente ter uma associação (7,7%) ou por outros motivos, como combate à discriminação, resolução de problemas da comunidade, convívio, etc. (5,3%).

Considerando os 568 inquiridos que disseram não estar dispostos a fazer parte de uma associação cigana (35,5%), as razões pelas quais assumem esta posição são, por ordem de importância: não acreditarem em associações ciganas (27,6%), considerarem que os fundadores defenderiam apenas os seus próprios interesses (15,5%), o facto de a comunidade cigana não ser unida (12,3%) e por não desejarem estar com outros ciganos (12,9%).

Quando questionados sobre quem é que consideram que melhor defende os interesses dos ciganos (figura 55), grande parte dos indivíduos indicou ser a assistente social da sua zona de residência e a Segurança Social. As pessoas de respeito são também referidas, assim como as associações ciganas e a Câmara Municipal. Alguns indicaram que ninguém é adequado para defender os interesses dos ciganos, enquanto outros consideram que apenas os próprios ciganos serão adequados para esta defesa.



Figura 55
Quem melhor defende os interesses dos ciganos



Quanto à participação em atos eleitorais, a partir das respostas dos inquiridos é possível perceber que apenas 38,1% dos mesmos votaram nas últimas eleições autárquicas (23/10/2013), 8,1% indicaram não estarem recenseados, contra 53,3% que não votou. A participação eleitoral tende a ser mais frequente nos sujeitos do sexo masculino (44,5% *versus* 33,9%) com menor escolaridade (não sabe ler nem escrever), com idades a partir dos 35 anos e nos residentes da região do Algarve.

Quanto às pertenças religiosas, observou-se que mais de 50% dos inquiridos são evangélicos (quer da Igreja Evangélica Filadélfia, quer de outras Igrejas, como a Assembleia de Deus e Cristo para Todos) e que, em grande medida, participam diária ou semanalmente nos cultos (53,1%).

Tabela 20
Religião e frequência da participação nos cultos (n e %)

Religião	%
Sem religião (ateu/agnóstico)	17,5
Católica	12,5
Evangélica de Filadélfia	59,1
Outras	9,4
Frequência da participação no culto	
Todos os dias	9,9
Mais de uma vez por semana	31,3
Uma vez por semana	11,9
Pelo menos uma vez por mês	10,6
Apenas em dias santos	7,1
Nunca	20,5

8. Representações sociais, atitudes e relações com a população majoritária

Esta dimensão do estudo pretende conhecer o tipo de relações que as comunidades estabelecem com os não ciganos, sobretudo no plano das amizades e de vizinhança; a percepção sobre o atendimento aquando de queixas na polícia; a vivência de situações de discriminação; e, por fim, a percepção sobre o nível de vida atual.

Assim, em primeiro lugar, observa-se que as relações que os inquiridos mantêm com pessoas não ciganas são diversificadas (figura 56). No entanto, são predominantemente de vizinhança (77,2%), centradas nos tempos livres e de lazer (52,0%) e, particularmente, em idas em conjunto ao bar/café (45,0%). Existe ainda cerca de um terço de inquiridos que refere manter relações com não ciganos em contextos de compras e de interajuda (devido a situações adversas como morte, desemprego e doenças), convidando-se mutuamente para frequentar as casas uns dos outros e em contextos de negócios e trabalho. Em menor proporção estão aqueles que se relacionam em casamentos e outras festas, constituindo uma minoria aqueles que mantêm relações conjugais com não ciganos.

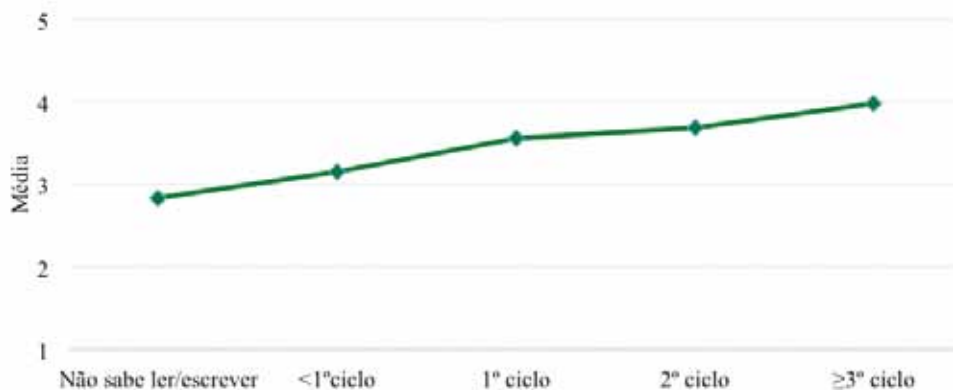


Figura 56
Tipo de relações mantidas com pessoas não ciganas



Para perceber se estas relações de sociabilidades alargadas ocorrem de forma independente dos níveis de escolaridade dos sujeitos foi criado um índice somatório de todos os itens que compõem a bateria das relações com não ciganos. Esta nova variável poderia assumir valores entre 0 (nenhum tipo de relação assinalada) e 10 (todas as modalidades de relação assinalada). Consta-se que quanto maiores os níveis de escolaridade, mais elevadas são os níveis médios de relações com “não ciganos”. Cruzando o mesmo indicador com o fator idade, verifica-se que o maior número médio encontra-se no escalão entre os 35 e os 45 anos, enquanto que o grupo com menos relações sociais alargadas é o dos indivíduos mais velhos.

Figura 57

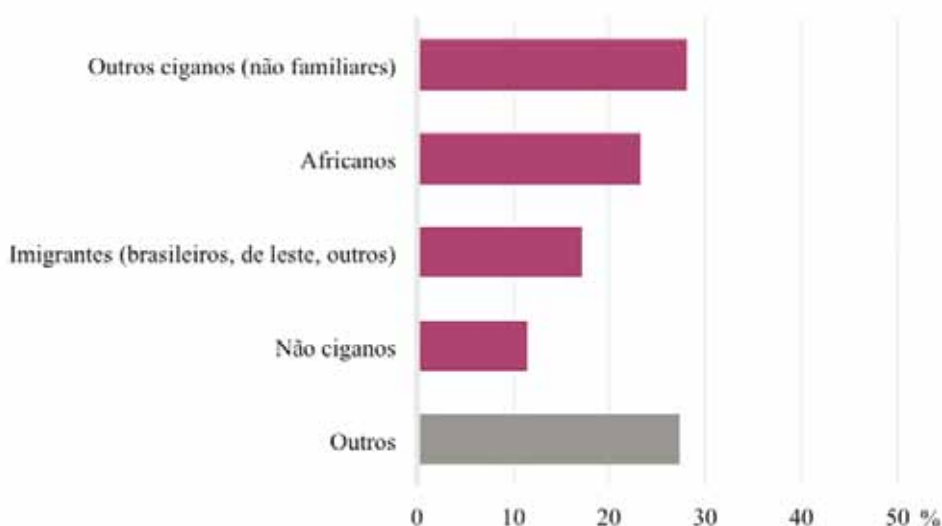


Especificamente no que respeita a relações de amizade, 60,7% indicam ter maioritariamente amigos ciganos e não ciganos, contra 27,3% que referem ter maioritariamente amigos ciganos e 11,2% revelam ter maioritariamente amigos não ciganos.

Quando questionados sobre a possibilidade de não terem determinados grupos como vizinhos, as respostas dividem-se, com uma proporção relativamente elevada a indicar outros ciganos (28,1%) e africanos (23,3%).

Contudo, conforme demonstrado na figura 58, cerca de ¼ dos inquiridos aceita todos estes grupos – em alguns casos até indicam que aceitam todos, desde que sejam boas pessoas, ou “pessoas íntegras”. O grupo de imigrantes inclui pessoas brasileiras, dos países do leste europeu, chinesas e indianas.

Figura 58
Grupos que não gostaria de ter como vizinho



Para testar a existência de diferenciação entre estes grupos foi corrida uma Análise de Componentes Principais com rotação *Varimax*, segundo o critério de Kaiser isola dois grupos, um com imigrantes africanos e imigrantes no geral e outro com ciganos desconhecidos e não ciganos, com correlações de sinal inverso. O primeiro grupo apresenta uma correlação positiva entre si (*R* de *Pearson* 0,311, *p-value*<0,01) e o segundo uma correlação negativa de 0,099 (*p-value*<0,01). A interpretação destes fatores é a de que, por um lado, os sujeitos tendem a agregar africanos e outros imigrantes, rejeitando-os ou aceitando-os. No segundo fator, se rejeitam não ciganos no geral, não tendem a rejeitar outros ciganos, e vice-versa, se rejeitam outros ciganos não familiares, aceitam não ciganos.



Tabela 21
Análise fatorial dos grupos que não deseja como vizinho

	1	2
Africanos	0,82	-0,01
Imigrantes	0,81	0,06
Não ciganos	-0,03	0,76
Outros ciganos	-0,07	-0,72

Também se quis saber se os inquiridos consideravam que as pessoas de “raça” ou etnia diferente da maioria dos portugueses eram tratadas de forma pior ou igual quando eram vítimas de um crime e se dirigiam à polícia para apresentarem queixa. Neste sentido, 60,2% dos indivíduos consideram que a polícia trata as pessoas de “raça” ou etnia diferente da maioria dos portugueses de forma diferente.

Na avaliação das forças policiais, não existem diferenças relevantes de acordo com os níveis de escolaridade dos inquiridos.

Quando questionados acerca de familiares em situações ou condições específicas, verificou-se que uma minoria tem família na política e/ou em cargos públicos (juntas de freguesia, câmaras municipais, etc.) e na polícia (respetivamente, 9,8 e 4,1%). Estes valores aumentam ligeiramente quanto a familiares com estudos (17,7%), acontecendo o mesmo com familiares detidos (21,3%).

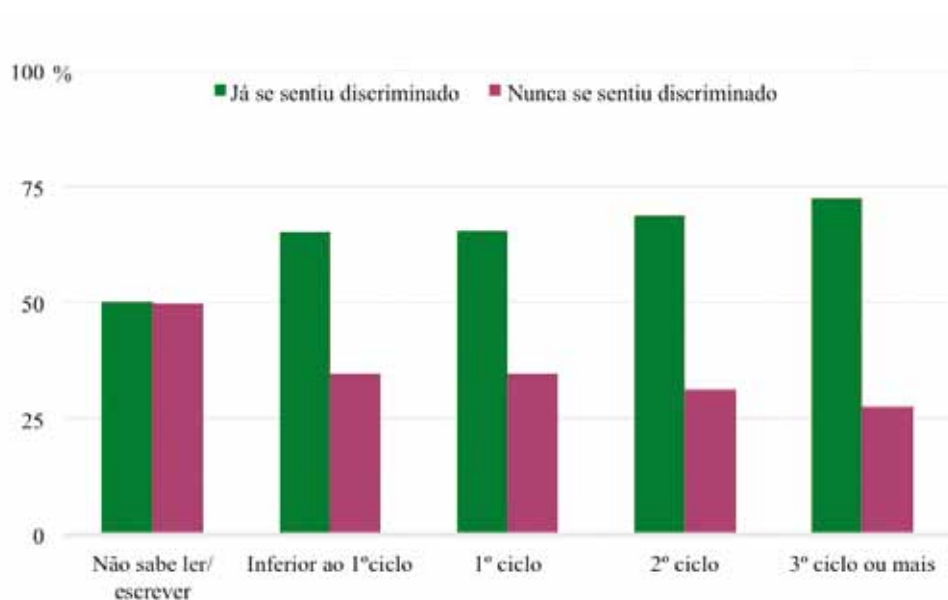
Para estes 341 indivíduos que possuem familiares detidos, grande parte indica que os visita semanalmente (18,8%) ou mensalmente (21,9%). Quanto aos restantes, alguns dizem fazer visitas trimestrais (9,7%) ou anuais (29,6%), e outros referem não visitar os seus familiares detidos (17,3%).

Conforme mencionado anteriormente, procurou-se também compreender se os inquiridos alguma vez se sentiram discriminados e em que situações. De acordo com os mesmos é possível referir que cerca de 60% já se sentiram discriminados, o que corresponde a um total de 937 indivíduos. Estes dados estão em linha com os resultados derivados de outros estudos (Mendes, 2007; Marques in Mendes e Magano, 2013; Bastos, 2012).

A perceção encontra-se relacionada com a escolaridade dos sujeitos, enquanto no grupo dos sujeitos sem escolaridade e sem saber ler nem escrever o rácio entre pessoas que já se sentiram discriminados e os que consideram que não experienciaram situações do género é de quase 50/50, aumenta substancialmente nas pessoas com escolaridade até ao 1º ciclo para 65% a confirmar experiências de discriminação étnico-racial e no último escalão de escolaridade atinge os 72%. Analisando a perceção de discriminação de acordo com a

idade é relevante destacar que é no escalão com idades mais avançadas que se observa a menor percepção de discriminação, sendo este o único escalão em que a maioria refere não se ter sentido discriminado. Ainda no que respeita à percepção de discriminação, é de referir que esta tem muito maior incidência nos residentes de Lisboa e Vale do Tejo (75,5%) e do Norte (64,5%), no extremo oposto, é no Algarve que menos inquiridos já sentiram discriminados 45,7%.

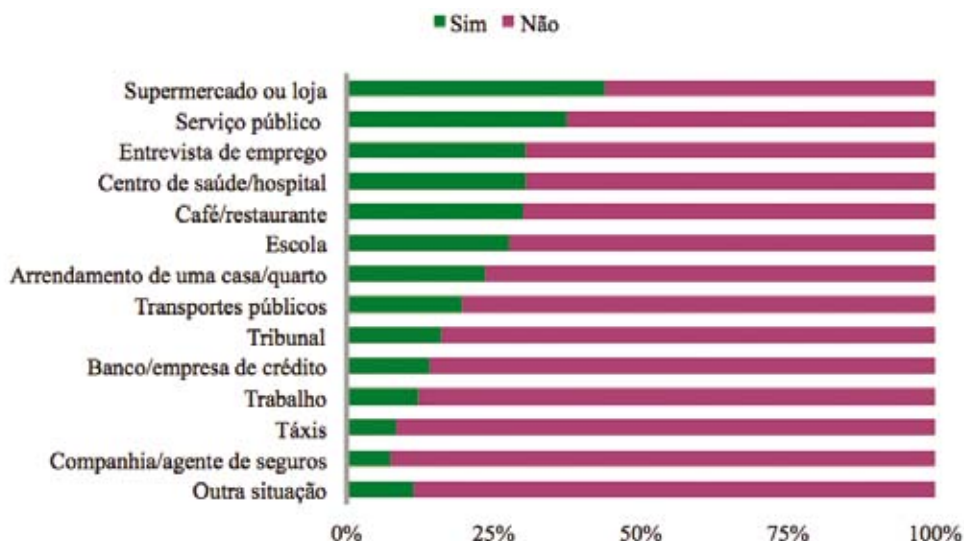
Figura 59
Percepção de discriminação por nível de escolaridade



De uma forma geral, as situações/contextos de discriminação mais comuns são: os supermercados ou lojas, serviços públicos (Segurança Social, organização de apoio aos imigrantes, Finanças), em entrevistas de emprego, em cafés/restaurantes e nos centros de saúde/hospitais (acima dos 15%). Seguem-se outras situações e contextos, tais como: na escola e em contextos de formação ou no arrendamento de uma casa/quarto (entre os 14% e os 17%), entre outros. São também assinalados casos em vários serviços públicos, transportes, tribunais e bancos (figura 60).



Figura 60:
Contextos de discriminação social



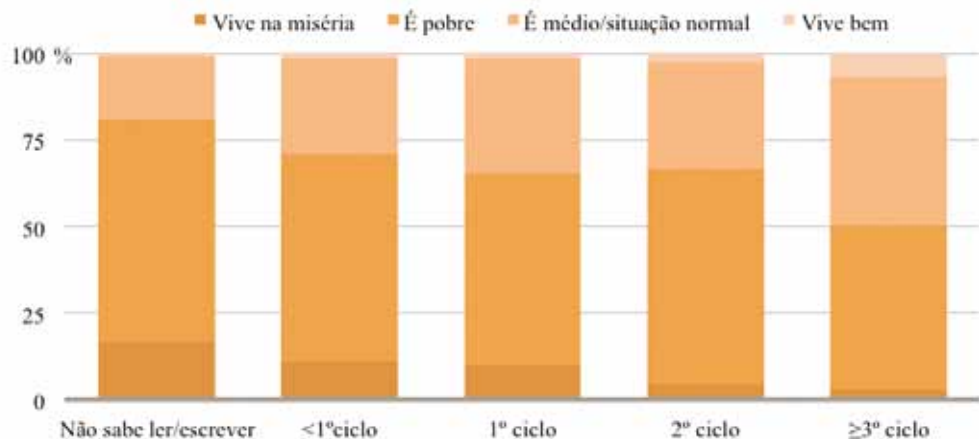
n=937

A discriminação perpetrada em serviços e instituições públicas (serviço público, centro de saúde/hospital, escola, transportes públicos, tribunal) assume contornos preocupantes, o que está em sintonia com estudos anteriores (Mendes, 2007) em que este sentimento e percepção estão bem presentes nos discursos das pessoas ciganas.

No que respeita à forma como avaliam o seu nível de vida e da família, 57,2% consideram-se pobres, embora 29,9% se considerem estar numa situação normal/nível médio. Nos extremos encontramos 10,4% que declaram viver na miséria, contra 1,8% que indicam viver bem. Não se registaram respostas na opção “ser rico”.

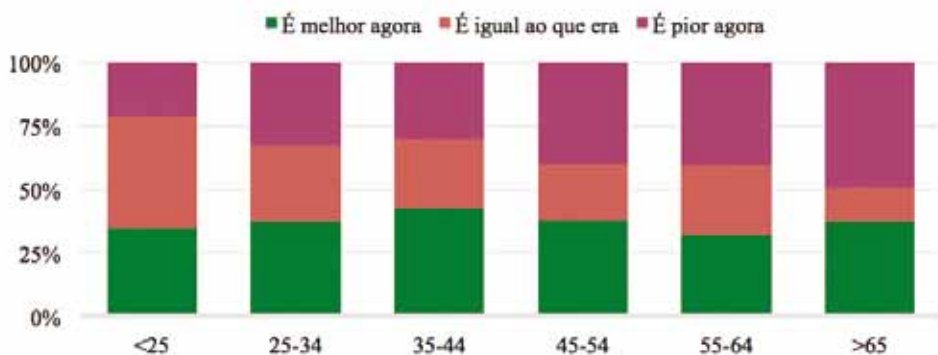
Analisando a distribuição da autoavaliação do nível de vida por grau de escolaridade, constata-se que, embora a tendência geral seja para os inquiridos se considerarem pobres, a tendência é para com o incremento de níveis de escolaridade, a proporção daqueles que avaliam a sua situação como média seja a mais representada. Analisando a distribuição da mesma variável por escalões etários, regista-se a tendência geral segundo a qual quanto mais se avança na idade, menos favorável é a avaliação do nível de vida.

Figura 61
Autoavaliação do nível de vida por grau de escolaridade



Por fim, quando comparada a sua vida com a vida dos pais, menos de metade indica que é melhor agora (37,0%), enquanto outros dizem ser igual ao que era (30,1%) e alguns referem ser pior agora (31,7%). Analisando estes resultados tendo em conta as idades dos inquiridos permite verifica-se que enquanto a situação mais frequente nos sujeitos com menos de 25 anos é a de considerar a sua situação igual à dos seus pais, nos escalões entre os 35 e 44 anos a tendência é para considerar a situação melhor agora, e, nos restantes, as respostas apontam para uma avaliação mais negativa.

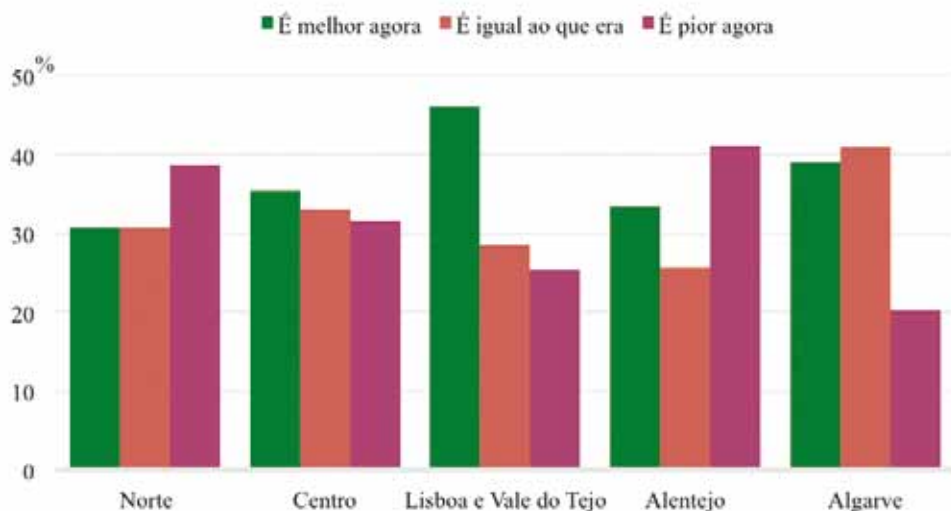
Figura 62
Comparação intergeracional por escalões etários





Também a região parece diferenciar a comparação intergeracional que os indivíduos efetuam. Em contextos como o Norte ou o Alentejo, predominam as avaliações negativas, no Algarve as posições dividem-se entre a avaliação negativa e a de manutenção, na zona de Lisboa e Vale do Tejo sobressaem as avaliações positivas, e a região do Centro é aquela com maior diversidade de opiniões.

Figura 63
Comparação intergeracional por região



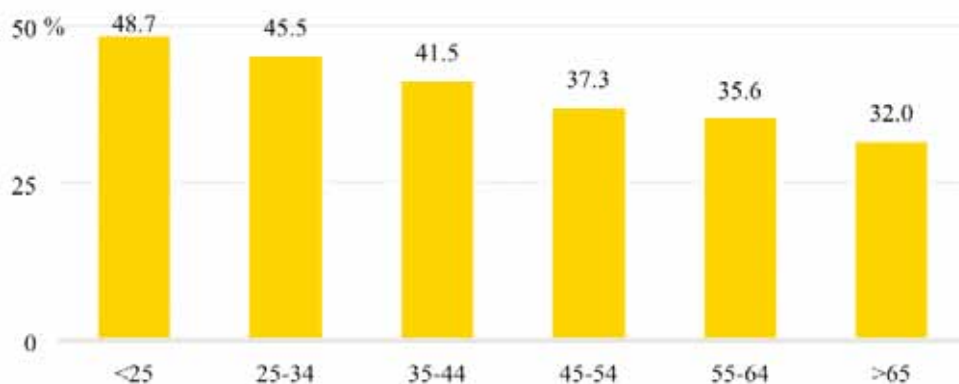
9. Cultura e tradição

Neste ponto dedicado à cultura, às tradições e atribuições identitárias das “comunidades ciganas”, pretende-se conhecer alguns sinais de mudança ou de manutenção de práticas culturais, concretamente averiguou-se a frequência com que falam a língua cigana, a sua opinião face a um conjunto de questões sociais e culturais, bem como a importância de determinados costumes. Constatou-se, neste sentido, que existem diferenças na frequência com que a língua cigana é falada (romanó/romanon/caló). Por cerca de 51% dos indivíduos é falada diariamente ou mais de uma vez por semana; em contrapartida, para outros 40%, esta é raramente ou nunca falada. Os restantes 10% indicam falá-la entre uma vez por semana e uma vez por mês.

Estas diferenças na frequência com que a língua cigana é falada parecem manter-se entre homens e mulheres, bem como atendendo a diferentes níveis de escolaridade. No

entanto, parecem ser os mais novos aqueles que falam com maior frequência, como se pode depreender a partir da análise da figura 64. Numa análise por regiões, a utilização diária do Caló é mais frequente no Algarve (61,7%), seguindo-se a região Centro (56,2%) e o Norte (48,1%); ao valores mais baixos são registados em Lisboa e Vale do Tejo (36,3%) e no Alentejo (23%).

Figura 64
Uso de Caló diariamente por escalão etário



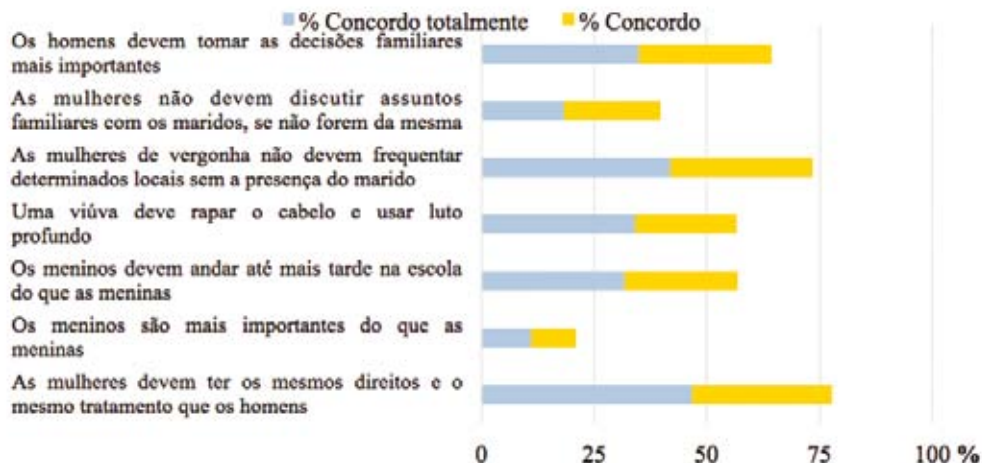
Quando confrontados com um conjunto de afirmações sobre aspetos socioculturais, os inquiridos posicionam-se da seguinte forma: existem algumas situações em que mais inquiridos estão de acordo entre si (afirmações 1, 3, 4 e 7) e outras em que menos inquiridos concordam entre si (afirmações 2, 5 e 6).



Tabela 22
Níveis de concordância dos indivíduos com situações socioculturais (%)

	Concordo totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
1. Os homens devem tomar as decisões familiares mais importantes	34,8	29,6	7,5	18,0	9,7
2. As mulheres não devem discutir assuntos familiares com os maridos, se não forem da mesma opinião	18,2	21,6	9,6	33,0	17,3
3. As mulheres de vergonha não devem frequentar determinados locais sem a presença do marido	41,9	31,5	5,2	14,3	6,6
4. Uma viúva deve rapar o cabelo e usar luto profundo (vestir de preto, não ouvir música, não ver televisão, não beber álcool, etc.)	34,1	22,6	8,8	18,6	15,5
5. Os meninos devem andar até mais tarde na escola do que as meninas	31,6	25,3	5,8	18,0	18,6
6. Os meninos são mais importantes do que as meninas	11,1	10,0	6,9	32,1	39,5
7. As mulheres devem ter os mesmos direitos e o mesmo tratamento que os homens	46,8	31,0	8,6	8,1	4,6

Figura 65
Nível de concordância face a características sócio culturais



De facto, cerca de 47% concorda totalmente que as mulheres devem ter os mesmos direitos e o mesmo tratamento que os homens (afirmação 7). No entanto, é ligeiramente maior a proporção daqueles que concordam que as mulheres de vergonha não devem frequentar determinados locais sem a presença do marido (afirmação 3), sugerindo que a igualdade presente na sétima afirmação tem, afinal, uma aplicação circunscrita.

É possível que as atitudes face à igualdade entre géneros estejam a sofrer alterações no seio das comunidades ciganas, uma vez que apenas 34% concordam que uma viúva deve rapar o cabelo e usar luto profundo (afirmação 4) e menos de metade concorda que as mulheres não devem discutir assuntos familiares com os maridos, se não forem da mesma opinião (afirmação 2).

Não obstante, ainda uma proporção elevada concorda que os homens devem tomar as decisões familiares mais importantes (afirmação 1).

Nas duas últimas afirmações apresentadas parece haver, novamente, alguma divergência no posicionamento, pois apesar de 39,5% dos inquiridos discordarem totalmente de como os meninos sejam mais importantes do que as meninas (afirmação 6), 46,8% concorda totalmente que os meninos devam andar até mais tarde na escola do que as meninas (afirmação 7).

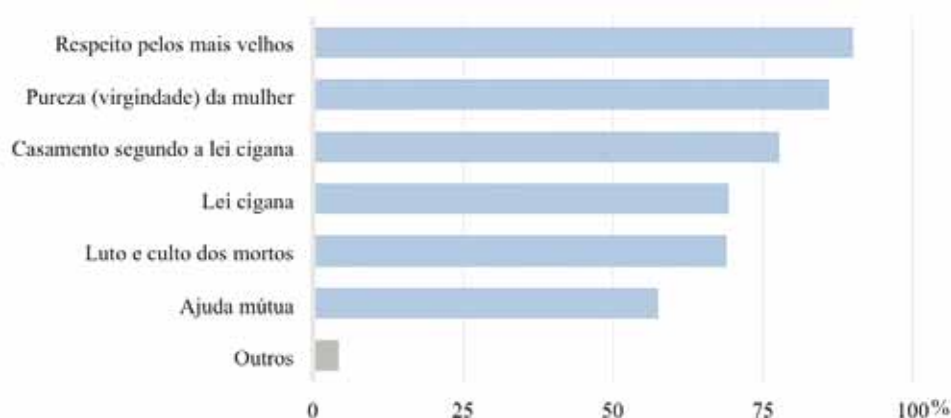
Quando comparadas as respostas a algumas destas afirmações com outras questões do inquérito, ficamos com a impressão de que determinadas posições são contraditórias e que, assim sendo, se poderá dever a mudanças sociais e culturais anda em curso e não completamente consolidadas.



Assim, é de recordar o ponto 6. *Educação*, onde se verificou que cerca de 75,0% consideravam que todos devem frequentar a escola até pelo menos ao 12º ano, mas 88,1% declaravam que os rapazes devem permanecer mais tempo na escola do que habitualmente permanecem e apenas 60,3% afirmavam que as raparigas deveriam permanecer mais tempo na escola do que habitualmente permanecem.

Por último, é possível indicar os costumes e aspetos da cultura cigana considerados mais importantes e a manter e ou a reatualizar, são: o respeito pelos mais velhos, a pureza (virgindade) da mulher, seguido do casamento segundo a lei cigana e da própria lei cigana, (mais de 75% de respostas, ver figura 66). Estas constituem algumas das práticas e valores que assumem um maior significado social nas suas referências identitárias (Mendes, 2007). Acima dos 50% encontra-se a lei cigana, o luto e culto dos mortos, e a ajuda mútua, isto é, a ajuda em situações vingança, morte, doença e outras dificuldades. Foram apontados outros costumes e feitas algumas sugestões, tais como falar a língua cigana, dar importância à música e às tradições ciganas, casamentos apenas entre ciganos, praticar a venda ambulante, as raparigas estudarem até mais tarde e dar mais atenção às crianças, respeitar as pessoas, entre outras.

Figura 66
Costumes e aspetos da cultura cigana a manter



Notas síntese

Em síntese, a caracterização das pessoas e membros dos agregados familiares permitiu compreender que estamos perante comunidades jovens e relativamente pouco escolarizadas, sobretudo as pessoas mais velhas e do sexo feminino. No que diz respeito às fontes de rendimento, registou-se um elevado número de pessoas a cargo da família, o que coincide com o facto de 48,2% da composição dos agregados familiares ter 18 ou menos anos. Não obstante, a proporção daqueles cuja principal fonte de rendimento é o RSI é maior do que a proporção daqueles que dependem primeiramente do trabalho. No que toca à condição perante a atividade económica, é também relativamente elevada a dimensão dos desempregados (incluindo os que procuram o primeiro emprego e os que nunca trabalharam) e das domésticas. Aqueles que trabalham, por sua vez, têm profissões pouco qualificadas e diversificadas, predominando os vendedores ambulantes, por conta própria sem empregados.

O exercício de caracterização sociodemográfica e socioeconómica foi replicado para o grupo dos respondentes. Em termos etários, a maioria dos inquiridos é jovem e metade tem até 34 anos. No que se refere às suas qualificações escolares, dominam os que não sabem ler nem escrever, e, mais de metade dos sujeitos inquiridos não possui o primeiro ciclo do ensino básico completo. Quanto às principais fontes de rendimento, mais de metade depende do RSI, e 15% do seu trabalho. Ao nível da inserção sócio profissional sobressai o elevado peso dos trabalhos não qualificados, e um predomínio dos trabalhadores por conta própria sem empregados na situação na profissão. No que respeita aos desempregados, mais de 60% encontra-se inscrito nos centros de emprego, embora muitos não tenham procurado trabalho recentemente.

No que toca à componente familiar, a maioria dos inquiridos está casada ou em união de facto, de acordo com a “lei cigana” e com cônjuges ciganos; é descendente de pai e mãe ciganos; e tem filhos, tendo tido o primeiro, em média, aos 19 anos de idade.

Na componente habitacional constata-se que, em média, os agregados são compostos por 3 pessoas, embora possam atingir os 15 elementos. Estes vivem maioritariamente em casas do tipo clássico de arrendamento social, com 3 divisões (fora a cozinha e casa(s) de banho), gastando com a sua manutenção entre 51 e 200. Existem algumas diferenças de acordo com as regiões de residência, assim, as habitações do tipo clássica, que predominam em Lisboa e Vale do Tejo, são apenas pouco mais de metade na região Centro e Alentejo, e apenas ¼ no Algarve. Para a maioria, as suas casas parecem oferecer condições de habitabilidade adequadas: janelas, luz natural, casas de banho com chuveiro/banheira, água e eletricidade da rede pública. Mas também emergem problemas como a humidade nos tetos e paredes, a sensação de frio no interior da habitação, assim como ruído. Em termos regio-



nais, os inquiridos residentes na zona de Lisboa e Vale do Tejo encontram-se, mais favorecidos que os restantes, especialmente em comparação os sujeitos que habitam na região algarvia. Ainda abordando as condições existentes nas habitações, observa-se uma significativa percentagem dos inquiridos dispõe de vários equipamentos como fogão, frigorífico, televisão a cores, máquina de lavar roupa e telemóvel e em menor proporção de automóvel para lazer, PC, internet a partir de casa e serviços domésticos. Estes equipamentos e serviços tendem a estar menos representados nos escalões mais velhos da amostra. Focando a análise no meio circundante à habitação, a proximidade das zonas de residência a hospitais ou centros é, para alguns, superior a 10 minutos a pé, havendo também alguma falta de transportes públicos. Quase metade dos indivíduos indica a existência situações de crime ou violência zona de residência.

No respeitante à dimensão da saúde e da nutrição, depreende-se que a grande maioria beneficia de médico de família e que opta muito mais frequentemente por este serviço de saúde, do que os demais públicos ou privados. No que toca à vacinação, aqueles que têm filhos com menos de 18 anos de idade indicam que os mesmos têm as vacinas em dia. Dentro dos agregados, as doenças mais apontadas são as respiratórias e cardiovasculares, bem como diabetes e colesterol; são ainda apontados alguns (abaixo de 5%) casos de pessoas com deficiências motoras e mentais, problemas de dependência de álcool e drogas. A utilização de métodos contraceptivos é apontada por menos de metade dos inquiridos, sendo em menor proporção assumida pelos homens, e pelos escalões menos escolarizados. Os métodos mais e menos usados são a pílula e o implante, respetivamente, havendo casos de injeção, DIU, preservativo e laqueação de trompas.

No que respeita algumas carências, especificamente, o acesso a alimentos, um terço dos indivíduos revelou ter passado algum ou vários momentos de fome no último ano. Este quadro tende a ser mais frequente nos sujeitos menos escolarizados, mais velhos e residentes na região do Algarve. Nestas situações, são sobretudo os familiares a dar apoio, embora muitos contem também com a ajuda dos vizinhos e instituições, como o Banco Alimentar, entre outras estratégias. De facto, os indivíduos inquiridos beneficiam de outros apoios sociais, em grande medida, da Segurança Social, através do RSI e de abonos de família.

Analisando o bloco referente à relação com o sistema educativo, pode referir-se que pouco mais de metade tem filhos ou netos a cargo a frequentar a escola, beneficiando a larga maioria de apoio escolar social. Apenas uma pequena parte indica que os mesmos não tenham ido ou tenham abandonado a escola sem concluir a escolaridade obrigatória, ou que falem com frequência às aulas. É amplamente partilhada a ideia de que, as raparigas devem frequentar a escola até pelo menos concluírem o ensino secundário. Contudo, 75,0% indica que os rapazes devem permanecer mais tempo do que habitualmente e apenas 60,3% indica o mesmo em relação às raparigas. Dentro dos casos de pessoas nos agregados

que regressaram à escola, o mesmo parece ficar a dever-se, em grande medida, a uma imposição por parte da Segurança Social, como condição para acesso ao RSI ou outras situações. Em termos regionais, o retorno à escola assume especial incidência na zona algarvia.

Ao nível da participação social e política, é possível afirmar que poucos fazem parte de associações ou exercem voluntariado. A participação associativa tende a ser protagonizada por inquiridos com níveis de escolaridade mais elevados, com idades entre os 35 e 44 anos e residentes em Lisboa e Vale do Tejo. Relativamente à disponibilidade para fazer parte de uma associação cigana, pouco mais de metade indica ter interesse, pois quer que se faça ouvir a voz dos ciganos e quer ajudar os outros. De entre os que não têm esta disponibilidade ou interesse há quem refira não acreditar neste tipo de associações. No que respeita a participação eleitoral, uma minoria exerceu o seu direito de voto nas últimas eleições autárquicas. Nestas situações, os participantes e votantes tendem a ser homens, com baixos níveis de escolaridade, com idade a partir dos 35 anos e residentes na região do Algarve. Uma terceira dimensão da participação que foi analisada foi a participação religiosa. Apurou-se também que grande parte se considera evangélico, especialmente da Igreja Evangélica Filadélfia, participando nos cultos diária ou semanalmente.

Na secção referente às redes de sociabilidade, cerca de 78% mantém relações de vizinhança com pessoas não ciganas, bem como 60,7% tem, maioritariamente, amigos ciganos e não ciganos. Em todo o caso, as relações com não ciganos são diversificadas e estendem-se aos momentos de lazer, de ajuda em situações adversas e de trabalho, entre outras. Estas relações com não ciganos tendem a ser mais frequentes quanto mais elevada a escolaridade dos sujeitos. Ainda quanto às relações de vizinhança, há pequenos grupos dentro dos inquiridos que, podendo escolher, preferem não ter como vizinhos pessoas africanas ou imigrantes brasileiros, indo-asiáticos e de outros países do leste da Europa.

No que respeita às avaliações que efetuam das forças de segurança pública, os indivíduos consideraram também, na sua maioria, que as pessoas de pertencentes a minorias étnicas são tratadas de forma diferente da maioria dos portugueses numa situação de vítimas de um crime e apresentação de queixa na polícia. De mencionar também, nesta área dedicada às representações sociais, atitudes e relações com a população maioritária, que muitos declararam ter-se sentido discriminados por serem ciganos (58,6%), em diversos contextos, como o de trabalho, nos serviços, quer públicos quer privados, e na escola. Esta discriminação tende a ser percecionada mais frequentemente nos sujeitos mais escolarizados, mais novos e residentes na zona de Lisboa e Vale do Tejo.

Passando à auto-avaliação que os sujeitos fazem do seu nível de vida, quase metade considera-se pobre e outros tantos “médios”. Há, no entanto, uma pequena expressão de alguns que dizem viver na miséria, não tendo sido inquirido nenhum sujeito que se considerasse “rico”. A tendência para a uma avaliação mais positiva tende a ser concomitante com os níveis de escolaridade e inversamente proporcional à idade. Em todo o caso, a maio-



ria refere que vive de forma igual ou melhor do que os seus pais. Embora nos escalões mais velhos se observe um menor otimismo. Em termos regionais, as avaliações negativas estão mais representadas no Norte e no Alentejo.

No que respeita à última área de enfoque do questionário, em que foi analisada a dimensão da cultura cigana, é possível afirmar que a maioria dos indivíduos fala com alguma frequência a o caló/romanó (diária, semanal e mensalmente). Esta prática cultural tende a ser mais frequente nos sujeitos mais novos, bem como nos residentes da região do Algarve. Perante uma bateria de questões sobre as suas tradições e o género, 46,8% concordam que as mulheres devem ter os mesmos direitos e tratamento que os homens e 32,1% concordam que os meninos não são mais importantes que as meninas. Porém, a maioria também concorda que as mulheres de vergonha não devem frequentar determinados sítios sem os maridos (41,9%) e que cabe aos homens tomarem as decisões familiares mais importantes (34,8%). Este conjunto de opiniões parecem ter alguma falta de consistência interna, isto é, parece haver alguma contradição nas posições e atitudes perante a igualdade de género por um lado, e as tradições por outro lado. Observou-se também que pouco mais de 30% concordam que uma viúva deve rapar o cabelo e usar luto profundo e que os meninos devem andar na escola até mais tarde do que as meninas, acrescendo o facto de apenas 21,6% concordar que as mulheres não devem discutir assuntos familiares com os maridos, se não forem da mesma opinião. Finalmente, de apontar que mais de 70% dos indivíduos consideram que o respeito pelos mais velhos, a pureza da mulher e o casamento de acordo com a lei cigana são os costumes e tradições mais importante e a manter. Tem ainda grande importância a própria lei cigana, o luto e culto dos mortos e a ajuda mútua, entre outros.

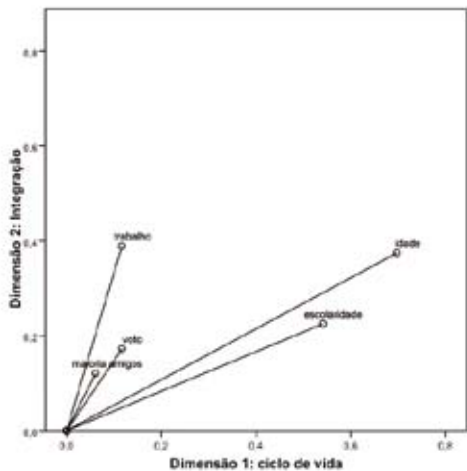
VII. Perfis das “comunidades ciganas” em Portugal

Com o objetivo de traçar perfis distintos de pessoas ciganas foi desencadeado um processo de análise multivariada, subdividido por 3 fases: primeiro (1), foi corrida uma Análise de Correspondências Múltiplas, (2) seguida de uma análise de clusters, para finalmente (3) estes *clusters* serem cruzados com diversos itens presentes no questionário.

1. A análise de correspondências múltiplas

No primeiro passo foi corrida uma análise de correspondências múltiplas. Para tal foram consideradas variáveis de *input* relativamente distintas que se isolam em duas dimensões: uma referente ao ciclo de vida (idade e escolaridade) e outra que pode ser classificada como referente à integração (etnia dos principais amigos, trabalho⁵⁶ e exercício de voto). Em modelos anteriores foram também introduzidas variáveis como: participação associativa, sexo, estado civil, fonte de rendimento, situação na profissão e condição na atividade económica. No entanto, foram excluídas por não diferenciar os sujeitos neste modelo. Para facilitar a análise foram selecionadas *à priori* duas dimensões: integração e ciclo de vida.

Figura 67
Variáveis e dimensões (medidas de discriminação)



56 A variável trabalho resulta da combinação entre a questão referente ao exercício da venda ambulante e condição perante a atividade económica.

Figura 68
Projeção de categorias

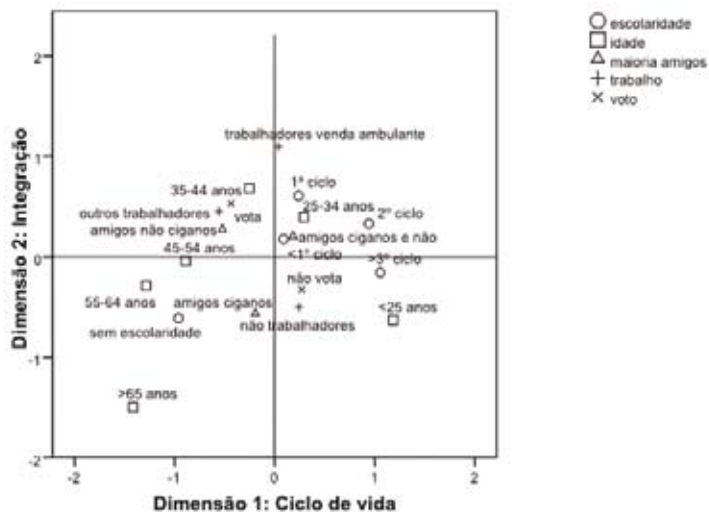


Tabela 23
Medidas descritivas das variáveis no modelo

Variáveis	n	%
<i>Idade</i>		
<25 anos	359	22,6
25-34 anos	466	29,3
35-44 anos	337	21,2
45-54 anos	229	14,4
55-64 anos	105	6,6
>65 anos	96	6,0
<i>Escolaridade</i>		
Sem escolaridade	510	32,8
<1º ciclo	307	19,8
1º ciclo	360	23,2
2º ciclo	219	14,1

>3º ciclo	157	10,1
<i>Situação laboral</i>		
Trabalhadores na venda ambulante	251	15,7
Outros trabalhadores	422	26,4
Não trabalhadores	923	57,8
<i>Relações de amizade</i>		
Principais amigos ciganos	437	27,6
Principais amigos ciganos e não ciganos	970	61,2
Principais amigos não ciganos	178	11,2
<i>Participação eleitoral</i>		
Vota	607	38,2
Não vota	982	61,8

2. A criação de grupos

Um segundo passo passou por agregar os sujeitos numa análise de clusters tendo em conta os *object scores* de cada dimensão da análise anterior. Neste contexto, foi criada uma solução com três clusters. As medidas descritivas das variáveis no modelo da Análise de Correspondências Múltiplas apresentam-se na tabela seguinte.

O cluster 1 é composto por sujeitos mais jovens (89% com idade até 34 anos). É o grupo com níveis de escolaridade mais heterogéneo, contudo, é também o grupo com menor proporção de sujeitos sem escolaridade. Tendencialmente, não se consideram trabalhadores. Em termos de relações de sociabilidade é o grupo que menos refere ter como principais amigos não ciganos. Em termos de participação eleitoral é grupo com participação mais reduzida.

O cluster 2 é composto por pessoas com idade superior a 45 anos, quase exclusivamente sem escolaridade, em que mais de metade declara não trabalhar. Este grupo possui relações de amizade ou fechadas ou mistas e pouco mais de metade não vota.

O cluster 3 agrega sujeitos com idade entre os 25 e os 44 anos, com escolaridade ao nível do primeiro ciclo (completo ou incompleto) e com maior proporção de trabalhadores: cerca de $\frac{3}{4}$ são trabalhadores e cerca de um terço fá-lo na venda ambulante. É o grupo que mais refere ter redes de amizade mistas e o que menos nomeia redes fechadas. É também o grupo com maior proporção de votantes (mais de metade).



Tabela 24
Medidas das variáveis do modelo por cluster

Variáveis	Cluster 1 (n=580)	Cluster 2 (n=419)	Cluster 3 (n=597)
<i>Idade</i>			
<25 anos	58,3	2,2	2,0
25-34 anos	30,9	8,2	42,4
35-44 anos	7,8	15,4	38,3
45-54 anos	2,8	32,2	13,3
55-64 anos	0,3	19,5	3,7
>65 anos	0,0	22,6	0,3
<i>Escolaridade</i>			
Sem escolaridade	11,0	87,0	15,8
<1º ciclo	22,8	8,1	25,1
1º ciclo	23,7	3,9	36,3
2º ciclo	22,4	0,2	15,8
>3º ciclo	20,1	0,7	7,0
<i>Situação laboral</i>			
Trabalhadores na venda ambulante	5,5	6,4	32,2
Outros trabalhadores	9,3	28,9	41,4
Não trabalhadores	85,2	64,7	26,5
<i>Relações de amizade</i>			
Principais amigos ciganos	28,3	44,6	15,0
Principais amigos ciganos e não ciganos	65,6	41,2	70,9
Principais amigos não ciganos	6,1	14,2	14,1
<i>Participação eleitoral</i>			
Vota	14,7	38,0	61,1
Não vota	85,3	62,0	38,9

Outras caraterísticas sociodemográficas que não foram incluídas na definição dos perfis foram o sexo e estado civil, que se apresentam no quadro 3. Destaca-se que, embora o estado civil mais frequente seja, em qualquer dos grupos, o viver em matrimónio ou em união de fato, o primeiro cluster possui a maior proporção de solteiros e o segundo o maior peso relativo de viúvos. No que respeita a distribuição por sexo, destaca-se o peso das mulheres do segundo cluster, provavelmente devido a este ser o cluster com pessoas mais velhas.

Tabela 25
Sexo e estado civil por cluster

Variáveis	Cluster 1 (n=580)	Cluster 2 (n=419)	Cluster 3 (n=597)
<i>Estado civil</i>			
Casado/união de fato	78,5	70,3	87,6
Solteiro	18,3	4,1	6,2
Divorciado/ separado de fato	2,1	3,2	3,2
Viúvo	1,0	22,4	3,0
<i>Sexo</i>			
Feminino	59,7	71,8	49,2
Masculino	40,3	28,2	50,8

3. Caraterização dos grupos

Um primeiro passo na caraterização dos grupos consiste em perceber a sua localização geográfica. Os sujeitos do cluster 1 representam 80% dos inquiridos em Estarreja e Ovar e mais de 70% dos sujeitos no Barreiro e em Santa Maria da Feira. O cluster 2 apresenta menor concentração, sendo Castelo Branco o concelho com maior proporção de sujeitos (66%), Santarém com 60% e Campo Maior e Lagoa com metade ou mais de indivíduos pertencentes a este cluster. Já o cluster 3 encontra-se mais concentrado que os restantes, Almada e Guarda apenas possuem sujeitos deste grupo; Espinho e Vila do Conde mais de 80%.



Tabela 26
Concentração dos clusters em municípios

Cluster 1		Cluster 2		Cluster 3	
Estarreja	80,0	Castelo Branco	66,7	Almada	100,0
Ovar	80,0	Santarém	60,0	Guarda	100,0
Barreiro	75,0	Campo Maior	55,6	Espinho	85,0
Sta. Maria Feira	73,3	Lagoa (Faro)	50,0	Vila do Conde	83,3
Guimarães	66,7	Olhão	47,4	Vinhais	75,0
Maia	66,7	Vila Nova de Gaia	46,7	Macedo Cavaleiros	75,0
Montijo	66,7	Beja	44,3	Odivelas	72,7
Silves	66,7	Elvas	41,4	Oeiras	71,4
Ílhavo	64,7	Oliveira do Bairro	40,0	Salvaterra Magos	69,2
Aveiro	63,6	Faro	39,8	Peso da Régua	66,7

Observando agora algumas características referentes à inserção no mercado de trabalho por grupo. A principal fonte de rendimento tende a ser, independentemente do grupo, o RSI e outros subsídios, contudo, no primeiro grupo destaca-se em segundo lugar, os sujeitos a cargo da família. No terceiro grupo sobressaem as pessoas que têm o trabalho como fonte de rendimentos. No que toca a condição perante a atividade económica é de destacar no cluster 1 o peso de pessoas que nunca trabalharam e os estudantes. No segundo grupo, evidenciam-se os reformados e domésticas e no terceiro grupo, a atividade profissional. Algumas destas características são, provavelmente, resultado da estrutura etária acima referida.

Tabela 27
Posição no mercado de trabalho por cluster

Variáveis	Cluster 1 (n=580)	Cluster 2 (n=419)	Cluster 3 (n=597)
<i>Principal fonte de rendimento</i>			
Trabalho/biscates	12,4	10,6	30,5
RSI e outros subsídios	72,0	83,1	68,0

A cargo da família	15,6	6,2	1,4
<i>Condição perante a atividade econômica</i>			
Ativo com profissão	9,4	9,5	30,9
Desempregado	24,8	26,1	46,1
À procura de 1º emprego/nunca trabalhou	38,3	19,3	12,1
Doméstica	17,0	20,9	7,8
Reformados e inválidos	0,6	23,9	2,8
Estudante	10,0	0,3	0,3

De seguida mostra-se algumas caraterísticas referentes à componente familiar dos sujeitos, mais concretamente, a sua filiação e matrimónio. No que respeita à ascendência, a quase exclusividade dos grupos têm como antecedentes pai e mãe ciganos, embora se observe uma tendência de poucos pontos percentuais para as ascendências mistas no sentido cluster 3-1-2. Já no caso dos conjugues, a tendência não é tão gradual, sendo o cluster 2 aquele com maior proporção de conjugues não ciganos. Também no tipo de casamento não existem diferenças, predominando os casamentos apenas pela lei cigana.

Tabela 28
Caraterísticas de ascendência e conjugais por cluster

Variáveis	Cluster 1 (n=580)	Cluster 2 (n=419)	Cluster 3 (n=597)
<i>Ascendência</i>			
Pai e mãe ciganos	92,8	95,1	92,5
Pai cigano e mãe não cigana	4,1	1,7	3,9
Mãe cigana e pai não cigano	3,2	3,2	3,6
<i>Cônjuge²</i>			
Cigano	95,3	94,6	93,9
Não cigano	4,7	5,4	6,1
<i>Tipo de casamento²</i>			
Casamento religioso	2,8	1,3	1,9



Casamento pelo registo civil	2,3	3,0	1,9
Casamento pelo civil e religioso	1,3	2,2	1,1
Casamento de acordo com a lei cigana	87,4	86,0	87,2
Casamento pela lei cigana e pelo civil	3,0	4,3	4,9
Casamento religioso e pela lei cigana	2,6	2,2	2,4
Casamento pela lei cigana, pelo civil e religioso	0,6	1,1	0,6

Analisando o tipo de habitação e os equipamentos aí disponíveis é de referir que, embora o tipo mais frequente, independentemente dos clusters seja a habitação clássica, se observa nos cluster 1 e 2, proporções mais elevadas de sujeitos a residirem em barracas ou casas abarracadas.

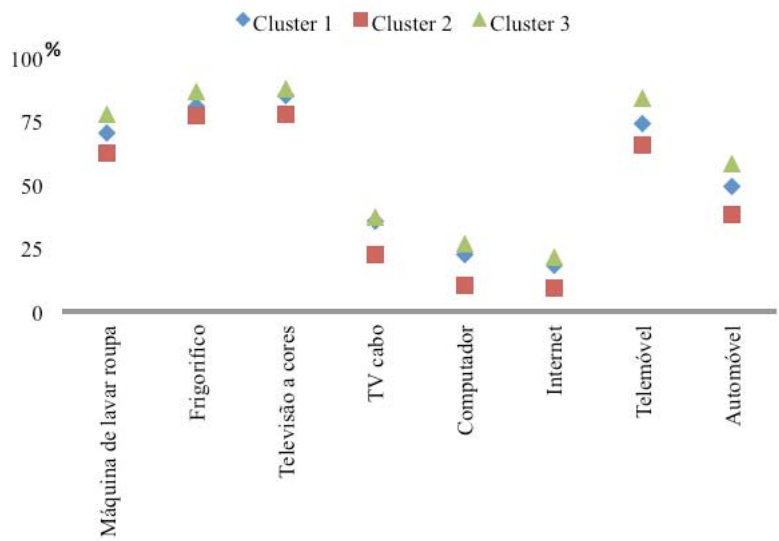
Também no que toca à posse de equipamentos, observa-se semelhante ordenação, sendo o cluster 3 e 1, os melhor favorecidos em todos os itens em análise, distanciando-se do 2, no acesso a equipamentos e serviços de comunicação e informática (TV cabo, computador e internet).

Tabela 29
Tipos de habitação e equipamentos por cluster

Variáveis	Cluster 1 (n=580)	Cluster 2 (n=419)	Cluster 3 (n=597)
<i>Tipo de alojamento</i>			
Clássico	61,7	63,1	74,7
Parte de casa	2,6	1,2	2,2
Barraca, casa rudimentar ou de madeira	32,4	31,4	20,5
Móvel (caravana ou outro)	1,4	1,2	1,9
<i>Equipamentos</i>			
Máquina de lavar roupa	70,1	62,4	77,6
Frigorífico	80,8	77,3	86,7
Televisão a cores	84,9	77,7	87,9
TV cabo	35,8	22,5	37,0
Computador	22,6	10,2	26,8

Internet	18,1	9,6	21,5
Telemóvel	74,1	65,9	84,2
Automóvel	49,5	38,4	58,4

Figura 69
Equipamentos e serviços por cluster



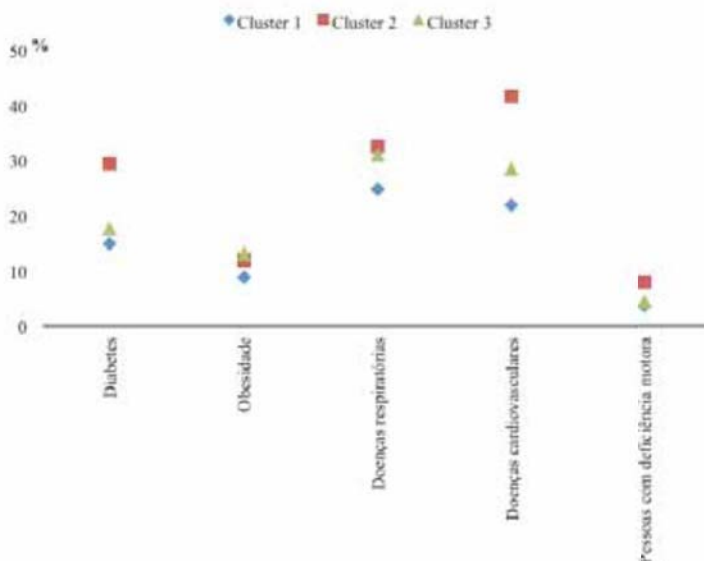
Quando adicionamos questões referentes ao planeamento familiar e a problemas de saúde, é de notar que no primeiro cluster que se situam os sujeitos que recorrem mais a métodos contracetivos. Já no que toca a problemas de saúde, as diferenças são para o cluster 2 se distanciar dos restantes. É neste que se observa uma maior incidência de problemas.



Tabela 30
Planeamento familiar e saúde por clusters

	Cluster 1 (n=580)	Cluster 2 (n=419)	Cluster 3 (n=597)
<i>Recorre a métodos contraceptivos</i>			
Sim	53,0	28,9	45,3
Não	47,0	71,1	54,7
<i>Doenças no agregado familiar</i>			
Diabetes	14,9	29,4	17,6
Obesidade	9,0	12,1	13,1
Doenças respiratórias	24,8	32,4	31,0
Doenças cardiovasculares	21,9	41,7	28,5
Pessoas com deficiência motora	3,7	8,0	4,4

Figura 70
Problemas de saúde por cluster



Em termos de apoios sociais existe uma clara distância entre o cluster 3 e os restantes, sendo este aquele que menos recebe apoios sociais. Já a distância entre o cluster 1 e 2 é diminuta.

Tabela 31
Apoios sociais por cluster

	Cluster 1 (n=580)	Cluster 2 (n=419)	Cluster 3 (n=597)
Recebe algum apoio social	85,9	85,1	81,5
Não recebe qualquer apoio social	14,1	14,9	18,5

Passando agora às relações com o sistema educacional apresentam-se alguns indicadores que permitem distinguir os três grupos. Enquanto pouco mais de metade dos sujeitos no cluster 1 e 2 possuem filhos ou netos na escola, a proporção no cluster 3 sobe cerca de 20 pontos percentuais.

Já as deslocações à escola quando pedido são frequentes em todos os grupos, embora se destaque o primeiro e terceiro grupo. Concomitantemente, o abandono escolar está mais presente no segundo grupo, cerca de ¼. A menor incidência do abandono escolar encontra-se no primeiro cluster.

Tabela 32
Relações com a escola por cluster

	Cluster 1 (n=580)	Cluster 2 (n=419)	Cluster 3 (n=597)
<i>Filhos ou netos na escola</i>			
Sim	53,0	51,6	72,6
Não	47,0	48,4	27,4
<i>Vai a escola sempre que pedido</i>			
Sim	94,3	88,2	92,4
Não	5,7	11,8	7,6
<i>Filhos/netos abandonaram a escola</i>			
Sim	8,5	24,5	18,1
Não	91,5	75,5	81,9
<i>Tem familiares que regressaram a escola</i>			
Sim	32,8	28,3	34,4
Não	67,2	71,7	65,6



Passando do plano das práticas para o campo das atitudes e opiniões face à educação. É transversal a opinião que os jovens deveriam completar o ensino secundário e ter uma permanência mais longa na escola. No entanto, é mais valorizada a permanência dos rapazes do que das raparigas, independentemente do grupo, embora seja o grupo 1 o mais favorável à permanência das raparigas. A ideia de que deveriam existir professores ciganos também é transversal aos três grupos mas partilhada com menor intensidade pelo primeiro grupo.

Tabela 33
Opiniões face à escola por cluster

	Cluster 1 (n=580)	Cluster 2 (n=419)	Cluster 3 (n=597)
<i>Concorda que as raparigas devem permanecer mais tempo na escola</i>			
Sim	63,3	55,8	60,5
Não	36,0	42,7	39,4
<i>Concorda que os rapazes devem permanecer mais tempo na escola</i>			
Sim	88,6	87,1	88,4
Não	10,7	11,5	11,4
<i>Concorda que todos devem completar o 12º ano</i>			
Sim	77,8	70,4	75,4
Não	21,2	27,9	23,6
<i>Concorda que deviam haver professores ciganos</i>			
Sim	86,0	90,7	92,5
Não	11,9	7,2	7,2

No que diz respeito à participação em associações, é clara a maior participação associativa e predisposição para tal no cluster 3 (12%). Enquanto nos grupos 1 e 2, a participação confina-se à participação religiosa, o terceiro grupo estende a participação a associações ciganas e locais.

Tabela 34
Participação associativa por cluster

	Cluster 1 (n=580)	Cluster 2 (n=419)	Cluster 3 (n=597)
<i>Participação associativa</i>			
Participa em associações	6,0	5,4	12,1
Não participa em associações	94,0	94,6	87,9
<i>Tipos de associações em que participa</i>			
Religiosas ou Igreja	2,1	2,6	4,2
Educação, artes, cultura	1,4	0,2	1,3
Associações locais	1,4	0,7	2,2
Associações ciganas	0,5	0,5	3,2
<i>Estaria disposto a fazer parte de uma associação cigana</i>			
Sim	60,2	57,2	70,0
Não	39,8	42,8	30,0

Analisando a componente religiosa dos grupos, não existem diferenças relevantes quanto à religião confessada, embora a proporção de pessoas sem religião seja mais frequente no primeiro grupo (1/5), concomitantemente, este é o grupo que menos participa no culto.

Tabela 35
Religião e frequência do culto por cluster

	Cluster 1 (n=580)	Cluster 2 (n=419)	Cluster 3 (n=597)
<i>Religião</i>			
Sem religião	20,3	17,5	15,6
Católica	10,2	14,8	13,5
Evangélica da Filadélfia	59,9	58,9	60,9
<i>Frequência da participação no culto</i>			



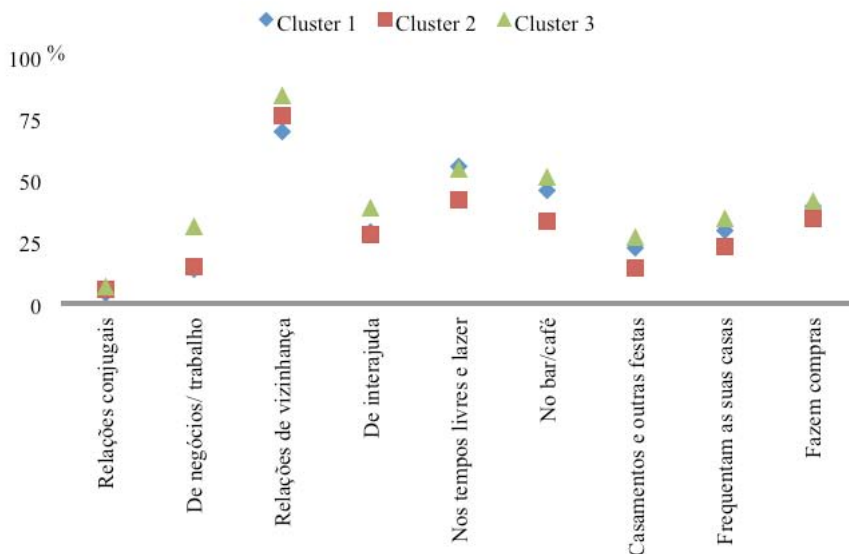
Pelo menos uma vez por semana	57,3	59,0	58,6
Pelo menos uma vez por mês	9,2	13,8	12,4
Apenas em dias santos	6,7	6,8	9,4
Nunca	26,8	20,4	19,6

Passando a relações de sociabilidade com não ciganos, não existem práticas que se destaquem de acordo com os clusters, mas existe uma hierarquia transversal a quase todas elas, sendo o cluster 3 aquele com mais relações com não ciganos (excetuando em atividades de tempos livres).

Tabela 36
Relações com exogrupo por cluster

	Cluster 1 (n=580)	Cluster 2 (n=419)	Cluster 3 (n=597)
Relações conjugais	4,5	6,0	7,0
De negócios/ trabalho	14,5	15,5	31,8
Relações de vizinhança	70,2	76,4	84,8
De interajuda	29,5	28,4	39,4
Nos tempos livres e lazer	56,0	42,2	54,9
No bar/café	46,0	33,9	51,8
Em casamentos e outras festas	23,1	14,8	27,3
Frequentam as suas casas	30,2	23,4	34,8
Fazem compras	39,8	34,6	41,7

Figura 71
Relações com exogrupo por cluster



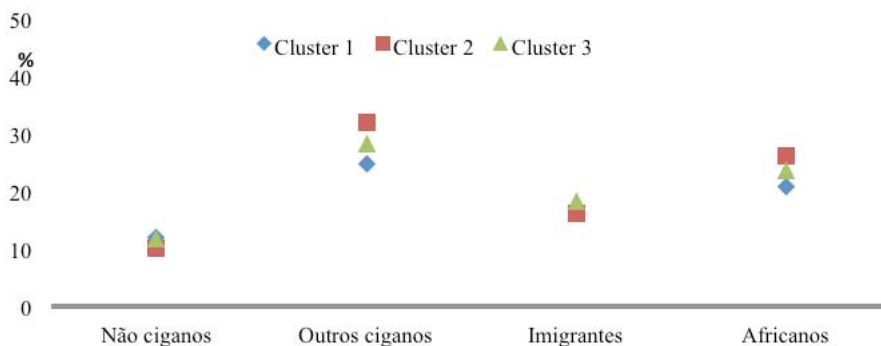
Por outro lado, procurou-se conhecer quais os grupos rejeitados em termos de relações de vizinhança. Neste âmbito, destaca-se a maior distância social do cluster 2, especialmente face a outros ciganos e a africanos.

Tabela 37
Grupos que não gostaria de ter como vizinho por cluster

<i>Não gostaria de ter como vizinho</i>	Cluster 1 (n=580)	Cluster 2 (n=419)	Cluster 3 (n=597)
Não ciganos	12,1	10,3	11,9
Outros ciganos	25,0	32,0	28,3
Imigrantes	16,7	16,2	18,3
Africanos	20,9	26,3	23,6



Figura 72
Grupos que não gostaria de ter como vizinho por cluster



Quando são analisadas as percepções de discriminação por cluster é notória a diferença entre os grupos: pouco mais de metade dos sujeitos no cluster 2 declara já se ter sentido discriminado por ser cigano, em contraponto, a proporção no cluster 1 sobe para 60% e mais 10 pontos percentuais no grupo 3.

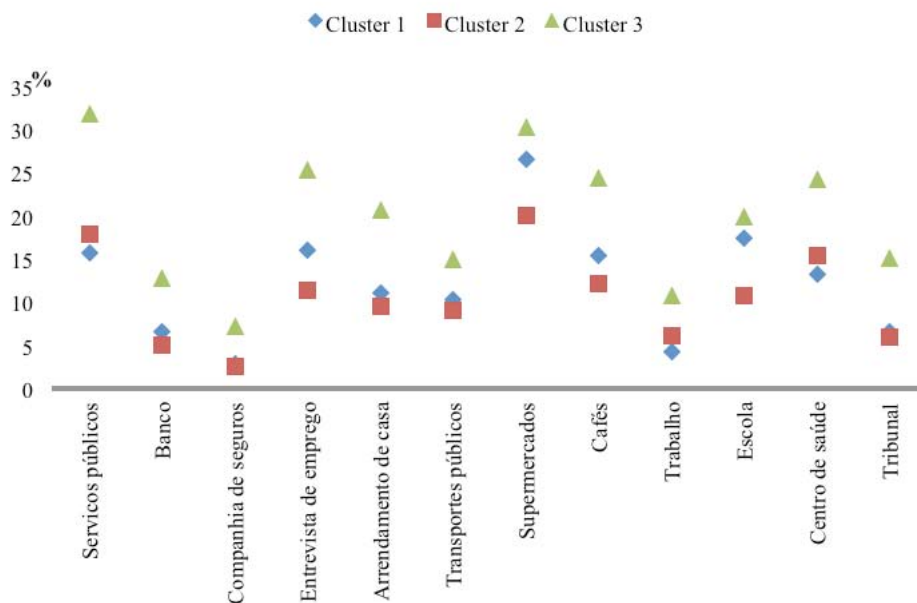
Tabela 38
Percepção de discriminação e contextos de discriminação

	Cluster 1 (n=580)	Cluster 2 (n=419)	Cluster 3 (n=597)
<i>Discriminado por ser cigano</i>			
Sim	60,0	52,6	70,4
Não	40,0	47,4	29,6
<i>Contextos de discriminação</i>			
Servicos públicos	15,7	17,9	31,8
Banco	6,6	5,0	12,7
Companhia de seguros	2,9	2,6	7,2
Entrevista de emprego	16,0	11,5	25,3
Arrendamento de casa	11,0	9,5	20,8

Transportes públicos	10,3	9,1	14,9
Supermercados	26,6	20,0	30,3
Cafés	15,5	12,2	24,5
Trabalho	4,3	6,2	10,7
Escola	17,4	10,7	19,9
Centro de saúde	13,3	15,5	24,3
Tribunal	6,6	6,0	15,1

Segmentando os contextos em que os sujeitos se sentiram discriminados, é de referir que o terceiro cluster agrega pessoas que se consideram mais discriminadas, distanciando-se mais dos restantes em situações como serviços públicos, entrevistas para emprego, arrendamento de casa e cafés. Quanto aos dois outros clusters, as diferenças são mínimas, distanciando-se apenas o primeiro grupo nos contextos de supermercados e escola.

Figura 73
Contextos de discriminação por cluster



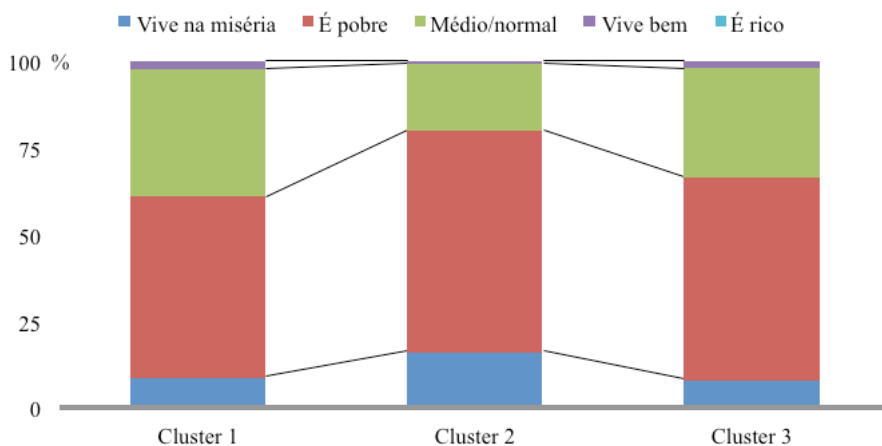


No que respeita à autoavaliação do nível de vida por cluster destaca-se a distância do segundo cluster e a aproximação entre o cluster nº1 e nº3.

Tabela 39
Autoavaliação do nível de vida e comparação intergeracional por cluster

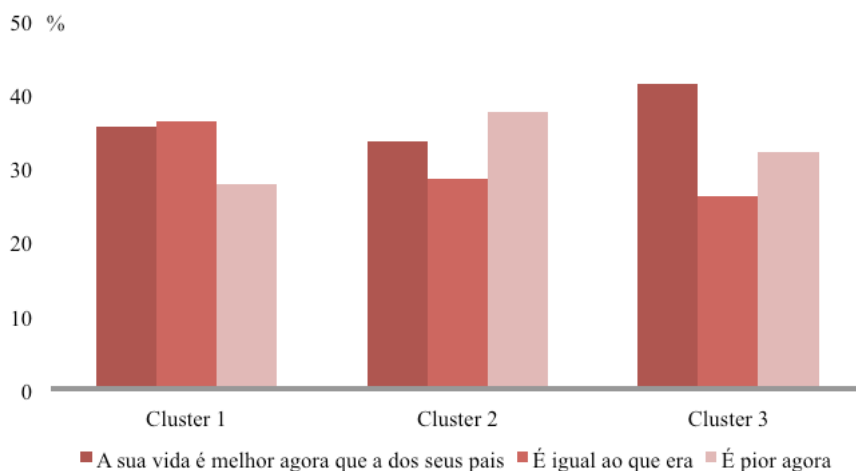
	Cluster 1 (n=580)	Cluster 2 (n=419)	Cluster 3 (n=597)
<i>Autoavaliação do nível de vida</i>			
Vive na miséria	8,9	16,1	8,1
É pobre	52,2	63,9	58,5
Médio/normal	36,7	19,3	31,4
Vive bem	2,3	0,7	2,0
É rico	0,0	0,0	0,0
<i>Comparação intergeracional</i>			
A sua vida é melhor agora que a dos seus pais	35,7	33,7	41,5
É igual ao que era	36,4	28,6	26,3
É pior agora	27,9	37,7	32,2

Figura 74
Autoavaliação no nível de vida por cluster



A comparação intergeracional revela algumas diferenças relevantes de acordo com os grupos: enquanto no cluster 1 a tendência é para os sujeitos considerarem que a sua vida é melhor agora ou igual à dos seus pais, o segundo grupo revela uma posição menos otimista, já no cluster 3 é mais frequente a avaliação positiva.

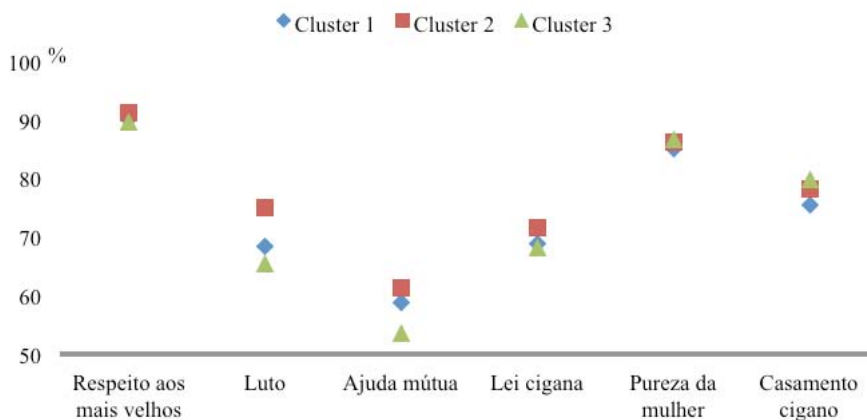
Figura 75
Comparação intergeracional por cluster



No referente às tradições ciganas que os sujeitos preferem manter não se verificam diferenças nas ordenações de cada grupo. Contudo, no geral, o cluster 2 tende a valorizar a maior parte dos costumes, distanciando-se dos outros nas questões respeitantes ao luto e à ajuda mútua.



Figura 76
Costumes e aspetos da cultura cigana a manter por cluster



Em suma, a partir de atributos que marcam a distintividade e a singularidade dos grupos é possível caraterizar 3 perfis, por um lado, bem distintos entre si e por outro, internamente coesos. Este quadro procura reunir as caraterísticas mais marcantes e diferenciadoras entre cada um deles.

Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
Caraterísticas Sociodemográficas		
Pessoas mais jovens (89% com idade até 34 anos). Uma certa heterogeneidade em termos de níveis de escolaridade; contudo, é também o grupo com menor proporção de sujeitos sem escolaridade. Tendencialmente, não se consideram trabalhadores.	Maior nº de pessoas com idade superior a 45 anos. Maior % de pessoas sem escolaridade. Mais de metade declara não trabalhar.	Agrega uma maior % de sujeitos com idade entre os 25 e os 44 anos. Maior % de indivíduos com escolaridade ao nível do primeiro ciclo (completo ou incompleto). Maior proporção de trabalhadores (¾) e cerca de 1/3 exerce venda ambulante.

<i>Sociabilidades</i>		
É o grupo que menos refere ter como principais amigos não ciganos.	Este grupo possui relações de amizade fechadas ou mistas. Relações de vizinhança rejeitadas: maior % de pessoas que diz que não gostaria de ter vizinhos africanos.	É o grupo que mais refere ter redes de amizade mistas e o que menos nomeia redes fechadas. Tem mais relações com não ciganos (excetuando nas atividades de tempos livres).
<i>Integração</i>		
É o grupo com participação eleitoral mais reduzida. Principal fonte de rendimento: RSI e outros subsídios; neste grupo tem algum peso as pessoas a cargo da família. Auto-avaliação do nível de vida: Maior % de pessoas que dizem ter um nível de vida médio/normal; em termos intergeracionais, estas pessoas considerarem que a sua vida é melhor agora ou igual à dos seus pais.	Pouco mais de metade não vota nas eleições. Principal fonte de rendimento: RSI e outros subsídios. Auto-avaliação do nível de vida: maior % de pessoas que se auto avaliam como pobres e vivendo na miséria. Discriminação: grupo com maior % de pessoas que nunca foram discriminadas; Em termos intergeracionais: maior % de pessoas que consideram o seu nível de vida pior que o dos seus pais.	É o grupo com maior proporção de votantes, mais de metade. Principal fonte de rendimento: RSI e outros subsídios; mas destacam-se os sujeitos que têm o trabalho como fonte de rendimento. É o grupo que menos recebe apoios sociais. Maior participação associativa e predisposição para participar em associações ciganas. Discriminação: agrega o maior nº de pessoas que já se sentiram discriminadas (em serviços públicos, entrevistas para emprego, arrendamento de casa e cafés).
<i>Cultura</i>		
É o grupo que tem mais ascendências mistas (pai ou mãe não cigano);	Tem menos ascendências mistas. Uma importante proporção de cônjuges não ciganos (5%). Práticas socioculturais: tende a valorizar a maior parte dos costumes, observando-se distâncias superiores face aos outros 2 grupos, face a questões referentes ao luto e à ajuda mútua.	Maior proporção de cônjuges não ciganos (6%).



<i>Habitação e condições</i>		
Habitação: apesar da maioria viver em habitação social; aqui, há proporções elevadas de sujeitos a residirem em barracas ou casas abarracadas. Equipamentos domésticos: grupo bem favorecido em todos os itens em análise, distanciando-se dos restantes no que se refere a equipamentos e serviços de comunicação e informática (TV cabo, computador e internet).	Proporções mais elevadas de sujeitos a residirem em barracas ou casas abarracadas.	Equipamentos domésticos: grupo mais bem favorecido na posse de equipamentos domésticos, havendo maior distância face aos outros grupos relativamente a serviços de comunicação e informática (TV cabo, computador e internet).
<i>Escola</i>		
Menor incidência do abandono escolar; o mais favorável à permanência das raparigas na escola. a ideia da existência de professores ciganos também é transversal aos três grupos, contudo, tal é partilhado com menos intensidade neste grupo.	O abandono escolar tem aqui maior incidência (cerca de $\frac{1}{4}$),	Grupo com mais pessoas com filhos ou netos na escola.
<i>Saúde e planeamento familiar</i>		
Recorrem mais a métodos contracetivos que os outros grupos.	Maior incidência de problemas de saúde.	*
<i>Localização geográfica</i>		
Localização geográfica: 80% dos inquiridos que vivem em Estarreja e Ovar e mais de 70% dos sujeitos no Barreiro e Santa Maria da Feira estão classificados neste grupo.	Castelo Branco é o concelho com maior proporção de sujeitos deste grupo (66%), Santarém com 60% e Campo Maior e Lagoa com metade ou mais indivíduos.	Localização: maior concentração geográfica; em determinadas zonas do país face aos outros grupos, p.e. Almada e Guarda apenas possuem sujeitos deste grupo; Espinho e Vila do Conde mais de 80%.

4. Validação dos perfis através do método de Delphi

A segunda etapa da delimitação dos perfis recorreu a uma adaptação do método de Delphi. O pressuposto deste método é o de que, os peritos, especialmente quando estão de acordo, têm maior probabilidade de apresentar afirmações corretas do que não peritos (Gordon 1996). Contudo, a técnica utilizada até então era os grupos focais, que possuía sérias limitações, e.g. pressão de pares, participante com maior “voz”, etc. (Gordon 1996). Assim, os dois pilares do método de Delphi é o anonimato e o feedback, o primeiro anula o efeito de personalidades mais fortes, ou mais reconhecidas no meio; o segundo incita à

* Sem dados diferenciadores.

reflexão. Atualmente, as versões ou alterações deste método são várias, podendo tanto recorrer a metodologias qualitativas, como quantitativas.

Para o caso, os resultados obtidos através da análise de clusters foram apresentados a um painel de 18 peritos. Foi utilizada uma ficha com os quadros síntese acima sendo solicitado aos peritos que comentassem cada uma das células, tendo em conta o seu conhecimento da população em estudo e que exprimissem a sua concordância (ou discordância) face aos resultados. Os comentários foram recolhidos por membros da equipa de investigação.

Posteriormente, os comentários foram introduzidos num software de análise de conteúdo (MAXQDA). A análise pretende contrabalançar as opiniões de concordância *versus* discordância bem como as explicações que os peritos apontam para os resultados obtidos.

Apresenta-se abaixo a caracterização dos peritos, para garantir o seu anonimato, referem-se apenas as suas principais funções.

Tabela 40
Funções dos peritos consultados no método Delphi

Nº1	Investigador e professor visitante
Nº2	Investigador
Nº3	Investigador
Nº4	Mediador e consultor
Nº5	Professor
Nº6	Bolseiro de doutoramento, ex-coordenador de projeto Escolhas
Nº7	Coordenador de projeto Escolhas
Nº8	Técnico Superior em Autarquia
Nº9	Mediador informal, ex-mediador municipal
Nº10	Professor
Nº11	Responsável por organização religiosa
Nº12	Sociólogo
Nº13	Presidente de associação cultural cigana
Nº14	Feirante



Nº15	Assistente social
Nº16	Coordenador de projeto Escolhas
Nº17	Coordenador de projetos em ONGD
Nº18	Psicólogo em ONGD

A exposição dos resultados seguirá a mesma ordem dos temas, sendo lembrado os resultados com os quais os peritos foram confrontados.

Caraterísticas Sociodemográficas		
Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
Pessoas mais jovens (89% com idade até 34 anos). Uma certa heterogeneidade em termos de níveis de escolaridade; contudo, é também o grupo com menor proporção de sujeitos sem escolaridade. Tendencialmente, não se consideram trabalhadores.	Maior nº de pessoas com idade superior a 45 anos. Maior % de pessoas sem escolaridade. Mais de metade declara não trabalhar.	Agrega uma maior % de sujeitos com idade entre os 25 e os 44 anos. Maior % de indivíduos com escolaridade ao nível do primeiro ciclo (completo ou incompleto). Maior proporção de trabalhadores (¾) e cerca de 1/3 exerce venda ambulante.

Caraterísticas sociodemográficas do grupo 1

A quase totalidade dos peritos concorda com o perfil traçado para o grupo 1.

Tratam-se de jovens que *estudaram mas não conseguiram emprego (P4)(P13)*, e com alguma frustração uma vez que *a escolaridade não concretiza os seus objetivos que é ter emprego (P4)*

Segundo outro perito (P18) trata-se de pessoas que estudaram devido a imposições por um lado devido ao RSI por outro lado devido a imposições legais referentes à escolaridade mínima obrigatória.

Não obstante a existência de alguma escolaridade *O cumprimento dos 12 anos de escolaridade é uma quimera. (P11)*, embora as gerações mais novas tendam a ser mais escolarizadas (P8)

Opinião diferente é a de este grupo que considera que *não vale a pena estudar. Aham que mesmo que estudem são sempre postos à parte.*(P14), e que, neste grupo de idade, os indivíduos abandonam a escola no 2º ciclo para ajudar nas feiras com os pais (P16)

Existe alguma mudança, alguns possuem o seu próprio negócio de venda e outros empregam-se por conta de outrem. *Portanto é de facto aqui que pode começar a ver-se alguma mudança geracional, não necessariamente seguir as pisadas dos pais e vender. Mas há bastantes que também já estão a vender. Portanto não é assim uma revolução* (P5).

Para alguns, esta categoria de trabalhador, está a abranger pessoas que por vezes desenvolvem apenas alguma venda precária (P7), considerando-se empreendedores (P10).

Posição divergente é a de peritos segundo os quais apenas se consideram trabalhadores os trabalhadores por conta de outrem (P9)

Caraterísticas sociodemográficas do grupo 2

Neste caso nenhum perito discordou com as características apontadas para este grupo, embora alguns deixem algumas ressalvas.

Neste grupo encontram-se em grande parte vendedores em feiras e mercados, pessoas para as quais *a escolaridade não lhes diz nada, mas gostam de saber assinar* (P4). Outros tipos de trabalhos são *uns biscates na agricultura, outro tipo de negócios que são coisas que às vezes não têm continuidade* (P5) sendo a falta de continuidade que justifica a ideia de que não trabalham.

Para um outro perito (P7), a identificação como trabalhador depende do interlocutor, *eles podem intitular-se como trabalhadores perante nós, programa Escolhas mas nós sabemos que se for uma assistente social que se declaram como não trabalhadores.* (P7) Mesmo que se tratem de vendas continuadas.

Assim o baixo número de não trabalhadores obtido pode ser resultado de uma estratégia de ocultação resultante dos condicionantes para receber o RSI *Muitos declaram não trabalhar porque estão a receber o RSI. Aham que se disserem que trabalham acham que vão afetar os rendimentos. Aham que não devem assumir as atividades a que se dedicam. Por isso é que usam a palavra não trabalhar. Pouco ou muito vão trabalhando nas feiras* (P14)



Segundo outro consultado, deve ser analisado a proporção de homens/mulheres neste grupo, uma vez que as mulheres neste grupo tendem a considerar-se trabalhadoras (P6).

Existem por outro lado os peritos apologistas de que o não trabalho é uma efetividade, que se tratam de pessoas dependentes do RSI *Pessoas extremamente dependentes do RSI e isso não permitiu a sua evolução. RSI gerou pessoas sem autonomia.* (P11) ou que conjugam o RSI com outras pequenas fontes de rendimento como a recoleta de sucata (P12).

Em termos etários um dos consultados (P5) considera que devem ser ligeiramente mais velhos do que o por nós apurado *a partir dos 50 e tal 60* (P5).

Quanto à relação entre atividade laboral e idade, um dos peritos refere que: *Acima dos 45 anos já não trabalham, muitos não.*(P9), ou que *a partir dos 45 anos está-se mais por casa* (P14); osição contrária é a de que *os ciganos trabalham até poderem*". *50% dos ciganos antigos, dos mais velhos, toda a vida andaram no negócio, na venda ambulante* (P13).

Em termos de escolaridade tratam-se de pessoas que não frequentaram o sistema de ensino por não ser obrigatório, ao contrário das gerações mais novas (P13).

Caraterísticas sociodemográficas do grupo 3

Embora a tendência seja para concordância dos resultados, existem divergências nas interpretações, o perito N°2 considera que este perfil coincide com os habitantes do meio rural em Bragança, já o perito N°3 toma estes como o grupo dos "urbanos".

Um outro perito, enfatiza as diferenciações em termos regionais, em algumas zonas, a população é muito pobre e não possui o necessário para se dedicar à venda ambulante, refere ser necessário uma *estrutura familiar minimamente organizada* para que seja possível *buscar ao armazém, fazer venda e arranjar maneira de gerir os filhos para fazer isso. São muito poucas as famílias que fazem venda de feira com a carrinha* (P6).

Um outro perito avança para uma explicação da relação entre alguma escolaridade e

trabalho, sendo a primeira motivada pela necessidade de conduzir. *De facto muitos estudam até ao primeiro ciclo e de facto uma das motivações é a carta de condução que precisamente serve para a venda ambulante (P10).*

Outra explicação remete para o ciclo de vida: *Atingem um patamar, no sentido da idade, onde têm mais responsabilidade e são os trabalhadores que dão o fruto para os filhos. A partir dos 25 e até aos 44 anos há mais responsabilidades (P14)*

O perito nº13 ressalva a diferença entre trabalhar como vendedor nas feiras e vendedor de rua ou vendedor porta a porta. *Nas feiras também são considerados vendedores. Mas um vendedor ambulante hoje é nas ruas, pelas portas. Isso é que é um vendedor ambulante.*

Uma segunda ressalva é apontada por outro perito: *Apesar de terem escolaridade, são analfabetos funcionais e só sabem assinar o nome (P16).*

Para outro dos consultados, a proporção de trabalhadores tende a tornar-se ínfima face aqueles que recebem RSI por motivos de acomodação: *No entanto, hoje em dia, já se estão todos a acomodar ao RSI (P12)*, também outros dois consultados discordam com as proporções de trabalhadores e de vendedores, considerando-as menores (P17 e P18).

Sociabilidades		
Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
É o grupo que menos refere ter como principais amigos não ciganos.	Este grupo possui relações de amizade fechadas ou mistas. Relações de vizinhança rejeitadas: maior % de pessoas que diz que não gostaria de ter vizinhos africanos.	É o grupo que mais refere ter redes de amizade mistas e o que menos nomeia redes fechadas. Tem mais relações com não ciganos (excetuando nas atividades de tempos livres).

Relações de sociabilidade do grupo 1

No que respeita as relações de sociabilidade deste grupo existe uma grande tendência para os peritos discordarem com os resultados.

Seja devido a ser o grupo mais jovem (P5, P16 e P17), por terem andado na escola (P4, P10 e P17), ou por ser o grupo mais bem integrado (P15). Explicações mais elaboradas são fornecidas nos seguintes trechos:



Porque o cigano é amigo de todas as pessoas. Mesmo aqui no bairro, mesmo sem ser de etnia cigana, pretos, cabo-verdianos, somos amigos uns dos outros. Queremos ter amigos por todo o lado (...) Nós agora estamos muito mais abertos. Temos mais amigos e mais amizades com toda a gente. Sobretudo os mais jovens. (P13)

Há 15 anos, 20 anos, os ciganos viviam mais em comunidade. Agora não, agora há aqueles bairros sociais. Antigamente havia mais concentração de ciganos. Os jovens já vivem mais fora dos pais, em sítios mais citadinos, cidades, onde são mais espalhados (...) Os jovens até 35 anos vivem com os ciganos, mas é nas feiras. Fora das feiras, os amigos deles, as amizades são pessoas não ciganas". (P14)

De entre a minoria dos peritos que não discordam, as explicações apontadas são: a ênfase em serem os principais e não apenas os colegas (P6), a definição de amigo (P7), a diferença em termos quantitativos, embora possuam alguns amigos não ciganos, os *grandes amigos* serem ciganos (P9).

A explicação com base na componente familiar é defendida pelo perito nº11 e pelo nº8 no seguinte excerto:

Se pensarmos um bocadinho sobre isto se calhar não é tão estranho assim porque estamos a falar da faixa etária que casa e quando casam fecham-se. Se tivéssemos a falar dos meninos que andam na escola, seguramente até aos 12... Aos 16 as coisas começam a ficar um bocado tremidas mas até aos 12 eles têm amigos ciganos e não ciganos e não há aqui um peso tão grande.

Relações de sociabilidade do grupo 2

A tendência é para os peritos concordarem com as relações de sociabilidade do grupo 2. Alguns especificam que a distância social é maior em relação a africanos e a marroquinos (P2), mas por vezes também a outros ciganos (P6).

As explicações passam por uma maior tendência para o fechamento neste grupo (P3 e P13); pela idade (P5 e P8), mas também como a idade sendo um fator transversal a qualquer grupo (P10).

Os processos de realojamento explicam em parte estes dados:

Até porque aqui nas relações de vizinhança rejeitadas sabemos que os realojamentos não foram bem-feitos e não sei se continuam a ser bem-feitos e tem gerado uma série de conflitos intergrupais ou interétnicos.(P10), sendo que, nestes bairros, o contato é forçado

ou imposto (P11 e P13) como também se observa na seguinte constatação:

Aqui conseguem conviver sem ter desavenças mas se lhes dessem a escolher... De certeza que eles não escolheriam (P7).

Por outro lado, um dos peritos, ressalva que, em alguns casos o contacto de vizinhança é bem sucedido (P16).

Uma outra explicação dá-se devido à diferença cultural:

Há muitos que não gostam porque a cultura é completamente diferente. Não é que sejam racistas mas os comportamentos dos africanos são diferenciados, na maneira como se expressam e se dispõem e nós somos muito reservados. É a questão de termos meninas solteiras e estes imigrantes vêm de todas a maneira para as escadas (vestimenta ou ausência dela) e depois metem-se connosco achando que a nossa cultura é como a deles. (P4)

Discordante são as constatações dos seguintes peritos, que consideram este evitamento resultado da proximidade com outros ciganos, (P13) ou uma característica aleatória: *É 50 50, pode ser, pode não. Depende da pessoa. (P9)*

Relações de sociabilidade do grupo 3

Nesta secção, a tendência geral é para a concordância com apenas duas excepções.

Grande parte das explicações remetem para este grupo ser o que protagoniza interações com não ciganos em maior número, devido às suas redes de trabalho (P2, P6), é ainda efetuada a ressalva de que se tratam de relações de trabalho e que, em tempos livres existe uma preferência para sociabilizarem com ciganos (P8, P11 e P18).

Nos tempos livres ficam pelo bairro e contactam quase exclusivamente pessoas ciganas. Como frequentam muitas vezes cursos de formação ou vão à feira acabam por ter relações com pessoas não ciganas.

O campo do trabalho é especialmente importante no caso daqueles que possuem o seu negócio:

Depende da simpatia do cigano. É o cigano que por hábito tem mais dinheiro e que frequenta mais os cafés e que procura com esses conhecimentos o seu negócio. Tem que ser uma pessoa amável para encontrar o seu negócio. (P4)

O perito nº3 acrescenta à explicação do trabalho o contexto de reclusão.



Já o perito nº 10 associa as relações de trabalho aos casamentos mistos:

Se calhar tem mais relações com não ciganos em termos laborais. Eu acho que também há dois fenómenos aqui por um lado é o trabalho, que necessariamente implica contacto e depois porque muitos deles tentam casar com não ciganos e esta faixa se calhar também contempla estar parte do casamento.

Uma segunda ordem de explicações remete para a idade dos sujeitos e pela passagem pelo sistema de ensino (P13), em termos de idade, foi também apontada a crítica de que este fenómeno devia ser observado em sujeitos mais novos (P7), ainda nas explicações da idade, a próxima ilustração reforça a justificação do ciclo de vida:

“Depois dos 35 anos as pessoas já se dedicam mais à família, já estão mais em comunidade, já têm um filho casado ou dois, já têm netos, já se fecham mais ali na comunidade. Os jovens dão mais abertura”. “O lidar deles com os ciganos é nas feiras. Conhecem-se é nas feiras. O sítio onde os ciganos convivem mais uns com os outros é nas feiras e nas festas. A partir daí não, cada um tem a sua vida.” (P14)

Duas discordâncias remetem para este grupo tender a ser o mais fechado dos três (P16, P17), especialmente por se encontrar fora do sistema de ensino (P16).

Integração		
Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
É o grupo com participação eleitoral mais reduzida. Principal fonte de rendimento: RSI e outros subsídios; neste grupo tem algum peso as pessoas a cargo da família. Auto-avaliação do nível de vida: Maior % de pessoas que dizem ter um nível de vida médio/normal; em termos intergeracionais, estas pessoas consideraram que a sua vida é melhor agora ou igual à dos seus pais.	Pouco mais de metade não vota nas eleições. Principal fonte de rendimento: RSI e outros subsídios. Auto-avaliação do nível de vida: maior % de pessoas que se auto avaliam como pobres e vivendo na miséria. Discriminação: grupo com maior % de pessoas que nunca foram discriminadas; Em termos intergeracionais: maior % de pessoas que consideram o seu nível de vida pior que o dos seus pais.	É o grupo com maior proporção de votantes, mais de metade. Principal fonte de rendimento: RSI e outros subsídios; mas destacam-se os sujeitos que têm o trabalho como fonte de rendimento. É o grupo que menos recebe apoios sociais. Maior participação associativa e predisposição para participar em associações ciganas. Discriminação: agrega o maior nº de pessoas que já se sentiram discriminadas (em serviços públicos, entrevistas para emprego, arrendamento de casa e cafés).

Integração do grupo 1

Quanto às avaliações dos níveis de vida existe alguma pluralidade de opiniões, embora com tendência para a concordância.

No campo das discordâncias existem aqueles que consideram que, as gerações anteriores *deram no duro* e *deram o litro* (P12), ou que, a atual conjuntura económica desfavorece toda a população em termos intergeracionais: *Estamos a falar na economia. O país está como está, não é só nos ciganos, é em todo lado. Isto também afetou os ciganos. A economia está baixa para toda a gente, nós somos portugueses* (P14).

É ainda levantada a crítica de que é possível que, como grande parte não trabalha e não possui ordenado fixo, não tem capacidade para avaliar com precisão o seu nível de vida (P11).

No que se refere às corroborações das avaliações positivas existem os argumentos de que em tempos os ciganos passavam mais fome (P13), que vivem em acampamentos e praticavam a mendicidade (P18).

Existe ainda uma elevada associação das melhorias das condições de vida ao RSI. (P2, P7, P13, P18).

Contudo, são efetuadas algumas críticas a estas proporções:

Eu não percebo porque é que estes miúdos, que são miúdos, eu não percebo porque dizem que a sua principal fonte de rendimento é o RSI. Porque poderá um ou outro receber mas eles próprios gostam de levar o rótulo do RSI. (P9)

Quanto à participação eleitoral, a tendência é para a concordância, quer devido à inexistência de referências e persistência (P4) ou devido a uma consciência política reduzida (P11). Na parte das discordâncias, há a referência de que a abstenção é transversal a todos os grupos (P17) ou que tem maior incidência em outros grupos (P15).

Integração do cluster 2

Quanto à avaliação negativa que este grupo faz do seu nível de vida, são apresentadas diversas explicações, seja por se tratar de uma comparação com os não ciganos (P2), por uma cultura de pessimismo (P17), mais presente nos mais velhos (P5), especialmente porque nesta coorte, se presenciou situações de elevada carência:

Estas pessoas são filhos de pessoas da geração da década de 50 em que houve muita fome em Portugal. São pessoas que os pais deles passaram fome e muitos deles também terão



passado muitas dificuldades. Revêm-se muito nas questões da miséria, da fome e da pobreza e assumem isso. (P6)

Em termos geracionais referem que em alguns viveram em épocas de maiores desigualdades sociais, discordando com a avaliação negativa intergeracional (P4).

Em termos económicos, são referidos os cortes aplicados aos rendimentos (P4 e P10) bem como a mudança na organização económica: *foram socializados num contexto de “economia diária”- gestão diária dos poucos recursos. Com a implementação do RSI têm dificuldade em fazer uma gestão mensal* (P11). *Acredito que sim, porque quando não havia RSI e aquilo que o meu pai me fala todos que comiam, bebiam e não dependiam de ninguém. E hoje como a vida está é muito difícil ganhar todos os dias para o dia-a-dia* (P9).

No campo da participação eleitoral as explicações para a abstenção passam pela ausência de um líder (P4) e a idade (P13). Existe uma maior discordância quanto à participação eleitoral deste grupo (P14, P15, P18).

No que respeita a discriminação, existem as posições de desacordo devido a ser o grupo mais velho seria o que conviveu com mentalidades mais conservadoras (P17), sendo no entanto referido que atualmente, com o contexto de crise, esta discriminação tende a aumentar.

Em relação à discriminação, antes havia muito mais discriminação. A guarda não deixava o cigano parar num sítio. Mas, agora, há cerca de 3, 4 anos, está-se a assistir a um aumento do preconceito talvez pela crise. (P4)

O grupo mais velho possui a característica de, provavelmente, ter um maior número de membros ainda nómadas, que foi mais discriminado por isso (P5, P13).

A dimensão da comunidade cigana nas gerações anteriores é outra das explicações, uma vez que, com o aumento do número de ciganos, aumenta também as possibilidades de conflito.

Não serem vítimas de discriminação, provavelmente porque a integração era muito mais fácil antigamente era uma coisa muito mais... menos exigente. Sem exigência nenhuma. Todos nós em pequeninos tínhamos os ciganos no acampamento, ali. Não tinham integração nenhuma, portanto não havia conflito nenhum. Não eram discriminados, porque não tinham contacto com ninguém. Eu apenas tive um colega cigano na escola. Não tive metade da turma. Não houve contacto. (P6)

Num sentido semelhante, a baixa percepção de discriminação é justificada pelo fechamento e reduzido contato. *Vivem mais dentro da comunidade e portanto não se sentem tão discriminados, estão mais protegidos e portanto não se expõem ao contacto com o outro e daí talvez essa percepção* (P10).

Em termos comparativos, é enfatizado que são os mais novos que possuem maior consciência das práticas discriminatórias e maior contato com não ciganos (P8, P10).

Integração do cluster 3

As explicações para este grupo possuir os maiores valores de associativismo passa por ser o grupo que mais tem as necessidades básicas asseguradas (P3). No caso do voto, é neste grupo se se encontram as pessoas mais bem informadas (P4), com a ressalva de que se pode tratar de um efeito de desajabilidade social: *Tenho a ideia de que eles não votam, que nos dizem que votam mas não votam* (P8).

Quanto às situações de discriminação a ideia passa por ser o grupo com maior consciência: *Já têm os olhos mais abertos, já sabem o que é a discriminação* (P9) e que é o que mais interagem com a população maioritária (P6) seja em contextos de serviços sociais (P5) ou entrevistas de trabalho:

Lembro-me de alguns ciganos dizerem aquela questão “cigano não quer trabalhar” e eles diziam-me algum há uns anos quando abriu o IKEA, ali em Alfragide, quer dizer eles passaram todos até à fase da entrevista, depois quando foram à entrevista não ficou nenhum cigano (P10)

Cultura		
Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
É o grupo que tem mais ascendências mistas (pai ou mãe não cigano);	Tem menos ascendências mistas. Uma importante proporção de cônjuges não ciganos (5%). Práticas socioculturais: tende a valorizar a maior parte dos costumes, observando-se distâncias superiores face aos outros 2 grupos, face a questões referentes ao luto e à ajuda mútua.	Maior proporção de cônjuges não ciganos (6%).



Traços culturais do grupo 1

No geral não foram levantados muitos comentários face a esta célula, é do conhecimento dos especialistas que estes casamentos mistos tendem a acontecer, mas de forma residual.

Uma explicação apontada passa por uma tentativa de aceitação:

Os nossos filhos acham que têm mais direito, sentem-se melhor e acham que são mais aceites na sociedade. Os meus filhos: o meu pai é cigano mas a minha mãe não é. Acha que por dizer que a mãe não é, é mais aceite. (P14)

Traços culturais do grupo 2

Quanto às valorizações de práticas socioculturais, a explicação passa pela idade, sendo esta idade associada a conservadorismo (P2, P3, P17), embora com a ressalva que esta associação é transversal a qualquer grupo social (P10). No que diz respeito ao luto, a ideia é que este prevalece, mas com traços de modernismo no que toca aos trajes. (P13)

Quanto aos casamentos mistos, é declarado que sempre existiu alguma miscigenação, especialmente nas classes superiores, e entre homens ciganos e mulheres não ciganas: *Diz que antigamente era menos comum os casamentos mistos. No entanto, antigamente, os mais ricos frequentemente tinham amantes não ciganas e daqui muitas vezes resultavam crianças que também eram ciganas, só que a mãe não era cigana. (P5)*
São mulheres “brancas”, não são homens “brancos” (P6).

Traços culturais do grupo 3

No que diz respeito aos casamentos com não ciganos, a ideia é que, independentemente do grupo, será sempre algo residual. Neste caso pode ser justificado por uma maior interação com não ciganos (P2, P4), sendo também algo que atualmente já é mais aceite:

Temos que ser honestos. Se um cigano foge com uma que não é cigana há coisa de 30 anos não encaravam bem a família mesmo sem ser da etnia cigana por ter lá um cigano no meio. E a gente é igual. Não nos sentíamos bem. As pessoas ficam doídas. Mas eles querendo, que remédio. Nos primeiros dias custa à gente, mas passado um mês ou dois temos

que encarar que é nora. Com a convivência já não se nota (P13). Uma explicação para a maior proporção neste grupo face ao primeiro é apontada pelo seguinte perito: O grupo mais jovem é muito pressionado para ter cônjuge cigano. As pessoas ciganas desta faixa etária já têm maior autonomia, pelo que poderá ter, apesar de residualmente, cônjuges não ciganos (P17)

Habitação e condições		
Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
Habitação: apesar da maioria viver em habitação social; aqui, há proporções elevadas de sujeitos a residirem em barracas ou casas abarracadas. Equipamentos domésticos: grupo bem favorecido em todos os itens em análise, distanciando-se dos restantes no que se refere a equipamentos e serviços de comunicação e informática (TV cabo, computador e internet).	Proporções mais elevadas de sujeitos a residirem em barracas ou casas abarracadas.	Equipamentos domésticos: grupo mais bem favorecido na posse de equipamentos domésticos, havendo maior distância face aos outros grupos relativamente a serviços de comunicação e informática (TV cabo, computador e internet).

Habitação no grupo 1

Neste tópico observa-se uma elevada discordância no que se refere à habitação em barracas. Sendo apenas apontada uma explicação para o fenómeno:

Mas isso tem, pelo menos aqui em [nome da autarquia], uma explicação. Nos anos 90 houve todo um esforço de realojamento das comunidades ciganas e não só e de facto muitas famílias passaram a viver aqui e noutros bairros sociais e neste momento como houve um crescimento das famílias temos sobrelotação. E neste momento assistimos de facto às gerações mais novas que ou porque não querem viver, ou porque não se dão bem ou porque estão em sobrelotação, ou porque querem privacidade, a voltarem para situações em que viviam há 20, 30 anos atrás. São casas alugadas muito precárias, aquilo pouco mais é do que uma barraca. Algumas sem canalização, sem luz, sem nada e isso assiste-se agora nas gerações mais novas (P8).

No caso do uso de novas tecnologias os peritos confirma os dados obtidos. Embora com



algumas divergências no que toca à literacia digital:

Eles têm todos os equipamentos e têm grande facilidade em aprender a mexer nos mesmos. Gostam de ter telemóveis topo de gama mas depois não têm uma habitação condigna que lhes permita conviver (receber) com não ciganos (P4).

No entanto nem todos têm acesso a este tipo de equipamentos nem possuem competências de literacia digital (P16).

Habitação no grupo 2

No geral, a tendência é para desconhecer situações deste género, embora seja referidas algumas situações de instabilidade residencial:

No entanto, mesmo aqueles que estão a viver em habitação social há uma grande % de pessoas que têm as rendas em atraso e muitos até estabeleceram um plano de pagamentos, mas que não cumprem. Por vezes e para cumprirem dívidas, há pessoas que pedem empréstimos a pessoas do bairro que se dedicam a esta atividade e que cobram mensalmente juros da ordem dos 20% (P11).

Habitação no grupo 3

Existe uma elevada concordância que neste grupo é elevado o número de electrodomésticos que possuem:

Têm mais conhecimento, são mais evoluídos. São capazes de tirar 10 a 15 euros do rendimento para irem equipando a casa. Têm gosto nas casas, nas pinturas (P4).

Também têm outros electrodomésticos; as mulheres anseiam normalmente por uma máquina de lavar e há famílias que fazem questão em ter em casa um grande plasma (P11).

A explicação apontada reside neste ser o grupo com maior poder económico (P8, P17, P18).

Escola		
Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
Menor incidência do abandono escolar; o mais favorável à permanência das raparigas na escola. a ideia da existência de professores ciganos também é transversal aos três grupos, contudo, tal é partilhado com menos intensidade neste grupo.	O abandono escolar tem aqui maior incidência (cerca de $\frac{1}{4}$.),	Grupo com mais pessoas com filhos ou netos na escola.

Educação no grupo 1

Grande parte dos consultados concordam com os resultados, referem que são em parte resultado de imposições do RSI (P10), por ser obrigatório (P13), por ser um grupo mais permeável à cultura dominante (P17), ou por desejarem um futuro melhor ao seus filhos:

Agora está tudo mudado. Queremos o bem dos nossos meninos. Aquilo que eu já passei não quero que os meus filhos passem (P13).

Não obstante, existem algumas críticas a esta posição defendendo que o abandono escolar tem elevada incidência (P18) e de forma transversal (P16).

Quanto à maior permanência das raparigas na escola, a explicação proposta é estas serem resultado da influência de casais mistos:

Talvez o facto de ser este grupo o mais favorável à permanência das raparigas na escola se deve às uniões mistas, em que a existência de um progenitor/a não cigano altera esse posicionamento (P3).

Por fim, a existência de um professor cigano não é valorizada, sendo indicado como motivo o elevado convívio deste grupo com ciganos, desvalorizado o tema (P8).



Educação no grupo 2

Existe uma elevada concordância face aos resultados neste grupo, sendo apontados motivos económicos e culturais (P3); é ainda de referir o perito que defende que esta proporção deverá ser semelhante à de não-ciganos (P8), um dos peritos desenvolve a ideia da necessidade de sanções:

Sim. Lá está, antigamente não havia punições a quem abandonasse a escola. Lá está, se houvesse punições como há agora há 30 anos atrás, se calhar hoje havia muitos doutores e engenheiros ciganos. Se no meu tempo houvesse punições como há agora, punições: tens que ir para a escola se não vais para tribunal e essas coisas, se calhar na altura em que nós eramos um bocado tapados e os nossos pais até nos obrigavam a ir à escola para aprender, se houvesse punições eu acho que hoje os ciganos estavam mais inseridos na sociedade. (P14)

Educação no cluster 3

Em relação a este grupo, não se observou nenhuma discordância. As explicações passam por uma maior valorização da importância da escola (P2, P4), em parte explicado pela faixa etária (P17).

Faz sentido. Valorizam mais a escola. Sentem grande dificuldade porque abalam para as feiras e têm que colocar os filhos nas escolas (todos os dias), têm maiores despesas, mas reconhecem a escola, dão-lhe valor. (P4)

Saúde e planeamento familiar		
Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
Recorrem mais a métodos contraceptivos que os outros grupos.	Maior incidência de problemas de saúde.	*

Saúde e planeamento familiar no grupo 1

Observaram-se duas discordâncias, sendo que os restantes concordaram com os resultados. Considerando este grupo mais informado (P2, P10), *Naquele tempo não sabiam o que era o mundo* (P13); e em que as mulheres possuem maior conhecimento da sua sexualidade (P4) em contraponto a uma geração em a sexualidade é encarada como um tabu (P9).

São mais liberais, mais abertos. Antigamente não tínhamos essa informação. Eles hoje falam uns com os outros. Não têm problemas nenhuns. Antigamente não. Nem com os amigos eu falava (P14).

Foram as mulheres as primeiras a usá-los mas de forma discreta e até ocultando dos maridos a sua adesão a estes métodos. Na verdade o nº de filhos diminuiu muito. (P11)

Um dos discordantes refere que este segmento não recorre a métodos contraceptivos (P15).

Saúde e planeamento familiar no grupo 2

Aqui, as causas apontadas são a falta de informação (P2) as parcas condições de vida que experienciaram (P11) e uma estilo de vida pouco ativo:

Há muitos casos de AVC porque há pouco desporto, praticam poucas atividades físicas, não se movimentam. Têm os filhos e os netos que fazem as coisas por eles e andam de carro para todo o lado.(P4)

* Sem dados diferenciadores.



Localização geográfica		
Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
Localização geográfica: 80% dos inquiridos que vivem em Estarreja e Ovar e mais de 70% dos sujeitos no Barreiro e Santa Maria da Feira estão classificados neste grupo.	Castelo Branco é o concelho com maior proporção de sujeitos deste grupo (66%), Santarém com 60% e Campo Maior e Lagoa com metade ou mais indivíduos.	Localização: maior concentração geográfica; em determinadas zonas do país face aos outros grupos, p.e. Almada e Guarda apenas possuem sujeitos deste grupo; Espinho e Vila do Conde mais de 80%.

Em relação à localização geográfica, a análise por concelho não se revelou muito robusta uma vez que grande parte dos peritos não possuía conhecimento tão diversificado sobre pessoas e famílias ciganas residentes nos espaços indicados, pelo que uma melhor abordagem poderá ser uma análise por distrito ou região.

Conclusões finais e recomendações

Este capítulo organiza-se em três secções: na primeira faz-se uma síntese da informação recolhida por via da mobilização da estratégia técnica metodológica adotada neste estudo; na segunda, sistematizam-se os resultados da análise SWOT, e por último, sem pretensões de exaustividade, apresentam-se algumas pistas que configuram a forma de recomendação/sugestão de domínios que requerem uma maior atenção por parte dos agentes políticos, interventores sociais, políticos e cientistas sociais.

Neste Estudo Nacional foi proposta a realização de uma análise multifacetada através da recolha de dados provenientes de várias fontes de informação tendo como finalidade primeira caracterizar e mapear as pessoas e famílias ciganas residentes em território nacional. Várias técnicas e níveis de informação foram acionados: i) o mapeamento de projetos, programas e políticas em várias áreas como a habitação, educação, emprego e formação profissional, saúde e coesão social; ii) realização de entrevistas em profundidade aos representantes socioinstitucionais que intervêm de forma próxima junto das pessoas e famílias ciganas obtivemos uma primeira incursão aos contextos vivenciais destas pessoas e aos projetos em que estão envolvidos crianças, jovens e adultos ciganos; iii) de forma complementar iniciou-se a análise documental a medidas e programas de política social, bem como, o levantamento e caracterização de projetos de intervenção sócio educativa e outros que têm como população alvo os ciganos entre outros utentes. A partir das entrevistas exploratórias foi possível perceber as perceções que os informadores privilegiados constroem sobre domínios tão diversos como as condições de vida, as trajetórias escolares, o acesso ao emprego e à formação profissional, os modos de convivência, bem como, a existência de situações de discriminação e racismo, e perspetivas de integração. Todos os dados recolhidos em contexto de entrevista deram origem a um conjunto de indicadores prévios que permitiram uma primeira aproximação aos perfis destas populações. Em síntese, podemos afirmar que as trajetórias escolares dos ciganos são geralmente muito curtas, principalmente no caso das raparigas, embora os rapazes raramente ultrapassem o 2º ciclo do EB). São ainda trajetórias marcadas pelo absentismo, insucesso e abandono escolares. Entre as pessoas ciganas que exercem uma atividade económica, a venda ambulante é ainda o seu principal meio de sustento. No entanto, entre os ciganos persistem também situações de desocupação e desemprego. Os casamentos acontecem em idades muito precoces (entre os 13 e os 15 anos). Quanto à religião, parece dominar na atualidade o culto evangélico, ligado sobretudo à Igreja de Filadélfia. Uma elevada percentagem das pessoas são beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), persistindo uma certa tendência para reproduzir ciclos de pobreza, a par de uma certa incapacidade para se fazer a rutura com vivências de pobreza e exclusão social. No domínio das sociabilidades subsiste um certo fechamento nos espaços de residência com a concentração de equipamentos e de serviços de atendimento social dentro do próprio bairro. Apesar de se notar uma certa retórica que aponta para uma multiplicidade de contactos entre ciganos e não ciganos, em alguns núcleos habitacionais

em que coabitam com outros grupos étnico-culturais foram descritos alguns problemas de relacionamento, sobretudo com pessoas de origem africana. De há algumas décadas a esta parte, as crianças tendem a conviver com outras crianças desde muito cedo, devido ao aumento significativo da frequência pré-escolar e escolar, o que acontecia em muito menor grau há alguns anos atrás. O preconceito e as situações de discriminação face aos ciganos parecem subsistir, sobretudo na escola e por parte de algumas instituições.

Tendo por base os discursos dos interventores no terreno junto de pessoas ciganas, constata-se que os territórios em que desenvolvem os projetos se caracterizam predominantemente por fenómenos como a pobreza, a segregação e a exclusão social e espacial. Os territórios são quase sempre desprovidos de outros serviços e equipamentos, o que faz com que os espaços e os projetos sejam procurados até para finalidades que não as previstas e os técnicos sejam confrontados no dia-a-dia com solicitações de ajuda de vária ordem.

Perante estes constrangimentos, sente-se por um lado, dificuldade em atender a todas as solicitações sendo que muitas delas extravasam as competências e recursos institucionais disponíveis. Por outro, faltam metodologias assertivas de aproximação à população cigana e que possibilitem uma maior participação nas atividades comunitárias, assim como, resultados eficazes na escolarização das crianças.

De salientar ainda que a localização dos projetos em territórios ainda marcados pela estigmatização e isolamento pode conduzir, ainda que sem intenção, a um maior fechamento da população sobre si própria: acabam por ser usados também como filtros ou mediadores por parte de outras instituições que se vão desresponsabilizando das suas obrigações de intervenção. Não obstante as dificuldades, regista-se mudanças positivas nas atitudes e comportamentos por parte dos profissionais de serviços sociais, educativos e de saúde, entre outros, com intervenção junto da população cigana.

Contudo, também se manifesta alguma estereotipia sobre as características e modos de vida das pessoas ciganas e que se expressam por vezes no escasso conhecimento sobre a população, assim como nas propostas de intervenção, o que se reflete na falta de adesão ou de interesse por parte da população.

Os constrangimentos financeiros que marcam o funcionamento destas organizações e serviços têm obstado a uma intervenção sistemática e programada, nomeadamente a médio prazo.

Para melhorar as condições de vida das pessoas ciganas seria necessário desenvolver um trabalho em rede mais sistematizado e estruturado com as famílias e pessoas ciganas, bem como, uma mais ampla e eficaz divulgação das referências e do repertório cultural destas pessoas junto de instituições e da população em geral.

Em termos de recomendações, impõe-se a superação dos efeitos negativos decor-

rentes de práticas de concentração, segregação e discriminação ocorridas no âmbito dos processos de realojamento. De forma complementar, é urgente encontrar formas de capacitação e empoderamento das pessoas ciganas, ou seja, que as medidas de política social consigam traduzir-se em ganhos estruturais e não pontuais, no tempo de duração de um projecto.

Em relação à caracterização das pessoas ciganas foi possível apurar uma representação estereotipada: são sobretudo pessoas com baixos níveis de escolarização e elevados índices de absentismo (1º ciclo) e de abandono escolar (2º ciclo) em que persistem ainda fortes desigualdades de género e com grande dependência das medidas de política social, essencialmente o RSI e abonos familiares.

No entanto, há mudanças sociais em curso e com impactos em várias dimensões da vida das pessoas ciganas: regista-se um maior número de situações em que se denota interesse pela escola e pelo cumprimento da escolaridade obrigatória; a redução do absentismo e abandono escolar por via do RSI; a maior frequência de creches e jardins-de-infância: melhoria da relação das famílias com a escola; a maior participação das mulheres em cursos de alfabetização e processos de RVCC (adultos) ainda que enfrentem grandes resistências por parte dos companheiros que as controlam de muito perto; também se assiste a alguns sinais de mudança de atitudes e comportamentos nas questões de género.

No que se refere a medidas e políticas públicas, importa reforçar o investimento já feito nas pessoas que participaram no projeto Mediadores Municipais, a continuidade do Programa Escolhas, a implementação de medidas de formação e emprego protegido, a divulgação e valorização da história e da cultura ciganas, por via da promoção de atividades dirigidas à sociedade em geral.

De um modo geral, nota-se entre os entrevistados algum desconhecimento específico sobre a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, desconhecendo os seus conteúdos, metas e estratégias específicas.

Neste trabalho também se fez uma primeira aproximação a uma espécie de mapeamento e análise de medidas de política social e de projetos de intervenção inovadores, fazendo referência especial aos que parecem ter um maior impacto nas trajetórias de vida das pessoas ciganas – o Rendimento Social de Inserção (RSI) e o Plano Especial de Realojamento (PER), por exemplo. Mas convém fazer uma breve menção à Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC), iniciativa de carácter transversal e que teve o seu início em 2013 e que tem como prioridades intervir nas esferas da educação, emprego e formação, saúde, habitação, visando contribuir para a integração das comunidades ciganas, procurando dar resposta às situações de exclusão.

Estes resultados complementam as evidências empíricas derivadas de dois inquéritos, um aplicado às autarquias locais e o outro aplicado a peritos, com o objetivo de traçar uma primeira aproximação à dimensão, localização e caracterização sumária das pessoas e



das condições de vida dos núcleos residenciais identificados.

Em síntese, não obstante o número reduzido de respostas validadas no que se refere ao inquérito a peritos, foi possível obter uma caracterização mais aproximada de alguns bairros e núcleos habitacionais e assim se fazer uma análise mais fina, atendendo ao ponto de vista do inquirido. Foi ainda possível perceber o tempo de estadia no espaço geográfico, a dimensão média das famílias conhecidas, os nomes de família, os principais meios de vida, níveis de escolaridade, as atividades profissionais dominantes, o tipo de habitação e regime de propriedade, o regime de propriedade e a religião predominante.

Em ambos foi possível apreender ligeiras *nuanças* regionais e que se prendem em grande medida com singularidades que marcam a inscrição sócio territorial destas comunidades, e que se prendem com os modos de convivência destas comunidades com a sociedade local e políticas de acolhimento que têm sido mobilizadas pelas autarquias e por outras instituições e serviços locais.

Um outro instrumento de recolha de informação foi a aplicação de um inquérito por questionário de carácter presencial em todo o território nacional por amostragem, aplicado a 1599 pessoas ciganas, representantes de um agregado familiar. Os resultados permitiram conhecer as características sociodemográficas dos agregados familiares e outras dimensões, como as condições de vida, em domínios como a habitação, trabalho, saúde, sociabilidades, religiosidade e discriminação social. Tendo por base a realização da análise de *clusters* foi possível estabelecer algumas características distintivas entre três tipos de perfis. Esses perfis foram validados por peritos e mediadores que corroboraram essa mesma diversidade entre pessoas ciganas. Certamente que se tivéssemos mais recursos financeiros e temporais e com uma procura mais efectiva de pessoas e famílias não residentes em bairros sociais ou em outro tipo de conjuntos habitacionais identificados por técnicos e peritos, teríamos porventura ainda uma maior diferenciação entre os perfis.

Com a análise SWOT identificámos para os resultados obtidos com os vários instrumentos de recolha de informação os pontos fortes, as fraquezas, as oportunidades e as ameaças em cada um dos níveis de informação e que em termos globais acabam por estar em sintonia com as grandes tendências registadas pelos vários instrumentos de recolha de informação.

Resumindo, a caracterização das pessoas e membros dos agregados familiares permitiu compreender que estamos perante comunidades jovens e relativamente pouco escolarizadas, sobretudo as pessoas mais velhas e do sexo feminino. No que diz respeito às fontes de rendimento, registou-se um elevado número de pessoas a cargo da família, o que coincide com o facto de 48,2% da composição dos agregados familiares ter 18 ou menos anos. Não obstante, a proporção daqueles cuja principal fonte de rendimento é o RSI

é maior do que a proporção daqueles que dependem primeiramente do trabalho. No que toca à condição perante a atividade económica, é também relativamente elevada a proporção dos desempregados (incluindo os que procuram o primeiro emprego e os que nunca trabalharam) e das domésticas. Aqueles que trabalham, por sua vez, têm profissões pouco qualificadas e diversificadas, predominando os vendedores ambulantes, por conta própria sem empregados.

O exercício de caracterização sociodemográfica e socioeconómica foi replicado para o grupo dos respondentes/indivíduos. Em termos etários, a maioria dos inquiridos é jovem e metade tem até 34 anos. A maioria dos inquiridos está casada ou em união de facto, de acordo com a “lei cigana” e com cônjuges ciganos; é descendente de pai e mãe ciganos; e tem filhos, tendo tido o primeiro, em média, aos 19 anos de idade.

No que se refere às suas qualificações escolares, dominam os que não sabem ler nem escrever, e, mais de metade dos sujeitos inquiridos não possui o primeiro ciclo do ensino básico completo. Quanto às principais fontes de rendimento, mais de metade depende do RSI, e 15% do seu trabalho. Ao nível da inserção sócio profissional sobressai o elevado peso dos trabalhos não qualificados, e um predomínio dos trabalhadores por conta própria sem empregados. No que respeita aos desempregados, mais de 60% encontram-se inscritos nos centros de emprego, embora muitos não tenham procurado trabalho recentemente.

Na componente habitacional constata-se que, em média, os agregados são compostos por 3 pessoas, embora possam atingir os 15 elementos. Estes vivem maioritariamente em casas do tipo clássico de arrendamento social, com 3 divisões (excetuando a cozinha e casa(s) de banho), gastando mensalmente com a sua manutenção entre 51€ e 200€.

Nesta dimensão, registam-se algumas diferenças e contrastes regionais, assim, as habitações do tipo clássico predominam em Lisboa e Vale do Tejo, são apenas pouco mais de metade na região Centro e Alentejo, e apenas ¼ no Algarve. Para a maioria, as suas casas parecem oferecer condições de habitabilidade adequadas: janelas, luz natural, casas de banho com chuveiro/banheira, água e eletricidade da rede pública. Mas também emergem problemas como a humidade nos tetos e paredes, a sensação de frio no interior da habitação, assim como ruído. Em termos regionais, os inquiridos residentes na zona de Lisboa e Vale do Tejo encontram-se, mais bem favorecidos que os restantes, especialmente em comparação os sujeitos que habitam na região algarvia. Uma significativa percentagem de inquiridos dispõe de vários equipamentos domésticos na sua habitação, como fogão, frigorífico, televisão a cores, máquina de lavar roupa e telemóvel e em menor proporção de automóvel para lazer, PC, internet a partir de casa e serviços domésticos. Estes equipamentos e serviços tendem a estar menos representados nos escalões mais velhos da amostra. Focando a análise na zona de residência e no meio envolvente à habitação, a proximidade das zonas de residência a hospitais ou centros de saúde é, para alguns, superior a 10 minutos a pé, havendo também alguma falta de transportes públicos. Quase metade dos indivíduos



indica a existência situações de crime ou violência zona de residência.

No respeitante à dimensão saúde e nutrição, constata-se que a grande maioria beneficia de médico de família e que opta muito mais frequentemente por este tipo de serviço. No que toca à vacinação, aqueles que têm filhos com menos de 18 anos de idade indicam que os mesmos têm as vacinas em dia. Dentro dos agregados, as doenças mais apontadas são as respiratórias e cardiovasculares, bem como diabetes e colesterol; são ainda apontados alguns casos de pessoas com deficiências motoras e mentais (abaixo de 5%), problemas de dependência de álcool e drogas. A utilização de métodos contraceptivos é apontada por menos de metade dos inquiridos, sendo em menor proporção assumida pelos homens e pelos escalões menos escolarizados. Os métodos mais usados são a pílula e o implante, respetivamente, havendo casos de adesão à injeção, ao sistema DIU, ao preservativo e à laqueação de trompas.

No que respeita a algumas carências, nomeadamente no acesso a alimentos, um terço dos indivíduos revelou ter passado algum ou vários momentos de fome no último ano. Este quadro tende a ser mais frequente nos sujeitos menos escolarizados, mais velhos e residentes na região do Algarve. Nestas situações, são sobretudo os familiares que prestam apoio, embora muitos contem também com a ajuda dos vizinhos e instituições, como o Banco Alimentar, entre outras estratégias. De facto, os indivíduos inquiridos beneficiam de outros apoios sociais, sobretudo os da Segurança Social, através do RSI e de abonos de família.

No que se refere à sua relação com o sistema educativo, pode referir-se que pouco mais de metade tem filhos ou netos a cargo estão a frequentar a escola, beneficiando a larga maioria de apoio escolar social. Apenas uma pequena percentagem indica que os mesmos não têm ido ou até tenham abandonado a escola sem concluir a escolaridade obrigatória, ou eventualmente que faltam com frequência às aulas. É amplamente partilhada a ideia de que, as raparigas devem frequentar a escola até pelo menos concluírem o ensino secundário. Contudo, 75,0% declaram que os rapazes devem permanecer mais tempo do que habitualmente e apenas 60,3% asseveram o mesmo em relação às raparigas. Dentro dos casos de pessoas nos agregados que regressaram à escola, tal parece ficar a dever-se, em grande medida, a uma imposição por parte da Segurança Social, como condição para acesso ao RSI ou a outras prestações sociais. Em termos regionais, o retorno à escola assume especial incidência na zona algarvia.

Ao nível da participação social e política, é possível afirmar que poucos fazem parte de associações ou exercem voluntariado. A participação associativa tende a ser protagonizada por inquiridos com níveis de escolaridade mais elevados, com idades entre os 35 e 44 anos e residentes em Lisboa e Vale do Tejo. Relativamente à disponibilidade para fazer parte de uma associação cigana, pouco mais de metade indica ter interesse; estes desejam que se faça ouvir a voz dos ciganos e querem ajudar os outros. De entre os que não têm

esta disponibilidade ou interesse há quem refira não acreditar neste tipo de associações. No que respeita à participação eleitoral, uma minoria exerceu o seu direito de voto nas últimas eleições autárquicas. Nestas situações, os participantes e votantes tendem a ser homens, com baixos níveis de escolaridade, com idade a partir dos 35 anos e residentes na região do Algarve. Uma outra dimensão da participação que foi analisada foi a participação religiosa. Apurou-se também que grande parte se considera evangélico, especialmente da Igreja Evangélica Filadélfia, participando nos cultos diária ou semanalmente.

Na secção referente às redes de sociabilidade, cerca de 78% revelam que mantêm relações de vizinhança com pessoas não ciganas, bem como 60,7% tem, maioritariamente, amigos ciganos e não ciganos. Em todo o caso, as relações com não ciganos são diversificadas e estendem-se aos momentos de lazer, de ajuda em situações adversas e de trabalho, entre outras. Estas relações com não ciganos tendem a ser mais frequentes quanto mais elevada é a escolaridade dos sujeitos. Ainda quanto às relações de vizinhança, há pequenos grupos dentro dos inquiridos que, podendo escolher, preferem não ter como vizinhos pessoas africanas ou imigrantes brasileiros, indo-asiáticos e de outros países do leste da Europa.

No que respeita às avaliações que efetuam das forças de segurança pública, os inquiridos consideraram também, na sua maioria, que as pessoas pertencentes a minorias étnicas são tratadas de forma diferente da maioria dos portugueses numa situação em que são vítimas de um crime e têm que apresentar queixa na polícia.

De mencionar também, nesta matéria dedicada às representações sociais, atitudes e relações com a população maioritária, que muitos declararam ter-se sentido discriminados por serem ciganos (58,6%), em diversos contextos, como o de trabalho, nos serviços, quer públicos quer privados, e na escola. Esta discriminação tende a ser percebida mais frequentemente nos sujeitos mais escolarizados, mais novos e residentes na zona de Lisboa e Vale do Tejo.

Passando à auto-avaliação que os sujeitos fazem do seu nível de vida, quase metade considera-se pobre e outros tantos situam-se numa situação conotada com um nível de vida “médio”. Há, no entanto, uma pequena expressão de alguns que dizem viver na miséria, não tendo sido inquirido nenhum sujeito que se considerasse “rico”. A tendência para a uma avaliação mais positiva tende a ser concomitante com os níveis de escolaridade e inversamente proporcional à idade. Em todo o caso, a maioria refere que vive de forma igual ou melhor do que os seus pais. Embora nos escalões mais velhos se observe um menor otimismo. Em termos regionais, as avaliações negativas estão mais representadas no Norte e no Alentejo.

No que respeita a alguns elementos da cultura cigana, é possível afirmar que a maioria dos indivíduos fala com alguma frequência o caló/romanó (diária, semanal e mensalmente). Esta prática cultural tende a ser mais frequente nos sujeitos mais novos, bem



como nos residentes na região do Algarve. Perante uma bateria de questões sobre as suas tradições relacionadas com a questão de género, 46,8% concordam que as mulheres devem ter os mesmos direitos e tratamento que os homens e 32,1% concordam que os meninos não são mais importantes que as meninas. Porém, a maioria também concorda que as mulheres de vergonha não devem frequentar determinados sítios sem os maridos (41,9%) e que cabe aos homens tomarem as decisões familiares mais importantes (34,8%). Este conjunto de opiniões parecem ter alguma falta de consistência interna, isto é, parece haver aqui alguma contradição e mitigação nas posições e atitudes perante a igualdade de género por um lado, e as tradições por outro lado. Observou-se também que pouco mais de 30% concordam que uma viúva deve rapar o cabelo e usar luto profundo e que os meninos devem andar na escola até mais tarde do que as meninas, acrescendo o facto de apenas 21,6% concordar que as mulheres não devem discutir assuntos familiares com os maridos, se não forem da mesma opinião. Finalmente, de realçar que mais de 70% dos indivíduos consideram que o respeito pelos mais velhos, a pureza da mulher e o casamento de acordo com a lei cigana são os costumes e tradições mais importante e a manter. Tem ainda grande importância a própria lei cigana, o luto e culto dos mortos e a ajuda mútua, entre outros.

Com base nos resultados obtidos nestes 5 níveis de recolha de informação (entrevistas a atores sócio institucionais, inquéritos aos peritos, às autarquias e às pessoas ciganas; análise documental) foi possível traçar uma análise SWOT, sendo perceptíveis os pontos fortes, os pontos fracos, as potencialidades e as ameaças em matéria de políticas sociais adotadas pelas autoridades portuguesas nos últimos anos a respeito integração dos ciganos, bem como sobre as práticas e efeitos dos projetos e programas de intervenção de carácter local, nacional e comunitário com incidência entre os ciganos portugueses. A operacionalização desta técnica possibilitou a obtenção de informação retrospectiva acerca dos fenómenos em análise, permitindo a sua contextualização e o conhecimento prévio de algumas dificuldades, carências e potencialidades associados aos processos de integração das pessoas ciganas. A informação aparece sistematizada nos quadros que a seguir se apresentam sobre políticas e medidas (com base na análise documental); Intervenção dos projetos e das instituições (a partir das entrevistas aos atores socio institucionais); Pistas para delimitar perfis sociais e condições de vida (inquérito às pessoas ciganas); Pistas para delimitar perfis sociais e condições de vida (inquérito às câmaras municipais); o conhecimento dos peritos (inquérito aos peritos). Esta informação revelou-se ainda um contributo importante na elaboração das recomendações finais que é possível fazer no contexto do presente estudo.

Análise SWOT 1

Medidas e políticas sociais

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> - Diversidade de políticas públicas que potencialmente abrangeram pessoas ciganas nas últimas três décadas; - RSI contribuiu fortemente para a frequência escolar e pré-escolar e também para a alfabetização e educação de adultos - Diretivas europeias impõem a concretização e alcance de resultantes e fiscalizam a sua aplicação bem como o respeito pelos direitos humanos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Debilidade em termos de execução de planos de inserção e no desenvolvimento de formação adequada e encontrar formas de empregabilidade; - Persistência de analfabetismo, de abandono escolar e insucesso escolar; - Persistência de situações de pobreza extrema e de exclusão social; - Existência de pessoas e famílias ciganas que não possuem condições de habitabilidade e salubridade; - Concentração habitacional da população cigana em bairros segregados e degradados;
Oportunidades	Constrangimentos/ ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - O quadro europeu das estratégias nacionais para a integração dos ciganos e a estratégia nacional abrem perspectivas novas no que se refere à intervenção junto das pessoas ciganas ao considerarem que se trata de um problema de Estado e não de uma questão "cultural". - Promoção do trabalho interministerial para elaboração de medidas transversais que permitam uma intervenção estrutural e não apenas pontual, portanto, medidas que promovam a autonomia económica e social das pessoas ciganas 	<ul style="list-style-type: none"> - Impacto do RSI afeta modos de vida fazendo desaparecer atividades económicas e estratégias alternativas de sobrevivência; - Medidas gerais que não se adequam às pessoas ciganas.



Análise SWOT 2

Intervenção dos projetos e das instituições

Forças	Fraquezas
Proximidade territorial com as pessoas ciganas Redes interinstitucionais Conhecimento da realidade socioeconómica da população Intervenção desenvolvida e com impacto positivo no que se refere à educação de crianças, jovens e adultos	Falta de recursos para intervenção de forma estruturada e integrada; Certo desconhecimento específico sobre as medidas Marginalidade e marginalização a que são votados os projetos em espaços territoriais com pessoas ciganas Fechamento e segregação social e espacial
Oportunidades	Constrangimentos/ ameaças
Participação crescente da população cigana nas iniciativas propostas pelos projetos. Dar continuidade a projetos no sentido de fomentar intervenções mais duradouras e criar <i>empowerment</i> da população. A mediação é vista como um aspeto muito importante na intervenção.	Poucos equipamentos no terreno: procura da população para várias finalidades para além das previstas pelas instituições/ projetos. Curta duração dos projetos o que é insuficiente para desenvolver um trabalho aprofundado.

Análise SWOT 3

Pistas para delimitar perfis sociais e condições de vida

Forças	Fraquezas
Diversidade de situações habitacionais e de rendimentos. Predisposição para a participação social. Cumprimento de plano de vacinação e uso recorrente de métodos contraceptivos. Alguma diversidade de perfis sociais e de padrões territoriais. Elevada percentagem de pessoas jovens Abertura à convivência com o Outro	Pessoas e famílias ciganas a residirem em tendas ou casas abarracadas sem condições de habitabilidade e salubridade. Grande percentagem de pessoas que vivem em situação de pobreza extrema. Grande número de pessoas analfabetas, sem a escolaridade mínima obrigatória. Elevada percentagem de pessoas cujo principal rendimento advém do RSI ou de abonos.
Oportunidades	Constrangimentos/ ameaças
O benefício do RSI poderia servir para criar planos de inserção para as pessoas e famílias ciganas no sentido da autonomização e não no sentido de perpetuar dependências. Distinção de vários perfis que indiciam a diversidade socioeconómica das pessoas e famílias ciganas.	Menor % de pessoas com atividade profissional face às que recebem RSI ou estão a cargo da família. Elevada percentagem de pessoas entre os 16-30 anos que nunca trabalharam. Mais de 80% são beneficiários de apoios sociais.

Análise SWOT 4

Intervenção e conhecimento por parte dos municípios

Forças	Fraquezas
<p>Muitas autarquias têm um conhecimento sistematizado sobre os municípios ciganos e estão disponíveis para encetar abordagens específicas dirigidas a esta população.</p> <p>Algumas autarquias trabalham com mediadores ciganos e/ ou conhecem as pessoas de respeito e as famílias presentes em cada núcleo habitacional.</p>	<p>Elevado número de não respostas por parte das autarquias, apesar de várias insistências.</p> <p>Algumas autarquias não indicam o número de pessoas ciganas residentes.</p> <p>Impossibilidade de reunir informação exaustiva para todo o território nacional.</p> <p>Elevada percentagem de pessoas a residir em habitação social.</p> <p>Escasso conhecimento sobre outras pessoas e famílias ciganas.</p>
Oportunidades	Constrangimentos/ ameaças
<p>O conhecimento dos locais de residência e a caracterização sociodemográfica desses núcleos habitacionais permitem desenhar projetos de intervenção dirigidos às necessidades específicas de uma dada população.</p> <p>Importância do trabalho desenvolvido pelas Redes Sociais que permite uma articulação entre as autarquias, ONG's, IPSS e Estado.</p>	<p>Intervenções ainda muito circunscritas e de pequena escala face à dimensão dos problemas conhecidos.</p> <p>Falta de recursos para assumir encargos com mediadores municipais.</p> <p>Possibilidade de se perder investimentos feitos e algum conhecimento produzido por questões orçamentais.</p>

Análise SWOT 5

O conhecimento dos peritos

Forças	Fraquezas
<p>Número significativo de investigadores sobre ciganos em Portugal.</p> <p>Olhar mais aprofundado sobre algumas comunidades.</p> <p>Heterogeneidade das comunidades- padrões territoriais</p>	<p>Elevado número de não respostas por parte peritos/ investigadores, apesar de várias insistências.</p>
Oportunidades	Constrangimentos/ ameaças
<p>O conhecimento de grupos de pessoas ciganas e a proximidade pode ser útil na proximidade ao terreno.</p>	<p>Não partilha de conhecimentos; evitamento da discussão num quadro de abertura, pluralismo e aceitação “não coberta” da diversidade de perspetivas e de resultados.</p>



Tendo em conta por um lado, os resultados apurados e por outro, o diagnóstico-síntese patente na análise SWOT, é possível organizar as várias recomendações em vários domínios de ação, e que se afiguram ser de intervenção prioritária: a intervenção por parte dos serviços, projetos e instituições várias; a definição das políticas sociais, a divulgação da cultura cigana; o setor da habitação; a capacitação e empoderamento das pessoas ciganas; as áreas da educação/formação e emprego; a metodologia de monitorização dos perfis identificados e a delimitação de algumas linhas de investigação que carecem de um maior aprofundamento e/ou exploração.

Assim, no domínio da intervenção institucional em geral e atendendo aos perfis das pessoas ciganas que foram identificados, é possível recomendar que a) as organizações e serviços com projetos e atividades próximos desta população deveriam dispor de recursos e de linhas de apoio/mecenato que garantissem uma certa continuidade temporal e um trabalho estruturante junto das populações ciganas; b) estas organizações e serviços deveriam descentrar as intervenções, de modo a envolver outras populações, assim como, o meio geográfico mais alargado, deixando de estar excessivamente focalizadas nas pessoas ciganas, e em espaços residenciais que promovem o isolamento do grupo cigano; c) trabalho com homens e mulheres, numa perspetiva de igualdade de género; d) trabalho com a comunidade não cigana no sentido de integrar as duas “comunidades” nas diferentes atividades e projetos; e) reforçar o investimento no Projeto Mediadores municipais; f) continuidade do Programa Escolhas.

Na área do desenho e definição das políticas sociais, importa promover mecanismos de trabalho interministerial para elaboração de medidas transversais que permitam uma intervenção estrutural e não apenas pontual, ou seja, medidas que promovam a autonomia económica e social das pessoas ciganas.

No domínio da divulgação da cultura(s) cigana, impõe-se a necessidade de divulgar de forma mais ampla e por via de uma diversidade de canais a cultura cigana, nomeadamente a música, dança e moda, enquanto estratégia de aproximação e de melhor inserção dos ciganos na sociedade local e de promoção da sua auto estima e valorização da sua cultura. Tal deveria também ocorrer em escolas, universidades, média, mas também junto dos interventores sociais, que por vezes, apresentam na sua prática uma intervenção marcada por preconceitos fortemente arraigados.

No domínio da habitação, urge i) superar práticas de concentração, segregação e discriminação decorrentes dos processos de realojamento, apostando-se em novos realojamentos de pequena escala e na requalificação de habitações, p.e. em partes antigas dos centros das cidades; ii) evitar a sobrelotação das habitações sociais, já que este problema tem gerado problemas de convivência entre gerações e a não autonomização dos casais e jovens (perfil 1 e 2);

No domínio da capacitação e empoderamento das pessoas ciganas, dedicando-se uma maior atenção às mulheres, assim importa promover: i) a aquisição e desenvolvimento de competências profissionais e de empreendedorismo, principalmente junto das mulheres de modo a atenuar a pouca autonomização dos agregados familiares face ao RSI e outros apoios sociais (todos os perfis, principalmente 1 e 2).

Nas áreas da educação/formação e emprego (e envolvendo os vários perfis), importa: a) Refletir sobre o impacto as medidas do ensino à distância e do ensino doméstico, nomeadamente num reforço do isolamento/afastamento dos ciganos face ao espaço de convivência e de encontro, que é a escola; b) Incrementar os níveis de escolaridade e literacia, sobretudo das mulheres; c) Apostar numa mudança de atitudes e valores, com a expectativa de que o trabalho desenvolvido com as mães e os pais produza os seus efeitos nos comportamentos das gerações mais jovens; d) Criar e divulgar de modelos e de expectativas positivos nas crianças, nomeadamente face à escola, e) Implementar medidas de emprego protegido, salvaguardando porém que estas deverão ser acionadas somente durante algum tempo.

No que se refere à apresentação de uma metodologia que permita monitorizar a evolução de 3 perfis identificados a médio e longo prazo, a operacionalização deste objetivo será possível através da disponibilização por parte da equipa de investigação das bases de dados em SPSS (ao nível local e, por agregação, também ao nível nacional), que pode ser explorado de modos muito diversos pela comunidade científica e interventores sócio institucionais com intervenção junto da população cigana. De forma sucinta é possível desde já antever uma possível metodologia mais sistemática com o intuito de se monitorizar os 3 perfis identificados a médio e longo prazo (5-0 anos), assim sendo, seria de toda a conveniência criar um observatório que até pode ter um carácter intermunicipal de recolha e atualização sistemática da informação empírica sobre as dinâmicas e lógicas evolutivas dos perfis das pessoas e famílias ciganas. Esta estrutura teria um carácter flexível e operacional, e poderia ser responsável pela aplicação de um pequeno questionário durante um ou dois meses por ano, nas instalações das diversas instituições que prestam apoio aos ciganos (serviços municipais, projetos Escolhas e Ong's). O questionário a ser aplicado pelos técnicos, ou até por inquiridores ciganos e deveria ter um formato próximo do que será aplicado nesta pesquisa, mas com uma dimensão mais reduzida, poderia ainda comportar uma parte fixa, para permitir comparações longitudinais, e uma parte com perguntas adicionais que poderiam variar ao longo do tempo, consoante a pertinência dos temas a abordar, funcionando assim como uma espécie de painel.

Por último, apontam-se, ainda, algumas linhas de investigação futuras e que deveriam ser exploradas pelas comunidades científica e pela dos interventores sociais, tendo em conta os



conhecimentos escassos ou até inexistentes sobre os ciganos em Portugal, a saber:

i) Análise do impacto de algumas medidas e políticas sociais (ex. RSI, educação e formação de adultos) nas várias dimensões da vida das pessoas ciganas e na sua reconfiguração identitária;

ii) Estudar a adesão e impactos das modalidades de ensino doméstico e do ensino à distância na organização interna da família e do grupo cigano;

iii) Desenvolver estudos comparativos e com a mobilização de metodologias qualitativas ou *mixed*, de modo a detetar padrões mais finos de diferenciação sócio regional sobre temáticas específicas – diversidade socioeconómica das pessoas e famílias ciganas, sobrelotação habitacional e impactos na organização familiar; estratégias económicas e precarização dos modos de vida tradicionais.

iv) Conhecer a dimensão e incidência de forma aprofundada e territorializada das situações de precariedade sócio habitacional.

Bibliografia

AA.VV (2001a), *Que sorte, ciganos na nossa escola*, Lisboa, Centre de Recherches Tsiganes/Secretariado Entreculturas.

ACIME (1997), *Relatório do grupo de trabalho para a igualdade e inserção dos ciganos*, Lisboa. Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

ACIME (1998), *Relatório, Lisboa, Grupo de Trabalho para a Igualdade e Inserção dos Ciganos*, Lisboa, Alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas.

ACIDI (2013), *Estratégia nacional para a integração das comunidades ciganas*, Lisboa, Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares/ ACIDI.

Agencia para os Direitos Fundamentais da União Europeia - FRA (2009), *Housing conditions of Roma and Travellers in the European Union - Comparative report*, Luxembourg, European Communities.

Allen, Paula (2013), “Abordagens sobre a saúde dos/as ciganos/as: um dos retratos (Biquinha/ Matosinhos)”, in Magano, Olga e Mendes, Manuela (orgs.), *Ciganos Portugueses: olhares cruzados e interdisciplinares em torno de políticas sociais e projetos de intervenção social e cultural*, Lisboa, Universidade Aberta (e-book).

Almeida, João F. et al. (1993) “A recomposição socioprofissional e os novos protagonismos” in Reis, António (coord.), *Portugal 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, pp. 307-330

Álvaro, Pereira et al. (2011), *Habitat e Minorias: O que pode a promoção pública da habitação?* Lisboa, LNEC.

Blanc, de G., (2008), *L'invisibilité sociale*, Paris, Puf

Bastos, José; Correia, André e Rodrigues, Elisabete. (2007), *Sintrenses ciganos. Uma abordagem estrutural - dinâmica*, Lisboa, Câmara Municipal de Sintra e ACIDI.

Bastos, José Pereira (org.) (2012), *Portugueses ciganos e ciganofobia em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri.

Benavente, A. (1990). *Escola, Professores e Processos de Mudança*. Lisboa: Livros

Horizonte

Bálint-Ábel Bereményi e Anna Mirga (2012), *Perdido en la acción? Evaluación de los seis anos del Plan Integral del Pueblo Gitano en Catalunã*, Barcelona, FAGIC (Federacion de Asociaciones Gitanas en Cataluña e EMIGRA –CER-M (Centro de Estudios e Investigación em Migraciones).

Bjerkan, L., e Huitfeldt, A. (2004), *Roma Minorities in the Czech and Slovak Republics: Development of a social survey methodology*, Oslo, Fafo.

Blanes, Ruy L. (2006), *Aleluia. Música e identidade num movimento Evangélico cigano na Península Ibérica*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

Bochaca, J. G. (2003), *La integración sociocultural de las minorías étnicas (gitanos e inmigrantes)*, Barcelona, Editorial Rubi, Antrophos.

[Brazzabeni, Micol \(2013\)](#), “A construção de uma “comunidade de palavras” ”, in Maria Manuela Mendes e Olga Magano (eds.), *Ciganos Portugueses: Olhares Plurais e Novos Desafios numa Sociedade em Transição*, Lisboa, Ed. Mundos Sociais, pp. 71-80.

Brinca, Ana (2009), “*Os ciganos gostam de dar nas vistas*”. *Exibição e manejo do segredo como estratégia de representação de portugueses ciganos*, Lisboa, Tese de Doutoramento em Antropologia Cultural e Social, UNL/FCSH

Cachado, Rita Ávila (2013), “O Programa Especial de Realojamento. Ambiente histórico, político e social”, *Análise Social*, 206, Janeiro 2013, pp. 134-152 http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S0003-25732013000100006&script=sci_arttext, consultado em 24.11.2014

Calado, Pedro (2014), “O papel da educação não-formal na inclusão social: a experiência do Programa Escolhas”, *Interacções*, v. 10, n. 29, pp. 60-94.

Capucha, Luís (1998), “Pobreza, exclusão social e marginalidades”, in Viegas, José M. L. e Costa, António F. (eds.), *Portugal, que modernidade?*, Oeiras, Celta, 209-242

Casa-Nova, Maria (2009), *Etnografia e produção de conhecimento. Reflexões críticas a partir de uma investigação com ciganos portugueses*, Lisboa, ACIDI.

Castro, Alexandra (2004), “Ciganos e itinerância - realidades concelhias e formas de hospitalidade”, *Cidades, Comunidades e Territórios*, 9, 55-70.

Castro, Alexandra (2006), “Ciganos, Territórios e Itinerância. Análise de um questionário enviado aos postos da Guarda Nacional Republicana”, *CET/FCT*.

Castro, Alexandra (2007), “Dos Contextos Locais à Invisibilização Política - Discussão em torno dos ciclos de exclusão habitacional dos ciganos em Portugal”. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 15, 63-86.

Carvalho, Helena, (2004), *Análise Multivariada de Dados Qualitativos. Utilizações da HOMALS com o SPSS*, Lisboa, Edições Sílabo.

Castro, Alexandra (2012), *Na luta pelos bons lugares. Ciganos, visibilidade social e controvérsias espaciais*. Tese de doutoramento em Antropologia, especialidade Antropologia Urbana, Lisboa, ISCTE-IUL

Cefaï, Daniel (2009), “Comment se mobilise-t-on? L'apport d'une approche pragmatiste à la sociologie de l'action collective “, *Sociologie et sociétés*, vol. 41, n° 2, pp. 245-269.

CET/ISCTE (2009), *Actas do Seminário Internacional – Ciganos, Território e Habitat*, ISCTE, 8 e 9 de Abril de 2008.

Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e cultura: Subcomissão para a Igualdade de Oportunidades e Família (2009), *Relatório das Audições efetuadas sobre portugueses ciganos no âmbito do Ano Europeu para o diálogo Intercultural*, Assembleia da República. Lisboa. [Em linha] 15 de Junho de 2009.

Conselho da Europa, 2012, Human Rights of Roma and Travellers in Europe, Strasbourg.

Correia, A. C. (2007). “«Filhos da estrada e do vento...e da miséria (...) Porque estas terras são todas deles» - Danos de um relacionamento desigual de longa data”. Paper presented at First International Conference of Young Urban Researchers (FICYUrb), ISCTE, Lisboa, , Portugal. Available at <http://conferencias.iscte.pt/viewabstract.php?id=216&cf=3> consultado em 20.02.2010.

Correia, André C. (2012), «A gente não tem casa, é um dia aqui um dia além, somos ambulantes pronto! A produção social do “nomadismo” cigano» in José Pereira Bastos (org.) *Portugueses ciganos e ciganofobia em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 239-265.

Cortesão, Luísa (1995), ‘Reflexões críticas sobre a educação de crianças ciganas’, in Cortesão, L., Pinto, F. (org.) (ed.), *O Povo cigano: cidadãos na sombra - processos explícitos e ocultos de exclusão*, Porto, Ed. Afrontamento, 27-36.

Corkill, David e M. Eaton “Multicultural insertions in a small economy: Portugal’s immigrant communities” in M. Baldwin-Edwards e J. Arango (eds.) (1999), *Immigrants and the informal economy in Southern Europe*, London, Frank Cass Publishers, pp. 149-168.

Costa, Manuel Augusto (2006) *Ciganos: histórias de vida*. Coimbra: Minerva Coimbra.

Cuche, Denys (1999), *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*, Lisboa, Fim de Século Edições.

Dias, Bruno; Farinha, Tiago; Silva, Elisa (2009), “RAXEN Thematic Study – Housing Conditions of Roma and Travellers – Portugal”, in *Númena*, [Consult. a 09.06.2014]. Disponível em: <http://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/590-RAXEN-Roma%20Housing-Portugal_en.pdf>.

Duarte, Isabel; Castro, Alexandra; Afonso, Joana; Salgueiro, M., e Antunes, M. J. (2005). *Coexistência inter-étnica, espaços e representações sociais: os ciganos vistos pelos outros*. Lisboa: ACIME.

Elias, Norbert, e J. Scotson 2000 [1965]. *Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

ERRC/NÚMENA (2007), *Os serviços sociais ao serviço da inclusão social - o caso dos ciganos*, Lisboa, ERRC - European Roma Rights Centre e NÚMENA - Centro de Investigação em Ciências Sociais e Humanas Va99 1999 Vala, Jorge, Brito, R. e Lopes, D. (1999), *Expressões do racismo em Portugal*, Lisboa, ICS.

European Union Agency for Fundamental Rights – FRA (2012), *The situation of Roma in 11 EU Member States Survey results at a glance*, Luxembourg, Publications Office of the European Union, in http://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/2099-FRA-2012-Roma-at-a-glance_EN.pdf



- Fanon, Frantz (1972 [1961]), *Los Condenados de la Tierra*, México, Fondo de Cultura Económica.
- Fernandes, João José Santos (2013), “O doente de etnia cigana” in Magano, Olga e Mendes, Manuela (orgs.), *Ciganos Portugueses: olhares cruzados e interdisciplinares em torno de políticas sociais e projetos de intervenção social e cultural*, Lisboa, Universidade Aberta (e-book).
- Ferreira, António Fonseca (1994), “Habitação social: lições e prevenções para o PER”. *Sociedade e Território*, 20, pp. 8-10
- Gamella, Juan F. (1996), *La población gitana en Andalucía: un estudio exploratorio de suas condiciones de vida*, Granada, Universidad de Granada.
- Gamella, Juan F. (2002), *Exclusión social y conflicto étnico en Andalucía. Análisis de un ciclo de movilización y acción colectiva antigitana (1976-2000)*, Granada, Universidad de Granada.
- Gamella, Juan (2013), *Sangre Y Costumbres*, in Maria Manuela Mendes e Olga Magano, (org.) *Ciganos Portugueses. Olhares Plurais e Novos Desafios numa sociedade em transição*. Liosboa. Editora Mundos Sociais, pp. 17-35.
- Giménez Romero, Carlos (2008), “Interculturalismo, Elaboraciones y propuestas desde un equipo universitário teórico-aplicado” in Giuseppe Mantovani (Coord.), *Intercultura e Mediazione. Teorie ed esperience*, Roma, Carocci Editori. ISBN 978884304655-3 (pags. 149 a 169).
- Goffman, Erving (1988 [1963]), *Estigma - Notas sobre a manipulação deteriorada*, Rio de Janeiro, Editora Guanabara.
- Gomes, Maria do Carmo (2013), “Políticas públicas de qualificação de adultos e comunidades ciganas: movimentos inclusivos”, in Manuela Mendes e Olga Magano, *Ciganos Portugueses: Olhares Plurais e Novos Desafios numa Sociedade em Transição*, Lisboa, Mundos Sociais, pp.81-91.
- Gomes, Sílvia (2013), *Criminalidade, Etnicidade e Desigualdades: Análise comparativa entre os grupos nacionais dos PALOP e Leste Europeu e o grupo étnico cigano*, Tese de Doutoramento, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- Gordon, Theodore J. (1996) *The Delphi Method, The Millennium Project, Futures Research Methodology—V3.0*, <http://fpf.ueh.edu.vn/imgnews/04-Delphi.pdf>
- Grossberg, Lawrence (2003), “Identidad y estudios culturales: no hay nada más que eso?”, em Stuart Hall e Paul du Gay (orgs.), *Cuestiones de Identidad Cultural*, Buenos Aires e Madrid, Amorrortu Editores, pp. 148-180.
- Guerra, Isabel (1994), “As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas”, *Sociedade e Território*, 20, pp. 11-16
- Herskovits, M. J. (1952 [1948]), *Les Bases de l'Anthropologie Culturelle*, Paris, Payot.

Ladányi, J., e Szelényi, I. (2001), “The Social Construction of Roma Ethnicity in Bulgaria, Romania and Hungary During Market Transition”, *Review of Sociology*, 7(2), pp. 79-89.

Lopes, Daniel (2008), *Deriva cigana: um estudo etnográfico sobre os ciganos de Lisboa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Lopez, Maria Luísa e Gonzalo Pato Fresnillo (1995), *Margem y periferia: representaciones ideológicas en los conflictos urbanos entre payos y gitanos*, Madrid, Asociación Secretariado General Gitano.

Machado, Fernando. L. (1992). Etnicidade em Portugal: Contrastes e Politização. *Sociologia, Problemas e Práticas*(12), 123-136.

Magano, Olga (1999), *Entre ciganos portugueses: estudo sobre a integração social de uma comunidade cigana residente na cidade do Porto*. Porto: Universidade Aberta. Dissertação de Mestrado.

Magano, Olga (2010), “Tracejar vidas normais”. Estudo qualitativo sobre a integração social de indivíduos de origem cigana na sociedade portuguesa’, Lisboa, Universidade Aberta/DCSG. Tese de doutoramento em sociologia.

Magano, Olga (2012), Entre a exclusão e a integração: estudo de um grupo cigano no Porto, in Bastos, José Gabriel Pereira (org.), *Portugueses ciganos e ciganofobia em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri, CEMME/CRIA, FCSH, Univ. Nova de Lisboa, pp. 211-237

Magano, Olga (2014), *Tracejar vidas «normais». Estudo qualitativo sobre a integração dos ciganos em Portugal*. Lisboa, Editora Mundos Sociais

Magano, Olga, e Mendes, Manuela (2013) (orgs.), *Ciganos Portugueses: olhares cruzados e interdisciplinares em torno de políticas sociais e projetos de intervenção social e cultural*, Lisboa, Universidade Aberta (e-book).

Magano, Olga Magano e Maria Manuela Mendes (2014), “Mulheres ciganas na sociedade portuguesa: tracejando percursos de vida singulares e plurais”, *Revista Sures, Revista Digital do Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História- Universidade Federal da Integração Latino-Americana-UNILA: Diversidade, plurilinguismo e interculturalidade*, n. 3 (2014), ISSN 2317-2738.

Marques, J. F. (2007). *Do «não racismo» português aos dois racismos portugueses*. Lisboa: ACIDI.

Marques, João Filipe (2013), “O racismo contra as coletividades ciganas em Portugal: sequelas de uma modernização”, in Manuela Mendes e Olga Magano, *Ciganos Portugueses: Olhares Plurais e Novos Desafios numa Sociedade em Transição*, Lisboa, Mundos Sociais, pp. 111-121.

Mateus, Augusto (2013), 25 anos de Portugal europeu: A economia, a sociedade e os fundos **estruturais**. Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, in

https://www.ffms.pt/upload/docs/estudo-25-anos-de-portugal-europeu_sisXST9j3U2Kzz0Irdang.pdf, consultado a 22 de Novembro de 2014.



- Mauger, Gérard (2012), *A “teoria da reprodução” posta à prova da “massificação do ensino”*, Porto, Instituto de Sociologia, FLUP
- Mendes, Maria Manuela (1997), *Etnicidade, grupos étnicos e relações multiculturais, no âmbito de uma Sociologia das Relações Étnicas e Rácicas* (Dissertação de Mestrado), Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Mendes, Maria (2005), *Nós, os ciganos e os outros. Etnicidade e exclusão social*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Mendes, Maria Manuela Ferreira (2007), *Representações Face à Discriminação. Ciganos e Imigrantes Russos e Ucrânicos na Área Metropolitana de Lisboa*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, tese de doutoramento.
- Mendes, Maria (2012), *Identidades, racismo e discriminação: ciganos da AML*, Lisboa: Caleidoscópio.
- Mendes, Maria Manuela, e Olga Magano (2013) (orgs.), *Ciganos Portugueses: Olhares Plurais e Novos Desafios numa Sociedade em Transição*, Lisboa, Mundos Sociais
- Mendes, Maria Manuela e Olga Magano (2014b), “Gitans, politiques sociales et intégration sociale au Portugal”, *Migrations Société, Tsiganes, catégorisations et politiques publiques*, CIEMI, Vol. 26, n. 152, mars-avril 2014 pp. 147-158.
- Milcher, S., & Ivanov, A. (2004), “The United Nations Development Programme's Vulnerability Projects, Roma and Ethnic Data”. *Roma Rights Quarterly*, 1, pp. 7-13.
- MONTEIRO, Jorge Gouveia (2009), “Centro de Estágio Habitacional de Coimbra: do realojamento ao modelo integrado de atuação”, in *Actas do Seminário Internacional – Ciganos, Território e Habitat*, ISCTE, 8 e 9 abril 2008, Lisboa, Centro de Estudos Territoriais, ISCTE, pp. 123-125.
- Montenegro, Mirna (org.) (1999), *Ciganos e educação*, Setúbal, Instituto de Comunidades Educativas
- Moreira, José J. S. (1999), “Ciganos em privação de liberdade”, *Revista do Ministério Público*, 77, 59-98.
- Moutouh, Hugues (2000), *Les Tsiganes*, Paris, Flammarion.
- Moutouh, Hugues (2000), *Les Tsiganes*, Paris, Flammarion.
- Montenegro, Mirna (2012), *Aprendendo a ser cigano, hoje: empurrando e puxando fronteiras*, Lisboa, Universidade de Lisboa, Instituto de Educação, Tese de doutoramento em Ciências da Educação – Formação de Adultos.
- Neves, Maria do Céu (2013), “Sim... mas não à nossa porta!”, in Magano, Olga e Mendes, Manuela (orgs.), *Ciganos Portugueses: olhares cruzados e interdisciplinares em torno de políticas sociais e projetos de intervenção social e cultural*, Lisboa, Universidade Aberta (e-book).
- Nicolau, Lurdes (2010), *Ciganos e não ciganos em Trás-os-Montes: investigação de um impasse interétnico*, Vila Real, UTAD, Pólo de Chaves, Tese de doutoramento em Ciências Sociais.

Nunes, Olímpio. 1996. *O Povo Cigano*. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa.

Comissão Europeia (2012), *Human Rights of Roma and Travellers in Europe*, Strasbourg.

OCDE (s.d.), *Gypsy Populations and their Movements within Central and Eastern Europe and towards some OECD Countries*, Vol. III, nº 9, Paris, Organisation for Economic Co-operation and Development.

Parlamento Europeu (2011), “Estratégia da União Europeia para a Inclusão dos Ciganos”, in Resolução do Parlamento Europeu, (2010/2276 (INI)), Strasbourg, Parlamento Europeu.

Pereira, Álvaro; Rebelo, Margarida (2013), *Habitação e integração social. Que desafios lançam os grupos étnicos minoritários? In Mendes, Maria Manuela e Magano, Olga, Ciganos Portugueses. Olhares plurais e novos desafios numa sociedade em transição*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 61-70

Pinto, Teresa Costa (1994), “A Apropriação do Espaço em Bairros Sociais: O gosto pela casa e o desgosto pelo Bairro”, in *Sociedade e Território*, nº 20, pp. 36-49.

PNAI (2008). *Plano Nacional de Acção para a Inclusão Social 2008-2010*. Lisboa.

Ministério da Solidariedade e Segurança Social.

PORDATA, *Base de Dados Portugal Contemporâneo*, Fundação Francisco Manuel dos Santos. [www.pordata.pt/],

REAPN e FSG (2009) , *As comunidades ciganas e a saúde: um primeiro retrato social*, Madrid, ed. FSG

Robertson, Roland (1992), *Globalização. Teoria Social e Cultural Global*, Petrópolis, Editora Vozes.

Rodrigues, Donizete (2013), “Etnicidade cigana e religião: a Igreja Evangélica de Filadélfia de Portugal”, in Manuela Mendes e Olga Magano, *Ciganos Portugueses: Olhares Plurais e Novos Desafios numa Sociedade em Transição*, Lisboa, Mundos Sociais, pp. 93-109.

Rughini , C. (2010), “The forest behind the bar charts: bridging quantitative and qualitative research on Roma/ igani in contemporary Romania” *Patterns of Prejudice*, 44(4), pp. 337-367.

Sen, Amartya (2010), *A ideia de Justiça*, Coimbra, Almedina.

SANTOS, Rui (2009), “O realojamento da comunidade cigana de Santo Tirso: dos principais desafios às novas oportunidades de vida”, in *Atas do Seminário Internacional Ciganos, Território e Habitat*, Lisboa, ISCTE, pp. 169-182.

Santos, Sofia Aurora Rebelo. 2013. *O rendimento social de inserção e os beneficiários ciganos: o caso do concelho de Faro*. Dissertação de Mestrado em Educação Social, Faro, Universidade do Algarve.

Silva, Manuel C. e Maria Goretti Pinto (2004), *Clivagens inter-étnicas latentes: um estudo de caso no concelho de Barcelos*, in *V Congresso Português de Sociologia. Sociedades contemporâneas: Reflexividade e Acção*. Associação Portuguesa de Sociologia: Braga. p. 97-109.



Scott, John e Gordon Marshall (2005), *Oxford Dictionary of Sociology*, Oxford, Oxford University Press.

Schnapper, Dominique (2007), *Qu'est-ce que l'intégration?*, Paris, Éditions Gallimard: folio actuel Inédit.

Silva, Manuel C., Sobral, José M. e Ramos, Mariana (2008), “Ciganos e não-ciganos: imagens conflituosas em contextos de vizinhança - o bairro social de Atouguia, Guimarães”, VI Congresso Português de Sociologia - Mundos Sociais, <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/246.pdf>, consultado em 24.11.2014.

Sousa, Carlos Jorge (2004), António Maia, *Percursos de uma História de Vida* (Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais), Lisboa, Universidade Aberta.

Sousa, Carlos J. (2010), *Relações interculturais, dinâmicas sociais e estratégias identitárias de uma família cigana portuguesa 1827-1959*, Lisboa, Universidade Aberta /DCSG, Tese de doutoramento em sociologia.

Sousa, Carlos J. (2013), *Os Maias, Retrato Sociológico de uma Família Cigana Portuguesa (1827-1957)*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, CIES, ISCTE-IUL.

SOS Racismo (2001), *Satispen ta li Saúde e Liberdade. Ciganos, números, abordagens e realidades*, Lisboa, SOS Racismo.

SOS Racismo (2009), Ciganos: números, abordagens e realidades. Retrieved from http://sosracismoporto.blogspot.pt/2009/04/ciganos-numeros-abordagens-e-realidades_26.html

Taylor, Charles (1998), *Multiculturalismo*, Lisboa, Instituto Piaget.

Teixeira, Nuno (2013), “Relato de práticas – discussão de projetos de intervenção: trabalho com pessoas Roma em Matosinhos”, in Magano, Olga e Mendes, Manuela (orgs.), *Ciganos Portugueses: olhares cruzados e interdisciplinares em torno de políticas sociais e projetos de intervenção social e cultural*, Lisboa, Universidade Aberta (e-book).

Thompson, S. K. (1997), Adaptive sampling in behavioral surveys. *The Validity of Self-Reported Drug Use: Improving the Accuracy of Survey Estimats*, es. NIDA Research Monograph, 167.

Touraine, Alain (1998), *Iguais e Diferentes. Poderemos Viver Juntos?*, Lisboa, Instituto Piaget.

Wieviorka, Michel (1995 [1992]), *Racismo e Modernidade*, Lisboa, Bertrand Editora. Wieviorka, Michel (2002), *A Diferença*, Lisboa, Fenda Editora.

Williams, R. (2000), *Palabras Clave. Un Vocabulario de la Cultura y la Sociedad*, Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión.

Williams, R. (2001 [1956]), *Cultura y Sociedad, 1780-1950. De Coleridge a Orwell*, Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión.

Woodward, K. (2000), “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”, em *Identidade e Diferença. A Perspectiva dos Estudos Culturais*, Petrópolis, Editora Vozes.

Wright, Young, Iris Marion (2000), *La Justicia y la Política de la Diferencia*, Madrid, Ediciones Cátedra.

UNDP (2003), *Avoiding the Dependency Trap - The Roma Human Development Report*, Bratislava, United Nations Development Programme.

UNDP (2012), *Social economy and roma communities – challenges and opportunities*, Bucharest, United Nations Development Programme.

Vala, Jorge; Brito, R. e Lopes, D. . (1999), *Expressões do racismo em Portugal*. Estudos e Investigação, Lisboa: ICS.

Velho, Gilberto (1999), *Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas*, Rio de Janeiro, Zahar.

Vicente, Maria José (2013), “As Comunidades Ciganas e a Saúde: um primeiro retrato nacional”, in Magano, Olga e Mendes, Manuela (orgs.), *Ciganos Portugueses: olhares cruzados e interdisciplinares em torno de políticas sociais e projetos de intervenção social e cultural*, Lisboa, Universidade Aberta (e-book).

Vitale, Tommaso e Claps, Enrico (2010), “Not always the same story. Spatial segregation and feelings of dislike towards Roma and Sinti in large cities and medium-size towns of Italy”, in *Multi-Disciplinary Approaches to Romany Studies*, CEU, Budapest, pp. 228-

ANEXO 1

Recenseamento de algumas medidas e políticas

Anexo 1.a: Programas

Designação	Legislação	Fontes de financiamento
Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza (1º em 1990)		Governo de Portugal Ministério do Trabalho e Solidariedade Social Comunidades Europeias (Feder, FEOGA e FSE) União Europeia II Quadro Comunitário de Apoio e de fundos nacionais
Programa Interministerial Educação Para Todos (PEPT)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/91	Governo de Portugal Ministério do Trabalho e Solidariedade Social União Europeia
Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural Secretariado Entreculturas	Criado em 1991 e era tutelado pelo Ministério da Educação	Governo de Portugal
Escolhas	Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2012 Despacho Normativo n.º17/2012, publicado em Diário da República, 2ª Série n.º 158, de 16 de Agosto de 2012	Governo de Portugal
TEIP - Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária	Despacho n.º 147-B/ME/96, de 1 de agosto Despacho Normativo n.º 20/2012	Governo de Portugal

<p>Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PEETI)</p> <p>Programa para a Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PÉTI)</p> <p>Programa para a Inclusão e Cidadania (PIEC)</p>	<p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 75/98, de 2 de Julho</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2000, de 13 de Janeiro</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2004, de 20 de Março</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros (79/2009)</p>	<p>Governo de Portugal</p>
<p>Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF)</p> <p>Programa de Apoio e Qualificação da Medida PIEF - Programa Integrado de Educação e Formação (PAQPIEF)</p>	<p>Despacho conjunto n.º 882/99, de 28 de Setembro</p> <p>Portaria n.º 272/2012, de 04/09</p>	<p>Governo de Portugal (Ministério da Educação e do Trabalho e da Solidariedade) e Fundo Social Europeu</p> <p>Programa Operacional Potencial Humano (POPH)</p>

Programa Mais Sucesso Escolar		Governo de Portugal (Ministério da Educação)
Percursos Curriculares Alternativos (PCA)	<p>Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro</p> <p>Decreto-Lei n.º 209/2002, de 17 de Outubro</p> <p>Despacho Normativo n.º 1/2006</p> <p>Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 91/2013, de 10 de julho</p> <p>Despacho Normativo n.º 24-A/2012, de 6 de dezembro</p>	Governo de Portugal (Ministério da Educação)
Planos de Recuperação, Acompanhamento e Desenvolvimento	Despacho Normativo n.º 50/2005	Governo de Portugal (Ministério da Educação)
Ensino a Distância	<p>Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto</p> <p>Portaria n.º 812/2010, de 26 de agosto</p>	Governo de Portugal (Ministério da Educação e da Ciência)
Ensino Doméstico		Governo de Portugal (Ministério da Educação e da Ciência)
Cursos de Educação e Formação (CEF)	Despacho normativo n.º 36/2007	Governo de Portugal (Ministério da Educação e Ministério da Segurança Social e do Trabalho)



Cursos de Aprendizagem	Portaria n.º 1497/2008, de 19 de Dezembro	Governo de Portugal Instituto de Emprego e Formação Profissional
Cursos Profissionais	Despacho n.º 14500-A/2013, DR 217, Suplemento, Série II, de 2013-11-08 Despacho n.º 18224/2008, de 8 de julho	Governo de Portugal (Ministério da Educação e Ciência)
Cursos Vocacionais	Portaria n.º 292-A/2012, de 26 de setembro Despacho n.º 5945/2014, de 7 de maio Portaria n.º 276/2013, de 23 de agosto Despacho n.º 5945/2014, de 7 de maio	Governo de Portugal (Ministério da Educação e Ciência)
Formações Modulares	Portaria n.º 230/2008, de 7 de Março Portaria n.º 283/2011, de 24 de Outubro Portaria n.º 199/2011, de 19 de Maio Declaração de Retificação n.º 20/2011, de 13 de Julho Despacho n.º 334/2012, de 11 de Janeiro	Governo de Portugal (Ministério da Educação e Ciência)
Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências		Governo de Portugal (Instituto de Emprego e Formação Profissional)
Competências Básicas	Portaria n.º 1100/2010 de 22 de Outubro, DR 206, Série I, 22-10-2010 Portaria n.º 216-C/2012. D.R. n.º 138, Suplemento, Série I de 2012-07-18	Governo de Portugal (Instituto de Emprego e Formação Profissional)
Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)	Despacho Conjunto n.º 1083/2000, de 20 de Outubro, Despacho Conjunto n.º 650/2001, de 20 de Julho Despacho n.º 26401/2006, de 29 de Dezembro Portaria n.º 817/2007, de 27 de Julho Portaria n.º 230/2008, de 7 de Março Despacho n.º 3447/2010, de 24 de Fevereiro Portaria n.º 283/2011, de 24 de Outubro Portaria n.º 199/2011, de 19 de Maio Declaração de Retificação n.º 20/2011, de 13 de Julho Despacho n.º 334/2012, de 11 de Janeiro	Governo de Portugal (Ministério da Educação e Ciência; Instituto de Emprego e Formação Profissional)
Ensino Recorrente	Decreto-lei n.º 139/2012, de 5 de julho	Governo de Portugal (Ministério da Educação e Ciência)

OTL - Ocupação de Tempos Livres	Decreto--Lei n.º 198/96, de 17 de outubro Decreto -Lei n.º 98/2011 Portaria n.º 205/2013, de 19 de junho	Governo de Portugal (Instituto Português da Juventude)
Programas Ocupacionais	Decreto-Lei n.º 247/85, de 12 de Julho Decreto-Lei n.º 79-A/89, de 13 de Março Portaria n.º 145/93 de 8 de Fevereiro Portaria n.º 192/96	Governo de Portugal (Instituto de Emprego e Formação Profissional)
UNIVA (Unidade de Inserção na Vida Activa)	Despacho normativo 87/92 de 5 de Junho Despacho normativo 27/96	Governo de Portugal (Instituto de Emprego e Formação Profissional)
Gabinetes de Inserção Profissional - GIP	Portaria n.º 127/2009 de 30 de Janeiro Portaria n.º 298/2010 de 1 de Junho	Governo de Portugal (Instituto de Emprego e Formação Profissional)
Contrato Emprego-Inserção	Portaria n.º 128/2009, de 30 de janeiro Portaria n.º 294/2010, de 31 de maio Portaria n.º 164/2011, de 18 de abril Portaria n.º 378-H/2013, de 31 de dezembro Despacho n.º 1573-A/2014, de 30 de janeiro Portaria n.º 20-B/2014, de 30 de janeiro	Governo de Portugal (Instituto de Emprego e Formação Profissional)
Contrato Emprego-Inserção +	Portaria n.º 128/2009, de 30 de Janeiro Portaria n.º 294/2010, de 31 de Maio Portaria n.º 164/2011, de 18 de Abril	Governo de Portugal (Instituto de Emprego e Formação Profissional)

Medida Estímulo 2012 Medida Estímulo 2013	Portaria n.º 45/2012, de 13 de fevereiro Portaria n.º 106/2013, de 14 de março	Governo da República Portuguesa IEFP POPH QREN União Europeia Fundo Social Europeu
Programa Estágios Profissionais Impulso Jovem - Medidas Passaporte Emprego Estágios Emprego	Portaria n.º 20-A/2014, de 30 de janeiro Portaria n.º 204-B/2013, de 18 de junho Portaria n.º 375/2013, de 27 de dezembro Despacho n.º 1573-B/2014, de 30 de janeiro	Governo da República Portuguesa Ministério da Educação e Ciência
Programa Vida-Emprego	Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/98 de 04-12	Governo da República Portuguesa Instituto de Emprego e Formação Profissional



Empresas de Inserção	Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/96 de 09-07 Portaria n.º 348-A/98 de 18-06	Governo da República Portuguesa Instituto de Emprego e Formação Profissional
Apoio à Contratação de Desempregados com idade igual ou superior a 45 anos, via Reembolso da Taxa Social Única Apoio à Contratação via Reembolso da Taxa Social Única (Impulso Jovem) Apoio à Contratação via Reembolso da TSU	Portaria n.º 204-A/2013, de 18 de junho	Governo da República Portuguesa Instituto de Emprego e Formação Profissional
Subsídio de Desemprego		Governo da República Portuguesa Ministério da Segurança Social e Solidariedade
Rendimento Mínimo Garantido (RMG) Rendimento Social de Inserção (RSI)	Lei 19/96	Governo da República Portuguesa Ministério da Segurança Social e Solidariedade
Apoios Sociais e Programas - Adultos com deficiência		Governo da República Portuguesa Ministério da Segurança Social e Solidariedade
Apoios Sociais e Programas - Idosos		Governo da República Portuguesa Ministério da Segurança Social e Solidariedade
Apoios Sociais e Programas - Família e Comunidade		Governo da República Portuguesa Ministério da Segurança Social e Solidariedade
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Social - Clique Solidário		Governo da República Portuguesa Ministério da Segurança Social e Solidariedade
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Social - Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)	Portaria N.º 396/2007, de 2 de abril Portaria N.º 285/2008, de 10 de abril	Governo da República Portuguesa Ministério da Segurança Social e Solidariedade

Programa de Apoio ao Desenvolvimento Social - Contratos Locais de Desenvolvimento Social Mais (CLDS+)		Governo da República Portuguesa Ministério da Segurança Social e Solidariedade
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Social - Plano DOM – Desafios, Oportunidades e Mudanças		Governo da República Portuguesa Ministério da Segurança Social e Solidariedade
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Social - Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carentes (PCAAC)		Governo da República Portuguesa Ministério da Segurança Social e Solidariedade
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Social - Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (PCHI)		Governo da República Portuguesa Ministério da Segurança Social e Solidariedade
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Social - Programa de Apoio Integrado a Idosos (PAII)	Despacho Conjunto, de 1 de julho de 1994	Governo da República Portuguesa Ministério da Segurança Social e Solidariedade
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Social - Programa de Cooperação para o Desenvolvimento da Qualidade e Segurança das Respostas Sociais		Governo da República Portuguesa Ministério da Segurança Social e Solidariedade
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Social - Programa para a Inclusão e Desenvolvimento (PROGRIDE)		Governo da República Portuguesa Ministério da Segurança Social e Solidariedade
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Social - Programa Sem Fronteiras		Governo da República Portuguesa Ministério da Segurança Social e Solidariedade
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Social - Programa Ser Criança		Governo da República Portuguesa Ministério da Segurança Social e Solidariedade
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Social - Projeto Nascer Cidadão	Portaria N.º 965, publicada no Diário da República, 1ª Série, N.º 164/2009, de 25 de agosto.	Governo da República Portuguesa Ministério da Segurança Social e Solidariedade



Programa de Apoio ao Desenvolvimento Social - Plano de Intervenção Imediata (PII)		Governo da República Portuguesa Ministério da Segurança Social e Solidariedade
Rede Social	Resolução do Conselho de Ministros N.º 197/1997, de 18 de Novembro Declaração de Retificação N.º 10-O/1998 Despacho Normativo N.º 8/2002, de 12 de fevereiro Decreto-Lei N.º 115/2006, de 14 de junho	Governo da República Portuguesa Ministério da Segurança Social e Solidariedade
Habitação a Custos Controlados		Governo de Portugal IHRU União Europeia Fundos Estruturais
PER - Programa Especial de Realojamento PROHABITA - Programa de Financiamento para Acesso à Habitação	Decreto-Lei n.º 163/73, de 7 de Maio Decreto-Lei n.º 135/2004, de 3 de Junho	Governo de Portugal IHRU União Europeia Fundos Estruturais
Bairros Críticos	Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2005, de 2 de Agosto publicada no DR, I Série – B, de 7 de Setembro de 2005 Resolução do Conselho de Ministros n.º 189/2007, de 31 de Dezembro 2007	Governo de Portugal IHRU União Europeia Fundos Estruturais

Anexo 1.b Projetos

Designação	Legislação	Fontes de financiamento
Projeto Mediadores Municipais		Governo de Portugal Projeto co-financiado pelo POPH, medidas 6.8 e 9.8.8.
Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica (UAVIDRE)		Governo de Portugal

Projecto de Educação Intercultural (PREDI)		Governo de Portugal
Projeto Nómada	Instituto das Comunidades Educativas, Setúbal	Câmaras Municipais de Almada, Beja, Faro, Setúbal e Serpa Fundação Calouste Gulbenkian Instituto de Inovação Educacional (financiamento no âmbito das medidas 2 – investigação - e 3 do SIQE) Instituto da Juventude de Beja, Faro, Setúbal (Programa Jovens Voluntários para a Solidariedade) Juntas de Freguesia de São Sebastião (Setúbal) e do Pinhal Novo
Escolas de Futuro (Bolsas Sociais EPIS; Conferências EPIS; Mediadores para o Sucesso Escolar)		Empresários pela Inclusão Social
Centro de Recursos para a Inclusão	Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro	Governo de Portugal (Ministério da Educação)
Projeto Ir à Escola		Governo de Portugal (Ministério da Educação)
Selo Escola Intercultural		Governo de Portugal (Ministério da Educação; Alto Comissariado para as Migrações)
Linha Internet Segura Programa Safer Internet		Governo de Portugal (IPDJ (Instituto Português do Desporto e da Juventude) co-financiada pela Comissão Europeia.
Centro Multicultural de Formação Programa de Promoção Social de Ciganos, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa		Santa Casa da Misericórdia de Lisboa Ministério da Educação Câmara Municipal de Lisboa
ROMI- EAPN ROMI – Centro Multicultural de Formação		EAPN/POPH Santa Casa da Misericórdia de Lisboa



Anexo 1.c

Políticas

Designação	Legislação	Fontes de financiamento
Gabinete do Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas Alto Comissariado para a Imigração e Minorias étnicas (ACIME) Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (Presidência do Conselho de Ministros) (ACIDI) Alto Comissariado para as Migrações (ACM)	Decreto-Lei n.º 3-A/96, de 26 de Janeiro DL n.º. 251/2002, de 22 de Novembro Decreto-Lei n.º 167/2007 Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro	Governo de Portugal
ENICC - Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas	Resolução de Conselho de Ministros n.º 25/2013, aprova a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (2013-2020)	Governo de Portugal União Europeia
Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas – CONCIG	Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2013 de 17 de abril	Governo de Portugal
Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR)	Lei n.º 134/99, de 28 de Agosto	Governo de Portugal
Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior	Despacho n.º10324-D/97, de 31 de Outubro (2ªsérie) Despacho n.º 8442-A/2012, de 22 de junho	Governo de Portugal
Ação Social Escolar	Decreto-Lei n.º 299/84, de 05 de Setembro Despacho n.º 11886-A/2012. D.R. n.º 173, Suplemento, Série II de 2012-09-06 Decreto-Lei n.º 55/2009, de 02 de março	Governo de Portugal (Ministério da Educação e Ciência)
Educação Especial	Decreto-Lei n.º 3/2008, de 07 de janeiro Declaração de Retificação n.º 10/2008, de 7 de março, alterado pela Lei n.º 21/2008, de 12 de maio	Governo de Portugal

Sistema Nacional de Qualificações (Quadro Nacional de Qualificações, Catálogo Nacional de Qualificações e Caderneta Individual de Competências)	Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro Portaria n.º 782/2009, de 23 de setembro Portaria n.º 781/2009, de 23 de setembro Despacho n.º 978/2011, D.R. n.º 8, Série II, de 12 de janeiro, de 2011	Governo de Portugal (Ministério do Trabalho e Solidariedade Social) Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007 -2013.
---	--	--

Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências) Iniciativa Novas Oportunidades (Centros Novas Oportunidades) Centros para a Qualificação e Ensino Profissional	Portaria n.º 1082-A/2001 Decreto-Lei 276/2006 Decreto-Lei 396/2007, de 31 de Dezembro Portaria n.º 370/2008, de 21 de Maio Despacho n.º 14310/2008, de 23 de Maio	Governo de Portugal (Ministério do Trabalho e Solidariedade Social) Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007 -2013.
Plano Nacional de Emprego		Governo da República Portuguesa Programa Operacional de Assistência Técnica QREN União Europeia/ Fundo Social Europeu
Comissão para a Igualdade de Género (CIG)		Governo da República Portuguesa POPH QREN
Planos de Ação Setorial para a Igualdade III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género (2007-2010) IV Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não Discriminação, 2011-2013 V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação, 2014-2017		Governo da República Portuguesa Presidência do Conselho de Ministros



III Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2007-2010) IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2011-2013) V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, 2014-2017		Governo da República Portuguesa Presidência do Conselho de Ministros
I Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos, 2007-2010 II Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos, 2011-2013 III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos, 2014-2017		Governo da República Portuguesa Presidência do Conselho de Ministros
Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI)		Governo da República Portuguesa Ministério da Solidariedade e Segurança Social
Plano de Acção para a Integração de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade	Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/2006 DR 183 SÉRIE I de 2006-09-21	Governo da República Portuguesa Ministério da Solidariedade e Segurança Social
Plano Nacional de Saúde		Governo de Portugal Ministério da Saúde

ANEXO 2

Guião de entrevista em profundidade

Unidades de Investigação e Instituições – Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais/Universidade Aberta (CEMRI/UAB) e Centro de Investigação e Estudos de Sociologia/Instituto Universitário de Lisboa (CIES/IUL)

Pressupostos da entrevista – Confidencialidade

IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTA
N.º da entrevista:
Nome do/a entrevistado/a:
Nome do(s)/a(s) entrevistador/a(es):
Data:
Local de realização:
Duração:
Observações:

IDENTIFICAÇÃO DO/A ENTREVISTADO/A
Sexo (a observar):
Instituição, cargo ocupado e n.º de anos nesse cargo:
Tempo de pertença à instituição (no total, independentemente dos cargos):
Está em <i>full-time</i> , <i>part-time</i> , voluntário ou outra situação:
Razões da ligação à instituição:
Habilitações escolares:
Formações na área da imigração/interculturalidade/multiculturalismo/racismo (ou outros temas):



Experiência prévia de trabalho com minorias étnicas (ciganos ou outras?):
Nacionalidade:
Residência (concelho/freguesia):
Idade:

- PRIMEIRA PARTE -

**CARACTERIZAÇÃO DOS PROJETOS OU SERVIÇOS A QUE A POPULAÇÃO CIGANA ADE-
RE**

1. Ações desenvolvidas com os indivíduos ou as famílias ciganas:

- A. De uma forma geral, quais são os projetos ou serviços desenvolvidos pela instituição? (Descrição e enquadramento temporal)
- B. Desde quando é que a instituição começou a trabalhar com indivíduos ou famílias ciganas?
- C. No passado, quais foram os projetos ou serviços que envolveram a população cigana? (Descrição e enquadramento temporal)
- D. No presente, quais são os projetos ou serviços que envolvem a população cigana? (Descrição e enquadramento temporal)
- E. Que atividades/tarefas são realizadas com a população cigana? (Descrição e enquadramento temporal)
- F. Quais são as maiores dificuldades sentidas no trabalho realizado com a população cigana?
- G. Qual é o papel da instituição na resolução dos problemas e dificuldades desta população?
- H. São os/as ciganos/as que vos procuram ou é a instituição que os/as procura mobilizar?

- I. Quais são os projetos ou serviços a que os/as ciganos/as mais aderem? Quais são as suas motivações?
- J. Como avalia a participação dos/as ciganos/as na instituição?
- K. Qual é a opinião que os/as ciganos/as têm manifestado sobre a instituição e os projetos ou serviços desenvolvidos?
- L. Quais são as principais parcerias e colaborações dos projetos ou serviços mencionados? (Junta de freguesia, Câmara Municipal, empresas, etc.) Domínios de colaboração? Objetivos? Contrapartidas?
- M. Existe o envolvimento em programas de apoio oficiais (locais e centrais)? Quais são? Objetivos? Contrapartidas?
- N. Atualmente, qual é a estimativa do número de utentes ciganos/as e não ciganos/as que participa nos projetos/serviços/atividades mencionados?
- O. Caracterização geral dos/as utentes (ciganos/as e não ciganos/as). (Há diferenças?)
 - a. Idade
 - b. Sexo
 - c. Nacionalidade
 - d. Local de residência (freguesia/bairro)
 - e. Origens geográficas
 - f. Profissões (Quais as mais dominantes, ou importantes?)
 - g. Níveis de escolaridade
 - h. Tipo de habitação
 - i. Tipo de famílias
- P. No que diz respeito à intervenção com os ciganos, quais são os objetivos e desafios da instituição no presente (atuais)? E os futuros?



2. Caracterização da população cigana:

A. Caracterização geral dos/as utentes e/ou sócios ciganos/as

- 1) Idade
- 2) Sexo
- 3) Nacionalidade
- 4) Local de residência (freguesia/bairro)
- 5) Origens geográficas
- 6) Profissões (Quais as mais dominantes, ou importantes?)
- 7) Níveis de escolaridade
- 8) Tipo de habitação
- 9) Tipo de famílias
- 10) Nomes de famílias

B. Condições de vida dos/as utentes e/ou sócios ciganos/as:

- 1) Saúde (existência e acesso ao nível de equipamentos e serviços de saúde; problemas de saúde existentes)
- 2) Segurança
 - i. Existência de serviços/equipamentos (PSP, bombeiros)
 - ii. Sentimento e perceção da segurança
- 3) Justiça
 - i. Detenções/Motivos da detenção (Tipo de crimes)
 - ii. Perceção de como a família de reorganiza

4) Educação e Formação Profissional

- i. Equipamentos existentes para crianças e jovens
- ii. Sucesso/ insucesso/abandono escolar
- iii. Valores existentes face à escola
- iv. Equipamentos e ofertas existentes para adultos/adesão dos adultos a iniciativas de educação (formal, não formal e informal) e formação profissional

5) Emprego

- i. Situação perante o emprego (empregados/desempregados/trabalhadores por conta própria)
- ii. Condições de trabalho (contrato de trabalho/descontos para segurança social)
- iii. Valores existentes face ao trabalho

6) Acesso a tecnologias de informação/local de acesso (existência de computador em casa; internet: própria/em casa ou utilizada noutra local ou instituição)

7) Acesso à segurança social (subsídio de desemprego, outros benefícios sociais)

8) Condições de habitabilidade

- i. Tipos de habitação
- ii. Condições de habitabilidade
- iii. Regime de propriedade (Própria; arrendamento; subarrendamento; ...)

9) Práticas de lazer dominantes



- 10) Filiação religiosa
- 11) Língua dominante. Uso do caló/romanó? (Se não, qual a mais utilizada?)
- 12) Adesão às associações e organizações da sociedade civil (Se são sócios e participam; incluindo partidos políticos, sindicatos, associações de moradores/recreativas)
- 13) Conceção de família
 - i. Importância da conjugalidade
 - ii. Papel do género na vida familiar
 - iii. Qualidades e atributos dos diversos elementos da família
 - iv. Importância da parentalidade/valor das crianças
 - v. Importância dos idosos
 - vi. Outros aspetos
- 14) Relações com os outros
 - i. As sociabilidades locais e relações de interajuda com quem e como é que se concretizam? (fechamento/ abertura) *

* Poderá ser entre grupos ou pessoas (vizinhos, amigos, familiares, ...).

* Estabelecem-se ao nível do bairro ou estendem-se para além do bairro.

ii. Relações de interação social que se estabelecem ao nível do bairro ou estendem-se para além do bairro (trabalho, compras, lazer, etc.).

iii. Contacto com as instituições (Segurança Social, Unidades de Saúde Familiar, Centro de Emprego, entidades empregadoras,

etc.) *

* Quem estabelece o contacto (homem, mulher, mãe, pai, filho, filha, ...)

- iv. Contacto com outras minorias
 - 1. Conflitos/coexistência pacífica/tensões
 - 2. Intervenientes
 - 3. Motivações
 - 4. Em que zonas do concelho/locais?

15) Discriminação, racismo e preconceitos

- i. De quem? Face a quem?
- ii. Como se concretizam?
- iii. Contextos em que ocorre a discriminação? (Exemplificar: alguma(s) instituições; transportes públicos; estabelecimentos comerciais; entre outros).
- iv. Reações e comportamentos dos discriminados? Ao nível de postura (mais passiva ou mais ativa).

EVOLUÇÃO E PRESENÇA DOS CIGANOS NO CONCELHO/FREGUESIA/BAIRRO

1. Caracterização geral dos ciganos, na atualidade e no passado (caso seja diferente da caracterização geral dos utentes):

- A. Volume da presença em termos evolutivos (Diminuiu ou aumentou? Quando é que isso aconteceu - período temporal? Quais as razões?)



B. Caracterização geral dos/a utentes e/ou sócios/a ciganos/as

- 1) Idade
- 2) Sexo
- 3) Nacionalidade
- 4) Local de residência (freguesia/bairro)
- 5) Origens geográficas
- 6) Profissões (Quais as mais dominantes, ou importantes?)
- 7) Níveis de escolaridade
- 8) Tipo de habitação
- 9) Tipo de famílias
- 10) Nomes de famílias

2. Caracterização da área territorial

- A. Ao nível de oferta cultural minoritária, comércio étnico, comércio ambulante, empresas e negócios geridos por ciganos - existência, sectores, localização, nacionalidades, tipo de produtos/ serviços que comercializam, grau de procura
- B. Existem situações de nomadismo (e de casas abarracadas) no bairro/freguesia/concelho?

3. Integração dos indivíduos ou famílias ciganas

- A. Envolvimento dos ciganos na sua integração
 - 1) Estão integrados? Porquê?

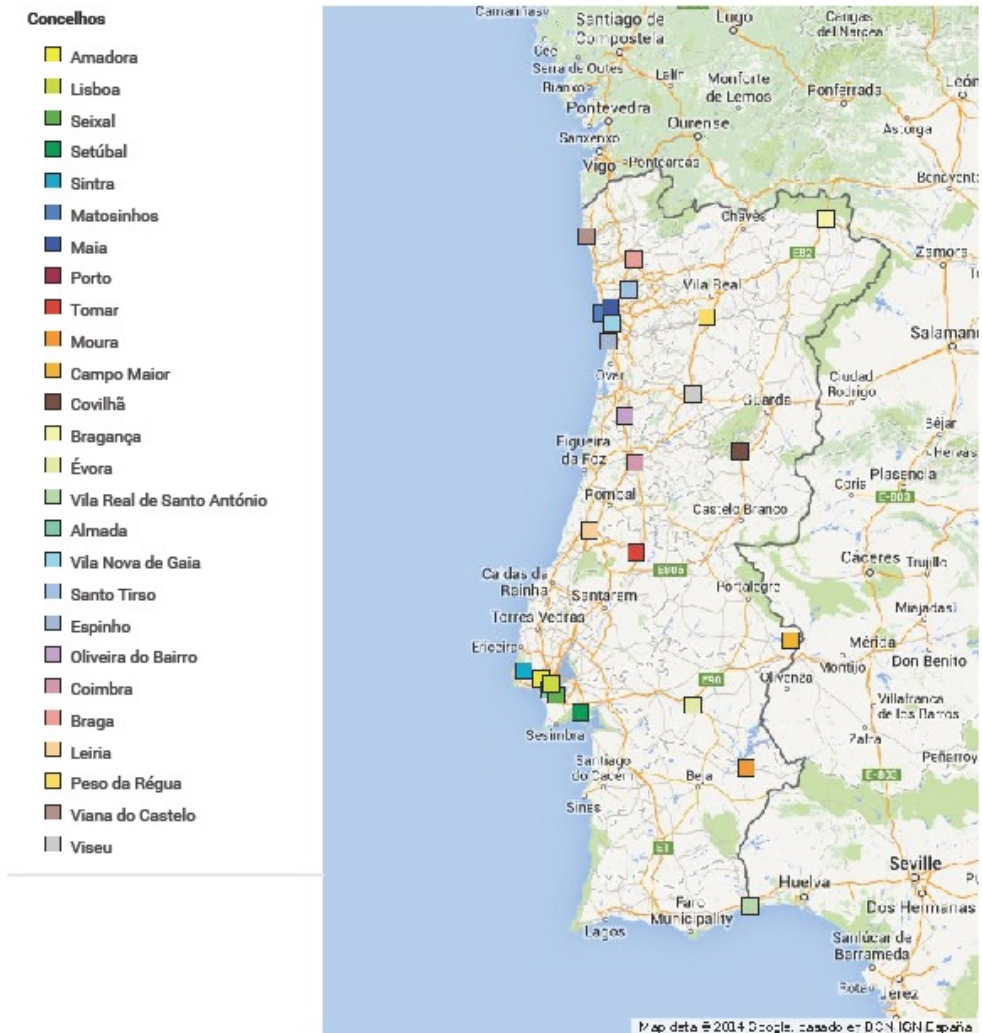
- 2) Dificuldades e facilidades de integração? (Resistência ou assimilação à cultura majoritária)
 - 3) O que se poderia fazer para promover a integração? (Adaptação à cultura majoritária/valorização da própria; desvalorização/valorização cultural por parte dos ciganos)
- B. Tem conhecimento da existência de medidas, projetos locais e planos de promoção da integração dos ciganos? Se sim, quais são? Domínios? Eficácia? Quais são os ajustamentos às especificidades dos ciganos?
 - C. Na sua opinião, quais são as instituições e os serviços que mais apoiam os ciganos?
 - D. E quais são os projetos e intervenções mais inovadores?
 - E. Qual é a importância do papel dos mediadores municipais?
 - F. Tem conhecimento da ENICC? Se sim, qual é o seu posicionamento?



ANEXO 3

Mapa de localização dos entrevistados

Entrevistas peritos



ANEXO 4

Lista de instituições que colaboraram no estudo

Âmbito geográfico (concelho)	Tipo de Instituição
Almada	Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS)
Amadora	Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS)
Braga	Instituição Humanitária Não Governamental, de carácter voluntário e de interesse público
Bragança	Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS)
Campo Maior	Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS)
Coimbra	Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS)
Covilhã	Associação de Desenvolvimento
Espinho	Cooperativa de Solidariedade Social, sem fins lucrativos e de utilidade pública
Évora	Instituição Humanitária Não Governamental, de carácter voluntário e de interesse público
Leiria	Associação sem Fins Lucrativos de Caráter Social
Lisboa	Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS)
Lisboa	Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS)
Maia	Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS)
Matosinhos	Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS)
Moura	Associação de Desenvolvimento
Oliveira do Bairro	Câmara Municipal
Peso da Régua	Câmara Municipal
Porto	Associação Mutualista
Santo Tirso	Câmara Municipal
Seixal	Associação sem Fins Lucrativos de Caráter Social
Setúbal	Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS)
Setúbal	Cooperativa de Habitação e Construção Económica



Sintra	Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS)
Tomar	Organização Não Governamental para o Desenvolvimento
Viana do Castelo	Junta de Freguesia
Vila Nova de Gaia	Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS)
Vila Real de Santo António	Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS)
Viseu	Escola do Ensino Básico

ANEXO 5

Inquérito às autarquias

Este inquérito por questionário insere-se no âmbito de um projeto designado “Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas”, patrocinado pelo ACIDI (Alto-Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural), que está a ser elaborado pela UAb/CEMRI (Universidade Aberta/ Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais), em parceria com o CIES-IUL (Centro de Investigação e Estudos de Sociologia - Instituto Universitário de Lisboa).

Nesta fase, solicitamos a colaboração e os contributos de técnicos dos municípios que conheçam de forma próxima algumas das “comunidades” ciganas residentes em Portugal.

Pedimos-lhe que responda a este breve questionário, que tem como objetivo ajudar-nos a conhecer melhor a localização e algumas características sociodemográficas das pessoas e famílias ciganas residentes em Portugal, nomeadamente no seu município. No final do preenchimento, agradecemos que o remeta para o email projetocomunidades-ciganas.cies@iscte.pt

A sua resposta é de elevada relevância para este estudo e será mantida sob anonimato. Agradecemos desde já a sua colaboração.

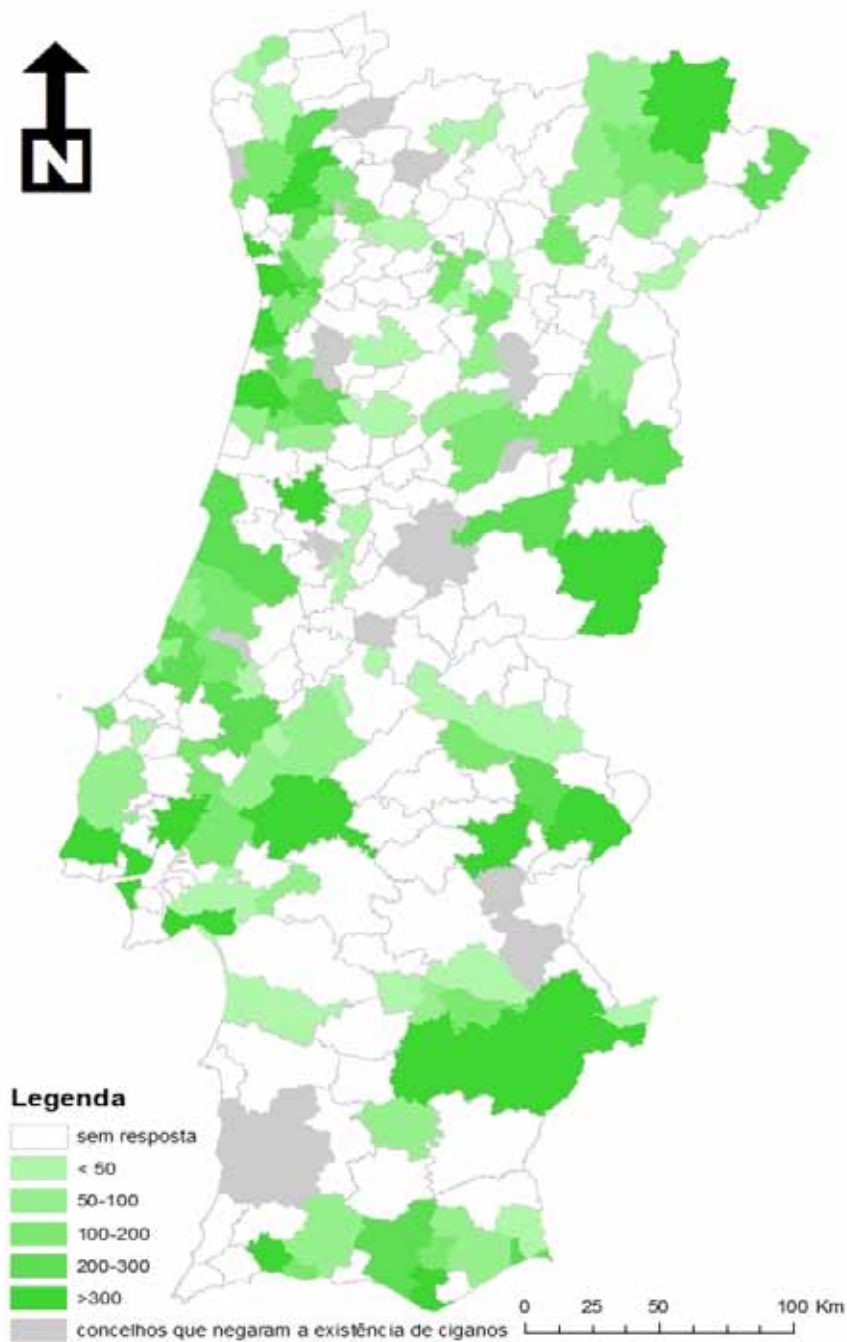


N.º	Nome do bairro ou comunidade	Freguesia	Número aproximado de pessoas ciganas	Interlocutores privilegiados (ciganos influentes)	Outros interlocutores privilegiados junto da comunidade (instituições e responsáveis e/ou técnicos)	Regime de propriedade da habitação 1.Arrendada mercado formal 2.Arrendada mercado informal 3.Pública (arrendamento social) 4.Própria 5. Ocupação ilegal
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						
15						

Anexo 6

Lista de Câmaras que responderam ao inquérito

Águeda	Gouveia	Santa Maria da Feira
Albergaria-a-Velha	Grândola	Santarém
Alcanena	Guarda	Santo Tirso
Alcobaça	Guimarães	São Brás de Alportel
Alfândega da Fé	Idanha-a-Nova	São Pedro do Sul
Almada	Ílhavo	Sardoal
Almeirim	Lagoa	Sátão
Alpiarça	Lamego	Seia
Alter do Chão	Leiria	Serpa
Alvito	Lisboa	Setúbal
Amarante	Loulé	Silves
Anadia	Lousã	Sintra
Aveiro	Macedo de Cavaleiros	Tabuaço
Azambuja	Mafra	Tarouca
Barcelos	Mangualde	Tavira
Barrancos	Marinha Grande	Tondela
Beja	Matosinhos	Torres Vedras
Benavente	Miranda do Douro	Vagos
Bombarral	Mirandela	Valença
Boticas	Moimenta da Beira	Valongo
Braga	Monforte	Vendas Novas
Bragança	Moura	Vidigueira
Carrazeda de Ansiães	Nazaré	Vila Franca de Xira
Castro Marim	Nelas	Vila Nova de Cerveira
Castro Verde	Odivelas	Vila Nova de Famalicão
Chamusca	Oliveira do Bairro	Vila Nova de Gaia
Coimbra	Ovar	Vila Real de Santo António
Constância	Paços de Ferreira	Vila Verde
Coruche	Palmela	Vinhais
Crato	Paredes	
Cuba	Peniche	
Elvas	Peso da Régua	
Estarreja	Pinhel	
Estremoz	Pombal	
Faro	Ponte de Lima	
Felgueiras	Portalegre	
Figueira da Foz	Portel	
Figueiró dos Vinhos	Portimão	
Freixo de Espada à Cinta	Porto de Mós	
Fundão	Póvoa de Varzim	
Gavião	Sabugal	
Gondomar	Salvaterra de Magos	



Anexo 7

Inquérito a peritos

Cargo	Concelho
Investigador/a	Porto
Responsável de Instituição/Projeto	Loures
Responsável de Instituição/Projeto	Mirandela
Investigador/a	Guimarães
Investigador/a	Lisboa
Técnico de Instituição/Projeto	Sintra
Investigador/a	Faro
Mediador/a formal ou informal; Responsável de Instituição/Projeto; Técnico de Instituição/Projeto	Portalegre
Investigador/a	Lisboa
Responsável de Instituição/Projeto	Faro
Responsável de Instituição/Projeto	Lisboa
Responsável de Instituição/Projeto	Portimão
Responsável de Instituição/Projeto	Amadora
Exerce funções numa Câmara Municipal; Técnico de Instituição/Projeto	Montijo
Exerce funções numa Câmara Municipal	Sines
Investigador/a; Técnico de Instituição/Projeto	Faro
Mediador/a formal ou informal	Barreiro
Responsável de Instituição/Projeto	Porto
Exerce funções numa Câmara Municipal	Sines
Técnico de Instituição/Projeto	Porto
Responsável de Instituição/Projeto	Vila Nova de Gaia
Técnico de Instituição/Projeto	Idanha-a-Nova
Responsável de Instituição/Projeto	Covilhã
Exerce funções numa Câmara Municipal	Valongo
Responsável de Instituição/Projeto	Sintra
Mediador/a formal ou informal; Responsável de Instituição/Projeto	Peso da Régua
Técnico de Instituição/Projeto	Viseu
Responsável de Instituição/Projeto	Setúbal
Exerce funções numa Câmara Municipal	Aveiro



Anexo 8

Inquérito a pessoas ciganas

Concelho: _____ Área de aplicação (freguesia / bairro) _____

Data ____/____/2014 Entrevistador: _____ INQ N.º _____

ESTUDO NACIONAL SOBRE AS COMUNIDADES CIGANAS

A: Caracterização do entrevistado(a) e dos elementos que compõem o agregado familiar co-residente

	IND.1 respondente	IND.2	IND.3	IND.4	IND.5	IND.6	IND.7	IND.8
P1. SEXO – Feminino (1); Masculino (2)								
P2. IDADE – N.º de anos								
P3. GRAU DE PARENTESCO COM IND.1 – Cônjuge/ Companheiro(a) (1); Filho(a) (2); Entado(a) (3); Pai ou mãe (4); Sogro ou sogra (5); Nora ou genro (6); Irmão (7); Neto(a)/ Bisneto(a) (8); Avô ou Avó (9); Outro grau de parentesco – referir qual (10)								
P4. ESTADO CIVIL – Casado (1); União de facto (2); Solteiro (3); Separado de facto (4); Divorciado (5); Viúvo (6)								
P5. NATURALIDADE – Concelho onde nasceu (1); Outro concelho (2 – indicar qual); Outro país (3 – indicar qual)								
P6. NACIONALIDADE – Portuguesa (1); Estrangeira – de outro país (2 – indicar qual)								
P7. NÍVEL DE ENSINO MAIS ELEVADO QUE CONCLUIU/COMPLETOU – Não sabe ler nem escrever (1); Sabe ler e escrever sem ter frequentado a escola (2); Pré-escolar (3); Frequência de 1º ciclo/ incompleto (4); Básico – 1º ciclo (5); Básico – 2º ciclo (6); Básico – 3º ciclo (7); Secundário (8); Médio/profissional (9); Bacharelato (10); Licenciatura (11); Mestrado (12); Outro (13 – especificar)								
P8. QUAL A SUA PRINCIPAL FONTE DE RENDIMENTO? Trabalho (1); Rendimento Social de Inserção (2); Pensão/ Reforma (3); Subsídio temporário de doença (4); Subsídio temporário de desemprego (5); Outros subsídios temporários (6); Apoio Social (7); A cargo da família (8); Biscates (9); Outra situação (10 – especificar qual)								
P9. CONDIÇÃO PERANTE A ACTIVIDADE ECONÓMICA? Activo com profissão/Tem trabalho (1); Desempregado (2 – referir tempo de desemprego); A procura do 1º emprego (3 – referir tempo); Doméstica (4); Reformado (5); Inválido/ doença permanente (6); Estudante (7)								
P10. PROFISSÃO (no caso de desempregados ou reformados, indicar a última profissão) – escrever com detalhe								
P11. SITUAÇÃO NA PROFISSÃO – Trabalhador por conta de outrem (1); Trabalhador por conta própria sem empregados (2); Trabalhador por conta própria com empregados (3); Trabalhador familiar não remunerado (4); Outra situação (5 – especificar)								
P12. LOCAL DE TRABALHO OU ESTUDO (geográfico) – No concelho onde reside (1); Noutro concelho (2 – indicar qual); No estrangeiro (3 – indicar país)								

B: Caracterização do respondente e condições de vida do grupo familiar

(Se nunca foi casado ou viveu em união de facto passe para a P16)

P13. Com que idade casou?

P14. Modalidade de casamento/ união de facto

- ☐ 1. Casamento religioso
- ☐ 2. Casamento pelo registo civil
- ☐ 3. Casamento pelo civil e religioso
- ☐ 4. Casamento de acordo com a "lei cigana"
- ☐ 5. Casamento pela "lei cigana" e pelo civil
- ☐ 6. Casamento religioso e pela "lei cigana"
- ☐ 7. Casamento pela "lei cigana", pelo civil e religioso

P15. O Cônjuge:

- ☐ 1. É cigano
- ☐ 2. É não cigano

P16. Tipo de ascendência:

- ☐ 1. Pai e mãe ciganos
- ☐ 2. Pai cigano e mãe não cigana
- ☐ 3. Mãe cigana e pai não cigano

<1ª ciclo

(Se não se encontra desempregado passe para a P20)

P17. Está inscrito no Centro de Emprego?

- ☐ 1. Sim
- ☐ 2. Não

P18. Nas três últimas semanas procurou algum trabalho?

- ☐ 1. Sim → PASSE PARA A P20
- ☐ 2. Não

P19. Por que razão não procurou emprego ou trabalho?

- ☐ 1. Por não ter qualificações escolares adequadas
- ☐ 2. Por não ter qualificações profissionais adequadas
- ☐ 3. Ninguém dá trabalho a uma pessoa cigana
- ☐ 4. Por falta de tempo
- ☐ 3. As ofertas que surgem são actividades mal pagas
- ☐ 4. Outra razão. Qual? _____

P20. Exerce venda ambulante?

- ☐ 1. Sim
- ☐ 2. Não → PASSE PARA A P22

P21. Percorre todo o país ou trabalha apenas em algumas localidades?

- ☐ 1. Todo o país
- ☐ 2. Algumas /várias localidades. Quais? _____

P22. Faz ou fez descontos para a Segurança Social?

- ☐ 1. Sim
- ☐ 2. Não.

Porquê? _____

sem escolaridade

P23. Qual o tipo de alojamento em que reside?

- ☐ 1. Clássico (apartamento ou moradia)
- ☐ 2. Parte de casa (casa partilhada, quarto, etc.)
- ☐ 3. Barraca, casa rudimentar ou de madeira
- ☐ 4. Pensão ou residencial
- ☐ 5. Móvel (caravana ou outro)
- ☐ 6. Outro tipo. Qual? _____

P24. Diga, se a sua habitação possui as seguintes infraestruturas ou problemas:

	Sim	Não
1. A sua habitação é servida pela rede pública de electricidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. A sua habitação é abastecida pela rede pública de água	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. A sua habitação tem casa de banho, chuveiro, sistema de banho no interior da habitação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Sente frio no interior da sua habitação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. A luz natural é suficiente num dia de sol	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. A habitação tem janelas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Algum teto deixa passar água ou existe humidade nas paredes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Sente ruído no interior da habitação vindo dos vizinhos ou provindo do exterior (trânsito, fábricas, etc.)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Tem espaços de estacionamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Tem quintal/jardim ou espaço exterior	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



P25. (se respondeu não na P24.1) Como faz para ter eletricidade?

- ☐ 1. Faz "puxadas" de eletricidade
☐ 2. Possui um gerador
☐ 3. Outra possibilidade.
Qual? _____

P26. (se respondeu não na P24.2) Como faz para ter água?

- ☐ 1. Utiliza água de poços e fontanários
☐ 2. Recorre a balneários públicos
☐ 3. Outra possibilidade.
Qual? _____

P27. Qual o número de divisões no alojamento em que vive, excluindo cozinha e casa(s) de banho?

P28. Há quanto tempo reside nesta habitação?

meses ou

anos

P29. De quem é a casa em que mora?

- ☐ 1. Proprietário/a
☐ 2. Arrendatário/a ou subarrendatário/a (renda social)
☐ 3. Arrendatário/a ou subarrendatário/a (mercado não social)
☐ 4. Foi-lhe cedida gratuitamente ou a título de salário
☐ 5. A casa é de familiares

P30. Atualmente, qual o valor médio mensal que gasta com a manutenção da sua casa (renda/ prestação, água, luz, gás e televisão):

- ☐ 1. Menos de 50 €
☐ 2. Entre 51 € e 200 €
☐ 3. Entre 201 € e 400 €
☐ 4. Entre 401 € e 600 €
☐ 5. Entre 601 € e 900 €
☐ 6. Mais de 901 €

P31. Diga, por favor, se estão disponíveis para o AGREGADO ou para algum indivíduo do agregado os seguintes equipamentos/serviços:

	Sim	Não
1. Telemóvel	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Televisão a cores/LCD	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Internet a partir de casa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Fogão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Máquina de lavar roupa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Frigorífico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Computador pessoal (portátil ou de secretária)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Automóvel (ligeiro de passageiros ou misto), desde que não seja exclusivamente para trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. TV por cabo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Serviços domésticos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P32. Quais os problemas e carências da sua zona de residência:

	Sim	Não
1. Faltam acessos (estradas, ruas)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Transportes públicos insuficientes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Existem situações de crime, violência e vandalismo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Existem farmácias na sua zona de residência ou a 10 min a pé da sua zona de residência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Existem áreas comerciais na sua zona de residência ou a 10 min a pé da sua zona de residência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Existe um centro de saúde/hospital na sua zona de residência ou a 10 min a pé da sua zona de residência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P33. Todos os elementos do seu agregado (incluindo o próprio) têm médico de família?

- ☐ Sim
☐ Não
Quem não tem? _____

P34. Com que frequência recorre aos seguintes serviços de saúde?

	<i>Pelo menos 1 vez por semana</i>	<i>Pelo menos 1 vez por mês</i>	<i>Pelo menos 2-3 vezes por ano</i>	<i>Pelo menos 1 vez por ano</i>	<i>Nunca</i>
1. Médico de família do centro de saúde ou da USF	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Médico particular	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Serviço de urgência do hospital público	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Farmácia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Outros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Quais?					

P35. Com que frequência consome os seguintes alimentos e bebidas?

	<i>Diariamente</i>	<i>De 3 a 3 dias</i>	<i>Semanalmente</i>	<i>Mensalmente</i>	<i>Raramente</i>	<i>Nunca</i>
1. Leite e laticínios	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Pão com farinha branca	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Pão com farinha integral	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Doces e chocolates	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Comida frita	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Carne	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Peixe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Frutas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Legumes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Refrigerantes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Vinho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. Cerveja e outras bebidas alcoólicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P36. No último ano, a sua família passou por momentos em que não dispunha de alimentos suficientes?

- ☐ 1. Nunca → PASSE PARA A P38
- ☐ 2. Passou fome 1-2 vezes durante o ano
- ☐ 3. Passou fome 1-2 vezes por mês
- ☐ 4. Muitas vezes ficava com fome

P37. Nesses casos, o que costuma fazer? *(escolha múltipla)*

- ☐ 1. Recorre a apoio de instituições
- ☐ 2. Recorre a apoio de familiares
- ☐ 3. Recorre a apoio de vizinhos
- ☐ 4. Recorre à mendicidade
- ☐ 5. Outra estratégia.

Qual? _____

P38. Recebe algum tipo de apoio e/ ou prestação social?

- ☐ 1. Sim
- ☐ 2. Não → PASSE PARA A P41

P39. Através de quem?

- ☐ 1. Da Segurança Social
- ☐ 2. Da igreja
- ☐ 3. De familiares
- ☐ 4. Do Banco Alimentar
- ☐ 5. De outros.

Quem? _____

P40. Que tipos de apoio?

- ☐ 1. Alimentos
- ☐ 2. Vestuário
- ☐ 3. Abono de família para crianças e jovens
- ☐ 4. Subsídio de desemprego
- ☐ 5. RSI
- ☐ 6. Pensão de velhice
- ☐ 7. Pensão social de invalidez
- ☐ 8. Outros.

Quais? _____

P41. Quantos filhos tem? → SE RESPONDEU ZERO PASSE PARA A P45

P42. Com que idade teve o seu primeiro filho?

P43. (Se tiver filha ou netas a cargo) Em que idade acha que será adequado as suas filhas (ou

netas) terem o 1º filho?



P44. (Se tiver filhos ou netos a cargo) Em que idade acha que será adequado os seus filhos (ou netos) terem o 1º filho?

P45. Utiliza (ou o seu cônjuge/companheiro/a) algum tipo de método contraceptivo?

☐ 1. Sim

☐ 2. Não → PASSE PARA A P47

P50. Tem filhos (ou netos a seu cargo) que frequentem a escola?

☐ 1. Sim

☐ 2. Não → PASSE PARA A P53

P46. Qual?

☐ 1. Pílula

☐ 2. DIU

☐ 3. Preservativo

☐ 4. Injeção

☐ 5. Outro.

Qual? _____

—

P47. (caso tenha filhos com menos de 18 anos) Os seus filhos têm as vacinas em dia?

☐ 1. Sim → PASSE PARA A P49

☐ 2. Não

P48. Indique a principal razão:

☐ 1. Por esquecimento

☐ 2. Por falta de tempo

☐ 3. Não vale a pena, pois, não curam doenças

☐ 4. Têm medo e a sua tomada é dolorosa

☐ 5. Outra.

Qual? _____

—

P49. Existe, no seu agregado familiar, alguma das seguintes doenças ou problemas de saúde?

	Sim	Não
1. Diabetes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Obesidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Doenças respiratórias (ex. bronquite crónica)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Doenças cardiovasculares (ex. hipertensão)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Alcoolismo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Toxicodependência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Pessoas acamadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Pessoas com deficiência mental	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Pessoas com deficiência motora	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Outros tipos de doenças não resolvíveis a curto prazo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Quais? _____		

P51. Os seus filhos/netos gostam:

- | | Sim | Não |
|---|--------------------------|--------------------------|
| 1. Da escola? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 2. Dos professores? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 3. Da convivência com outros colegas de escola? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

P52. Vai à escola sempre que recebe um recado para lá ir?

- ☐ 1. Sim
☐ 2. Não

P53. Tem algum filho/a (ou neto/a a seu cargo) que não tenham ido ou tenham abandonado a escola antes da escolaridade obrigatória?

- ☐ 1. Sim
☐ 2. Não → PASSE PARA A P55

P54. Quais as 2 principais razões que justificam a não ida à escola por parte dos seus filhos (ou netos a seu cargo)? E das suas filhas (netas)?

	Filhos	Filhas
1. Ele/Ela não têm roupas adequadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Ele/Ela tem que ajudar a cuidar dos irmãos mais novos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Ele/Ela já aprendeu o que é necessário para ser alguém na vida	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Ele não é bem tratado pelos professores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Ele/Ela aprendem o que é preciso em casa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. A escola é distante	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Mesmo que ele/ela vá à escola, ficará desempregado/a	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Ele/ ela é casado/a	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Ele/ ela não é bem tratado pelas outras crianças	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. A esposa do filho deu à luz/ A filha deu à luz	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. As crianças não aprendem o que é importante na escola	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. Ele/Ela está pedido/a em casamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. Tenho as minhas razões	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

(aplicar questão a quem respondeu Sim na P50)

P55. Pelo menos um dos seus filhos (ou netos a seu cargo) costuma faltar com frequência à escola?

- ☐ 1. Sim
☐ 2. Não → PASSE PARA A P57

P56. Indique a principal razão para as faltas?

- ☐ 1. É necessário na venda ambulante
☐ 2. Tem que ajudar a mãe e cuidar dos irmãos
☐ 3. Não gosta da escola
☐ 4. Considera que já não tem idade para andar na escola
☐ 5. Não gosta de acordar cedo
☐ 6. Outra razão.
Qual? _____

P57. Algum dos seus filhos (ou netos a seu cargo) recebe apoio escolar social?

- ☐ 1. Sim
☐ 2. Não → PASSE PARA A P59

P58. Que tipos de apoio recebe? (escolha múltipla)

- ☐ 1. Refeições
☐ 2. Material escolar
☐ 3. Livros
☐ 4. Outra.
Qual? _____

P59. Diga se concorda ou não com as seguintes afirmações:

	Sim	Não
1. Considera que as raparigas devem permanecer mais tempo na escola do que habitualmente permanecem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Considera que os rapazes devem permanecer mais tempo na escola do que habitualmente permanecem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Considera que todos devem frequentar a escola até pelo menos ao 12º ano	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Seria importante que existissem nas escolas professores e funcionários ciganos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P60. Há casos de pessoas do seu agregado familiar que tenham voltado à escola?

- ☐ 1. Sim
☐ 2. Não → PASSE PARA A P62

P61. Indique a principal razão porque o fez:

- ☐ 1. Querer aprender mais/ gostar de aprender
☐ 2. Poder receber RSI
☐ 3. Querer tirar um curso
☐ 4. Querer concluir a escolaridade
☐ 5. Poder tirar a carta de condução
☐ 6. Outras.
Quais? _____

P62. Pertence a alguma associação ou exerce alguma actividade voluntária?

- ☐ 1. Sim



- ☐ 2. Não → PASSE PARA A P64

P63. Qual o tipo?

- ☐ 1. Serviços sociais para idosos, deficientes ou pessoas incapacitadas
 - ☐ 2. Organizações religiosas ou ligadas à Igreja
 - ☐ 3. Educação, artes, música ou atividades culturais
 - ☐ 4. Sindicatos
 - ☐ 5. Partidos ou grupos políticos
 - ☐ 6. Ações comunitárias locais de apoio à pobreza, ao emprego, ao alojamento, à igualdade racial
 - ☐ 7. Património, ambiente, ecologia, direitos dos animais
 - ☐ 8. Associações profissionais
 - ☐ 9. Associações de apoio a minorias étnicas
 - ☐ 10. Associações ciganas
 - ☐ 11. Trabalho com/para jovens (por ex., escuteiros, guias, clubes de jovens, etc.)
 - ☐ 12. Desporto e recreio
 - ☐ 13. Grupos femininos
 - ☐ 14. Outros.
- Quais? _____

P64. (Caso não faça parte de uma associação cigana)

Estará disposto/a a fazer parte de uma associação de ciganos/as?

- ☐ 1. Sim → PASSE PARA A P65
- ☐ 2. Não → PASSE PARA A P66

P65. Indique as razões: (escolha múltipla)

- ☐ 1. Para ajudar os outros
 - ☐ 2. Para fazer ouvir a voz dos cigano/as
 - ☐ 3. Para trabalhar com cigano/as e não cigano/as
 - ☐ 4. Porque toda a gente tem uma associação
 - ☐ 5. Outras.
- Quais? _____

P66. Indique as razões: (escolha múltipla)

- ☐ 1. Os fundadores defenderiam apenas os seus próprios interesses
 - ☐ 2. A comunidade cigana não é unida
 - ☐ 3. Não deseja estar com outros ciganos
 - ☐ 4. Não acredita nas associações ciganas
 - ☐ 5. Outras.
- Quais? _____

P67. Quem é que melhor defende os interesses dos ciganos? (escolha única)

- ☐ 1. A Câmara Municipal
- ☐ 2. A Junta de Freguesia
- ☐ 3. A Segurança Social
- ☐ 4. A assistente social

De
onde? _____

- ☐ 5. Organizações ligadas aos direitos humanos
- ☐ 6. Associações ciganas
- ☐ 7. Pessoas de respeito
- ☐ 8. Igreja e instituições religiosas
- ☐ 9. ACIDI (e GACI)
- ☐ 10. Outros.

Quem? _____

P68. Votou nas últimas eleições autárquicas (23/10/2013)?

- ☐ 1. Sim
- ☐ 2. Não
- ☐ 3. Não era eleitor/Não estava recenseado

P69. Qual a sua religião?

- ☐ 1. Sem religião (ateu/agnóstico)
- ☐ 2. Católica
- ☐ 3. Judaica
- ☐ 4. Ortodoxa
- ☐ 5. Evangélica de Filadélfia
- ☐ 6. Outras.

Qual? _____

P70. Com que frequência participa atualmente nos cultos?

- ☐ 1. Todos os dias
- ☐ 2. Mais de uma vez por semana
- ☐ 3. Uma vez por semana
- ☐ 4. Pelo menos uma vez por mês
- ☐ 5. Apenas em dias santos
- ☐ 6. Nunca

P71. Que tipo de relações mantém com pessoas não ciganas? (escolha múltipla)

- ☐ 1. Relações conjugais (casamento, união de facto)
- ☐ 2. De negócios/ trabalho
- ☐ 3. Relações de vizinhança
- ☐ 4. De interajuda em alguns momentos (morte, doença, desemprego)
- ☐ 5. Nos tempos livres e lazer
- ☐ 6. Vão ao bar/café em conjunto
- ☐ 7. Convidam-se mutuamente para casamentos e outras festas
- ☐ 8. Convidam-se e frequentam a sua casa/ e a casa deles
- ☐ 9. Nas compras
- ☐ 10. Outro.

Qual? _____

P72. A maioria dos seus amigos são pessoas:

- ☐ 1. Ciganas
- ☐ 2. Ciganas e não ciganas
- ☐ 3. Não ciganas

P73. Se pudesse escolher, quais dos seguintes grupos não gostaria de ter como vizinhos?

(escolha múltipla)

- ☐ 1. Não ciganos
- ☐ 2. Outros ciganos (não familiares)
- ☐ 3. Imigrantes (brasileiros, de leste, outros)
- ☐ 4. Africanos
- ☐ 5. Outros.

Quais? _____

P74. Quando as vítimas de um crime vão à polícia apresentar queixa, acha que a polícia:

- ☐ 1. Trata pior as pessoas de "raça" ou etnia diferente da maioria dos portugueses
- ☐ 2. Trata todas as pessoas da mesma maneira, seja qual for a sua "raça" ou etnia

P75. Entre os seus familiares tem alguém que:

	Sim	Não
1. Na política/ cargos públicos (Juntas de freguesia, Câmaras municipais, etc.)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Na Polícia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Que tenha estudos/ licenciados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Detido	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



(se respondeu Sim na P75.4)

P76. Indique com que frequência costuma visitá-lo(s)?

- ☐ 1. Semanalmente
- ☐ 2. Mensalmente
- ☐ 3. Trimestralmente
- ☐ 4. Anualmente
- ☐ 4. Não visito

P77. Já alguma vez se sentiu discriminado/a por ser cigano/a?

- ☐ 1. Sim
- ☐ 2. Não → PASSE PARA A P79

P78. Em que situações se sentiu ou sente discriminado/a?

- ☐ 1. Num serviço público (Segurança Social, organização de apoio aos imigrantes, Finanças)
- ☐ 2. Num banco/empresa de crédito
- ☐ 3. Numa companhia/agente de seguros
- ☐ 4. Numa entrevista de emprego
- ☐ 5. No arrendamento de uma casa/quarto
- ☐ 6. Nos transportes públicos
- ☐ 7. Em táxis
- ☐ 8. Num supermercado ou loja
- ☐ 9. Num café/restaurante
- ☐ 10. No trabalho
- ☐ 11. Na escola
- ☐ 12. No centro de saúde/hospital
- ☐ 13. No tribunal
- ☐ 13. Outra situação. _____

P79. Como avalia o nível de vida da sua família?

- ☐ 1. Vive na miséria
- ☐ 2. É pobre
- ☐ 3. É médio/situação normal
- ☐ 4. Vive bem
- ☐ 5. É rica

P80. Como é a sua vida quando comparada com a dos seus pais?

- ☐ 1. É melhor agora
- ☐ 2. É igual ao que era
- ☐ 3. É pior agora

P81. Com que frequência costuma falar língua cigana/romanó/romanon/caló com os seus familiares e amigos?

- ☐ 1. Todos os dias
- ☐ 2. Mais de uma vez por semana
- ☐ 3. Uma vez por semana
- ☐ 4. Pelo menos uma vez por mês
- ☐ 5. Raramente
- ☐ 6. Nunca

P82. Qual a sua opinião face às seguintes afirmações:

	Concordo totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
1. Os homens devem tomar as decisões familiares mais importantes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. As mulheres não devem discutir assuntos familiares com os maridos, se não forem da mesma opinião	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. As mulheres de vergonha não devem frequentar determinados locais sem a presença do marido	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Uma viúva deve rapar o cabelo e usar luto profundo (vestir de preto, não ouvir música, não ver televisão, não beber álcool, etc.)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Os meninos devem andar até mais tarde na escola do que as meninas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Os meninos são mais importantes do que as meninas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. As mulheres devem ter os mesmos direitos e o mesmo tratamento que os homens	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P83. Quais os costumes e aspetos da cultura cigana mais importantes e que se devem manter? (escolha múltipla)

- ☐ 1. Respeito pelos mais velhos
- ☐ 2. Luto e culto dos mortos
- ☐ 3. Ajuda mútua (vingança, morte, doença, outras dificuldades)
- ☐ 4. Lei cigana
- ☐ 5. Pureza (virgindade) da mulher
- ☐ 6. Casamento segundo a lei cigana
- ☐ 7. Outros.

Anexo 9

Distribuição dos questionários aplicados por distrito e concelho

Distrito	Concelho	n	Distrito	Concelho	n	Distrito	Concelho	n
Aveiro	Aveiro	22	Évora	Évora	45	Porto	Vila Nova de Gaia	45
	Águeda	20		Estremoz	19		Porto	40
	Espinho	20		Reguengos de Monsaraz	16		Gondomar	30
	Oliveira do Bairro	20	Faro	Faro	103		Maia	30
	Ovar	20		Vila Real de Santo António	21		Santo Tirso	30
	Ílhavo	17		Olhão	19		Matosinhos	26
	Santa Maria da Feira	15		Loulé	16		Paredes	10
	Estarreja	10		Lagoa (Faro)	4		Vila do Conde	6
Beja	Beja	61		Silves	3		Póvoa de Varzim	3
	Moura	44	Guarda	Sabugal	17	Santarém	Coruche	38
	Serpa	17		Guarda	6		Salvaterra de Magos	13
	Mértola	3	Leiria	Leiria	18		Benavente	9
Braga	Braga	17	Lisboa	Lisboa	188		Santarém	5
	Vila Nova de Famalicão	10		Loures	38	Setúbal	Setúbal	113
	Guimaraes	3		Amadora	23		Montijo	12
Bragança	Bragança	15		Odivelas	22		Barreiro	4
	Macedo de Cavaleiros	4		Sintra	22		Almada	1
	Vinhais	4		Vila Franca de Xira	21	Viana do Castelo	Viana do Castelo	11
Castelo Branco	Covilhã	24		Torres Vedras	16	Vila Real	Peso da Régua	18
	Idanha-a-Nova	14		Cascais	9	Viseu	Viseu	28
	Castelo Branco	6		Oeiras	7			
Coimbra	Coimbra	40		Elvas	29			
	Figueira da Foz	27		Portalegre	10			
	Montemor-o-Velho	13		Campo Maior	9			



Anexo 10

Lista de instituições / pessoas que apoiaram a aplicação do inquérito nacional

ACAS Associação Lusocaboverdiana de Sintra (Sintra) – Rosa Moniz

ACM/YMCA (Setúbal)

ACMET/ Projeto tomar o rumo certo (Tomar) – Almerindo Lima

ADBES (Évora)

ADC Moura/Projeto Encontros (Moura) – Delphine Attalli

Adérito Montes

Agrupamento de escolas de Via Longa (Vila Franca de Xira) – Lígia Vitorino

Agrupamento de Escolas de Viseu (Viseu) – Maria Conceição Tomé, Vítor Castro e Ana Sampaio

António João Maia

Associação Cigana de Leiria (Leiria) – Dinis Abreu

Associação Fernão Mendes Pinto (Montemor-o-Velho) – Marta Santos

Associação para Planeamento Familiar (Matosinhos) - Nuno Teixeira, Paula Allen e Sérgio Cruz

BIP-ZIP Projeto 2 de maio (Lisboa) – Cristina Abreu, Gonçalo Folgado e João Martins

Câmara Municipal de Aveiro (Aveiro) – Rosa Marisa Parada

Câmara Municipal de Braga (Braga) – Ana Jorge

Câmara Municipal de Coimbra (Coimbra) – Rosa Maria Santos

Câmara Municipal de Évora (Évora) – Susana Mourão

Câmara Municipal de Famalicão (Famalicão) – Ademar

Câmara Municipal de Oliveira do Bairro - Rede Social (Oliveira do Bairro) – Maria Fátima Silva

Câmara Municipal de Paredes (Paredes) – Verónica Rocha e Alexandra Teixeira

Câmara Municipal de Peso da Régua (Peso da Régua) – Ana Mendes

Câmara Municipal de Póvoa de Varzim (Póvoa de Varzim) – José Manuel Almeida

Câmara Municipal de Santo Tirso (Santo Tirso) – Maria Paula Rocha

Câmara Municipal de Sintra - Departamento de Solidariedade e Inovação Social (Sintra) – Elisabete, Margarida e Patrícia

Câmara Municipal Maia (Maia) – Maria Luísa Guimarães

Cáritas Diocesana de Coimbra (Coimbra) – Maria Odete

CASFIG, Empresa Municipal (Guimarães) – Paula Oliveira e Cristina Dias

CASTIIS - Centro Social (Sta. Maria da Feira) – Raquel

Centro Comunitário da Horta da Areia (Faro) – Sofia Aurora

Centro Comunitário de Vermoim (Maia) – Vítor Monteiro

Centro Comunitário de Vila Nova da Telha (Maia) – Cristina Couto

Centro Comunitário S. José (Coimbra) – Sónia Ferreira

Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Idanha-a-Nova (Idanha-a-Nova) – Frederico Reis, Max Ruivo e João Fonseca

Centro Social de Grijó (Vila Nova de Gaia) – Marisa Rodrigues

Centro Social de Valadares (Vila Nova de Gaia) – Inês Aguiar

Centro Social e Paroquial de Valongo do Vouga (Águeda) – Catarina Ramos e Iolanda Cordeiro

Centro Social Sagrada Família (Sintra) – Orlando Reguinga

Centro sociocultural de Santo António/Projeto Maisxl (E5G) (Laranjeiro) – Gonçalo Costa

Centro Vilar de Andorinho (Vila Nova de Gaia) – Carla Bastos

Cruz Vermelha de Évora (Évora) – Magda Camacho

Cruz Vermelha Portuguesa – Sta. Tecla (Braga) – David Rodrigues

Cruz Vermelha Portuguesa (Águeda) – Carla Ferreira

Cruz Vermelha Portuguesa (Braga) – Patrícia Couto, Sónia Diz e Tânia

David Rodrigues

Diana West



Divisão da Ação Social da Câmara Municipal da Maia (Maia) – Maria Luísa Teixeira

Divisão de Ação Social da Câmara Municipal de Sta. Maria da Feira (Sta. Maria da Feira) – Cristina Ribeiro

Divisão de Ação Social e Saúde (Ílhavo) – Mónica Batista

Divisão de Desenvolvimento, Social e Qualidade de Vida da Câmara Municipal do Sabugal (Sabugal) – Tânia Alves

Florbela Oliveira (Ovar)

Janine Batista (Águeda)

Virgínia Sousa

Equipa de Rendimento Social de Inserção da Santa Casa da Misericórdia da Maia (Maia) – Cristina Machado

Espaço Municipal da Maia (Maia) – Tiago Valente e Aida Soares

Fórum Social de Sanguedo (Sta. Maria da Feira) – Teresa

Gabinete de Habitação (Póvoa de Varzim) – Natália Costa

Gaiurb, Urbanismo e Habitação, E.M. (Vila Nova de Gaia) – Ana Azevedo

Gebalis (Lisboa) – Marlene Almeida

Glória Carvalhais

Habévora (Évora) – Vera Beatriz

Instituto Politécnico de Portalegre (Portalegre) – Bruno Dionísio

Joana Alexandre

João Rodrigues Coutinho

Joel Coutinho

Junta de Freguesia da Maia (Maia) – Georgina Teixeira

Junta de Freguesia de Campanhã (Porto) – António Joaquim Pinto

Junta de Freguesia de Darque (Viana do Castelo) – Rosalina Rodrigues

Junta de Freguesia de Sanguedo (Sta. Maria da Feira) – Arquiteta Liliana

K'CIDADE – Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Lisboa) – Cristina Simões

Lurdes Nicolau

Observatório da Câmara Municipal de Setúbal (Setúbal) – Paula Varela e Vanda Narciso

Paula Varela

Donizete Rodrigues

Projecto Escolhas Agitana-te (Ovar) – Maria João Costa

Projecto Escolhas Geração Tecla (Juventude CVP) (Braga) – Bárbara Santos

Projecto T3tris II, Centro Cultural e Social de Sto. Adrião (Braga) – Paula Nogueira

Projeto Escolhas A Rodar (Amadora) – Tânia Roque e Sousa

Projeto Escolhas Arrisca (Póvoa de Varzim) – Gabriela

Projeto Escolhas Biquinha em Ação (Matosinhos) – Joana Pinheiro

Projeto Escolhas Bué d'Escolhas (Maia) – Helena Ribeiro

Projeto Escolhas Cercar-te (Porto) – Nuno Ferreira e Helena Adriano

Projeto Escolhas CSI (Braga) – Vanessa Matos

Projeto Escolhas Desafios (Vila Nova de Gaia) – Nuno Medeiros

Projeto Escolhas EnTreCul (Oeiras) – Inês Mata

Projeto Escolhas Escolha Sementes (Lisboa) – Marta Vaz

Projeto Escolhas Geração Tecla (Braga) – Susana Gonçalves e Inês Barbosa

Projeto Escolhas Giro (Braga) – Marta Pinto

Projeto Escolhas Giro (Vila Verde) – Lia Jorge e Raul

Projeto Escolhas Lagarteiro e o Mundo (Porto) – Paula Ferreira

Projeto Escolhas Mais Jovem (Vila Nova de Gaia) – Bruna Leandro

Projeto Escolhas Multivivências – Orquídea Mendes

Projeto Escolhas Pensar Darque (Viana do Castelo) – Rita Gonçalves

Projeto Escolhas Trampolim (Coimbra) – Carla Mendes

Projeto Escolhas TRILHOS rur@l_idades (Coimbra) – Sandra Peixoto

Projeto Escolhas Vivas (Vila Real de Santo António) – Nuno Ribeiro

Projeto Figueira Domus (Figueira da Foz) – Ana Bela e Teresa Neto



Projeto Incentivar-te/Santa Casa da Misericórdia de Campo Maior (Campo Maior) – Elsa Silva e Alexandra Monteiro

Projetos Escolhas Entresendas (Aveiro) – Andrea Andrade

Psicóloga na Câmara Municipal da Maia (Maia) – Marta Ferreira

Rogério Barão

Santa Casa da Misericórdia da Maia (Maia) – Marta Adrião, Lara Alves e Cristina Couto

Secretariado Diocesano de Lisboa da Pastoral do Ciganos (Lisboa) – Fernanda Reis

Socióloga na Câmara Municipal da Maia (Maia) – Cristina Pires

SOS Racismo

Nota: mais instituições e pessoas colaboraram de forma indirecta e até anónima e a todos agradecemos.

